

Interfaces

ISSN 2179-0027

VOLUME 16 NÚMERO 3

Editora

Dra. Maria Cleci Venturini

Conselho editorial

Dr. Adail Sobral (UCPEL)
Dra. Alice Atsuko Matsuda (UTFPR)
Dra. Amanda Eloina Scherer (UFSM)
Dr. Antônio Esteves (UNESP)
Dra. Aracy Ernest (UCPEL)
Dr. Antonio Escandiel de Sousa (Unicruz)
Dra. Eneida Chaves (Universidade Federal de São João Del Rey)
Dr. Eclair Antonio Almeida Filho (UNB)
Dr. Eduardo Pellejero (UFRN)
Dra. Elisabeth Fontoura Dorneles (Unicruz)
Dra. Ercilia Cazarin (UCPEL)
Dra. Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)
Dr. Juan Mañuel López Muñoz (UCA/Cádiz/Espanha)
Dra. Luísa Lobo (UFRJ)
Dra. Marcia Dresch (Universidade Federal de Pelotas/RS)
Dra. Maria da Glória Di Fanti (PUCRS)
Dra. Mary Neiva Surdi da Luz (UFFS/Chapecó)
Dra. Sonia Pascoalati (UEL)
Dra. Verli Petri da Silveira (UFSM)

Consultores *ad doc*, desta edição (Vol. 16, no. 03)

Adilson Carlos Batista
Adriana Bernardim
Aline Venturini
Adriana Bernardim
Cecília de Oliveira Rutkoski
Daiane Delevatti
Ellen Taborda
Elenir Guerra

Emanuelle de Queiroz Oliveira Estiphano

Gabriela Ribeiro

Géssica Cappelani

Jaíne Machado da Silva

José Carlos Moreira

Katielli Chaves

Kelly Fernanda Guasso da Silva

Leandro Tafuri

Leilane Ortega

Luana Vitoriano Gonçalves

Lucas Martins Flores

Marcia Costa Meyer

Márcia Maria Medeiros

Maria Cláudia Teixeira

Mariana Silva Santos

Marcus Vinicius da Silva

Marilda Lachovski de França

Nádia Neckel

Pedro Camarano

Rafael Bento Fernandes

Renata Adriana de Souza

Ruy Martins dos Santos Batista

Taís Martins

Diagramação

Heloisa Zolinger Polak

Sumário

Dossiê especial: "Les Vérités de la palice, 50 anos depois"

Maria Cleci Venturini, Verli Petri

6-11

Artigos

Materialismo e Idealismo em “Semântica e Discurso”, de Michel Pêcheux

Helson Sobrinho

12-26

La Palice e Münchhausen entram em um bar: o óbvio e o absurdo no ordinário do sentido

Rodrigo Oliveira Fonseca

27-40

A autoria do discurso teórico como lugar de ressonâncias discursivas

Kelly Fernanda Guasso Coelho

41- 52

“Dicionário Filosófico: Conceitos Fundamentais”, uma proposta de análise discursiva sobre a posição-sujeito dicionarista

Gabriela Gonçalves Ribeiro

53-64

“O Brasil precisa de homens com mais testosterona!”: notas sobre política e virilidade sob um viés discursivo

Rafael de Souza Bento Fernandes, Francisco Viera da Silva

65-74

Michel Pêcheux: do materialismo histórico à análise do discurso em Les Vérités de La Palice (1975) e no (encontro do) Projeto teoria-ideologia (1982)

Lucas Nascimento

75-94

Discursividades Artísticas na Luta de Classes: Processos Discursivos

Nádia Neckel

95-104

Quais corpos deseja a crítica literária brasileira? – Antonio Candido, análise de discurso e a personagem do romances

Jacob dos Santos Biziak

105-119

No Espaço de Memória e Direitos Humanos (EX-Esma): o Museu da Ditadura Argentina

Maria Cleci Venturini

120- 133

Semântica e Discurso de Michel Pêcheux meio século depois: o legado político do materialismo histórico em tempos de emergência socioambiental

Rafael de Souza Bento Fernandes, Francisco Viera da Silva

134-147

“E mais não disse”: raça, criminalidade e nação nos depoimentos do Caso Fermina (Pelotas, 1854)

Marilene Aparecida Lemos

148-157

Prática do conhecimento, a prática pedagógica e a metáfora: voltando ao capítulo IV de “Semântica e Discurso”

Andréia da Silva Daltoé

158-166

Paradoxo da linguagem simples na busca de uma comunicação sem falhas

Taís da Silva Martins, Larissa Montagner Cervo

167-182

Sobre “opositores neutralizados” e “narcoterroristas”: o discurso do Estado, suas práticas de nomeação e perpetuação da violência

Fabiele Stockmans De Nardi Sottili, Fabiana Ferreira Nascimento de Souza

183-198

DOSSIÊ ESPECIAL: "LES VÉRITÉS DE LA PALICE, 50 ANOS DEPOIS"

Verli Petri (UFSM)

Maria Cleci Venturini (UNICENTRO/UFPR)

A obra *Vérités de La Palice*, Linguistique, Sémantique, Philosophie representa, na escrita do pensamento de Pêcheux, o aprofundamento das questões teóricas destacadas em "Análise Automática do Discurso" (1969), em também, as suas inquietações. [...] Destaca as famílias parafrásticas como matrizes do sentido, colocando em suspenso os pressupostos da lógica, os quais segundo Pêcheux, representam o óbvio. (Venturini e Petri, 2019, p. 17)

Em 2025, a obra *Les vérités de La Palice*, de Michel Pêcheux, completa cinco décadas desde sua publicação inaugural em 1975. Este texto, que se constitui como marco teórico e epistemológico fundacional da Análise de Discurso materialista, tornou-se referência incontornável para o desenvolvimento da disciplina, especialmente no Brasil e na América Latina, onde encontrou terreno fértil para desdobramentos singulares e plurais.

Reconhecendo a potência crítica e o impacto duradouro da obra na constituição de um campo de saber, este dossiê objetiva congregar pesquisadoras e pesquisadores filiadas à Análise de Discurso e coloca como objetivo a revisitação de *Les vérités de La Palice* em sua integralidade ou parcialmente, seja buscando mobilizar seus conceitos, seja refletindo sobre os sentidos que se desdobraram e se deslocaram ao longo dos últimos 50 anos no interior da produção do conhecimento em Análise de Discurso. Para além de revisitar o texto, pretendemos homenagear a trajetória desta obra cinquentenária, ao mesmo tempo em que abrimos espaço para a produção de sentidos outros que renovem a vitalidade do gesto teórico de Michel Pêcheux.

Passados 50 anos da publicação, vemos que os conceitos fundamentais desenvolvidos por Pêcheux continuam sendo mobilizados seja para referendar o já-dito, seja para acrescentar e discutir. Eni Orlandi é a teórica brasileira que nos apresentou o pesquisador francês; ela coordenou a tradução de seus textos, nos dando a conhecer mais e mais, discutindo e movimentando a teoria.

Importa destacar ainda que em português a obra *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* continua ressoando 50 anos depois, nos provocando a saber mais e mais. Como analistas de discurso, reconhecemos a impossibilidade de tudo dizer e de tudo saber, nos deparamos constantemente com os efeitos de sentidos dos dizeres de Pêcheux, suas questões têm sido investigadas e mais ou menos vão sendo respondidas ao longo dos anos, fazendo com que ele continue a viver em nossas pesquisas, ajudando-nos a desconfiar das evidências e mudar as perguntas, jogando luz sobre as injunções do discurso em nossas práticas sociais.

Como organizadoras desse dossiê comemorativo, estamos muito felizes com a adesão de pesquisadoras e pesquisadores a nossa proposta, pois submeteram reflexões importantes que contribuem com nossas reflexões sobre a obra de Pêcheux, dando a saber um pouco mais do que é e de como se faz a Análise de Discurso no Brasil do século XXI.

O artigo “Materialismo e Idealismo em “Semântica e Discurso”, de Michel Pêcheux, de Helson da Silva Sobrinho versa sobre as concepções de Materialismo e de Idealismo no livro “Semântica e Discurso”, de Michel Pêcheux. O objetivo é rastrear nesta grande obra como este professor-filósofo-cientista-militante francês toma posição crítica contra o idealismo em Linguística, Semântica e Filosofia e se inscreve na perspectiva do materialismo histórico e dialético para compreender o funcionamento da linguagem, especificamente o discurso, a produção de sentidos e a constituição do sujeito. Trata-se de uma pesquisa centrada no livro “Semântica e Discurso”, a retomar um percurso que dialoga com Frege, Lênin, Althusser, Marx e Engels. Como resultado, Helson da Silva Sobrinho compreende que há a posição deliberada de Pêcheux em favor do materialismo histórico e dialético como fundamento teórico, filosófico e político, a partir do qual ele define a AD como uma Teoria Materialista do Discurso.

Rodrigo Oliveira Fonseca, no texto “La Palice é Munchhausen entram em um bar: o óbvio e o absurdo no ordinário do sentido”, destaca e explora temas caros de *Les vérités de la Palice*, de Michel Pêcheux, articulando-os com processos discursivos que transitam entre o óbvio e o absurdo. Analisa a tentativa falhada de uma modalização autonímica, seguida pela análise de duas orações relativas que podem funcionar como explicativas ou determinativas e discute o caráter aberto e inconcluso do empreendimento teórico e analítico de Michel Pêcheux. O pesquisador também esmiúça

a forte autocrítica que o autor faz da figura de um sujeito plenamente identificado pela interpelação da ideologia dominante burguesa tal como apresentada no seu livro de 1975. O artigo termina com uma contribuição em torno do lugar promissor do absurdo e do óbvio nos procedimentos de análise do discurso.

No artigo intitulado “A autoria do discurso teórico como lugar de ressonâncias discursivas”, Kelly Guasso Fernanda Guasso Coelho desenvolve uma reflexão autoral inscrita no campo acadêmico, atravessada pelas condições de produção do discurso teórico/científico, como um lugar de “ressonâncias discursivas” (Serrani, 1991), compreendendo que o sujeito-autor ao escrever se constitui a partir da memória dos discursos que o atravessam. A partir das formulações de Michel Pêcheux sobre as condições de produção e sobre o funcionamento ideológico da linguagem, abordando a produção do conhecimento discursivo como um movimento de retomada, de deslocamento e de transformação do já-dito. Traz, também, contribuições de Orlandi e de Serrani para compreender que a realização da autoria pode se realizar no lugar da repetição e da criação. Introduce, também, outras questões, relacionadas à metáfora, à repetibilidade, bem como sobre a legitimação do sujeito-autor.

Gabriela Gonçalves Ribeiro propõe-se a analisar, no artigo “Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais: uma proposta de análise discursiva sobre a posição-sujeito dicionarista”, o silêncio como constitutivo, afetando a produção de sentidos em um dicionário de especialidade, perguntando pelo modo como essa questão aparece no prefácio de uma obra, focando na posição-sujeito dicionarista. A posição-sujeito, assim como pensada por Pêcheux em “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” (2014) ancora e guia as análises da posição-sujeito dicionarista e o modo como ela emerge no prefácio do Dicionário Filosófico,

mostrando-se plena em contradições, sendo fundamental na construção de um dicionário de especialidade, pois é a partir da posição-sujeito que ao tomar o silêncio como constitutivo, se constroem as evidências e contradições no prefácio.

Sob uma perspectiva materialista do discurso, Rafael de Souza Bento Fernandes e Francisco Vieira da Silva analisam as relações entre a política e a virilidade, a partir de enunciados presentes nas redes sociais digitais. De maneira específica, o artigo “O Brasil precisa de homens com mais testosterona!: notas sobre política e virilidade sob o viés discursivo”. O recorte para fins de análise contempla o percurso do enunciado “O Brasil precisa de homens com mais testosterona”, proferido pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL/MG), em 2024, enfocando também as reverberações parafrásticas no ambiente on-line. A análise pontua que nesse enunciado circulam sentidos da performance masculina desejada no âmbito da extrema direita, atravessados por discursos religiosos, militares e do campo da saúde.

O objetivo central da pesquisa de Lucas Nascimento é analisar como Pêcheux se aproxima da teoria althusseriana, trazendo a questão: Como Michel Pêcheux formula a AD e constitui uma teoria analítica com influências e deslocamentos em relação a Althusser em suas grandes produções como a obra *Les Vérités de la Palice* e (o Encontro do) Projeto Teoria-Ideologia? O texto intitulado “Michel Pêcheux: do materialismo histórico à Análise do Discurso em *Les Vérités de La Palice* (1975) e no encontro do Projeto teoria-ideologia (1982)” indica que a ideologia, para Pêcheux, é de filiação a Althusser pela sua operação ser como prática material, uma vez que a luta de classes é o princípio de organização das estruturas sociais e das formações discursivas. As considerações apontam a reprodução da dominação e a reprodução-transformação das relações de produção pelas

condições ideológicas como materialmente funções dos Aparelhos Ideológicos de Estado, mas, sobretudo, da ousadia de pensar e de se revoltar, quando especificamente se tem a desidentificação como gesto político e de autoria criativa, permitindo ao sujeito produzir rupturas como prática transformadora. A pesquisa (re) comemora a produção de conhecimentos e a atualidade da obra *Les Vérités de la Palice* (1975) e do (encontro do) Projeto Teoria-Ideologia (1982) de Michel Pêcheux.

Nádia Régia Neckel busca, na esteira das formulações de Michel Pêcheux, no artigo intitulado “Discursividades artísticas na luta de classes: processos discursivos” busca compreender os gestos artísticos como operadores de fissuras no social e modos de resistência, discutindo a partir da teoria materialista dos processos discursivos a constituição dos sujeitos e dos sentidos na luta ideológica, tomando as discursividades artísticas como um espaço privilegiado de leitura. Segundo a autora, a luta de classes, sempre assimétrica, se manifesta na estrutura desigual das formações ideológicas, marcadas pela contradição entre reprodução e transformação. Nesse contexto, a experiência artística opera como um campo de resistência, desestabilizando o “Efeito-Sujeito (centração-origem-sentido)” (Pêcheux, 1997, p.193), criando deslocamentos que fissuram as formações discursivas dominantes.

O artigo de Jacob dos Santos Biziak articula a Análise de Discurso de Pêcheux (1988) e Orlandi (2012) com estudos literários no artigo “Quais corpos deseja a crítica Literária Brasileira? - Antonio Cândido, Análise de Discurso e a personagem do Romance. Propõe-se a tratar, a partir de análise discursiva sobre o funcionamento enunciativo (Guimarães, 2018) de “A personagem do romance”, de Antonio Candido (2002), para destacar e compreender sequências discursivas sobre como “corpo” e “personagem” comparecem nas reflexões de um ensaio que possui circulação extremamente

considerável nos espaços acadêmico-universitários brasileiros e cujos funcionamentos materiais constituem acontecimento na história das ideias dos estudos literários brasileiros. Nesse sentido, pensar quais efeitos funcionam sobre “corpo” e “personagem” no ensaio de Candido é nosso objetivo principal – tomando a corporeidade como uma performatividade (Butler, 2003) que, na luta de classes, não pode ser separada da interpelação (Althusser, 1978, 1996).

No artigo “O Espaço de Memória e Direitos humanos (EX-ESMA): O Sítio Museu da Ditadura na Argentina”, Maria Cleci Venturini e Verli Petri buscam os aportes teóricos de Michel Pêcheux, especialmente, na obra “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, no ano da celebração dos 50 anos de publicação da obra por Michel Pêcheux. Para proceder ao percurso analítico acerca do Sítio Museu Esma, que se encontra dentro do Espaço da Memória e Direitos Humanos a partir das duas teses do fundador da Análise de Discurso. Com isso, centra-se no funcionamento da memória e da história na representificação tensa do Centro de Detenção, Tortura e Extermínio e da Escola Naval, em um mesmo espaço-tempo. Outra questão que fica em suspenso, no texto, é a nomeação, tendo em conta que em visita guiada, no/pelo discurso do historiador retornam memórias documentadas do período ditatorial, mas o Museu que funciona dentro desse espaço não é nomeado/designado de Museu da Ditadura.

Maurício Beck participa do dossiê especial “Verites de La Palice, 50 anos depois”, com o texto “Semântica e Discurso de Michel Pêcheux meio século depois: o legado político do Materialismo Histórico em tempos de emergência socioambiental”, revisitando as três modalidades discursivas de funcionamento subjetivo de Pêcheux — identificação, contraidentificação e desidentificação —

articulando-as às crises do marxismo-leninismo e às autocríticas posteriores do próprio autor. Beck organiza a sua argumentação pelo questionamento de como a aposta na pedagogia revolucionária da vanguarda pode levar a impasses teórico-políticos que obscurecem/iluminam o funcionamento contraditório e material do assujeitamento. A partir de Althusser, Lacan, Žižek, Sloterdijk e críticas recentes ao “formalismo signifiante”, o texto propõe repensar a desidentificação não como posição estabilizada e individualizada, mas como relativo à agência das massas e passível de equívocos. Argumenta-se ainda que a resistência não é apenas discursiva, mas abrange a materialidade corpórea, “a vida resiste”, abrindo caminho para integrar materialidades vivas, entropia diante da emergência socioambiental.

Com o artigo “E mais não disse: raça, criminalidade e Nação nos depoimentos do Caso Firmina (Pelotas, 1854)”, Marilene Aparecida Lemos traz a problematização do processo-crime de 1854 relativo à liberdade da “preta Fermina”, na fronteira Brasil-Uruguai, à luz da Análise de Discurso, de Pêcheux. Ela estuda como expressões jurídicas oitocentistas, recorrentes nos depoimentos de testemunhas (negociantes, um proprietário e um solicitador de Pelotas), produzem efeitos de sentido que legitimam posições de sujeito e instituem fronteiras sociais. A análise mostra que a qualificação das testemunhas, articulada à legislação da época, naturaliza uma autoridade enunciativa vinculada à elite econômica local, em oposição à figura da mulher negra como objeto de disputa, contribuindo para a compreensão das relações entre raça, escravidão e formação dos Estados nacionais.

A proposta de Andréia da Silva Daltóe no artigo “Prática do conhecimento, a prática pedagógica e a metáfora: voltando ao capítulo IV de “Semântica e Discurso”” consiste em visitar a obra “Verites de La Palice (1975),

Semântica e Discurso (1988) no Brasil, trazendo sua contribuição sobre a prática de produção dos conhecimentos e para a prática pedagógica para pensar o papel da escola hoje. Por este percurso, busca problematizar como tais práticas permitem à escola servir tão bem à dominação ideológica dominante. Como um processo discurso de resistência, chega à questão da metáfora enquanto, palavras de Pêcheux, um “elemento materialista” contra os “processos ideológicos empíricos e especulativos” (1988, p. 132). Para isso, discute sobre a metáfora do ponto de vista discursivo, tomando-a como possibilidade de abertura para os sentidos que podem ser deslocados do efeito de literalidade e provocar novas práticas languageiras de questionamentos do social.

Taís da Silva Martins e Larissa Montagner Cervo dedicam-se a compreender a nomeação “linguagem simples” como um fato de linguagem que circula, no âmbito do juridismo, pressupondo uma técnica voltada ao ‘direito de entender’. O corpus da pesquisa volta-se à Lei n. 18.246/2022, que institui a Política Estadual de Linguagem Simples no Estado do Ceará, bem como ao seu respectivo anexo, um prolongamento explicativo da própria publicação oficial. Partindo dos ensinamentos contidos em *Les Vérités de la Palice* a respeito da constituição material do sentido e do modo como tal compreensão se desdobra ao longo do desenvolvimento da teoria materialista do discurso, em que pesem diferentes autores, a pesquisa procura demonstrar que a linguagem simples representa a dissimulação de um mecanismo de controle do Estado para que a interpretação não derive, considerando um imaginário de coincidência entre ordem e organização da língua, necessário aos efeitos de objetividade e transparência.

Para fechar o dossiê, temos o artigo “Opositores neutralizados” e “Narcoterroristas”: o Discurso do Estado, suas práticas de

nomeação e perpetuação da violência”, de Fabiele Stockmans De Nardi Sottili e Fabiana Ferreira Nascimento de Souza que, a partir dos escritos de Pêcheux ([1975] 1997), toma como corpus o Ofício eletrônico de nº 22857/2025, que versa sobre a “operação de contenção” realizada em 28 de outubro de 2025 em dois complexos de favelas no Rio de Janeiro para a pensar nos processos de nomeação e sua consequente vinculação com a criação de tipos penais que poderiam resultar na autorização legal para que uma nação estrangeira (EUA) interviesse política, bélica e economicamente no Brasil. Presentes no Ofício eletrônico de nº 22857/2025, os nomes “opositores neutralizados” e “narcoterroristas”, segundo as autoras, fazem parte de uma maquinaria que os faz funcionar como um salvo-conduto por meio do qual se autoriza a perpetuação da violência e da dominação estrangeira no Brasil.

Enfim, apresentamos os textos que compõem o dossiê Especial: *Les Vérités de La Palice*, 50 anos depois que acolheu artigos que abordam os efeitos teóricos, políticos e históricos da obra em tela, seus vínculos com outras formulações de Pêcheux e de autores contemporâneos, assim como textos que exploram sua recepção, circulação e reinvenção em diferentes práticas sociais e discursivas. Foram bem-vindas também análises que problematizam os modos pelos quais a obra segue atual, tensionando e inspirando pesquisas discursivas no presente.

Como é de conhecimento de todos os analistas de discurso, a professora Maria Cristina Leandro Ferreira (2016, p.33) afirma que “Pêcheux vive” e na conclusão dessa apresentação trazemos essas duas palavras e a partir delas reafirmamos que *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio, traduzida por Orlandi e sua equipe de pesquisadores, publicada em 1988, referenda a sua presença e o funcionamento sempre atual da teoria.

Podemos repetir com Pêcheux vive, sem medo de errar a partir dos textos que compõe o dossiê e as diferentes formas de mobilizar a teoria, trazendo diferentes corpora e colocando sempre em movimento diferentes objetos discursivos, que mobilizam a teoria em distintas direções.

Convidamos os leitores a adentrarem esse dossiê, pois nele se atualiza o propósito de Michel Pêcheux ao escrever *Semântica e Discurso*, quando propôs: “questionar as evidências fundadoras da ‘Semântica’, tentando elaborar, na medida dos meios que dispomos, as bases de uma teoria materialista” (Pêcheux, 1988, p. 20, grifos do autor). E convocamos vocês para seguirmos perseguindo esse propósito, elaborando e reelaborando os escritos de Michel Pêcheux.

Referências bibliográficas

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Pêcheux, nossa bússola inspiradora. IN GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele (Orgs). *A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, p. 21-34

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi (et all). Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1988.

VENTURINI, Maria Cleci, PETRI, Verli. Algumas reflexões sobre o trabalho teórico de Michel Pêcheux: 50 anos após da publicação de AAD-69. In: GARCIA, Dantielli Assumpção; SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. *De 1969 a 2019: percurso da/na Análise de Discurso*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2019, p p. 11-26.

MATERIALISMO E IDEALISMO EM “SEMÂNTICA E DISCURSO”, DE MICHEL PÊCHEUX

Helson Flávio da Silva Sobrinho¹

Resumo: Este artigo versa sobre as concepções de Materialismo e de Idealismo no livro “Semântica e Discurso”, de Michel Pêcheux. O objetivo é rastrear nesta grande obra como este professor-filósofo-cientista-militante toma posição crítica contra o idealismo em Linguística, Semântica e Filosofia e se inscreve na perspectiva do materialismo histórico e dialético para compreender o funcionamento da linguagem, especificamente o discurso, a produção de sentidos e a constituição do sujeito. Trata-se de uma pesquisa centrada no livro “Semântica e Discurso”, a retomar um percurso que dialoga com Frege, Lênin, Althusser, Marx e Engels. Como resultado, evidencia-se a posição deliberada de Pêcheux em favor do materialismo histórico e dialético como fundamento teórico, filosófico e político, a partir do qual ele define a AD como uma Teoria Materialista do Discurso.

Palavras-chave: Semântica e Discurso. Materialismo. Idealismo. Michel Pêcheux.

MATERIALISM AND IDEALISM IN “LANGUAGE, SEMANTICS AND IDEOLOGY” BY MICHEL PÊCHEUX

Abstract: This article discusses the notions of Materialism and Idealism in Michel Pêcheux’s book “Language, Semantics and Ideology”. The aim is to trace in this seminal book how the professor-philosopher-scientist-militant adopts a critical stance against idealism in Linguistics, Semantics, and Philosophy, and how he positions himself within the perspective of historical and dialectical materialism to understand the functioning of language, specifically, discourse, the production of meaning, and the constitution of the subject. This study is centered on the book “Language, Semantics and Ideology” revisiting a theoretical path that dialogues with Frege, Lenin, Althusser, Marx, and Engels. The results highlight Pêcheux’s deliberate commitment to historical and dialectical materialism as a theoretical, philosophical, and political foundation on which he defines Discourse Analysis (DA) as a Materialist Theory of Discourse.

Keywords: Language. Semantics and Ideology. Materialism. Idealism. Michel Pêcheux.

¹ Professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em Letras e Linguística na área de Análise do Discurso (AD) pela UFAL e pós-doutor em Linguística pela Unicamp. E-mail: helsonf@gmail.com

Introdução: Pêcheux e a virada materialista da linguagem

“Como devemos, então, conceber a intervenção da filosofia materialista no domínio da ciência linguística?” (Pêcheux, 1988, p. 89).

“O sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*” (Pêcheux, 1988, p. 91).

O livro *Les vérités de la Palice: linguistique, sémantique, philosophie* [1975] – traduzido para o Brasil como “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” – é considerado por grande parte dos(as) analistas de discurso como a obra mais avançada deste professor-filósofo-cientista-militante². Segundo Maldidier (2003, p. 37): “*Semântica e Discurso* é o grande livro de Michel Pêcheux. Ele apresenta o estado mais acabado da teoria”³.

Podemos dizer que este livro, que em 2025 comemora cinquenta anos, provocou e ainda provoca impacto na área dos estudos da linguagem e nas ciências humanas em geral. Especialmente porque subverte as compreensões idealistas sobre a linguagem, o sujeito e a produção de conhecimento, reposicionando-as na perspectiva do materialismo histórico. Trata-se de um livro polêmico e subversivo porque

vai à raiz das contradições que se expressam na imbricação contraditória da materialidade da linguagem (discurso e produção de sentidos), da materialidade do sujeito (de sua constituição enquanto tal) e da materialidade da história (enquanto processo dinâmico e contraditório). Conforme Maldidier (2003, p. 45): “O discurso é a figura central do livro. Ele liga todos os fios: da linguística e da história, do sujeito e da ideologia, da ciência e da política”.

Pêcheux, nesse livro, faz o seguinte questionamento: “Como devemos, então, conceber a intervenção da filosofia materialista no domínio da ciência linguística?” (Pêcheux, 1988, p. 89). Para responder a essa polêmica ela traça um caminho fincado no materialismo histórico e dialético, especialmente, problematizando a Semântica enquanto ponto nodal das contradições em Linguística, cuja existência tem a ver com a filosofia e a ciência das formações sociais (materialismo histórico). Nessa direção, faz um mergulho pela História e assevera que é preciso compreendê-la “na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar de as ‘práticas linguísticas’ inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada” (Pêcheux, 1988, p. 24).

Como já dissemos em outro momento (Silva Sobrinho, 2016), Pêcheux, em “Semântica e Discurso”, traça uma trajetória de reflexão na qual assume uma firme posição científica e política, ou seja, teórico-prática no que diz respeito à ideologia, à produção de conhecimento científico e à prática política revolucionária do proletariado. A nosso ver:

A magnitude da articulação dessas questões revela as preocupações sócio-históricas da Análise do Discurso (AD) naquela conjuntura, mas, também, aponta para os desafios, limites e possibilidades que vivenciamos hoje, diante dos processos discursivos em sua contraditoriedade, na sociedade capitalista (Silva Sobrinho, 2016, p. 90).

2 Silva Sobrinho (2018a).

3 Ainda segundo Maldidier (2003, p. 44): “O título em forma de enigma irreverente – em francês, *Les Vérités de la Palice*, onde M. de la Palice é invocado como ‘patrono dos semanticistas’! – marca uma diferença com os textos anteriores [...]. Um verdadeiro livro, onde o desenvolvimento do pensamento encontra a escrita. O subtítulo específica: ‘Linguística, semântica, filosofia’. Ele evoca o espaço no qual Michel Pêcheux trabalha desde muito tempo; mas um terceiro termo se juntou aos primeiros: a filosofia. Esta intervenção dá uma figura própria ao livro, cujo destinatário é interpelado como ‘linguista inquieto de filosofia’ [...]. Uma obra forte de um filósofo inquieto com a linguística”.

Tendo em vista esta leitura, propomos, no presente texto, fazer uma síntese teórico-prática sobre como se dão as disputas filosóficas entre idealismo e materialismo na obra “Semântica e Discurso” (ver Silva Sobrinho, 2005; 2016; 2017; 2018a; 2018b; 2019; 2023), visando lançar luzes sobre os trajetos de interpretação que contribuam para a compreensão materialista da linguagem (discurso) enquanto práxis sócio-histórica que medeia as relações dos sujeitos entre si (constituídos pela ideologia e afetados pelo inconsciente) e destes sujeitos em suas relações com a natureza⁴.

A Análise do Discurso pecheutiana se constitui como uma teoria materialista da linguagem, indissociável da tradição marxista. Daí propormos pensar o discurso e o sujeito na concretude da vida material, pois, como diz Zandwais (2009, p. 27), “[...] é o campo da prática concreta, da experiência, do vivido, que determina como o real precisa ser representado e significado como discurso”.

Frege na leitura materialista de Pêcheux⁵

“O único defeito da lucidez de Frege, o limite de seu materialismo, por assim dizer, é que, como já assinalamos, ao criticar as teses subjetivistas, ele apela às ciências e às ‘instituições’ (direito, religião, moral etc.), confundindo-as” (Pêcheux, 1988, p. 71).

Em “Semântica e Discurso”, Michel Pêcheux faz um trajeto que passa pela linguística, pela lógica e pela filosofia da linguagem, em

4 Segundo Orlandi (2020, p. 13): “A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e a da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana”.

5 Para maior aprofundamento, o(a) leitor(a) pode conferir o artigo de Silva Sobrinho (2018b).

direção à constituição da **Teoria Materialista do Discurso**. Neste percurso, convoca as reflexões de Gottlob Frege (lógico-matemático alemão) para fundamentar sua crítica materialista às evidências do sujeito e do sentido presentes na linguística tradicional, especificamente na Semântica. Pêcheux utiliza elementos da lógica fregeana para problematizar a oposição entre objetividade e subjetividade, logicismo e subjetivismo, e faz isso situando o debate na disputa entre as perspectivas filosóficas do idealismo e do materialismo.

Pêcheux retoma Frege porque a crítica que este estabelece ao psicologismo rompe com a ideia de que o pensamento deriva da consciência individual. Frege, ao distinguir representação subjetiva e pensamento objetivo, afirma que o pensamento não pertence ao “mundo interior”, por isso assume uma posição antipsicologista que abre espaço para pensar o sujeito não como fonte/origem do sentido, senão como efeito de condições exteriores. Segundo Pêcheux (1988, p. 56), Frege compreende que “se as representações estão ligadas ao sujeito, isso ocorre na medida em que ele é seu *portador*, o que sugere que essas representações não poderiam encontrar no sujeito uma origem qualquer”.

Apesar desse avanço de Frege, de entender o sujeito como portador das representações, Pêcheux identifica um limite no logicismo fregeano, pois quando Frege tenta unificar ciência, moral e religião sob princípios lógicos, cai no idealismo, uma vez que não compreende que as ciências são também produções históricas, já que o conhecimento científico possui determinações inscritas nas relações sócio-históricas.

Para Pêcheux, manifesta-se, ao mesmo tempo, em Frege: um ponto cego do idealismo (onde ele é materialista) e um ponto cego do materialismo (onde ele é idealista), pois a reflexão desse lógico-matemático, embora avançada, acaba por encobrir o real histórico

e ideológico. Assim, apesar de sua importante contribuição para os estudos da linguagem (filosofia da linguagem), separando o sujeito e o pensamento, linguagem e mundo, Frege acaba ainda deslizando pelo idealismo.

Pêcheux realiza essa crítica a partir da análise das sentenças relativas explicativas e determinativas (como as usadas por Frege) e demonstra como a língua é capaz de produzir efeitos de evidência, como se o referente estivesse simplesmente “dado no mundo”. Ao analisar as relativas explicativas e determinativas (tomando a língua como base sobre a qual se produzem os processos discursivos diferenciados), Pêcheux, em sua crítica, mostra como a articulação sintática mobiliza saberes anteriores (já-ditos) em que o sujeito se identifica com determinadas posições ideológicas. Isso favorece o efeito de ilusão de autonomia do sujeito (eu vejo o que vejo), pois “a identificação do sujeito, sua capacidade para dizer ‘eu, Fulano de tal’, é aqui fornecida como uma evidência primordial: é ‘evidente’ que somente eu poderia dizer ‘eu’ ao falar de *mim mesmo*” (Pêcheux, 1988, p. 101).

Pêcheux aprofunda essa questão ao retomar o funcionamento da interpelação ideológica como desenvolvida por Althusser: “O ideológico, enquanto ‘representação’ imaginária, está, por essa razão, necessariamente subordinado às forças materiais ‘que dirigem os homens’ (as ideologias práticas, segundo a terminologia de Althusser), reescrevendo-se nelas” (Pêcheux, 1988, p. 73). Para Pêcheux, as evidências de sentido e de sujeito são efeitos discursivo-ideológicos sustentados por pré-construídos.

Nesse ponto, Pêcheux desloca a noção de “pressuposição” estudada por Frege para a noção discursiva de pré-construído (Henry, 1992); esta é marcada pela anterioridade e exterioridade dos sentidos⁶. Essa formulação faz Pêcheux

voltar a realizar uma crítica ao idealismo que reduz a objetividade à subjetividade. É que a perspectiva idealista toma as representações como conceitos, como se estes fossem pura expressão da subjetividade, e isso encobre a concretude material da objetividade.

Pêcheux, enquanto materialista, mostra que a produção do conhecimento (conceitos) tem base em condições históricas e ideológicas. Isso acontece porque a perspectiva materialista compreende que o conhecimento é produzido historicamente e, sobretudo, que o mundo exterior existe independentemente do sujeito. Nessa perspectiva materialista, o pensamento depende do real e não o contrário. Ou seja, há uma primazia do real sobre o pensamento.

Segundo Silva Sobrinho (2018b, p. 16):

Desse modo, a distinção entre representação interior e mundo exterior [produzida por Frege] agrada a Pêcheux, pois há, neste ponto, o reconhecimento da existência de algo independente dos sujeitos e exterior a esses sujeitos, saibam eles ou não. É uma tomada de posição pelo materialismo que Pêcheux assume.

A associação entre pensamentos/representação (em Frege atribuída à psicologia) é reinterpretada por Pêcheux como efeito do imaginário e da ideologia. Lembremos que Pêcheux toma o exemplo do próprio Frege para aprofundar a discussão sobre questões linguísticas e ideológicas como a expressão “a vontade do povo”. Para Mالدیدیر (2003, p. 48): “A questão de Frege sobre a denotação da expressão a ‘vontade do povo’ faz parte dessas questões obsidianas que estimulam a reflexão de Michel Pêcheux. Uma questão que conjuga nele o amor à língua e à política”.

Tal enunciado, ideologicamente, a depender de sua interpretação, funciona como

dente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático” (Pêcheux, 1988, p. 99).

6 Para Pêcheux o efeito do pré-construído funciona como “uma construção anterior, exterior, mas sempre indepen-

uma “ficção linguística” inscrita na lógica idealista, e consequentemente faz reproduzir a visão burguesa da política como jogo ou opinião individual. Pêcheux explica que é preciso compreender esses tipos de enunciados como efeitos materiais da ideologia funcionando na linguagem e no pensamento.

Em nosso entendimento, Pêcheux retoma Frege para desestabilizar o idealismo na linguística e na filosofia da linguagem, pois, “na verdade, todo ‘conteúdo de pensamento’ existe na linguagem, sob a forma do *discurso*” (Pêcheux, 1988, p. 99). E, por isso, propõe uma teoria não subjetivista da subjetividade, baseada na tríplice aliança entre materialismo histórico, linguística e, mais à frente, na psicanálise, no que esta tem de materialismo.

A AD e a psicanálise se encontram na Teoria Materialista do Discurso, na crítica ao sujeito soberano e no entendimento de que o funcionamento da linguagem e a constituição do sujeito não são transparentes, pois envolvem processos opacos, históricos e ideológicos. Vale lembrar como Pêcheux convoca a Psicanálise ainda na introdução de “Semântica e Discurso”: “[...] certos aspectos do trabalho de J. Lacan – na medida em que ele explicita e aprofunda o materialismo de Freud – virão se agrupar ao que, como dissemos, constitui aqui o elemento essencial, a saber, as direções abertas por Althusser [...]” (Pêcheux, 1988, p. 32).

Ou seja, em “Semântica e Discurso”, Pêcheux, além da linguística e do materialismo histórico e dialético, também mobiliza a psicanálise, especialmente a partir de Freud e Lacan, fazendo uma leitura materialista para romper com a concepção de um sujeito transparente e totalmente consciente, pois Pêcheux considera, em acordo com a psicanálise, que o pensamento é inconsciente, que o inconsciente é o discurso do Outro e que todo discurso é ocultação do inconsciente (Pêcheux, 1988, p. 175).

Segundo Pêcheux (1988, p. 133):

[...] podemos discernir de que modo o *recalque inconsciente* e o *assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar *como o processo do significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/ transformação das relações de produção.

Em outras palavras, o inconsciente é articulado como parte da materialidade significante e, ao mesmo tempo, articulado à ideologia (em seu caráter material). Esta imbricação contraditória determina o discurso e produz equívocos, lapsos, efeitos metafóricos e deslocamentos. Contudo, pedimos desculpa ao(à) leitor(a), pois não aprofundaremos a relação entre materialismo histórico e psicanálise por falta de espaço neste artigo⁷.

O materialismo leninista em “Semântica e Discurso”

⁸

“A relação pela qual a ‘realidade’ se torna dependente do ‘pensamento’ é justamente a marca do idealismo, tal como o descreve Lênin em *Materialismo e Empiriocriticismo*, e para o qual se apaga a distinção entre pensar e imaginar”

(Pêcheux, 1988, p. 170).

Não se pode negar que o livro “Semântica e Discurso” traz em sua formulação contribuições teórica e política dos escritos de Lênin na perspectiva do materialismo histórico-

⁷ Nessa direção, sugerimos ao(à) leitor(a) o estudo de Baldini (2014). Este autor examina o papel da Psicanálise lacaniana na constituição da Análise do Discurso de Pêcheux. Recomendamos igualmente o texto de Magalhães e Mariani (2010), que discute a constituição do sujeito a partir da articulação entre ideologia, inconsciente e discurso, integrando materialismo histórico, psicanálise lacaniana e Análise do Discurso.

⁸ Para um aprofundamento maior sobre o tema, sugerimos a leitura do artigo de Silva Sobrinho (2023).

dialético que, a nosso ver, fundamentam a formulação da Teoria Materialista do Discurso. Segundo Zandwais (2009, p. 33): “É, pois, em *Semântica e Discurso* que Pêcheux aproxima-se e assume, de modo concreto, sua ótica marxista-leninista”. Isso não significa que Pêcheux deva ser “classificado” como marxista-leninista, mas é preciso destacar que este professor-filósofo-cientista-militante foi um leitor atento de Lênin, cujas reflexões filosóficas, políticas e metodológicas influenciaram decisivamente na construção da Análise do Discurso de orientação materialista, especialmente no que diz respeito à ciência, à ideologia, aos processos discursivos e à prática política revolucionária do proletariado.

Em um estudo anterior, consideramos (Silva Sobrinho, 2023, p. 417)

[...] que é, sobretudo, em *Semântica e Discurso* que Lênin aparece de modo mais constante. O confronto de Lênin com o idealismo e a sua tomada de posição pelo materialismo histórico e dialético afetam fortemente Pêcheux e o inspiram a fazer avançar a Teoria materialista do discurso a partir da crítica ao idealismo em Linguística e em Filosofia da linguagem, principalmente no que tange à combinação entre Lógica e Retórica na constituição da Semântica. A leitura atenta da obra de Lênin realizada por Pêcheux sustenta a crítica às concepções de língua e história, ideologia e ciência. A nosso ver, “*Semântica e Discurso*”, além de ser a obra mais completa e profunda de Pêcheux, é, fundamentalmente, uma tomada de posição pelo materialismo histórico e dialético para fazer avançar a Análise do Discurso, como cavalo de Troia nas ciências humanas e sociais.

Pêcheux mobiliza o marxismo-leninismo, seja de forma explícita (em referências bibliográficas), seja incorporando conceitos, metáforas de problemas levantados pelos marxista-leninistas, especialmente a partir do livro “Materialismo e Empiriocriticismo”, de Lênin. Consideramos que essa obra é central, pois da leitura deste livro Pêcheux apresenta os principais argumentos de Lênin⁹ na crítica ao idealismo da filosofia empiriocriticista¹⁰

9 Cf. Lénine (1975).

10 “Em ‘Materialismo e Empiriocriticismo’, publicado em 1909, Lênin identifica que havia certa influência no mo-

e retoma a defesa do primado do real em seu caráter material sobre a produção da consciência (pensamento); pois, para o materialismo filosófico, a matéria existe fora de nossa consciência. Nessa direção, reafirma que toda teoria envolve uma tomada de posição, seja ela pelo materialismo ou pelo idealismo. Por fim, Pêcheux, fundamentado em Lênin, dá ênfase à prática (práxis) como critério da verdade, demonstrando a ligação entre ciência e política.

As teses materialistas que Pêcheux expõe, fundamentadas em Lênin e em Engels, são as seguintes:

a) o mundo “exterior” material existe (objeto real, concreto real);

b) o conhecimento objetivo desse mundo é produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas científicas (objeto de conhecimento, concreto de pensamento, conceito);

c) o conhecimento objetivo é independente do sujeito (Pêcheux, 1988, p. 74).

Podemos sintetizar essas teses afirmando que Lênin distingue de forma decisiva materialismo e idealismo a partir da distinção entre o ser e a consciência (pensamento). Para o materialismo, o mundo objetivo existe primeiro e de modo independente, determinando a consciência como seu reflexo; em outras palavras, o pensamento é uma forma particular do real, é efeito das condições materiais e, por isso, se manifesta no movimento de desigualdade-contradição-subordinação que deriva das condições de produção. Já para o idealismo, ocorre o inverso: a consciência é colocada em primeiro plano e passa a criar e organizar o mundo a partir das sensações, percepções, ideias,

vimento operário russo de determinados teóricos que, da posição idealista subjetivista em filosofia, deturpavam e negavam o materialismo histórico e dialético e, por conseguinte, difundiam ideias burguesas contrárias à prática revolucionária do proletariado” (Silva Sobrinho, 2023, p. 418).

enfim, da subjetividade (subjetivismo). Assim, enquanto o materialismo afirma a primazia do real sobre o pensamento, o idealismo atribui ao espírito (consciência) o papel de origem do conhecimento e do próprio mundo.

Esta compreensão de Pêcheux, inspirada em Lênin, tem raízes na proposição de Marx (1996, p. 52) quando este afirma que: “O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

Com esses fundamentos, Pêcheux vê a Semântica como lugar privilegiado das contradições entre idealismo e materialismo em Linguística, e toma posição explícita pelo materialismo histórico e dialético, articulando a língua com a história e a ideologia, bem como realizando uma crítica à visão subjetivista do sentido. Isso permite compreender o discurso como prática material, e o sujeito produzido nas e pelas práticas históricas.

Lembremos que Pêcheux, ao iniciar “Semântica e Discurso”, coloca o(a) leitor(a) diante de um debate em que a Semântica aparece como ponto de tensão (ponto nodal/de contradição) dentro da linguística, pois suas bases, ancoradas na lógica, na retórica e em tradições filosóficas idealistas, sustentam evidências (separando língua, história, sujeito falante) que naturalizam a existência do sujeito e da produção de sentido. Para se desvencilhar dessas evidências (espontâneas), Pêcheux insere essa discussão num quadro histórico mais amplo, marcado pela crise imperialista, pelas rupturas do movimento comunista internacional e, sobretudo, pelas contradições da Revolução Russa e pelos desvios stalinistas, que recolocavam em cena questões fundamentais sobre o Estado, o sistema capitalista, a revolução socialista, o funcionamento da ideologia e a produção do conhecimento científico.

Nesse contexto, o autor mostra que também na Semântica o que estava em disputa era a reflexão sobre a produção dos sentidos e a constituição dos sujeitos, o que tornava imprescindível a formulação de uma Teoria Materialista do Discurso capaz de enfrentar tais contradições. Nessa direção, Pêcheux assume tarefas fundamentais (de inspiração marxista-leninista) na introdução do livro “Semântica e Discurso”, a saber: analisar a produção dos conhecimentos científicos e compreender a prática política revolucionária do proletariado.

Em síntese, Pêcheux, fundamentado em Lênin, considera que o real existe independentemente do pensamento; que o conhecimento é produto histórico; que a objetividade científica implica uma tomada de posição materialista; que o discurso não nasce no indivíduo, mas nas condições ideológicas e históricas de uma determinada formação social, ou seja, em condições de reprodução/transformação das relações de produção.

Podemos dizer então que há, pois, em AD uma articulação entre a ciência das formações sociais (materialismo histórico), a luta de classes e os processos discursivos. Melhor dizendo, há, em “Semântica e Discurso”, uma forte articulação entre discurso, ciência e política, pois estes são compreendidos como inseparáveis.

Pêcheux, leitor materialista de Althusser¹¹

“Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusive as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (Althusser apud Pêcheux, 1988, p. 31).

11 Para aprofundar a discussão aqui apresentada, indicamos o texto de Silva Sobrinho (2017).

Sabemos que o pensamento de Louis Althusser (1985) foi de suma importância teórica e política para compreender mais a fundo a sociedade capitalista e, sobretudo, para sustentar uma abordagem materialista das relações sociais, da ideologia e das lutas de classes. Assim, podemos considerar que a AD de Pêcheux é herdeira crítica da teoria althusseriana, produzindo sua versão discursiva da ideologia e do sujeito.

Conforme Maldidier (2003, p. 49):

Michel Pêcheux propõe uma leitura luminosa do artigo “Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado”. Ele marca claramente a ancoragem de seu projeto na tese althusseriana da interpelação que, diz ele, “abre diretamente a problemática de uma teoria materialista das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção”. A leitura que Michel Pêcheux fazia do famoso texto de Althusser era original e marcava uma intuição teórica muito fina. Acrescentando a palavra “transformação” na fórmula consagrada utilizada por Althusser sobre a reprodução das relações de produção, ele tentava desmanchar as interpretações funcionalistas que o texto althusseriano não parava de suscitar. Essa questão, que é também a da contradição, ia estar logo no centro de sua reflexão.

Pêcheux, enquanto leitor crítico de Althusser, acrescenta à noção de reprodução a palavra “transformação” e passa a trabalhar no “Semântica e Discurso” com o funcionamento das condições ideológicas de **reprodução/transformação** das relações de produção¹². Ele formula uma teoria discursiva que mantém a luta de classes como elemento incontornável e considera a noção de ideologia nos mecanismos de produção de sentidos e na constituição dos sujeitos. Essa compreensão desmonta leituras idealistas do discurso, do sujeito, da sociedade e da ciência, visto que o processo de reprodução/transformação restitui a centralidade da luta de classes e permite compreender a ideologia como prática material, possibilitando, de modo firme,

articular teoria e política.

Pêcheux é tratado como althusseriano engajado na aventura da linguagem, e a relação entre ambos é vista como um ponto de diálogo, de crítica, de superação e não de submissão. Isso porque Pêcheux realiza uma leitura cuidadosa da teoria althusseriana da ideologia, destacando as teses fundamentais, que podemos apresentar aqui em forma de síntese: a) só há prática através de e sob uma ideologia; b) só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos; c) a Ideologia tem existência material, nas práticas dos aparelhos¹³; d) a Ideologia interpela os indivíduos como sujeitos; e) a Ideologia é “eterna” enquanto forma estrutural e de funcionamento das/nas formações sociais.

Essas formulações são mostradas como diretamente conectadas ao projeto teórico-político da Teoria Materialista do Discurso, que incorpora: a materialidade da ideologia, a interpelação como mecanismo constitutivo do sujeito do discurso, o funcionamento da opacidade (produção de evidência) de sentidos e o princípio de que não há sujeito exterior à ideologia.

Podemos dizer ainda que a formulação althusseriana de que a ideologia tem existência material e funciona por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) é decisiva para Pêcheux.

[...] as formas que a “relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” toma não são homogêneas precisamente porque tais “condições reais de existência” são “distribuídas” pelas relações de produção econômicas, com os diferentes tipos de

12 Ver subtítulo do capítulo “Discurso e Ideologia(s)”: “Sobre as condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção” (Pêcheux, 1988, p. 143).

13 É preciso ressaltar que os AIE não são puros instrumentos da classe dominante; segundo Pêcheux, fundamentado em Althusser, eles são palco de luta de classes: “O que significa que os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista). De onde a expressão ‘reprodução/transformação’ que empregamos” (Pêcheux, 1988, p. 145).

Segundo Pêcheux (1988, p. 160):

Desse modo, é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o

caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

Com esses fundamentos, Pêcheux concebe o discurso como espaço de funcionamento ideológico e como lugar de disputa nas relações econômicas entre posições de classe. Isso faz Pêcheux adotar a tese de Althusser de que o sujeito não é origem, mas efeito da interpelação ideológica. Esse também é o núcleo que permite a ele romper com visões idealistas da linguagem e formular a noção de forma-sujeito (forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais). Ele considera que “a ‘evidência’ da identidade oculta que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem estranha é, contudo, ‘estranhamente familiar’” (Pêcheux, 1988, p. 155).

Podemos ver que há um retorno, neste diálogo com Althusser sobre a relação entre ideologia e inconsciente, entre materialismo histórico e psicanálise, pois no processo de interpelação também se dá o processo do significante, rede de significantes (Lacan), no qual “o sujeito é ‘preso’ nessa rede – ‘nomes comuns’ e ‘nomes próprios’, efeito de *shifting*, construções sintáticas etc. – de modo que o sujeito resulta dessa rede como ‘causa de si’ no sentido espinosano da expressão” (Pêcheux, 1988, p. 156). Ou seja, o sujeito se constitui nas redes de significantes e, sob a consequência do efeito *münchhausen*¹⁴, isso é apagado, pois o sujeito aparece como se fosse causa de si e fonte do sentido. Em outras palavras, de modo aparentemente espontâneo, o sujeito do discurso aparece como sendo a origem do sujeito do discurso. Manter a compreensão de que o sujeito seria a “origem/fonte”, conforme adverte Pêcheux, constitui uma forma de recaída

Cabe ressaltar que, para Althusser (1985), não há reprodução social sem luta e que o conflito e a luta de classes atravessam os aparelhos ideológicos e repressivos de Estado. Esse ponto pode ser lido à luz de Pêcheux: a ideologia funciona, mas falha; o ritual se quebra; há brechas, resistências, deslocamentos. E isso coloca novos desafios para pensar a linguagem, o sujeito, a ideologia, a história e a prática científica e política.

A aproximação entre Pêcheux e Althusser constitui, assim, um eixo potente de resistência ao apagamento da luta de classes na Teoria Materialista do Discurso, pois reconhece a materialidade da linguagem e do sujeito no capitalismo contemporâneo e problematiza tanto a evidência do sentido quanto o efeito de evidência do próprio sujeito. Nessa perspectiva, o sentido não é transparente e o sujeito não se coloca como origem, mas como descentrado, produzindo-se enquanto efeito das condições históricas que o atravessam. Em outras palavras, tanto sujeitos quanto sentidos são historicamente determinados. Afirmar tal determinação é tomar posição firme numa perspectiva materialista.

14 “A evidência diz: as palavras têm um sentido porque têm um sentido, e os sujeitos são sujeitos porque são sujeitos: mas, sob essa evidência, há o absurdo de um *círculo* pelo qual a gente parece subir aos ares se puxando pelos próprios cabelos” (Pêcheux, 1988, p. 31).

Pêcheux: do combate ao idealismo à afirmação do materialismo¹⁵

“Em outros termos, a proposição materialista ‘a matéria é independente do espírito’ não poderia ser convertida em ‘o espírito é independente da matéria’ sem abalar as próprias bases do materialismo” (Pêcheux, 1988, p. 76).

Como vimos, Pêcheux empreende uma crítica decisiva à perspectiva do idealismo presente na linguística e na filosofia da linguagem, recuperando o que há de materialista em Frege e convocando Lênin, sustentado pelos fundamentos de Marx, Engels e Althusser, para firmar uma posição materialista no interior da linguística. Nessa direção, Pêcheux insiste na tese da independência do real em relação ao sujeito, recusando qualquer primazia da consciência. Nas palavras do próprio autor (1988, p. 255): “Tese 1: o real existe, necessariamente, independente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real”.

Em “Semântica e Discurso”, Pêcheux nos convoca a encarar um problema que atravessa, muitas vezes de modo silencioso, tanto a linguística quanto as ciências humanas, a saber: a permanência do idealismo como lógica dominante do pensamento sobre a linguagem. Para ele, o idealismo não é apenas uma posição filosófica abstrata, mas um modo “espontâneo” de funcionamento discursivo que insiste em colocar o sujeito como ponto de partida, ou seja, como transparente, consciente e fonte/origem dos sentidos que produz.

Essa crença espontânea (ideológica) faz com que o pensamento (materializado na linguagem) pareça criar o objeto no mundo (o referente), apagando a distinção entre o que é da ordem da realidade e o que é da ordem

da representação. Essa confusão faz com que se produza a naturalização do sentido e o apagamento das determinações históricas e ideológicas, levando a uma “sensação” de neutralidade científica.

O materialismo, ao contrário, desloca radicalmente essa perspectiva, pois “as modalidades histórico-materiais sob as quais ‘o real determina as formas de existência do pensamento’ são, elas mesmas, determinadas pelo conjunto das relações econômicas, políticas e ideológicas [...], isto é, tal como a luta de classes, que as atravessa sob diversas formas, as organiza” (Pêcheux, 1988, p. 256). Portanto, assumir uma posição materialista não é simplesmente optar por um lado em um debate filosófico, mas reconhecer que o sentido não nasce do sujeito, e sim das condições materiais de produção/reprodução/transformação que o constituem e que o sujeito não se constitui de modo espontâneo, mas nas práticas históricas.

Portanto, a linguagem não é uma expressão pura da consciência, mas uma prática material inscrita na história, nas relações de força e na luta de classes de uma determinada formação social. Isso significa que, antes de interpretar o que um enunciado “quer dizer”, é preciso compreender o que permite que ele seja dito, por quem e em qual conjuntura. É fundamental buscar pelo seu caráter material¹⁶.

Compreender o caráter material do sentido e do sujeito exige analisar as formações sociais, os modos de produção, as formações discursivas e ideológicas, bem como, as condições de produção e o papel das classes sociais no processo de significação. A AD, inscrita na perspectiva materialista, torna-se capaz de compreender como os discursos reproduzem ou contestam a ordem capitalista, defendendo a necessidade de manter o foco na luta de classes para evitar que a teoria se esvazie de seu potencial transformador.

16 Ver Pêcheux (1988) e Silva Sobrinho (2019).

15 Os(as) leitores(as) interessados(as) poderão aprofundar sua crítica consultando os textos de Silva Sobrinho (2018b; 2019).

A nosso ver, a crítica de Pêcheux é certa: o idealismo, mesmo quando dissimulado enquanto empirismo linguístico ou logicismo formal, funciona como um obstáculo epistemológico e político, pois oferece soluções já prontas, e ainda pior, simula rigor científico e mascara sua própria implicação ideológica. Por sua vez, o materialismo recoloca a opacidade do discurso e do sujeito, uma vez que toma as condições de produção como determinantes e compreende que a prática científica também se inscreve em disputas ideológicas.

Podemos dizer junto com Pêcheux (1988, p. 162) que:

Compreende-se melhor, agora, de que modo o que chamamos “domínios de pensamento” se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc. É por essa via, como veremos, que todo sujeito se “reconhece” a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a *condição* (e não o *efeito*) do famoso “consenso” intersubjetivo por meio do qual o idealismo pretende compreender o ser a partir do pensamento.

Assim, quando Pêcheux traz o materialismo para restaurar a compreensão da materialidade do discurso, ou melhor, para problematizar o caráter material do sentido e do sujeito, ele está contestando o próprio coração do idealismo, isto é, a crença de que o sujeito é origem do sentido. Pêcheux problematiza o pensamento enquanto determinação da objetividade material (ou seja, do interdiscurso enquanto o todo complexo com dominante das formações discursivas e ideológicas). A análise materialista mostra que o sujeito é efeito, e não fundamento; que o sentido é produto, é práxis e possui historicidade, e não essência; e que a linguagem é um espaço privilegiado onde se decide, a cada discurso, o modo como a ideologia se atualiza e se transforma na dinâmica da sociabilidade humana.

Vale ressaltar, na direção da perspectiva materialista que não estamos trabalhando com o materialismo mecanicista, mas com o materialismo histórico e dialético. Segundo Engels (1890), na carta endereçada a Joseph Bloch:

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isso afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma (Engels, 1890, p. 1).

Portanto, à luz do materialismo de Marx e Engels (1998), ao afirmarem que o ser social determina a consciência, podemos sustentar que, para a Análise do Discurso, os sentidos e os sujeitos não constituem “dados” naturais, mas produções históricas inscritas nas condições materiais (concretas) de existência. Em outras palavras, as relações sociais são também relações de sentidos. Nessa perspectiva, considerando a atualidade histórica, o discurso é efeito das relações sociais e ideológicas que se engendram no antagonismo entre capital e trabalho, manifestando-se, simultaneamente, como expressão dessas contradições e como prática que nelas intervém em sua relativa autonomia, e não como prática mecânica. Trata-se, aqui, de “determinação histórica”, e não de “determinismo”.

Portanto, a oposição entre idealismo e materialismo em “Semântica e Discurso” não é apenas de ordem teórica, mas constitui, sobretudo, uma tomada de posição política; ou, ainda, uma questão de ética e responsabilidade.

Trata-se de optar entre uma perspectiva teórico-idealista que naturaliza a ordem social e o *status quo*, com todas as consequências que disso decorrem, e uma perspectiva materialista que evidencia a historicidade dos sentidos e dos sujeitos, abrindo espaço tanto para a compreensão crítica quanto para a possibilidade de transformação social revolucionária.

Em última análise, como nos disse Pêcheux, a forma-sujeito do capitalismo tenta separar prática científica e prática política. No entanto, é preciso lembrar que “a história da produção dos conhecimentos não está *acima* ou *separada* da história da luta de classes” (1988, p. 190). A produção do conhecimento científico e as práticas políticas não estão apartadas, pois resultam das condições de reprodução/trans transformação das relações de produção.

Como diz Pêcheux (1988, p. 203):

A prática teórica do materialismo histórico pressupõe e implica a prática política do proletariado, com o vínculo que as une: em suma, trata-se da formação histórica de uma *política científica*, contemporânea à formação histórica do movimento operário, e ligada, de seu interior, a um conhecimento científico da luta de classes.

Para Pêcheux, a “neutralidade” científica é um mito e a objetividade científica é indissociável de uma tomada de posição materialista¹⁷. A produção do conhecimento é para transformar, e isso se dá no processo histórico real da vida material. Por isso, só se compreende plenamente a AD quando ancorada no materialismo histórico e nas lutas de classes. Isso significa que ao se afastar do materialismo, a Análise do Discurso tende a interpretações idealistas que abstraem o discurso de suas condições materiais. Retomar

17 Segundo Pêcheux: “A objetividade materialista do ponto de vista do proletariado se caracteriza discursivamente por tomadas de posição a favor de certas palavras, formulações, expressões etc., contra outras palavras, formulações ou expressões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos” (1988, p. 209).

Pêcheux em “Semântica e Discurso” é recolocar o discurso como prática social constituída pelas contradições do sistema capitalista.

As consequências de uma leitura ancorada no materialismo histórico e dialético residem em reconhecer que sentidos e sujeitos são produzidos pelas e nas condições materiais de existência e pela e na luta de classes (enquanto motor da história), e não pela consciência individual ou pela língua em si enquanto sistema abstrato, pois o discurso é uma prática histórica inscrita no complexo das relações de produção/reprodução/trans transformação das relações ideológicas e materiais de produção. Analisá-lo exige recolocar a materialidade da vida social no centro da reflexão. Sem essa perspectiva, a Análise do Discurso pode deslizar para posições idealistas e perder grande parte de seu potencial científico e político.

À guisa de conclusão: Trabalhar com o materialismo, a lição de Pêcheux

“Na verdade, não se fica nunca em dia com o materialismo histórico, ou com o materialismo dialético e, sobretudo, não se desembaraça deles –, apresentando-os por antecipação, isto é, colocando-os antes de se começar o trabalho: trabalha-se com. É o que temos procurado fazer aqui a propósito do núcleo vital da contradição linguística” (Pêcheux, 1988, p. 254).

É importante reiterar que a AD precisa vigiar permanentemente os riscos de possíveis desvios idealistas. Isso exige trabalhar com firmeza com o materialismo histórico e dialético. É preciso dizer também que mesmo tendo reconhecido falhas teóricas e proposto retificações na Teoria Materialista do Discurso, Pêcheux não abandonou o materialismo, mas o aprofundou.

A nosso ver, a Análise do Discurso, na perspectiva materialista de Michel Pêcheux, só

pode ser compreendida plenamente quando ancorada no materialismo histórico e dialético, pois o discurso é um objeto historicamente determinado, constituído, atravessado e movido pelas contradições das lutas de classes da sociedade capitalista.

Por isso, entendemos que a Análise do Discurso de Michel Pêcheux possui fundamentos teóricos, filosóficos, científicos e políticos no materialismo histórico, e essa tomada de posição permite compreender que a produção dos sentidos e a constituição dos sujeitos estão enraizadas na concretude das condições materiais de existência (forças produtivas e relações de produção) de uma conjuntura histórica determinada.

O discurso e o sujeito só podem ser compreendidos dentro do processo histórico de produção e reprodução da vida material, no qual o trabalho, as relações de classe e a ideologia desempenham papéis centrais. Os sentidos não são naturais ou universais, mas efeitos ideológicos produzidos nas formações sociais e determinados pelas posições de classes em lutas.

Como vimos, o discurso é inseparável do processo histórico material: ele expressa e, ao mesmo tempo, participa da disputa por hegemonia, naturalizando desigualdades e/ou produzindo resistências. A AD, fundada no materialismo histórico, busca justamente desnaturalizar as evidências ideológicas do capitalismo e revelar o caráter histórico (material) dos sentidos e dos sujeitos dentro das determinações sociais que o constituem.

Nessa direção não basta dizer (nomear a teoria), como se convencionou: “Análise do Discurso Materialista”; é necessário também reposicionar a Análise do Discurso no horizonte do materialismo histórico e dialético, tomando como centrais as noções de luta de classes, ideologia e relações materiais de produção.

Como vimos, Pêcheux é um pensador que articula ideologia, ciência e prática política revolucionária, por isso, sustenta que todo processo discursivo se inscreve em relações ideológicas de classe e que o sentido tem caráter material.

Isso quer dizer que o discurso só pode ser compreendido quando vinculado ao processo histórico real, isto é, ao trabalho, à produção da vida material, aos antagonismos entre capital e trabalho e ao papel dos aparelhos ideológicos e repressivos de Estado.

Ainda segundo Pêcheux:

O primado do real sobre o pensamento não está ligado, de modo algum, a puras propriedades linguísticas, mas depende de um “exterior” bem diferente, que é o conjunto dos efeitos, na “esfera da ideologia”, da luta de classes sob suas diversas formas: econômica, política e ideológica (Pêcheux, 1988, p. 258).

Analisar o discurso na atualidade implica reconhecer que os sentidos e os sujeitos emergem das condições materiais e contraditórias da sociedade capitalista com suas implicações econômicas, políticas e ideológicas. Nessa direção, a AD deve assumir sua dimensão científica e política, engajada na transformação da realidade e na resistência-revolta à dominação burguesa.

A nosso ver, revisitar Pêcheux a partir do materialismo histórico e dialético é urgente para enfrentar a crise contemporânea e manter a crítica à sociedade capitalista. Como dissemos (Silva Sobrinho, 2023, p. 420): “Tomar posição pelo idealismo ou pelo materialismo tem consequências para o conhecimento científico e para a prática política, pois intervém tanto na reprodução do *status quo* como na luta por sua superação”. Desse modo, a AD de orientação materialista exige do(da) analista de discurso assumir posição teórica e política diante das

contradições do capitalismo, mantendo viva a perspectiva transformadora e revolucionária.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de estado. Trad.: Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

Baldini, Lauro. A Análise de Discurso e “uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”. *Letras*, (48), 2014, p. 117-129. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/14427> Acesso em: 20 nov. 2025.

ENGELS, Friedrich. Carta para Joseph Bloch. [1890]. In: site: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm> . Acesso em: 20 nov. 2025.

HENRY, Paul. A ferramenta imperfeita: língua, discurso e sujeito. Trad.: Maria Fausta de Castro. Campinas: Unicamp, 1992.

LÉNINE, Vladimir. Materialismo e Empiriocriticismo: novas críticas sobre uma filosofia reaccionária. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethania. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. *Linguagem em (Dis)curso* 10 (2), Ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/HjFWNBXFWy6WjXQLML3tdcs/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 20 nov. 2025.

MALDIDIER, Denise. A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas-SP: Pontes, 2003.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. Trad.: Edgard Malagodi. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 13ª ed. Pontes, Campinas-SP: 2020.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad.: Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

SILVA SOBRINHO, Helson. Trilhar caminhos, seguir discursos: aonde isso poderá nos levar?. In: *Anais do II SEAD*, 2005. Disponível em: https://www.discursosead.com.br/_files/d/27fcd2_3f5896a3528e47b6b8218e3effbc493b.pdf . Acesso em: 20 nov. 2025.

SILVA SOBRINHO, Helson. Michel Pêcheux e a crítica ao capitalismo: “é preciso ousar se revoltar”. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. (org.). *A Análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas-SP: Pontes, 2016. p. 89-103.

SILVA SOBRINHO, Helson. Althusser e a luta de classes: um elo teórico e político decisivo. In: ABRAHÃO E SOUSA, L.; GARCIA, D. (org.). *Ler Althusser hoje*. São Carlos: EdUFScar, 2017. p. 31-52.

SILVA SOBRINHO, Helson. Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso. In: BALDINI, L.; BARBOSA FILHO, F. *Análise de discurso e materialismos: prática política e materialidades*. Vol. 2. Campinas-SP: Pontes, 2018a. p. 59-84.

SILVA SOBRINHO, Helson. Pêcheux diante da lógica fregeana: apontamentos sobre a relação entre objetividade e subjetividade. *Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Nº 42, 2018b. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao42/edicao42.pdf#page=11> Acesso em: 20 nov. 2025.

SILVA SOBRINHO, Helson. O caráter material do sentido e as classes sociais: uma questão para a Análise do Discurso. *Polifonia*, [S. l.], v. 26, n. 43, p. 130-150, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8307>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SILVA SOBRINHO, Helson. Pêcheux e Lênin: um encontro com o Materialismo Histórico-dialético. *Revista Leitura*, [S. l.], v. 1, n. 76, p. 413-431, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/15638>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ZANDWAIS, Ana. Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.

Submissão: dezembro de 2025

Aceite: dezembro de 2025.

LA PALICE E MÜNCHHAUSEN ENTRAM EM UM BAR: O ÓBVIO E O ABSURDO NO ORDINÁRIO DO SENTIDO

Rodrigo Oliveira Fonseca¹

Resumo: O presente artigo destaca e explora alguns temas caros de *Les vérités de la Palice*, de Michel Pêcheux, articulando-os com processos discursivos que transitam entre o óbvio e o absurdo. É analisada a tentativa falhada de uma modalização autonímica, seguida pela análise de duas orações relativas que podem funcionar como explicativas ou determinativas. É feita a discussão do caráter aberto e inconcluso do empreendimento teórico e analítico de Michel Pêcheux. Depois, é esmiuçada a forte autocritica que o autor faz da figura de um sujeito plenamente identificado pela interpelação da ideologia dominante burguesa tal como apresentada no seu livro de 1975. O artigo termina com uma contribuição em torno do lugar promissor do absurdo e do óbvio nos procedimentos de análise do discurso.

Palavras-chave: Michel Pêcheux. Semântica. Linguística. História. Ideologias dominadas.

LA PALICE AND MÜNCHHAUSEN WALK INTO A BAR: THE OBVIOUS AND THE ABSURD IN THE ORDINARY OF MEANING

Abstract: This article highlights and explores some of the key themes in Michel Pêcheux's *Les vérités de la Palice*, linking them to discursive processes that shift between the obvious and the absurd. It analyzes the failed attempt at an autonomic modalization, followed by an analysis of two relative clauses that can function as explanatory or determinative. The open and inconclusive nature of Michel Pêcheux's theoretical and analytical undertaking is discussed. Next, the author's strong self-criticism of the figure of a subject fully identified by the interpellation of the dominant bourgeois ideology, as presented in his 1975 book, is examined in detail. The article concludes with a contribution on the promising place of the absurd and the obvious in discourse analysis procedures.

Keywords: Michel Pêcheux. Semantics. Linguistics. History. Dominated ideologies.

1 Professor e pesquisador em Análise do Discurso e História do Brasil, com doutorado em Letras pela UFRGS, mestrado em História pela PUC-Rio, bacharelado e licenciatura em História pela UERJ e graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFF. Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) desde 2015. E-mail rodrigorofflin@gmail.com

Introdução

Os semanticistas, com suas classificações simples e dicotômicas de *cadeiras* e *solteiros*, se atrapalham com realidades de outra ordem como *a história, as massas e a classe operária*. São objetos, coisas, sujeitos, coleções de sujeitos? Foi Louis Althusser quem apontou para Michel Pêcheux a pertinência de se pensar as evidências do sujeito e dos sentidos de modo articulado em torno dos processos ideológicos, sendo a transparência da linguagem, pela produção de evidências como a dos sentidos e dos sujeitos, o “efeito ideológico elementar” (Althusser, 2008 [1970], p. 211). Pensar que as palavras têm um sentido porque têm um sentido, e os sujeitos são sujeitos porque são sujeitos, é admitir evidências que apenas subsistem em uma estrutura circular e absurda, no estilo de uma aventura do personagem Barão de Münchhausen em que, tendo caído com o seu cavalo em um pântano, e com a lama até o pescoço, apertou com força as pernas enlaçando o seu cavalo e se puxou pelos cabelos até alcançar a margem.

Pensando o namoro da semântica com essas circularidades absurdas, Pêcheux queria homenagear o barão no título de seu livro de 1975, que inicialmente se chamaria *O efeito Münchhausen* segundo nos conta Denise Maldidier (2003[1991], p. 49). No fim das contas, optou não pelo absurdo no título, mas pelo óbvio, dado o lugar das evidências nas formações ideológicas. Por sua vez, optando por um título sério e objetivo, *Semântica e Discurso*, a versão brasileira de *Les vérités de la Palice* acabou abrindo mão de buscar uma tradução cultural daquele título, o que não seria mesmo nada simples. É o subtítulo – “uma crítica à afirmação do óbvio” – que recupera a referência às “lapaliçadas”, expressão francesa para criticar alguém que diz obviedades, como “se ele não está em casa, é porque saiu” e “se não é casado, é solteiro”¹.

1 Uma tradução como As verdades de la Palice implicaria a explicação do personagem ao público. Na preparação

Quando alguém fala obviedade como essas na França, além de ser acusado de cometer “lapaliçadas”, é possível que se diga *La Palice en aurait dit autant!*, ou seja, *La Palice teria dito o mesmo!* No entanto, Jacques II de Chabannes (1470-1525), o Senhor de la Palice, militar francês morto na Batalha da Pavia, no norte da península italiana, não é o maior responsável pela fama inglória que ganhou. Versos dedicados à sua bravura foram transformados em uma canção popular, e no lugar de “S’il n’était pas mort, il ferait envie” (Se não estivesse morto, ele faria inveja) o povo sarcasticamente cantava “S’il n’était pas mort, il serait en vie” (Se não estivesse morto, ele estaria vivo). Em uma sociedade de classes como aquela, “escutar mal” e gozar dos nobres também era uma forma de resistência.

A seguir destaco alguns temas caros de *Les vérités de la Palice*, articulando-os com processos discursivos que transitam entre o óbvio e o absurdo, passando pela forte autocritica que três anos depois Pêcheux fará da figura de um sujeito plenamente identificado pela interpelação da ideologia dominante burguesa (o “ego-sujeito-pleno em que nada falha”), ponto em que o absurdo reaparece sob a forma de evidência, e concluo com uma contribuição em torno do lugar do absurdo e do óbvio nos procedimentos de análise do discurso.

Isso que eu estou dizendo não sou eu quem estou dizendo

O escutar bem e o escutar mal fazem parte dos processos históricos e sociais de interpretação? Escutar bem envolve perceber nuances e variações nas formas de falar, captar ironias, reparar modalizações? Escutar mal

da tradução ao castelhano, Mara Glozman, Pedro Karcmarczyk, Guadalupe Marando e Margarita Martínez chegaram a debater que personagem da cultura argentina ou latino-americana representaria essas lapaliçadas e acabaram optando por um título que joga com o absurdo, *Las verdades evidentes* (2016[1975]).

pode implicar no bloqueio das intenções do interlocutor, é o que acontece quando nos fazemos de imbecis e olhamos o dedo ao invés da Lua que ele aponta? Cabem essas duas escutas ao analista do discurso, e sobretudo cabe escutar o que é escutado e como é escutado, passagem da interpretação à compreensão, trabalho de uma disciplina de interpretação sobre o ordinário dos sentidos e das leituras sócio-históricas. É isso o que o permite considerar que recursos como aqueles da modalização autonímica² via aspas e alteração da voz (em certas palavras no meio a uma frase) dependem de condições que nem sempre estão asseguradas na interlocução. Vamos ilustrar essa “infelicidade performativa” com uma tentativa frustrada de ironia cometida em cadeia nacional de rádio e televisão pelo então presidente Jair Bolsonaro no mês de março de 2020. Ironicamente ele apontou a Lua, mas de forma bruta (estúpida?) todos olharam apenas o seu dedo sujo.

No dia 11 de março de 2020 foi caracterizada a situação de pandemia mundial de Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Mais de um mês antes daquela data, no dia 30 de janeiro, o médico oncologista e escritor Drauzio Varella publicou um vídeo informativo com o que se sabia daquela nova doença, que ainda não havia chegado ao Brasil (o que só aconteceria no dia 25 de fevereiro). Apresentando dados que estavam sendo difundidos pelas autoridades médicas do país mais atingido pelo vírus à época, a China, Varella diz no vídeo (publicado em seu canal no YouTube) que o grau de letalidade daquele coronavírus era realmente baixo e que tudo parecia indicar que as pessoas mais jovens não corriam grandes riscos: “De cada 100 pessoas que pegam vírus, 80, 90 pessoas têm um resfriadinho de nada. Na

epidemia chinesa, abaixo de 10 anos nenhuma criança morreu, nenhuma, zero. Na faixa de 10 a 40 anos, de cada mil que pegaram o vírus, dois morreram.”. O médico explicou que a letalidade era proporcional à idade da pessoa, atingindo um índice alto a partir dos 80 anos, em torno de 15%. E disse ainda que muitos brasileiros seriam infectados, mas que isso não deveria ser motivo de grandes preocupações. No dia 10 de fevereiro Varella foi o entrevistado no *Roda Viva*, da TV Cultura, e basicamente repetiu as informações do vídeo, acrescentando, porém, a baixa credibilidade das informações que vinham da China no que dizia respeito à quantidade de infectados.

Algumas semanas depois, com a confirmação da chegada do vírus no Brasil e um maior conhecimento dos seus riscos, Drauzio Varella retirou do ar o vídeo divulgado em janeiro e deu início, no dia 17 de março, a uma série de vídeos diários sobre o novo coronavírus, chamando a atenção para a alteração do quadro sanitário, os riscos, as novas orientações sobre os cuidados, etc. Já no dia 18, inclusive, no segundo vídeo da série ele afirma que “Nós estamos num momento muito delicado, com um vírus que se dissemina rapidamente se espalhando pelo país. [...] Não pode a pessoa ficar minimizando, falando ‘ah, isso não é nada’, ‘não morre ninguém’, ‘é besteira’, ‘dá um um resfriadinho’. Não é verdade.” No dia 23 de março ele chama de irresponsáveis aqueles que minimizavam os riscos da doença que rapidamente se espalhava pelo mundo fazendo vítimas letais. Exatamente no dia seguinte, 24 de março de 2020, Bolsonaro faz o seu famoso pronunciamento em rede nacional, no qual em certo momento diz que, pelo seu “histórico de atleta”, se fosse contaminado pelo vírus não precisaria se preocupar, “nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão”³.

3 Esse vídeo pode ser assistido em <https://www.youtube>.

2 Jaqueline Authier-Revuz (1998) caracteriza como modalização autonímica incontáveis formas de reflexividade metaenunciativa, pelas quais uma parte do dizer é destacada e destituída de sua transparência ritual, de sua função mediadora, sendo apresentado como signo que é, em sua opacidade.

Será que o modo como esse enunciado do presidente foi lido/ouvido é *como* o de uma “piada ruim” da qual ninguém ri por não ler/ouvir como piada? Ou aconteceu de ele ser ouvido pela metade, de modo análogo ao que acontece na anedota da adolescente que diz, na mesa do almoço de um domingo, com pai, mãe e irmãos presentes, “Pai, tô grávida. Me passa o sal?”? O ponto aqui é que a referência que Bolsonaro buscou fazer ao vídeo apagado de Drauzio Varella foi amplamente ignorada, tanto no modo como circulou naquela conjuntura de extrema tensão e preocupação sanitária quanto na memória política estabilizada daquele pronunciamento, tomado como uma infelicidade até por apoiadores⁴. O absurdo daquilo que ele estava dizendo, naquele momento de *pandemia mundial* (e não mais de *epidemia chinesa*) um absurdo em termos sanitários, se tornou um dos maiores símbolos da obviedade de sua política de imunização pelo contágio (imunidade de rebanho) – política essa que, se Bolsonaro tivesse conseguido implementar em todo o território nacional, teria feito com que as cenas chocantes dos enterros em Manaus fossem cenas comuns em todas as cidades do país. Era para ser uma pequena ironia, virou uma enorme estupidez.

Sindicatos que defendem os trabalhadores conclamam a greve e baleias que amamentam seus filhotes nos primeiros meses de vida partem em viagens mais longas

É pelo funcionamento das orações

com/watch?v=yHAvI8CrDiU. Os vídeos de Drauzio Varella podem ser vistos em <https://www.youtube.com/@drauziovarella/videos>.

- 4 Essa retomada do dizer do “médico daquela conhecida televisão” (Drauzio já fez muitas participações no Fantástico, da Rede Globo) também é ignorada em vários trabalhos acadêmicos, inclusive no campo do discurso, como se o presidente tivesse parado a frase em “resfriadinho”. Não é o caso do artigo de Almeida e Lima (2022), ao qual devo a devida recuperação da interlocução no pronunciamento oficial de 24/03/2020.

relativas explicativas/apositivas e das relativas determinativas/restritivas que Pêcheux abre a caixa de Pandora dos problemas da Linguística em relação à Semântica. Da Lógica de Port-Royal a Noam Chomsky, passando por Gottfried Leibniz, Immanuel Kant, Edmund Husserl e Zellig Harris, Pêcheux faz a genealogia filosófica da relação entre “teoria do conhecimento” e retórica naquilo que ela toca o problema semântico da determinação.

Se todos os sindicatos defendem os trabalhadores e se todas as baleias amamentam seus filhotes nos primeiros meses de vida, se temos aqui um axioma da política sindical e um axioma da biologia marinha, isto é, se temos aí duas relações necessárias (e não contingentes), então mais acima vemos duas orações relativas explicativas, que em tese podem ser retiradas da oração principal sem qualquer prejuízo à sua formulação global. Mas será que cabe mesmo dizer isso para orações como “Sindicatos conclamam a greve” e “Baleias partem em viagens mais longas”? A retirada das relativas não implica aí em prejuízos?

As filosofias da subjetividade que começam a ser desenvolvidas no século XVIII produziram um deslocamento histórico marcante na antiga oposição aristotélica entre necessidade e contingência. Com Leibniz, essa oposição tomava a forma da relação entre verdades simples (verdades da razão, necessárias, como os axiomas) e verdades complexas (verdades de fato, contingentes, como as da diplomacia e da história), sendo que para o filósofo alemão as verdades complexas constituiriam também elas razões necessárias, mas razões inalcançáveis aos homens, afinal não podemos abraçar todos os detalhes das coisas do mundo em nossos pensamentos. É Deus que tudo sabe, apenas Ele – e aqui podemos lembrar a fala de Damascos de que “não cai uma folha de uma árvore sem a permissão de Deus”. Quem poderá conhecer os desígnios Dele? É preciso renunciar

à soberba pretensão de tudo querer saber para entrar no Seu Reino, mesmo que o cristo tenha protestado na hora da morte questionando as Suas Razões para aquele abandono.

Pêcheux observa que essa relação, em Leibniz, é estendida para aquela entre uma língua original, língua simples, adâmica, comum aos anjos e a todos os homens e inteligências, e as línguas atuais, variações deformadas, imperfeitas, daquela outra língua primordial, uma relação que podemos conceber entre uma língua lógica ideal (telepática, língua sem língua?) e as línguas que efetivamente falamos.

Kant, seus contemporâneos e sucessores seguirão reelaborando essa oposição necessidade/contingência, sendo que um dos pontos mais notáveis desse processo é aquele implicado na introdução de uma filosofia da subjetividade, pela qual “o sujeito, *subordinado* à verdade de seu discurso, na época clássica, se torna progressivamente a *fonte* desse discurso, enquanto um nó de necessidades, de temores e de desejos” (Pêcheux, 1997[1975], p. 51). O predicado passa a ser visto como algo inerente ao sujeito (ou ao conceito) ao qual ele se aplica⁵. A distinção kantiana entre *juízo analítico* (tomar conhecimento de uma relação necessária, de um predicado que está implicitamente contido em um conceito) e *juízo sintético* (juízo de experiência, ato do sujeito de associar um conceito a um

predicado externo a este) constituiria a base comum do pensamento “moderno” na ligação entre subjetividade e contingência, que alcança um grau extremo na fenomenologia de Husserl, que faz da consciência o ponto zero, a origem das representações e o princípio das explicações.

Curiosamente a oposição aristotélica entre necessidade e contingência não foi destruída pelo idealismo filosófico moderno, mas superposta pelo par objetivo-subjetivo, que se desdobrará em diversos outros pares, como na oposição “linguística” entre propriedade e situação e na oposição ducrotiana entre pressuposto (na língua) e subentendido (na fala). Qual o problema disso? É a condenação a ficarmos andando em círculo entre racionalismo e empirismo, entre “teoria do conhecimento” e retórica, entre as regras de um raciocínio demonstrativo que permitem aceder ao conhecimento e a arte que permite convencer pela utilização do verossimilhante (Pêcheux, 1997[1975], p. 63).

Pêcheux, nos ombros da filosofia de Louis Althusser, recusa essa oposição e propõe outro par conceitual cuja relação não é de simples oposição, mas é histórica, processual, contraditória: “de um lado” temos processos que são ideológicos e nocionais e “de outro” temos processos que são científicos e conceituais, mas essas aspas são de fato importantes, porque o conhecimento nasce da ignorância (o que Pêcheux traz de Lênin), e o novo nasce do velho (o que traz de Marx). A ideologia, e seus objetos paradoxais, não constitui um campo do qual, em bloco, se foge ou se desvia no devido enfrentamento de um conflito na história, posto que as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas constituem as “formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim” (Marx, 2008[1859], p. 48).

É famosa a frase de Marx de que os homens fazem a história mas não como querem,

5 Claudine Haroche (1992[1984], p. 158, 220), pelo caminho da etimologia da palavra sujeito, mostra que esse processo pode ser localizado bem antes na história. Se do século XII ao XIV sujeito significa “submetido à autoridade soberana”, a partir do século XVI já aparece também o sentido de “pessoa que é motivo de algo, pessoa considerada em suas aptidões”, origem de seus atos e crenças. Por certo essa é uma longa história, e como demonstra Haroche, o capitalismo e suas formas jurídicas fará do sujeito a figura de uma intercambialidade, um objeto de troca, mercantil e responsabilizável. E por falar em Claudine Haroche, vale dizer que ela e Paul Henry são os grandes parceiros de Pêcheux nos bastidores da sua escrita de *Les vérités de la Palice*, cujo primeiro ensaio foi, sem dúvida, escrito conjuntamente pelos três, o artigo *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*, de 1971.

porque – mesmo quando o fazem de forma revolucionária – o fazem em condições que são herdadas e transmitidas do passado, tomando de empréstimo “os nomes, as palavras de ordem, as roupagens, para surgir no novo palco da história sob esse respeitável disfarce e com essa linguagem emprestada” (Marx, 1975[1852], p. 17). Menos conhecida é a sua formulação de alguns parágrafos adiante em que, após ilustrar com vários exemplos históricos de mascaramentos e encantamentos do presente pelo passado, contesta aquele destino para a revolução no tempo presente:

A revolução social do século XIX não pode extrair a sua poesia do passado, mas somente do futuro. Não pode arrancar enquanto não liquidar radicalmente toda a supersticiosa veneração pelo passado. As revoluções anteriores tiveram necessidade das reminiscências históricas para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem os seus mortos para realizar os fins que se propõe. Dantes era a frase que superava o conteúdo, agora é o conteúdo que supera a frase. (Marx, 1975[1852], p. 20-21)

Essa consideração deixa alguma margem a entendimentos cientificistas e deterministas que, invariavelmente, foram vigentes nas experiências históricas de construção do socialismo que reproduziram formas capitalistas de Estado e de extorsão do trabalho. Mas também dá boa margem ao entendimento de que a revolução proletária, desde o século XIX, não pode buscar sua poesia, seus horizontes e vestimentas senão no tempo específico do *futuro do pretérito*, em todas as lutas e tradições derrotadas dos trabalhadores. A condição material de existência do futuro como realidade pensável é o vasto campo do que não aconteceu. Particularmente no que diz respeito à luta revolucionária dos trabalhadores, se o seu conteúdo supera a frase, é justamente porque esse conteúdo historicamente tem existido menos sob a forma textualizada de discurso e mais sob a forma de balbúcio, do ruído, o nonsense, o irrealizado no

discurso. Jacques Rancière (1996, p. 42) tem uma contribuição precisa quanto a esse ponto, sua discussão da dominação enquanto uma ordem policial que faz com que uma palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. Mas é Michel Pêcheux, certamente, que melhor formula o problema do “conteúdo que supera a frase”:

Deve-se questionar essa fragilidade do pensamento, que não vem “de cima”, na consciência das “elites intelectuais”, que acredita se dirigir ao privilégio das proposições (conceituais, claras e distintas), mas sim, “de baixo” de atos incontáveis, contraditórios, que encontram sua via e sua voz nos campos intermediários... Uma roda de diferentes matérias brutas ideológicas do cotidiano, que podem trazer à tona diferentes acontecimentos, movimentos e intervenções de massa, mas que sempre fazem fronteiras provisórias, sem garantias, e sem demarcações a priori. Isso também pressupõe [...] verificar como eles atravessam paradoxalmente a nossa história sem nenhum “futuro brilhante” no horizonte.

(Pêcheux, 2011[1982], p. 118)

Na última seção do presente artigo proponho lidar com esse problema que toca o discurso e a história, problema geralmente atravessado pelo óbvio e pelo absurdo no ordinário do sentido e pela agitação nas filiações sócio-históricas da identificação discursiva, dado que o discurso “constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (Pêcheux, 1997[1983], p. 56).

Retomando as implicações da dialética entre “processos que são ideológicos e nocionais” e “processos que são científicos e conceituais”, é preciso ter em conta que não existe conhecimento científico que não seja, em um determinado campo, um avanço histórico sobre desconhecimentos (ignorâncias) e sobre reconhecimentos (reiteração de respostas falsas, circulares ou já insuficientes). Esse é o sentido de uma apropriação que Althusser faz da epistemologia de Gaston Bachelard (outra

“subida nos ombros”), a sua teoria dos obstáculos epistemológicos. Acontece que essas superações não são históricas só pelo fato de se darem “no tempo” ou processualmente, em etapas. Elas são fundamentalmente históricas porque são atravessadas por conflitos. Por isso, pensar em processos ideológicos sem considerar as lutas de classes que são o seu motor é como destituir o materialismo histórico de sua dimensão histórica.

O conflito é a verdade, é o real que toca e interessa de modos distintos as classes e parcelas sociais, aparecendo de modo silenciado ou dissimulado em alguns discursos e explicitado em outros. Nesse sentido, a objetividade não é simples “ponto de vista”, é sempre uma luta para sustentar uma posição, é sempre um trabalho, é objetivação (Gramsci, 1999[1932-1935], p. 134). E é por isso que para decidirmos bem se nas duas frases acima temos orações relativas explicativas ou determinativas, temos de levar em conta não a utilização de vírgulas ou qualquer outro elemento presente na construção frasal, e sim o problema político real da representação dos trabalhadores pelos sindicatos e o problema ecológico real das baleias com seus filhotes recém-nascidos que precisam viajar grandes distâncias.⁶

6 Não vou dizer aqui que a baleia é inteligente, seguindo a lógica de um ex-ministro da pesca, Jorge Seif Júnior, que em 2019 disse que o peixe foge do óleo no mar porque é um bicho inteligente. A frase completa, retirada de uma dissertação em História, é “Garopaba é considerada como paraíso ou berçário natural para as baleias que amamentam seus filhotes nos seus primeiros meses de vida para daí partir em viagens mais longas” (Albuquerque, 2014, p. 72). Existem diversos tipos de baleia, e mesmo no caso de uma delas, a jubarte, o desmame pode acontecer entre o sexto e o décimo mês de vida do filhote. As jubartes costumam ficar no litoral brasileiro, propício à reprodução e aos cuidados dos filhotes recém-nascidos, entre os meses de junho e novembro, antes de enfrentarem uma viagem difícil de quase quatro mil quilômetros para os mares gelados da Antártida, trajeto esse no qual enfrentam desafios que vão de choques com embarcações a desafios ambientais como correntes e mar revolto (Agle, 2025).

A sociolinguística não existe, eu a encontrei

Michel Pêcheux recusava categoricamente o reformismo teórico. *Les vérités de la Palice* desestimula, por exemplo, qualquer abordagem correlacionista entre classes sociais e variações linguísticas, por melhor que sejam as intenções. *O um se divide em dois e o novo nasce do velho* são formas de conceber dialeticamente a precedência da relação sobre as partes, dos processos sobre os produtos, do interdiscurso sobre as práticas discursivas. A melhor imagem proposta para o esquecimento subjetivo, esquecimento que faz o sujeito funcionar bem (ie, bem identificado/interpelado por uma ideologia na medida em que esquece o processo de sua constituição), é o “efeito Münchhausen”, pelo qual o sujeito deixa de afundar e levita sobre o pântano puxando-se pelos cabelos. Esse efeito se manifesta nos campos das práticas científicas e políticas sempre que desviamos das suas contradições e deixamos de fazer o devido “trabalho de base” em cada caso. Esses são problemas centrais para Pêcheux, e que justificam todo o seu empenho para intervir de modo crítico e rigoroso nos temas do movimento comunista internacional (o que faz em várias obras, como no livro lançado em 1981 com Françoise Gadet, *La langue introuvable*, lançado no Brasil em 2004 com o título *A língua inatingível*), e também intervir sobre o campo da linguística com o mesmo afincamento. Não é por acaso, nem é secundário, que o propósito definido em *Les vérités de la Palice* consista, sobretudo, em “*abrir campos de questões*, em dar trabalho à Linguística em seu próprio domínio e sobre os seus próprios ‘objetos’, por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: a ciência das formações sociais” (Pêcheux, 1997[1975], p. 90, grifo do original).

Françoise Gadet na década de setenta do século passado considerava a sociolinguística como um lugar de recobrimento idealista da política pela psicologia, alimentando o velho sonho de reduzir progressivamente as

disparidades, recuperar os atrasos, suprimir as desigualdades de todo tipo. É o que diz em um artigo com o fantástico e absurdo título de “La sociolinguistique n’existe pas: je l’ai rencontrée” (A sociolinguística não existe, eu a encontrei), no qual acusava a sociolinguística de não fazer um trabalho de natureza linguística, servindo-se da língua e da Linguística apenas como bases para uma forma refinada de psicologia social reformista (Gadet, 1977, p. 111-112).

É como se a Linguística estivesse sendo mais parasitada que devidamente trabalhada, e o conjunto de questões fundamentais que ela – e somente ela – poderia desenvolver, ficariam escanteadas e/ou presas nas velhas circularidades entre necessidade e contingência, lógica e retórica, objetividade e subjetividade. Pêcheux entende que é impossível que a Linguística não tenha sua contribuição a dar (e receber) fora de seu próprio domínio, destacando o domínio da Retórica, pelos avanços nos estudos da Argumentação, o da Lógica, através dos avanços nos estudos da Pragmática, e claro, sua preocupação maior em *Les vérités de la Palice*, o domínio da Semântica, que pode se desenvolver pelos avanços nos estudos do Discurso. Mas reconhecer os avanços é metade da questão. O entendimento de que havia ainda muito trabalho por fazer atravessa o seu livro de 1975, como, por exemplo, quando o filósofo francês reconhece que “não se fica nunca em dia com o materialismo histórico, ou com o materialismo dialético – e, sobretudo, não se desembaraça deles –, apresentando-os por antecipação, isto é, colocando-os antes de se começar o trabalho: trabalha-se com” (Pêcheux, 1997[1975], p. 254, grifo do original).

É de se notar que este não é um livro de Análise do Discurso. Nem uma vez sequer aparece o sintagma “análise do discurso”, assim como não aparece nenhum procedimento ou orientação de análise. Metódico, Pêcheux preferia separar a sua teorização sobre o discurso

e as experimentações e dispositivos analíticos, separando em linhas gerais o trabalho de filósofo marxista do seu outro trabalho junto aos linguistas, pelo qual desde 1969 busca oferecer um cavalo de Troia para cientistas sociais e psicólogos analisarem discursos. E ao longo desse empreendimento em duas frentes, tanto o trabalho do filósofo marxista quanto o trabalho do dispositivo de análise foram considerados inconclusos, em desenvolvimento. O que *Les vérités de la Palice* pretendeu entregar aos leitores não foi uma teoria do discurso acabada ou fechada mesmo que provisoriamente, mas a indicação de um desenvolvimento que contém, “em seu princípio”, os “meios de corrigir os equívocos, erros e deslizes que nele poderão se manifestar” (Pêcheux, 1997[1975], p. 134). E, no entanto, frente a isso e apaixonados pela sua teorização, os analistas do discurso podemos dizer “a teoria do discurso não existe, eu a encontrei”.

Tomando o cuidado e o desafio de se dirigir tanto aos não linguistas (impacientes com todos os aspectos técnicos da investigação que ele propunha) quanto aos linguistas (embaraçados com a consideração de elementos que eles consideravam estranhos ao seu domínio), a obra de Pêcheux comporta muitas obras, leituras, intervenções, no sentido de que – em razão do seu duplo materialismo, o da história e o dos processos significantes – provoca desconfortos que produzem encontros e “pegas”.

Cidadão, não, engenheiro civil formado, melhor do que você⁷

Poucos meses antes do lançamento de *Les vérités de la Palice*, Michel Pêcheux e a linguista Catherine Fuchs (1997[1975]) publicam uma longa revisão crítica dos dispositivos de análise automática do discurso propostos por

7 Uma análise discursiva desse enunciado pode ser vista em Historicidade (2020)

Pêcheux em 1969, o artigo “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, publicado em um número da importante revista *Langages* coordenado pelo filósofo. Nesse artigo, além de significativos avanços no empreendimento teórico e analítico, como a definição da teoria do discurso como “teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (Pêcheux; Fuchs, 1997[1975], p. 164), os autores apontam algumas insuficiências, como a falta parcial de uma “teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador” (p. 171). Essa é uma preocupação que seguirá dando trabalho a Pêcheux, insatisfeito com as primeiras considerações em torno de uma descrição dos sujeitos-efeitos em relações imaginárias de lugar, o que merece uma contundente e corajosa autocrítica no “Anexo 3” de *Semântica e Discurso* acerca dos poderes unificadores do Ego, e implicará em maiores considerações em torno da articulação entre o inconsciente e os processos ideológicos.

O trabalho com uma concepção psicanalítica da subjetividade demanda considerar aquela divisão que afeta o “eu” (*je*), anulada no imaginário por um “ego” (*moi*). A pertinência dessa divisão para uma abordagem materialista da língua e do discurso se marca no fato de que nenhuma fala é, propriamente, a fala de um indivíduo:

Todo enunciado, toda fala, é atravessada pelo já dito ou já escutado [...]. Tudo que se passa no registro do imaginário é assujeitado ao inconsciente. No indivíduo, Isso pensa fora dele. Ele é apenas o suporte de um sujeito, do qual uma parte *lhe* é invisível para sempre e que ele só pode conhecer por meio de uma experiência intersubjetiva, que é necessariamente uma experiência de discurso. Pois o sujeito não pode ser pensado no modelo da unidade de uma interioridade, como conexo. Ele está dividido como aquele que sonha, entre sua posição de autor do seu sonho, e de testemunha deste. (Henry, 1992[1977], p. 170)

1978, o texto “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, o já citado Anexo 3, Pêcheux fala dos questionamentos dirigidos à teoria da interpelação ideológica de Althusser (e por tabela à sua teoria do discurso), como “que fazer se os homens não são mais do que ‘suportes’?”, admitindo a sua “fraqueza” em levar a sério aquelas provocações, que pendiam a um “eternitarismo político” e a uma interpretação funcionalista dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Não teria sido suficiente ele ter buscado contribuir para outro entendimento, apresentando a luta ideológica de classes como um processo de reprodução-*transformação* das relações sociais de produção, afinal, o sujeito da prática política do proletariado teria sido apresentado em *Les vérités de la Palice* de um modo tendencialmente simétrico ao sujeito da prática política burguesa, numa interpelação às avessas (Pêcheux, 1997[1978], p. 298-299).

Os analistas do discurso lidamos com esse problema, esse “emperramento” teórico e analítico representado pelo “sujeito-assujeitado” de modos distintos e cruzados, alguns abandonam a perspectiva da desidentificação, outros trabalham a categoria de sujeito como efeito simultâneo e coincidente com a interpretação, uma posição numa formação discursiva, outros lidam com o sujeito histórico, agente de práticas, concebendo-o como sujeito clivado.

Não sendo essa uma questão secundária no trabalho da análise do discurso, é salutar o alerta feito por Pêcheux em sua autocrítica:

[...] não se deixa jamais um erro dormir impunemente em paz, pois esse será um meio seguro para que ele perdue; é preciso discernir o que falha não por pretender com isso se amparar definitivamente no verdadeiro (!), mas para tentar avançar tanto quanto se possa em direção à justiça. (Pêcheux, 1997[1978], p. 299)

Na intervenção autocrítica que faz em

Pêcheux indica as faltas e falhas de *Les vérités de la Palice* em relação ao materialismo histórico – a necessidade de considerar a luta de classes para além de um pedagogismo invertido e sob a dependência de uma teoria revolucionária exterior a ela – e à psicanálise – a necessidade de considerar os deslizes, os lapsos, o primado da metáfora sobre o sentido, no lugar da ideia platônica de esquecimento e da confusão entre sujeito e ego. A revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho porque a luta de classes é o motor dessa história e, em outro plano, a revolta é contemporânea da linguagem porque a sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico (Pêcheux, 1997[1978], p. 302). Essas considerações não devem conduzir a um amolecimento teórico na esteira de uma desconsideração qualquer do papel da dominação ideológica sobre os processos discursivos, mas, pelo contrário, nos conduz à necessidade de uma maior atenção aos processos materiais de resistência (na identificação), revolta (na contraidentificação) e revolução (na desidentificação).

Uma consideração em particular nesse texto é interessante para aqueles analistas que, como eu, trabalham também nas trincheiras dos estudos históricos:

Há, talvez, no estudo histórico das práticas repressivas ideológicas um fio interessante a seguir, para que se comece, enfim, a compreender o processo histórico de resistência-revolta-revolução da luta ideológica e política de classes, evitando fazer da ideologia dominada, seja a repetição eternitária da ideologia dominante, seja a autopedagogia de uma experiência que descobre progressivamente o verdadeiro atrás-das-cortinas das ilusões mantidas pela classe dominante, seja a irrupção teoricista de um saber exterior, o único capaz de romper com o círculo encantado da ideologia dominante. (Pêcheux, 1997[1978], p. 302-303)

Desde a pesquisa do doutorado (Fonseca, 2012) busco uma compreensão materialista do trabalho de *deslocamento tendencial do*

sujeito enunciator (Pêcheux, 1981) no espaço das filiações discursivas. Considero que esse trabalho de deslocamento é mais complexo que “a capacidade do ator [histórico] de agenciar configurações significativas de palavras e de enunciados em torno de enredos” (Guilhaumou, 2008, p. 175), dado que os enredos e suas capacidades enunciativas (pensando sujeitos e temas conjuntamente) necessariamente lidam com objetos paradoxais sempre em disputa e desentendimento no campo do interdiscurso. O deslocamento tendencial do sujeito enunciator, no modo como eu trabalho, se dá a partir das pressões da história sobre a práxis, e o modo como a práxis reage.

A práxis pode ser concebida como aquilo que se experimenta “como um impulso de realização ou de ação, um anseio de sentido mal discernido” (Sampaio; Frederico, 2006, p. 59), podendo ser pesquisada através de um conjunto de dizeres na história (no arquivo), e mapeada pela configuração de uma rede de dizeres formulados em uma formação social, desenhando um “sujeito em processo nos textos” (Guilhaumou; Maldidier, 1989, p. 66), e no trabalho de constituição de uma instância enunciativa, e não uma entidade psicossociológica ou um sujeito pleno.

Se for lícito falar de *práxis discursiva* como

fator histórico-concreto que faz dizer, anseio de sentido mal discernido que empurra um sujeito histórico para uma ação enunciativa, com seus comprometimentos e constrangimentos, podemos retomar uma série de indicações dispersas na teorização da discursividade que apontam, invariavelmente, para a consideração da enunciação desde uma perspectiva materialista histórica e discursiva. Esta é a região propícia para o desenvolvimento do conceito de práxis discursiva, considerando que este “mal discernido” não é aqui tomado como algo interior a um indivíduo, mas a relação do sujeito enunciator com o interdiscurso, com aquilo que se quer falar (enunciado, memória virtual) num dizer (formulação, prática concreta), podendo assim ser reduplicado, mas também podendo ser contraditado ou interditado, promovendo o dizer de/como/por um desvio, um silêncio, uma interdição, uma subtração, uma esquiva. É justamente nessa relação (contingente e necessária) de sujeitos históricos com o impossível de ser dito e o impossível de não ser dito, com o interdiscurso,

enfim, que são produzidas, atualizadas e transformadas em suas dinâmicas e estruturas as regiões de sentido que chamamos formações discursivas no interior das práticas e das formações ideológicas. (Fonseca, 2012)

Em *Les vérités de la Palice* a práxis discursiva revolucionária é chamada de *desidentificação*: modalidade de tomada de posição no discurso que envolve a evocação espontânea pelo proletariado daquilo que a burguesia sistematicamente esquece e a “ciência experimental da história” enquanto conhecimento-e-transformação não subjetivo, em um processo histórico de desidentificação com a burguesia, com o bloqueio de qualquer transferência possível em relação a esta (Pêcheux, 1997 [1975], p. 204-207). Vimos as críticas feitas por Pêcheux à imagem de uma espontaneidade fugaz (condescendente?) do proletariado e a uma ciência experimental da história (gerida à distância pelo Partido-Estado de Novo Tipo?). Mas as condições de existência concreta das ideologias dominadas sob o domínio da ideologia dominante (Pêcheux, 2019[1976], p. 324), nos apresentam uma série de situações paradoxais, muitas vezes beirando o absurdo, que pedem análise objetiva, que não estacione nos seus sujeitos ou até deixe de ser feita por causa deles!

Em julho de 2020, em meio a poucas, tímidas e irregulares ações de contenção do contágio do novo coronavírus, em um bairro burguês do Rio de Janeiro, um agente sanitário da prefeitura foi repreendido por um casal bastante irritado com a ação fiscalizatória que resultaria no fechamento de um bar que estava lotado de pessoas. O homem, segurando um celular em sinal de que estaria gravando, foi tirar satisfações com o agente municipal, perguntando se ele teria como comprovar que as pessoas não estavam respeitando o distanciamento social no bar - “Cadê a sua trena? Eu quero saber como você mediu [a distância entre] as pessoas?”. Então um enunciado dito pela mulher do casal,

após o agente municipal dirigir-se ao homem como “cidadão”, ecoou nacionalmente, sendo parodiado, virando meme e estimulando o debate público e a crítica da prática tradicional de “carteirada”, do tipo *quem é você para falar assim (comigo/com o meu marido)?* O enunciado foi “Cidadão, não, engenheiro civil formado, melhor do que você”.

Essa não é, porém, a única consideração a se fazer desse acontecimento, e o fato de a crítica ao casal ter se restringido ao enunciado verbal corrobora com essa limitação. Ao invés de apenas explorar a evidência da referenciação contrastiva de *cidadão* (frente a *engenheiro civil formado melhor que você*), presente na reflexividade da locutora, que toma cidadão como um qualquer, um comum, um ninguém, da abordagem usual (e usualmente truculenta) dos agentes públicos, como abstrair no processo semântico os corpos com suas cores, vestimentas e gestos? Afinal, o marido “defendido” por sua companheira é um homem negro, o que em nossa formação social racista ritualmente implica numa necessidade extra de distinção como forma de evitar o estigma da subalternidade.

Alguém poderá dizer, certamente, que isso é um absurdo e se está confundindo alhos com bugalhos. Um enunciado “tipicamente burguês”, de carteirada, contra um agente público que estava ali para agir em prol da saúde da população em meio a uma terrível pandemia mundial (não sendo a única carteirada do tipo que ficou famosa à época), e uma leitura “tipicamente proletária”, de uma reação destemperada, é verdade, mas atravessada pela experiência da abordagem estigmatizada/racista de agentes públicos a pessoas negras.

Entendo que a constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciatador lida, constantemente, com esse tipo de contradição e esse tipo de jogo entre o evidente e o nonsense, o óbvio e o absurdo. Jacques Rancière (1994) chama a atenção para algo específico na

discursividade de teóricos conservadores diversos como Thomas Hobbes, Edmund Burke e Alexis de Tocqueville, o seu “real-empirismo”, uma mistura de cientificismo e trono. Tocqueville, que representa bem o anti-intelectualismo característico dos EUA, considerava os intelectuais “especialistas do não-lugar”, sujeitos capazes de estabelecer relação entre coisas que não têm relação. Mas estabelecer relação entre coisas que não têm relação tem tudo a ver com a concepção enunciativa que Jacques Rancière propõe para o sujeito político, a de um operador que coloca em relação o que não tem (tinha) relação, que junta e separa regiões, identidades, funções e capacidades inscritas na experiência, no nó “entre as divisões da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam essas inscrições” (Rancière, 1996, p. 52), produzindo então cenas polêmicas, na contradição de lógicas distintas.

Quanto a Hobbes, seu projeto teórico-político seria atravessado pela ideia de univocidade do sentido, cabendo ao Estado proteger através de uma profilaxia da linguagem contra aqueles que trabalham sem cessar para produzir “confusão” (Balibar, 1995, p. 29-30).

Esse trabalho com o sem-lugar, o sem-relação e o nonsense, essa confusão de textos e sentidos, é próprio dos processos de resistência-revolta-revolução que se instauram sob os rituais da ideologia dominante, por vezes jogando partes dela contra ela, até a ampliando/renovando (em especial pela resistência/resiliência, como em certas ocasiões em que se diz sim “apenas da boca para fora”), mas outras tantas vezes fazendo furos, abrindo caminhos e inscrevendo outros traços significantes no texto social, traços de uma outra ordem, latente/subordinada, como os traços de coletivismo, solidariedade e igualitarismo com os quais diuturnamente topamos sem significar, conteúdos que não viram frases, mas que podem servir de bases fundamentais para o fim da sociedade de classes

– a despeito de concretamente existirem de forma misturada a outros tantos traços como aqueles do individualismo radical, aqueles dos integristas nacionalistas, fundamentalistas, etc.

Fechando essas considerações com Michel Pêcheux, penso que explorar o óbvio e o absurdo é uma das vias promissoras para não perdermos de vista os processos revolucionários que – de modo intersticial, latente, subterrâneo, explosivo ou progressivo – concernem “por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência”. (Pêcheux, 1990[1982], p. 8). É assim, de um modo que nos é estranhamente familiar e geralmente mal discernido, contraditório e paradoxal, que as lutas pelo sentido parecem atravessar a história, por vezes fazendo com que velhas evidências tenham as suas pernas quebradas, por outras revendo e revisitando absurdos, extraíndo deles outras possibilidades de leitura do mundo.

Referências bibliográficas

AGLE, Jorge. Entenda por que o Brasil é tão importante para a migração das baleias. Metrôpoles, Distrito Federal, 31 maio 2025. Disponível em: <https://www.metrosoles.com/ciencia/brasil-importante-migracao-baleias>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ALBUQUERQUE, Mauricélia Teixeira de. Negros em Garopaba-SC: experiência quilombola nas comunidades da Aldeia e do Morro do Fortunato. Orientador: Paulino de Jesus Francisco Cardoso. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014..

ALMEIDA, Tiago Lessa José de; LIMA, Maria Paula Marques de. Da “gripezinha” ao genocídio: deslizamentos e inversões

- de sentidos na pandemia de Covid-19. *Heterotópica*, Uberlândia, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2022, p. 33-54. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/63285/35517>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- ALTHUSSER, Louis. Sobre a reprodução. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2a edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008[1970].
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Palavras incertas: as não-coincidências do dizer. Tradução de Claudia Pfeiffer et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- BALIBAR, Étienne. Nombres y lugares de la verdad. Tradução de Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.
- FONSECA, Rodrigo Oliveira. Interdição discursiva: o caso da Conjuração Baiana de 1798 e outros limites à participação popular na história política brasileira. Tese de Doutorado, orientada por Freda Indursky, Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2012. Link <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56038>
- GADET, Françoise. La sociolinguistique n'existe pas: je l'ai rencontrée. *Dialectiques*, Paris, n. 20, 1977, p. 99-118. Disponível em: <https://hal.science/hal-03751874/document>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Volume 1 (Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce). Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999[1932-35].
- GUILHAUMOU, Jacques. Aspectos da história lingüística dos conceitos: da Análise de Discurso ao problema da intencionalidade. In: SARGENTINI; GREGOLIN (Orgs.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008, p. 167-177.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso. Tradução de Freda Indursky. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 61-70.
- HAROCHE, Claudine. Fazer dizer, querer dizer. Tradução de Eni Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992[1984].
- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. Tradução de Roberto Baronas. In: BARONAS, R. L (Org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007[1971].
- HENRY, Paul. A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992[1977].
- HISTORICIDADE [por] Rodrigo Oliveira Fonseca. [S.l.: s.n], 2020. Vídeo (6:22 min). Publicado pelo canal enciDIS UFF (Enciclopédia Virtual da Análise do Discurso e áreas afins, da Universidade Federal Fluminense). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fzKapXzLHbs>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- MALDIDIER, Denise. A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003[1991].
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Lisboa: Editora Vento de Leste, 1975[1852].
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Florestan Fernandes. 2a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008[1859].

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 3ª edição. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997[1975].

PÊCHEUX, Michel. Las verdades evidentes: lingüística, semántica, filosofía. Tradução de Mara Glozman et al. Buenos Aires: Ediciones del Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2016[1975].

PÊCHEUX, Michel. Linguística e marxismo: formações ideológicas, aparelhos ideológicos de Estado, formações discursivas. Tradução de Rodrigo Oliveira Fonseca. In: ADORNO, Guilherme et al. (Orgs.). Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentido entre continentes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019[1976], p. 307-326.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997[1978], p. 293-304.

PÊCHEUX, Michel. Ouverture du Colloque e L'enoncé: enchassement, articulation et déliaison. In: Colloque Matérialités Discursives. Lille: Presses Universitaire de Lille. 1981.

PÊCHEUX, Michel. Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? Tradução de Carmen Zink. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso – Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2011[1982], p. 107-119.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, n. 19, jul.-dez. 1990[1982], p. 7-24.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1997[1983].

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997[1975], p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. Tradução de Bethania Mariani e M^a Elizabeth C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004[1981].

RANCIÈRE, Jacques. Os Nomes da História: ensaio de poética do saber. Tradução de Eduardo Guimarães e Eni Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento: política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

SAMPAIO, Benedito Arthur; FREDERICO, Celso. Dialética e materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

Submissão: novembro de 2025

Aceite: dezembro de 2025.

A AUTORIA DO DISCURSO TEÓRICO COMO LUGAR DE RESSONÂNCIAS DISCURSIVAS

Kelly Guasso Coelho¹

Resumo: Neste artigo, proponho uma reflexão sobre o gesto de autoria inscrita no campo acadêmico, atravessada pelas condições de produção do discurso teórico/ científico, como um lugar de “ressonâncias discursivas” (Serrani, 1991), compreendendo que o sujeito que escreve se constitui a partir da memória dos discursos que o atravessam. A partir das formulações de Michel Pêcheux sobre as condições de produção e o funcionamento ideológico da linguagem, pode-se considerar a produção do conhecimento discursivo como um movimento de retomada, deslocamento e transformação do já-dito. Neste texto tomo como base também as contribuições de Orlandi e Serrani para compreender como a autoria pode se realizar no lugar da repetição e da criação. Introduzo, ainda, a metáfora da Deusa Eco como figura simbólica que ilumina a natureza da autoria no campo acadêmico: a voz que repete o outro, mas, ao repetir, produz diferença e sentido. Nesse percurso, entendo que o texto acadêmico brasileiro atual evidencia esse funcionamento, uma vez que o sujeito-autor legitima seu dizer por meio de citações diretas e/ou indiretas. A escrita, assim, é compreendida como prática de alteridade, gesto ético e político de reinscrição do saber.

Palavras-chave: Autoria. Ressonâncias discursivas. Michel Pêcheux. Discurso teórico. Produção do conhecimento.

THE AUTHORSHIP OF THE THEORETICAL DISCOURSE AS A PLACE OF DISCURSIVE RESONANCES

Abstract: In this article, I propose a reflection on the gesture of authorship inscribed in the academic field, traversed by the conditions of production of theoretical/scientific discourse, as a place of “discursive resonances” (Serrani, 1991), understanding that the writing subject is constituted by the memory of the discourses that traverse them. Based on Michel Pêcheux’s formulations on the conditions of production and the ideological functioning of language, it is possible to consider the production of discursive knowledge as a movement of resumption, displacement, and transformation of what has already been said. In this text, I also draw on the contributions of Orlandi and Serrani to understand how authorship can be realized in the space between repetition and creation. I further introduce the metaphor of the Goddess Echo as a symbolic figure that illuminates the nature of authorship in the academic field: the voice that repeats the other, but, in repeating, produces difference and meaning. Along this path, I argue that contemporary Brazilian

1 Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria - PPGL/UFSM. E-mail: kellyguasso@gmail.com

academic writing highlights this functioning, since the subject-author legitimizes their discourse through direct and/or indirect citations. Writing, therefore, is understood as a practice of alterity, an ethical and political gesture of reinscribing knowledge.

Keywords: Authorship; Discursive resonances; Michel Pêcheux; Theoretical discourse; Knowledge production.

Introdução

Neste artigo, reflito sobre a autoria inscrita no campo acadêmico, atravessada pelas condições de produção do discurso teórico/ científico, como lugar de “ressonâncias discursivas” (Serrani, 1991). A teoria que embasa este estudo é a Análise de Discurso de linha francesa, tomando como ponto de partida o pensamento de Michel Pêcheux e os desdobramentos de sua obra na História das Ideias Discursivas. Para esta análise, parto da compreensão de que a autoria, sobretudo aquela observada no percurso teórico trilhado por Michel Pêcheux, não é um ponto de origem individual, mas um espaço de atravessamentos teóricos, históricos e ideológicos, no qual ecoam diferentes vozes, tempos e formulações. A noção de “ressonâncias discursivas” (Serrani, 1991) é tomada como chave de leitura para compreender o modo como os sentidos se repetem, se reformulam e se deslocam na produção teórica. Busco, assim, mostrar que o autor se constitui no movimento entre o mesmo e o outro, entre o já-dito e o por-dizer, estabelecendo um modo de pensar o discurso como campo de construção e desconstrução permanente.

Pensar a autoria a partir da Análise de Discurso é deslocar a noção tradicional de autoria como origem do sentido para compreendê-la como efeito das condições de produção e das formações ideológicas que atravessam o sujeito. Como propõe Michel Pêcheux, o sujeito não é o dono de seu dizer, mas o resultado das memórias e dos discursos que o constituem. Assim, o ato de escrever pode ser visto também como (se) reinscrever: produzir sentido a partir do já-dito, enunciar sobre o silêncio do outro, fazer vibrar vozes que retornam com novas linearizações do dizer.

A partir dessa perspectiva, discuto a autoria do discurso teórico como lugar de ressonâncias discursivas (Serrani, 1991), ou seja, lugar onde o dizer se repete e se transforma, onde o conhecimento se produz pela escuta do que já foi dito. Ao compreender o texto acadêmico como espaço discursivo privilegiado dessa dinâmica, proponho refletir sobre o modo como o sujeito-autor, ao citar, referenciar e dialogar com outros autores, reinscreve saberes e constrói sua própria posição no discurso. A citação direta/indireta, longe de ser mero recurso técnico, constitui-se como marca de alteridade e evidência do caráter coletivo da produção científica.

A metáfora da Deusa Eco² pode ser introduzida neste trabalho de modo a possibilitar uma leitura simbólica desse funcionamento. Condenada a repetir as palavras alheias, Eco transforma a repetição em sobrevivência: sua voz ressoa, reverbera, desloca. Assim também o autor acadêmico, que, ao repetir o discurso de outro(s), reinscreve o sentido sob novas condições de produção, transformando a memória em movimento. A figura de Eco torna-se, portanto, alegoria da autoria na Análise de Discurso, um sujeito que fala com e através dos outros, sem jamais ser mero reflexo.

2 Agradeço à Profa. Dra. Verli Petri pela sugestão desta abordagem metafórica. Da mesma forma, ao grupo de estudos Pallind (UFSM) pela oportunidade de interlocução.

Nesse percurso, diálogo com as formulações de Michel Pêcheux (1988), Eni Orlandi ([1999] 2015) e Silvana Serrani (1991), entre outros autores, com o objetivo de discutir a relação entre autoria, repetição e diferença, e de compreender a escrita acadêmica como prática de alteridade e gesto político de reinscrição do saber.

Organizo este trabalho em três momentos principais: no primeiro, discuto o conceito de autoria na Análise de Discurso e sua relação com a ideologia e o sujeito; no segundo, proponho uma leitura das “ressonâncias discursivas” em Michel Pêcheux, articulando-as ao processo de repetição e reformulação teórica; e, por fim, no terceiro momento, apresento uma reflexão sobre a permanência e a atualidade do pensamento pecheuxiano na História das Ideias Discursivas.

2. A autoria e o sujeito do discurso teórico

Quando falo aqui em autoria, é preciso marcar que não se trata de qualquer forma de autoria, mas daquela que se realiza no campo do discurso acadêmico, espaço de saber, de legitimidade e de poder. O texto teórico-científico impõe ao sujeito uma posição discursiva específica: a de quem fala sob o olhar do outro e com o outro sujeito que também poderá vir a ser autor de discurso(s) acadêmico(s) (e neste caso também cabe mencionar a validação desse discurso pelos pares, por exemplo). Nessa forma de dizer, o sujeito-autor se constitui não apenas como produtor de conhecimento, mas como parte de uma rede de discursos que o antecede e o autorizam.

Na autoria acadêmica, então, o autor fala a partir de outros discursos, em diálogo com conceitos, tradições e filiações teóricas que o sustentam. Esse gesto de escrita é, portanto, também um gesto de leitura: cada formulação

carrega formulações anteriores, cada argumento traz a marca de um já-dito que retorna.

Essa relação é percebida no funcionamento do texto acadêmico brasileiro contemporâneo, em que o autor “valida” o seu dizer por meio de citações diretas ou indiretas, reafirmando o caráter coletivo e histórico da produção do saber. Como afirma Orlandi ([1999] 2015), é por meio do sujeito que o sentido se realiza e é nesse lugar, atravessado pela memória discursiva, que o autor teórico assume sua posição.

A partir de Michel Pêcheux ([1969] 1997), se pode compreender que o discurso científico não escapa das formações ideológicas que o constituem: ele se organiza por meio de retomadas, repetições e reformulações. Nesse viés, o sujeito da escrita teórica é também o sujeito da repetição: aquele que reinscreve o saber em novas condições de produção, tornando-se autor no e pelo gesto de reformular o já-dito.

Pensar a autoria acadêmica sob essa perspectiva é compreender que o conhecimento se faz pela diferença que a repetição introduz. Cada citação, cada referência, é uma forma de reinscrição: o autor diz novamente, mas não do mesmo modo. Sua voz é, ao mesmo tempo, retorno e deslocamento, ressonância e criação/ produção de conhecimento(s).

3. Entre o silêncio e a voz: a Deusa Eco e o sujeito do discurso

Na mitologia grega, Eco é uma ninfa das montanhas, filha da Terra e do Ar. Dotada de uma fala encantadora, entretinha Hera com longas conversas, desviando-lhe a atenção. Como castigo, foi condenada a não ter mais voz própria, podendo apenas repetir as últimas palavras que ouvia. Ao apaixonar-se por Narciso e ser rejeitada, Eco se desfez até restar apenas sua voz, que passou a reverberar pelas montanhas.

A imagem de Eco oferece uma metáfora possível para o campo da Análise de Discurso. Eco representa a voz que ressoa o outro, a fala que não inaugura o dizer, mas o reinscreve, deslocando-o. Na repetição, ela não produz o mesmo, e sim produz diferença. Assim, sua voz sem corpo fala do próprio sujeito discursivo: aquele que se constitui no entre-lugar da linguagem, no espaço em que o já-dito é retomado sob novas condições de produção.

Michel Pêcheux ([1975] 2009) ensina que o sujeito do discurso é um efeito, não uma origem. Ele fala a partir das formações ideológicas e discursivas que o antecedem, atravessado pela memória e pela história. Como Eco, o sujeito repete, mas, ao repetir, ressignifica. O eco é, portanto, um gesto de resistência ao sentido, um modo de permanecer dizendo, mesmo quando se fala com as palavras do outro.

Nesse sentido, a metáfora de Eco permite visualizar o funcionamento das “ressonâncias discursivas” (Serrani, 1991). O discurso é sempre atravessado por outros discursos; o sentido circula, reverbera, desloca-se. O saber, assim como a voz de Eco, não se extingue, mas permanece em movimento, ressoando no tempo e na língua.

Como observa Orlandi ([1999] 2015), o dizer é atravessado por dizeres e por memórias. O gesto de Eco, condenado à repetição, revela que repetir é já interpretar, e que o silêncio entre uma palavra e outra é o espaço em que o sentido se transforma.

É possível, assim, compreender a figura mítica em relação à teoria discursiva: na voz que retorna, atravessada por já-ditos, a história se reinscreve.

4. O autor como sujeito atravessado: o discurso acadêmico e a memória do dizer

A reflexão sobre Eco encontra ressonância na análise da autoria acadêmica. O sujeito que assume a posição de autor no discurso científico não fala a partir do vazio, mas a partir de outros enunciados, conceitos e saberes historicamente constituídos.

Como lembra Pêcheux ([1975] 2009), as formações ideológicas e discursivas constituem o sujeito e, por sua vez, os discursos que por ele são produzidos; logo, seu dizer não é inaugural, mas resultado de deslocamentos, retomadas e filiações.

Ser autor, nessas condições de produção, é inscrever-se na história do dizer, e não escapar dela. Orlandi ([1999] 2015) explica que o autor, inscrito em determinada formação discursiva, tem responsabilidade pelo que enuncia e, ainda, só enuncia o que pode e deve ser dito por ele. Essa posição resulta em um gesto político e simbólico: o autor se autoriza a dizer na medida em que reorganiza sentidos ditos por outros, em outros mo(vi)mentos de análise.

Essa condição se intensifica na escrita acadêmica, lugar em que o gesto de autoria não se separa da memória discursiva. O texto científico, especialmente no contexto brasileiro contemporâneo, é estruturado por uma prática de validação por meio de citações diretas/indiretas, isto é, o autor afirma seu saber apoiando-se nas vozes de outros autores.

As citações diretas e indiretas são marcas materiais do funcionamento ideológico do discurso acadêmico. Elas indicam que o conhecimento se produz a partir de outros conhecimentos, que o discurso vem de outros discursos.

Ao citar, o autor reinscreve uma voz na sua própria enunciação, produzindo um efeito de legitimidade e de continuidade histórica. Essa

dinâmica faz da escrita acadêmica um campo de ressonâncias discursivas (Serrani, 1991), em que um discurso convoca outro(s), sem que eles se anulem, pelo contrário, eles se fortalecem ao movimentarem sentidos/ reflexões/ conceitos e, assim, produzem ecos, ressoam, ressonam sentidos.

O saber não se origina, portanto, de um ponto fixo, mas da mistura de vozes que se entrelaçam. Foucault ([1971] 2019) também propõe pensar a autoria não como figura de criação, mas como função discursiva: o autor não é um indivíduo e sim uma função do discurso que organiza e distribui o dizer.

Essa função organiza o campo do dizer científico. O sujeito-autor, ao citar, não apenas reproduz; ele reformula, recorta e desloca o já-dito, instaurando novos sentidos. O gesto de citação é, ao mesmo tempo, um gesto de autoria porque é na relação com o outro que o sujeito se faz autor.

A estrutura da escrita científica constitui-se em um lugar polêmico/controverso, uma vez que, quanto mais o autor remete ao outro, mais ele afirma sua própria posição no discurso. Sua autoria se realiza no lugar da repetição e da diferença, da filiação e da criação. É nesse espaço que o saber se constrói, e é nele que o autor encontra sua voz.

Como observa Orlandi ([1999] 2015), a autoria se faz no espaço da repetição, produzindo deslocamento de sentidos. Assim, o autor acadêmico é, antes de tudo, um sujeito ressonante, cujas palavras são atravessadas por ecos teóricos, vozes de outros tempos e outros textos. Seu dizer é um campo de memória e esquecimento, de retorno e ruptura. Ao produzir conhecimento, o autor reinscreve o já-dito em outro tempo e, nesse gesto, dá corpo novo ao discurso do saber. Em última instância, o autor acadêmico é o próprio Eco da teoria: uma voz que, ao repetir, cria; que, ao citar, transforma;

que, ao se fazer ouvir entre tantas outras vozes, mantém viva a ressonância do pensamento.

A questão da autoria, na Análise de Discurso de linha francesa, não se limita à identificação de um nome ou à atribuição de propriedade sobre um texto. Trata-se de compreender a autoria como um efeito discursivo, produzido no encontro entre o sujeito, a língua e a história. Em outras palavras, o autor é um lugar de enunciação atravessado por discursos outros que o precedem e o excedem.

Para Michel Pêcheux, o sujeito não é origem do dizer, mas efeito das condições ideológicas de produção do discurso. Inspirado em Althusser, Pêcheux compreende que o sujeito é interpelado pela ideologia, isto é, constituído enquanto sujeito do discurso na medida em que reconhece e reproduz, inconscientemente, as formações ideológicas nas quais está inscrito. Como afirma o filósofo marxista, “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (Althusser, [1969] 1979, p. 93). Essa formulação rompe com a concepção humanista de sujeito autônomo, consciente e livre para determinar seus próprios sentidos.

Nesse quadro teórico, a autoria deixa de ser o ponto de partida e passa a ser compreendida como ponto de atravessamento, o lugar onde as formações discursivas se inscrevem e se materializam. Pêcheux ([1969] 1997) mostra que os sentidos não são transparentes, mas produzidos sob condições determinadas. Assim, as palavras têm sentido de acordo com as posições assumidas pelos sujeitos que as empregam (Pêcheux, [1969] 1997), o que implica que o autor é atravessado por uma rede de sentidos já-ditos, que delimitam e, ao mesmo tempo, possibilitam seu dizer.

Essa concepção aproxima-se da reflexão foucaultiana sobre a função-autor, que, segundo Foucault ([1971] 2019), é uma unidade que organiza os sentidos. O autor, portanto, não é

apenas o produtor do texto, mas o operador de uma função que regula o que pode e o que não pode ser dito. Pêcheux radicaliza essa discussão ao evidenciar que essa função é histórica e ideológica, marcada por posições de sujeito em conflito.

Nesse movimento, a autoria torna-se um espaço de ressonâncias discursivas, em que se fazem ouvir as vozes de outros sujeitos e de outras teorias. O “eu” que fala é sempre um “nós”, um sujeito dividido, inscrito no simbólico e determinado por processos de memória discursiva. Como lembra Orlandi ([1999] 2015), o sujeito é histórico e a sua relação com a língua é determinada por tal historicidade.

Desse modo, o autor não inaugura o discurso, mas se reinscreve nele. A escrita, como gesto de autoria, torna-se um espaço de reformulação e deslocamento, um ponto de escuta das vozes que o antecedem. É nesse sentido que Kelly F. Guasso da Silva (2024) aponta, em Michel Pêcheux na Análise de Discurso, que “tomar posição e dizer ‘eu’ não significa que o discurso não seja afetado pelas condições socio-históricas nas quais ele é produzido” (Silva, 2024, p. 13). A escrita em primeira pessoa, portanto, não é apenas expressão da subjetividade, mas gesto teórico que materializa o funcionamento ideológico da linguagem.

Nessa perspectiva, a autoria do discurso teórico/ acadêmico se configura como um lugar de repetição e diferença: o mesmo e o outro coexistem na superfície do discurso. O autor é aquele que repete, reformula e desloca sentidos já postos, instaurando novas possibilidades de leitura. A produção teórica de Pêcheux é um exemplo nesse aspecto, pois, ao longo de sua trajetória, o autor revisita seus próprios conceitos, colocando em movimento o que ele mesmo havia estabilizado. Malidier ([1993] 2011) observa que Pêcheux refaz o seu caminho teórico, o que demonstra o caráter processual e de sua teoria.

O sujeito, assim como o autor, é constituído por essa relação entre permanência e deslocamento. A cada repetição, um novo sentido se inscreve; a cada retomada, algo se perde e algo se cria. O autor é, portanto, um sujeito em movimento, um espaço de reverberações discursivas, o que permite compreender a autoria como um lugar de ressonâncias discursivas, ou seja, eco de discursos que o antecedem e que nele se reinscrevem.

Essa concepção abre caminho para pensar o próprio Michel Pêcheux como um autor múltiplo, marcado pela coautoria e pela heterogeneidade de sua produção. Seus textos, frequentemente escritos com outros pesquisadores (como Catherine Fuchs, Paul Henry, Françoise Gadet e Denise Malidier), mostram que a teoria do discurso é, em si mesma, uma construção coletiva. A autoria pecheuxtiana, portanto, é uma autoria partilhada, ou, como diria Serrani (1991), uma autoria que “ressona” no outro.

5. As ressonâncias discursivas na produção teórica de Michel Pêcheux

Ao retomar o percurso teórico de Michel Pêcheux, percebo que a repetição ocupa um lugar central em sua produção intelectual, mas não como simples retorno ao mesmo. A repetição, em Pêcheux, é um gesto de retomada que carrega em si a diferença, pois cada nova formulação se dá em condições de produção singulares, atravessadas por novos mo(vi)mentos históricos e discursivos. É nesse movimento que se pode compreender o conceito de “ressonâncias discursivas” (Serrani, 1991), que propõe pensar os deslocamentos e reverberações dos sentidos na história da teoria.

Serrani (1991) sugere que as ressonâncias não se limitam ao eco sonoro de um enunciado anterior, mas dizem respeito ao modo como

os discursos se refazem e se transformam, produzindo novos efeitos de sentido. As ressonâncias, assim, marcam o funcionamento da memória discursiva, entendida, segundo Pêcheux ([1983] 1990), como a materialidade histórica do discurso, que retorna em outros discursos. Nesse sentido, as ressonâncias são o lugar em que o já-dito encontra o por-dizer, configurando um espaço de produção teórica em movimento contínuo.

Na Análise de Discurso, a repetição é um princípio constitutivo do sentido. Pêcheux ([1975] 2009) demonstra que o discurso é atravessado por formulações possíveis, de modo que cada enunciado se ancora em enunciados anteriores e abre possibilidades para enunciados futuros. Dizer é reformular, e reformular é inscrever-se em uma memória. Essa memória não é individual, mas histórica, social, ideológica. Como observa Orlandi ([1999] 2015), a repetição reinscreve o sujeito na história dos sentidos.

No livro *Michel Pêcheux: na História das Ideias Discursivas*, retomamos essa discussão ao propor que as ressonâncias discursivas são efeitos de sentido que se repetem e se deslocam (Silva, 2024). Essa leitura evidencia a dimensão processual do pensamento pecheuxtiano: cada retomada teórica é também uma forma de desconstrução, uma reinterpretação crítica de seus próprios conceitos. Assim, o percurso de Pêcheux pode ser lido como uma espiral teórica, em que as reformulações se dão em movimento de constante reelaboração.

Malidier ([1993] 2011) também levanta essa ideia ao afirmar que Pêcheux foi um autor que se construiu e se desconstruiu. Essa característica faz com que o pensamento pecheuxtiano seja, ao mesmo tempo, coerente e inacabado, um pensamento em busca de si mesmo, atravessado pela presença do outro. É nesse ponto que as ressonâncias discursivas se tornam fundamentais: elas revelam o funcionamento da teoria como

processo histórico, mostrando que o saber não se acumula, mas se reinscreve.

A leitura das ressonâncias discursivas no interior da obra de Pêcheux permite, portanto, compreender o modo como os conceitos de discurso, ideologia e sujeito se deslocam ao longo do tempo. No livro *Análise automática do discurso* (Pêcheux, [1969] 1997), o autor propõe a articulação entre linguística, marxismo e psicanálise, sustentando uma concepção fortemente estrutural. Já em *Semântica e discurso* (Pêcheux, [1975] 2009), ele revê suas posições, introduzindo a noção de formação discursiva como espaço de heterogeneidade e conflito ideológico. Essa passagem teórica, marcada pela autocrítica, é um dos exemplos mais potentes das ressonâncias discursivas em funcionamento: a teoria se refaz, e ao refazer-se, ressoa o que foi dito, mas sob outra forma.

Fenoglio (2013) nomeia esse movimento de “ruminação teórica”, indicando que o pensamento discursivo retorna sobre si mesmo, mastigando e remanejando conceitos em busca de novas articulações. Esse gesto de “ruminar” é também o gesto do autor que escuta as vozes de seu próprio discurso, reconhecendo nelas as presenças do outro. Assim, as ressonâncias discursivas são também marcas de coautoria, pois a teoria de Pêcheux se faz na interlocução com outros pensadores, com seus contemporâneos e com seus leitores.

Na perspectiva da *História das Ideias Discursivas* (Orlandi [1999] 2015; 2019), as ressonâncias podem ser compreendidas como movimentos de memória que atravessam o tempo e inscrevem o teórico em uma cadeia histórica de formulações. A teoria não é, portanto, produto de um autor isolado, mas resultado de um processo coletivo e histórico de construção de saber. Assim, pensar as ressonâncias discursivas é também pensar o modo como a ciência do discurso se constitui como campo aberto, permeado por reformulações, deslocamentos e

esquecimentos.

Esse processo é visível não apenas nos textos teóricos, mas também nas práticas editoriais e nas publicações de Pêcheux. Como destacamos em Silva (2024), ao mapear as revistas *Langages*, *Mots* e *L'homme et la Société*, é possível observar a circulação dos conceitos e a forma como os sentidos teóricos se deslocam entre autores e instituições. O discurso científico, portanto, é também um espaço de circulação e ressonância: nele, a autoria se dilui no coletivo, e o texto se torna um ponto de passagem para o saber.

Desse modo, as ressonâncias discursivas operam como uma categoria de leitura que ultrapassa a noção de autoria individual, evidenciando o caráter histórico do conhecimento. Pêcheux não apenas pensa o discurso, mas o movimenta em sua própria escrita, uma escrita que se repete, se contradiz e se reformula, ressoando nos discursos que o antecederam e nos que o sucedem. O autor, assim, torna-se o próprio lugar da ressonância: espaço em que os sentidos se fazem e se refazem.

6. A autoria do discurso teórico como lugar de ressonâncias na História das Ideias Discursivas

Pensar a autoria do discurso teórico a partir de Michel Pêcheux implica romper com a imagem do autor como sujeito soberano do discurso. Em sua perspectiva, o autor não é origem, mas efeito de uma posição enunciativa; é o lugar onde se materializam determinadas condições de produção e onde se inscrevem memórias discursivas. Essa concepção, atravessada pelo materialismo histórico, afasta a noção individualista da autoria e a reinscreve em uma dimensão histórica e ideológica.

Como afirma Foucault ([1971] 2019), o “autor” não é o indivíduo empírico que escreve,

mas uma função discursiva, um princípio de agrupamento, delimitação e classificação de discursos. Pêcheux ([1975] 2009) retoma essa formulação ao pensar o sujeito do discurso como um lugar vazio, um espaço em que o dizer é atravessado por outras vozes e outras formações discursivas. Assim, o autor é, antes de tudo, um efeito de discurso, constituído no jogo das determinações ideológicas e históricas.

Ao propor que a autoria é um lugar de ressonâncias |(em Silva, 2024), inscrevemos essa discussão em um campo ampliado, onde o autor é visto como espaço de reverberação dos sentidos teóricos, e não como fonte de originalidade. A autoria torna-se, então, um dispositivo de memória: aquilo que ressoa, retorna e se reinscreve, produzindo conhecimento(s) e deslocamento(s) na história.

Essa formulação permite pensar a História das Ideias Discursivas não apenas como uma sucessão cronológica de obras, mas como um campo de ressonâncias entre autores, conceitos e instituições. Nesse campo, o gesto autoral do discurso teórico é também um gesto de leitura: ao escrever, o teórico reinscreve os sentidos de outros discursos, fazendo ecoar o que já foi dito sob novas condições. É o que Pêcheux ([1983] 1990) denomina “interdiscurso”, a rede de formulações anteriores que constitui a materialidade do dizer.

Orlandi ([1999] 2015) observa que o sujeito autor ocupa o espaço entre o já-dito e o ainda não-dito. Essa leitura aproxima o autor da figura do intérprete, pois seu gesto de escrita é sempre também um gesto de interpretação. A autoria, nessa perspectiva, é menos um ponto de origem e mais um espaço de atravessamentos discursivos, em que a história do pensamento ganha corpo e se reconfigura.

Ao longo de sua trajetória, Michel Pêcheux viveu esse modo de autoria que ressoa. Seus textos são marcados por uma escrita que se

revisita: cada publicação é, de algum modo, uma resposta a si mesmo. Como afirma Maldidier ([1993] 2011), a obra de Pêcheux é uma obra que se reinterpreta. Essa dinâmica de retomadas e reformulações constitui um verdadeiro arquivo de ressonâncias, no qual o pensamento se escreve em espiral.

O conceito de “autoria do discurso teórico como lugar de ressonâncias discursivas” permite também deslocar a forma como se compreende a produção teórica em seu conjunto. Ao reconhecer que o autor é atravessado por múltiplas vozes e temporalidades, essa leitura evidencia o caráter coletivo e histórico da teoria. O saber discursivo, assim, não pertence a um sujeito, mas circula entre sujeitos, textos e instituições, ecoando e se transformando.

Como lembra Orlandi ([1999] 2015), o gesto teórico não é apenas de formulação, mas de interpretação e reinscrição. O autor, nesse sentido, atua como mediador de saberes entre memórias discursivas, atualizando sentidos sem apagá-los. Essa concepção aproxima o trabalho teórico da própria dinâmica do discurso: ambos são atravessados pela incompletude, pela necessidade de retomada e pela abertura ao outro.

Em Silva (2024), retomamos essa ideia ao propor que a autoria é o lugar de escuta do já-dito e de invenção do por-dizer. Tal formulação enfatiza o caráter criativo da teoria, não como invenção artística, mas como reconfiguração do que ressoa na história. Assim, pensar a autoria como lugar de ressonâncias é reconhecer que o sentido teórico nasce no entremeio entre o dizer e o repetir, entre o mesmo e o outro, entre o silêncio e o acontecimento.

Nesse ponto, a História das Ideias Discursivas se afirma como campo de escuta: trata-se de ouvir as reverberações do pensamento em movimento, de acompanhar a travessia dos conceitos entre tempos e lugares distintos.

A autoria, enquanto lugar de ressonância, é o espaço em que essas vozes se cruzam, produzindo novas possibilidades de leitura e de escrita.

Como aponta Fenoglio (2013), a teoria pecheuxtiana é um espaço de diálogo com o passado e com o futuro, uma teoria que fala de dentro da história e que se deixa afetar por ela. Essa abertura ao outro é também o que garante a vitalidade do campo discursivo, pois faz com que a teoria não se cristalice, mas permaneça em permanente estado de ressonância.

Assim, compreender a autoria como lugar de ressonâncias é compreender que o teórico não é o ponto de chegada, mas o ponto de passagem da história dos sentidos. Pêcheux é um autor que ressoa não apenas por suas formulações, mas por sua escuta, por sua capacidade de fazer vibrar as vozes da teoria em novas configurações discursivas.

7. Conclusão: o gesto de dizer como ressonância

Pensar a autoria do discurso teórico como lugar de ressonâncias discursivas é reconhecer que a teoria não se esgota na figura de um sujeito individual, mas se constitui como espaço de reverberação histórica. Ao longo deste artigo, busquei compreender a forma como Michel Pêcheux, em sua trajetória intelectual, inscreve a autoria em uma zona de tensões entre o sujeito e a ideologia, entre o dizer e o já-dito, entre a criação e a memória discursiva.

A Análise de Discurso, enquanto campo teórico fundado por Pêcheux, não apenas descreve os modos de funcionamento da linguagem, mas propõe uma escuta do modo como o sentido se produz no entremeio das vozes. Nesse contexto, a autoria deixa de ser entendida como a origem de um pensamento e passa a ser concebida como um lugar em que se materializam as condições históricas e

ideológicas de produção dos discursos.

A História das Ideias Discursivas, trabalhada por Orlandi ([1999] 2015; 2019), evidencia que o trabalho teórico é também um trabalho de leitura. O autor é, antes de tudo, um leitor que interpreta o já-dito e reinscreve os sentidos sob novas condições de produção. Pêcheux, nesse movimento, é exemplar: cada uma de suas fases teóricas reinterpreta a anterior, revelando um pensamento em constante (des) construção.

Refletir sobre o autor e sobre o funcionamento discursivo que o constitui implica compreender que todo dizer é eco, não no sentido de mera repetição mecânica, mas como reverberação de sentidos, como gesto de reinscrição.

Não se trata aqui de pensar a autoria em geral, mas a autoria que habita o texto teórico, esse espaço em que o sujeito escreve sob o olhar do outro e sob o peso do já-dito. A autoria acadêmica é um exercício de escuta: o autor fala, mas fala com e através de vozes alheias. Ele não inaugura o dizer, mas o reinscreve. Nesse gesto, o autor é também leitor, é também Eco: uma voz que devolve à linguagem o seu próprio movimento de ressonância.

Assim como Eco, a ninfa que repete e transforma o dizer do outro, o sujeito que assume a posição de autor o faz a partir de um lugar de escuta, de atravessamento. Ele fala com as palavras da história, sob as condições que o discurso lhe impõe, mas encontra, nesse mesmo limite, o espaço possível da criação.

Michel Pêcheux ([1975] 2009) nos convida a pensar o sujeito como um efeito ideológico, um sujeito que acredita ser origem de seu dizer, mas que é atravessado por formações discursivas e ideológicas que o precedem. Esse sujeito, ao falar, reinscreve o já-dito e, ao fazê-lo, reinscreve a si mesmo na história.

O autor do discurso teórico, portanto, é o resultado de um processo de deslocamento do sujeito no discurso. Ele não cria a teoria do nada; ele a constitui no contato com outros textos, com outras vozes, com outros tempos.

Na História das Ideias Discursivas, conforme propõe Orlandi ([1999] 2015), pensar o discurso é pensar também o modo como o conhecimento se produz e circula. O autor é uma posição que se constitui na memória discursiva e que, ao mesmo tempo, a movimenta.

Ao retomar e reformular conceitos repetindo, deslocando, reformulando, o sujeito-autor atua como mediador da história do saber. Ele não apenas transmite, mas transforma o conhecimento discursivo.

Essa é a lógica das ressonâncias discursivas (Serrani, 1991): o discurso não se apaga no tempo; ele se propaga em ecos, reverberando nas produções teóricas, nas leituras e nas reescritas.

Esse processo de retorno teórico é um movimento em que o sujeito do saber revisita e desestabiliza suas próprias formulações, num gesto de busca, de desconstrução e de reconstrução da teoria. É nesse espaço que a autoria se faz e se desfaz, em um ciclo de produção e ressignificação.

A metáfora de Eco ilumina essa dinâmica: ao repetir as palavras de Narciso, a ninfa não o imita, ela o reflete, devolvendo-lhe um outro dizer, uma outra tonalidade. Assim também o discurso teórico: ele não apenas repete o que veio antes, mas o devolve sob novas condições de produção, em outro tempo, em outro gesto.

O sujeito-autor do discurso teórico é, nesse sentido, o ponto de inflexão entre o silêncio e a voz: é aquele que faz reverberar o já-dito, produzindo diferença na repetição. Como lembra Orlandi ([1999] 2015), a história não se repete, ela retorna de outros modos. E esse movimento é o que mantém viva a teoria

do discurso: uma teoria que não se fecha, que não cessa de buscar, que se alimenta do próprio movimento que a constitui.

O autor, então, não é uma origem nem um destino, é um lugar de passagem entre dizeres. Seu gesto de autoria é o gesto de dar corpo à linguagem, permitindo que o discurso continue a falar, mesmo quando muda de forma, de contexto ou de voz. Ao compreender a autoria do discurso teórico como um lugar de ressonâncias, compreendo também que o saber não pertence a um sujeito isolado, mas a uma história que se movimenta e se reinscreve. O discurso acadêmico, com suas citações, intertextualidades e filiações, é a materialidade desse processo. Como propomos em Silva (2024), a teoria vive de suas ressonâncias.

Assim, o autor não é aquele que encerra o sentido, mas aquele que o faz vibrar. É nesse movimento que a Análise de Discurso se mantém viva: como campo em que a autoria é memória, movimento e abertura. O gesto teórico, quando atravessado por essa escuta das ressonâncias, torna-se um espaço de criação coletiva, em que cada texto é um eco de muitos outros, e cada conceito é, também, uma história de leituras. Cada citação é um eco; cada referência, uma memória discursiva que se atualiza; cada texto, uma dobra de outros textos.

Em última instância, pensar a autoria na História das Ideias Discursivas é reconhecer que a teoria é sempre uma travessia: um percurso que se faz na tensão entre repetição e diferença, entre o dito e o não-dito, entre o silêncio e a voz.

E talvez seja justamente essa travessia, esse gesto de dizer e escutar, de repetir e reinventar, que faz do discurso teórico também um espaço de resistência, um lugar em que a linguagem continua a produzir sentido, mesmo quando parece apenas ecoar.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. Materialismo histórico e materialismo dialético. In: BADIOU, Alain; ALTHUSSER, Louis. Materialismo histórico e materialismo dialético. Tradução Elisabete A. Pereira dos Santos. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, [1969] 1979, p. 33-56.

FENOGLIO, Irène. Manuscritos de linguistas e genética textual: quais os desafios para as ciências da linguagem? Exemplos através dos "papiers" de Benveniste. Tradução Simone Oliveira, Verli Petri e Zélia Paim. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2013. 62 p. Série Cogitare.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, [1971] 2019.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux: inéditos em Análise de Discurso. São Paulo: Contexto, [1993] 2011, p. 39-62.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 12. ed. São Paulo: Pontes, [1999] 2015.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, [1969] 1997.

PÊCHEUX, Michel. Discurso: estrutura ou

acontecimento. Campinas: Pontes, [1983] 1990.

SERRANI, Silvana. Ressonâncias discursivas: uma perspectiva teórica e analítica. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Kelly F. Guasso da. Michel Pêcheux: na História das Ideias Discursivas. São Paulo: Pontes, 2024.

Submissão: novembro de 2025

Aceite: Dezembro de 2025.

“DICIONÁRIO FILOSÓFICO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS”, UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A POSIÇÃO- SUJEITO DICIONARISTA

Gabriela Gonçalves Ribeiro¹

Resumo: O presente artigo tem o objetivo analisar como a questão do silêncio constitutivo afeta a produção de sentidos em um dicionário de especialidade e como isso comparece no prefácio de uma obra, focando na posição-sujeito dicionarista. A posição-sujeito, assim como pensada por Pêcheux em “*Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*” (2014), nos guiou a analisar como a posição-sujeito dicionarista emerge no prefácio do *Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais* (2010). A posição-sujeito dicionarista, que tratamos neste artigo, mostrou-se plena em contradições, sendo fundamental na construção de um dicionário de especialidade, e é a partir da posição-sujeito que ao tomar o silêncio como constitutivo, se constroem as evidências e contradições no prefácio.

Palavras-chave: Posição-sujeito. Dicionário de especialidade. Prefácio. Análise de Discurso.

“PHILOSOPHICAL DICTIONARY: FUNDAMENTAL CONCEPTS”, A PROPOSAL FOR DISCURSIVE ANALYSIS ON THE DICTIONARY-WRITER'S SUBJECT- POSITION

Abstract: This article aims at analyzing how the issue of constitutive silence affects the production of meaning in a specialized dictionary and how this appears in the preface of a work, focusing on the lexicographer's subject-position. The subject-position, as conceived by Pêcheux in "Les vérités de La Palice" guided us to analyze how the lexicographer's subject-position appears in the preface of the *Philosophical Dictionary: fundamental concepts*. The lexicographer's subject-position that we address in this article proved to be full of contradictions, being fundamental in the construction of a specialized dictionary, and it is from this position that, by taking silence as constitutive, the evidence and contradictions in the preface are constructed.

Keywords: Subject-position. Specialized dictionary. Preface. Discourse Analysis.

1 Mestre em Estudos Linguísticos (UFSM), e atualmente doutoranda do PPGL–UFSM, com pesquisas em ênfase em efeitos/ produção de sentidos em instrumentos linguísticos. Bolsista de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro do Grupo Palavra, Língua e Discurso, o PALLIND (UFSM). E-mail: gabrielaggr4@gmail.com

Para introduzir...

A obra “*Les vérités de La Palice*”, da autoria de Michel Pêcheux completa 50 anos em 2025, e ainda suscita leituras e reflexões sobre os conceitos estabelecidos pelo autor nesse livro tão importante para os estudiosos da Análise de Discurso de viés materialista. O presente artigo é uma homenagem a Michel Pêcheux, e nada melhor do que manter os conceitos propostos por ele em movimento, que é o que propomos com este artigo submetido ao dossiê “*Les vérités de La Palice, 50 anos depois*” da revista Interfaces, com a proposta de mobilizar o conceito de posição-sujeito no interior de um dicionário de especialidade.

Para dar início ao nosso artigo, precisamos considerar que no campo da Análise de Discurso materialista no Brasil, os dicionários são objetos de pesquisas há algum tempo, resultando em trabalhos de pesquisas publicadas (Orlandi, 2002; Nunes, 2006; Petri, 2010) ao abordar os dicionários como uma materialidade discursiva, como discurso afetado pelo trabalho da ideologia. Aos leigos, os dicionários produzem um efeito de completude, de que nele estão todas as palavras e o sentido literal de cada uma delas, todavia, sabemos que essa totalidade não existe, que não há como reunir todas as palavras e muito menos todos os sentidos. O que encontramos nos dicionários são os sentidos mais ou menos estabilizados, mas não a totalidade, uma vez que o lexicógrafo/dicionarista precisa fazer escolhas na construção de um dicionário.

Entendemos, de acordo com Aurox (1992), que os dicionários são instrumentos linguísticos da maior importância, uma vez que são frutos do que o historiador nomeia como a 'revolução tecnológica da linguagem' e servem para ensinar e aprender uma língua de forma sistemática. Consideramos o dicionário um dos pilares do saber metalinguístico e é através dele que evidências de sentidos são construídas, na tentativa de estabilizar determinado sentido

no discurso e de reunir conhecimento em determinadas áreas. No que se refere aos dicionários de especialidade, os chamaremos somente de “instrumentos”, uma vez que eles instrumentam um campo do saber a partir de uma determinada língua. Ainda que os dicionários de língua sejam os mais conhecidos, existem outros tipos de dicionários disponíveis atualmente: dicionários de línguas estrangeiras, de língua materna e também aqueles conhecidos como dicionários de especialidade, que contêm verbetes significativos para áreas específicas do conhecimento, que ao invés de didatizar uma língua, didatizam uma área do conhecimento a partir de uma língua e se aproximam do conhecimento enciclopédico.

Nosso objetivo, por meio da Análise de Discurso de linha francesa, é compreender como o silêncio afeta a produção de efeitos de sentido em um dicionário de especialidade, no caso o *Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais* de Regina Schopke (2010), sobretudo, entendendo o silêncio como constitutivo da posição-sujeito dicionarista que emerge no prefácio da obra.

Dicionário de especialidade: algumas considerações

Os dicionários de língua podem ser considerados os mais acessíveis, uma vez que temos contato com esses instrumentos linguísticos desde a escola, todavia, existem outros tantos tipos de dicionários, entre eles, o dicionário de especialidade. Se faz necessário estabelecer as diferenças entre os dicionários de língua e os dicionários de especialidade, para isso recorreremos a tese de doutorado intitulada “*A militância na/ da produção do conhecimento científico: uma análise discursiva do dicionário da educação do campo*” de Lucas Flores. De acordo com Flores (2019):

No entanto, quando se trata de um dicionário de especialidade, ele descreve, a partir de uma língua dada, a instrumentalização de um campo do saber, um conhecimento de uma especialidade. E isso nos interessa: o dicionário (e a gramática) instrumentaliza uma língua, o dicionário de especialidade instrumentaliza, não a língua, mas a partir de uma dada língua, ou seja, a partir de um campo do saber e de um modo de produção do conhecimento. (Flores, 2019, p. 97)

Compreendemos que os dicionários de especialidade possuem uma fundamental diferença em relação aos dicionários de língua, eles instrumentalizam a partir de uma dada língua (que pode ser português, inglês, francês), é a partir dessa língua que se didatiza um determinado campo do saber. Tendo isso em vista, existem fatores que constituem um dicionário de especialidade, sendo estes:

a) há saberes próprios de uma formação discursiva que dizem o que é um dicionário e como ele funciona na língua em que está escrito;

b) há saberes oriundos de uma formação discursiva da especialidade que constituem suas especificidades, suas formas, seus limites.

A partir da relação entre, pelo menos, essas duas formações discursivas, surgirá, sob a forma de um sentido evidente para o sujeito – afetado pela história – o dicionário de especialidade. Entendemos que essa forma-sujeito da especialidade é quem vai, dentro da regionalização de cada formação discursiva, encontrar modos de lidar com seus saberes e negociar sentidos no interior da formação discursiva dominante. (Flores, 2019, p. 93)

Assim, entendemos que os dicionários de especialidade são aqueles em que ocorre uma negociação de sentidos que é realizada pela forma-sujeito da especialidade. A forma-sujeito da especialidade assume a posição-sujeito dicionarista, que no interior do dicionário formula os verbetes. Quando a forma-sujeito da especialidade ocupa a posição-sujeito dicionarista ela está se inscrevendo no que chamamos de formação discursiva (FD) da especialidade e é desse lugar que decorrem os efeitos de sentido. De acordo com Orlandi:

Compreender o que é efeito de sentidos, em suma, é

compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos. É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente) que se constituem os diferentes efeitos

de sentidos entre os locutores. (Orlandi, 2007, p. 21)

Entendemos, conforme nos coloca Orlandi (2007) que é da “relação historicamente regulada entre as muitas formações discursivas” que emergem os efeitos de sentidos, ou seja, a formação discursiva na qual se insere o dicionarista é fundamental para pensarmos quais sentidos são postos em detrimento de tantos outros.

Dessa maneira, após compreender o que é um dicionário de especialidade, apresentamos o dicionário que será objeto do presente artigo. O “*Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais*” foi publicado em 2010, organizado e escrito por Regina Schopke. A obra possui 252 páginas, e é de autoria de uma filósofa e historiadora, que se coloca na posição-sujeito dicionarista para escrever os verbetes que compõe esse instrumento. Ressaltamos nosso objetivo de analisar como a questão do silêncio constitutivo afeta a produção de sentidos em um dicionário de especialidade e como isso comparece no prefácio de uma obra, focando na posição-sujeito dicionarista.

Sobre a posição-sujeito dicionarista

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos de caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (Pêcheux, p. 146, 2014)

Quando pensamos em dicionário, como Houaiss, Caldas Aulete, é comum pensarmos que todo mundo sabe o que é um dicionário, que as palavras da língua ali contidas “querem

dizer o que realmente dizem”, como nos ensina Pêcheux, sem questionar a escolha de palavras dos lexicógrafos/dicionaristas e muito menos os sentidos que dali emergem, e é nesse efeito que podemos observar o trabalho da ideologia. A ideologia fornece evidências de que o que está posto no dicionário é o sentido verdadeiro, literal, correto, sem que se pense na posição-sujeito dicionarista, que ocupa um papel de importância na construção do dicionário, uma vez que ao ocupar tal posição se decide sobre o prefácio, e as definições, escolhendo uma em detrimento de muitas outras.

É preciso pensar que o dicionarista também é, antes de tudo, um indivíduo que é interpelado em sujeito pela ideologia, pois é dessa relação que se produz o dizer. Esse sujeito que produz o dicionário, se inscreve majoritariamente em uma formação discursiva e ocupa uma posição-sujeito, a de dicionarista, produzindo sentidos a partir dela, fazendo com que pareça “transparente” aquilo que é constituído “pela remissão a um conjunto de FDs que funcionam com uma dominante” (Orlandi, p. 44, 2015). De acordo com Pêcheux:

Já observamos que o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (Pêcheux, p. 150, 2014)

Segundo Pêcheux, o sujeito se identifica com a formação discursiva que o domina, e isso reflete no que podemos ver, ou seja, em seu discurso. Desse modo, quando tratamos de um dicionarista que é interpelado em sujeito e se identifica com uma FD dominante, seu discurso emerge no prefácio e nos verbetes postos no

dicionário, que é o que se apresenta no Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais. Não é possível separar a posição-sujeito dicionarista do sujeito que há antes dessa posição, em nosso caso uma filósofa e historiadora que se inscreve em uma FD dominante que acaba por emergir seu discurso ao ocupar a posição-sujeito dicionarista que escreve e organiza o dicionário de especialidade em questão.

Sabemos que o dicionarista, ao ocupar tal posição para construir um prefácio/verbetes, seleciona palavras que considera adequadas para o discurso que está sendo construído dentro da formação discursiva dominante. De acordo com Pêcheux, isso está diretamente relacionado ao que o autor nomeia como os esquecimentos. Conforme Pêcheux:

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo o sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (Pêcheux, p. 161, 2014)

Quando o dicionarista seleciona palavras que pertencem a um determinado sítio significante, o esquecimento nº 2 está em funcionamento, as palavras postas no prefácio do dicionário de especialidade são aquelas porque não poderiam ser outras. As palavras selecionadas em um prefácio por quem ocupa a posição-sujeito dicionarista são selecionadas de modo a materializar a formação discursiva dominante daquele sujeito que formula o dicionário. O dicionarista “esquece” que as palavras postas poderiam ser outras, atestando desse modo a presença da ideologia em um efeito de evidência. Porém, Pêcheux também nos introduz ao esquecimento nº 1 que possui um papel importante no que tange a posição-sujeito. Conforme Pêcheux:

Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento nº1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão. (Pêcheux, p. 162, 2014)

Pêcheux nos institui que o esquecimento de nº1 é aquele em que o sujeito não pode se encontrar no interior de uma formação discursiva. O sujeito está inconscientemente está inscrito em uma FD dominante, em nosso caso a FD da especialidade, mas quando formula seu discurso não o faz de forma consciente, faz sem saber que o que ele diz se encaixa na FD em que está inscrito. Da mesma forma, o dicionarista que constrói o *Dicionário Filosófico*, não sabe que está inscrito em determinada formação discursiva (esquecimento nº1) que o faz selecionar algumas palavras de um sítio significativo e não outras (esquecimento nº2), atestando o funcionamento da ideologia que torna o que está no prefácio como algo da ordem do que está evidente.

Compreendendo como funciona a posição-sujeito dicionarista, nos apoiando principalmente no que Pêcheux propõe em sua obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, nosso próximo passo é analisar o prefácio do Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais, observando como o silêncio é constitutivo da posição-sujeito da qual nos propomos a analisar.

Delineando a análise do Dicionário Filosófico

Quem de nós lê o que está no prefácio do dicionário? Quem de nós reflete sobre a proposta do(s) autor(es)? Quem de nós se incomoda com as definições imprecisas ou insuficientes trazidas no dicionário? (Petri, 2010, p. 23)

Para começar nossa análise, consideramos pertinente traçar um olhar analítico também para a capa que compõe o *Dicionário Filosófico*, elemento que precede a “apresentação”, que consideramos como prefácio do dicionário. O dicionário em questão possui um subtítulo “conceitos fundamentais” na capa, o que nos guia a pensar que os verbetes selecionados pela autora são os que em sua visão contemplam essa base fundamental para a especialidade, no caso, a Filosofia. Na capa (Figura 1), podemos observar algumas palavras como “lógica”, “essência”, “razão”, “bem” entre outras, o que nos chama atenção por trazer o imaginário de completude dos “conceitos fundamentais” citados no subtítulo.



Figura 1: capa do Dicionário filosófico (2010)

Orlandi (2007) nos ensina que:

Quanto à completude, já tivemos a ocasião de observar em diversas ocasiões que a incompletude é fundamental no dizer. É a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. E é o silêncio que preside essa possibilidade. A linguagem empurra o que ela não é, para o “nada”. Mas o silêncio significa esse “nada” se multiplicando em sentidos, quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresentam. (Orlandi, 2007, p. 48)

Entendemos esse “efeito de completude” que está posto na capa do dicionário que determina “x” palavra em detrimento de “y”, ao colocar uma palavra em evidência, silencia outra. Afinal, não são todos os conceitos fundamentais que estão contidos na capa (e nem no dicionário), e é essa “falta” que torna possíveis outros sentidos. Orlandi (2000) nos ensina que:

Mas se há incorporação de alguns feitos da linguística, no entanto há algo que interessa sobremaneira ao discurso e que não entra em consideração: não se olha o dicionário a partir de como os sentidos das palavras estão em processo, ou de como elas se distribuem, significando diferentemente, de acordo com as diferentes formações discursivas, que correspondem a diferentes posições de sujeito ante a ideologia. Ou seja, o dicionário silencia sobre o fato de que não há palavra, não há sentido, sem ideologia, já que segundo a análise de discurso, fala-se a mesma língua, mas fala-se diferente. Essa diferença não aparece, justamente porque o efeito ideológico do dicionário apaga a ideologia, como procuraremos mostrar ao longo deste trabalho. (ORLANDI, 2000, p. 101).

Orlandi (2000) estabelece que no interior dos dicionários, não se consideram as formações discursivas e nem o modo como a ideologia comparece no interior desses instrumentos, tornando evidente alguns sentidos em detrimentos de tantos outros que existem para uma palavra. Nos dicionários, sejam eles de língua ou de especialidade, há em funcionamento, um efeito de completude, de que estão postas todas as palavras e todos os sentidos, esse é efeito é necessário para que

o dicionarista ou o lexicógrafo possa elaborar os verbetes, pois não há como dar conta da totalidade das palavras.

Quando, ao ocupar a posição-sujeito dicionarista, a filósofa “escolhe” uma determinada palavra e não outra, de certa forma, está pondo em silêncio as outras palavras que poderiam estar ali, é o silêncio como constitutivo da posição-sujeito que constrói o dicionário. Ainda de acordo com Orlandi (2007, p. 96) compreendemos que a ideologia representa a saturação, o efeito de completude, se sustentando no já dito. É essa saturação que podemos observar no subtítulo e capa do *Dicionário filosófico*, uma vez que há essa ideia de completude, que pelo viés da ideologia faz com que a interpretação seja uma e não outra, e que ao dizer “x” e “y”, outros sentidos sejam silenciados. Nessa perspectiva, ao seguir para a análise da apresentação posta no *Dicionário Filosófico*, convém estabelecer o que consideramos por prefácio de acordo com a História das Ideias Linguísticas e da Análise de Discurso.

De acordo com Nunes (2006), o prefácio é um dos domínios do dicionário que trataremos como domínio discursivo, considerando, desse modo, a historicidade de sua constituição e o sentido desses elementos em relação a outros domínios em um corpus. Consideraremos no presente artigo que:

Os prefácios, vistos aqui amplamente como os textos introdutórios de um dicionário, constituem um material fundamental para a análise das condições de produção do discurso e da posição do lexicógrafo. Lá os autores se colocam, construindo imagens dos leitores e as do dicionário: o plano da obra, a concepção de língua, o recorte da nomenclatura, os procedimentos lexicográficos, o contexto em que o dicionário se insere (dicionário de língua nacional, dicionário de regionalismo etc). Esse aspecto da posição do lexicógrafo refere-se ao que, a partir dessa posição, se diz (ou não diz) sobre a língua, o dicionário e seus interlocutores. Sem esses textos introdutórios, o dicionário perde grande parte de sua historicização, que só pode então ser explicitada por um trabalho de arquivo. (Nunes, 2006, p. 33)

Dentre as informações relevantes geralmente dispostas nos prefácios dos dicionários, a que nos interessa neste momento é a posição-sujeito do dicionarista. De acordo com Petri (2009, p. 331), ‘pensar no prefácio dos dicionários é elegê-los como espaço de observação (...) onde se revelam as facetas do sujeito que produz o dicionário’. Por isso, buscaremos adentrar os prefácios como esse lugar de observação na tentativa de analisar a posição-sujeito do dicionarista. Para isso, é necessário retomar o conhecido texto ‘*Lexicografia Discursiva*’, de autoria de Eni Orlandi (2000):

Quando pensamos o dicionário em sua relação com essa representação da língua, estamos menos interessados em seu autor – específico e ligado a uma filiação teórica particular – e mais no fato de que esse instrumento linguístico é lugar de construção de memória social, em que se marca a relação de ciência e Estado. Se, de um lado, deixamos de reverenciar o dicionário (e a gramática) como monumento à língua para vê-lo como instrumento linguístico, produzido na história em um certo momento; de outro, em nossa perspectiva, ao perder o caráter monumental para ser objeto tangível de nossa relação com a língua na história, ele se apresenta como vestígio de nossa memória histórico-social. A posição sujeito-autor de dicionário corresponde aqui não a um sujeito-autor empírico, mas a uma forma de relação do saber metalinguístico de uma sociedade com a história. (...) O dicionário adquire aqui o sentido de uma tecnologia própria à configuração de relações sociais específicas e sujeitos, na história. (Orlandi, 2000, p. 98)

Buscamos contrapor o que foi instituído por Orlandi (2000), uma vez que o ‘sujeito-autor’ do dicionário apresentado por ela nos remete ao lexicógrafo que é especialista em língua e trabalha com um dicionário de língua. Na análise que construímos, essa posição de sujeito-autor é ocupada por pesquisadores que, aqui, chamamos de dicionaristas pelo esforço de construir um dicionário, ainda que essa não seja a sua especialidade (diferentemente do caso dos lexicógrafos). Orlandi (2000) nos ensina que há um imaginário sobre a língua homogênea presente nos dicionários de língua, já no caso de um dicionário de especialidade, o imaginário é o de uma completude de informações sobre uma temática determinada. Logo, entendemos

que a posição de sujeito-dicionarista de um dicionário de especialidade constitui uma relação entre o saber de uma determinada área do conhecimento e sua relação com a sociedade e a história.

Retomando a capa do instrumento que tratamos nesse artigo, o nome que lhe foi dado também nos chama atenção, “*Dicionário filosófico*” está posto, mas porque não “Dicionário de Filosofia”? Ao adentrar o prefácio da obra, também escrito pela filósofa que assina o dicionário, podemos observar quais sentidos são resgatados ao “escolher” o nome “*Dicionário filosófico*”, como podemos ver abaixo, em um recorte do prefácio, que nomeamos recorte discursivo 1 (RD1):

Ele (o dicionário) deve introduzir os conceitos e o seu uso, mas não de um modo dogmático nem como expressão da verdade última. Afinal, se ele é filosófico, é exatamente porque se propõe ser reflexivo e crítico, e assim cada verbete, cada conceito, é uma espécie de diálogo entre filósofos. Trata-se, portanto, de um dicionário que tem a pretensão de ser, ele mesmo, mais um exercício de pensamento do que um simples repositório de reflexões.

Ao tomar a posição de dicionarista, Regina Schopke, não apaga sua formação de filósofa e retoma conceitos que são próprios da Filosofia, trazendo à tona esse desejo de que o leitor “exercite o pensamento”, mesmo em um dicionário, instrumento que é conhecido popularmente por estabelecer um sentido para as palavras e ter um efeito de completude. Os dicionários, sejam eles de especialidade ou não, tem um imaginário de que contém todos os sentidos, são completos no que dizem e trazem o sentido estabilizado. Ao tomar a posição-sujeito dicionarista, a autora do dicionário, ainda carrega em sua formação discursiva os princípios filosóficos, e busca romper com esse imaginário

de literalidade, colocando no prefácio seu desejo de que os verbetes sejam lidos de forma crítica. Ao instituir no prefácio o dicionário como um lugar no qual é possível exercitar o pensamento, o dicionarista, por sua escolha de palavras, põe em silêncio outras que não cabem na formação discursiva da especialidade em que a posição-sujeito está inserida. Para compreender o que consideramos como formação discursiva e formação ideológica mais detalhadamente, recorremos novamente a obra de Pêcheux, *Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio* (2014):

Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, de formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc). (Pêcheux, 2014, p.146-147)

Ao ocupar a posição-sujeito dicionarista, a formação discursiva da autora do dicionário não se anula, o dicionarista ainda se inscreve em uma formação discursiva que permite que seja dito que o Dicionário filosófico seja posto como “exercício de pensamento do que um simples repositório de reflexões”, uma vez que a reflexão é um dos pilares de sua formação como filósofa/historiadora. Estar na posição-sujeito dicionarista e assumir que o dicionário em questão não deve introduzir os conceitos de “modo dogmático nem como expressão da verdade última” é uma contradição no interior da posição-sujeito que está sendo ocupada, pois os dicionários são o lugar onde as definições das palavras/conceitos estão estabilizadas de certa forma. É a inscrição majoritária em uma formação discursiva da especialidade que possibilita colocar o dicionário como objeto

de uma leitura crítica, em contraste com a posição-sujeito dicionarista, que precisa impor determinados sentidos em detrimento de tantos outros, de certa forma estabilizando esse saber que está contido no dicionário.

Reforçamos que apresentar o *Dicionário Filosófico* como “reflexivo e crítico” traz efeitos de sentidos que se afastam dos que comumente vemos emergir na posição-sujeito dicionarista que comparece em dicionários de língua, por exemplo. Essa tomada de posição é uma entre tantas outras que poderiam ser tomadas pelo que chamamos de sujeito da ciência, que não é isento da ideologia, como podemos ver abaixo:

O sujeito da ciência é compreendido, então, como uma tomada de posição, entre tantas outras possíveis (não podendo também ser qualquer uma), num dado momento histórico no qual as circunstâncias determinam que haja uma dada produção do conhecimento e não outra, que esta produção estabeleça certas relações com o que está posto para promover os deslocamentos necessários, para fazer perguntas outras. (Petri; Silva, p. 15, 2016)

Nomear o dicionário como “*Dicionário filosófico*” é resultado de uma tomada de posição do sujeito dicionarista que busca promover esse deslocamento, afastando o dicionário da literalidade, guiando os sentidos de forma que o leitor possa compreender os verbetes como polissêmicos, uma vez que através da leitura, sentidos outros podem emergir. Sobre essa possibilidade de abertura dos sentidos, entendemos de acordo com Orlandi (2020):

No entremeio - entre o mundo e a linguagem - sujeito e o sentido, ao se constituírem, o fazem necessariamente na conjunção dessa relação. Estão expostos ao acaso (mundo) e ao jogo (linguagem), mas também a memória (mundo) e a regra (linguagem). Onde está o mesmo, está o diferente. A separação entre paráfrase e polissemia não é clara nem permanente. (Orlandi, 2020, p. 94)

Considerando o que Orlandi (2020) nos ensina sobre paráfrase e polissemia, entendemos

que a relação entre a estabilização do sentido e aquilo que é diferente/novo é tênue. Paráfrase e polissemia não são conceitos completamente delimitados; eles têm uma relação que ‘não é clara nem permanente’, e é no discurso que podemos observar seu funcionamento. Entendemos por polissemia aquilo que Orlandi (1998) define como o diferente nas mesmas condições de produção, onde há um deslocamento dos sentidos. Desse modo, quando esse sujeito dicionarista assume que o dicionário “tem a pretensão de ser, ele mesmo, mais um exercício de pensamento do que um simples repositório de reflexões” o espaço para a polissemia dentro do dicionário de especialidade é instituído. Ainda assim, quando a posição-sujeito dicionarista direciona e admite que os sentidos estão abertos para a polissemia no prefácio, isso não significa que a paráfrase (o mesmo, dito de outro modo) não compareça nos verbetes do dicionário. Observemos o recorte discursivo 2 (RD2):

Pouco, então, nos resta dizer, porque são os conceitos que importam aqui, como eles foram utilizados pelos filósofos e como alguns deles estão ligados a seus criadores de modo indelével. E que fique claro que não se trata de uma história do passado, mas de um registro presente e sempre aberto para o futuro, já que os conceitos estão em um devir permanente, que só cessará se o homem parar de pensar.

Ao ocupar a posição-sujeito dicionarista, Regina Schopke, apresenta no prefácio mais uma vez a questão de que os verbetes estão em “aberto para o futuro” em uma tentativa de desfazer o efeito de completude do dicionário, afirmando que as palavras ali contidas estão em aberto para sentidos outros, outras interpretações. Todavia ao estabelecer que é “um registro presente” compreendemos que o presente daquele momento está totalmente contido no *Dicionário Filosófico*, o que sabemos que não é possível. Ainda que os sentidos postos, de acordo com o

sujeito dicionarista, sejam passíveis de alterações, os conceitos (palavras, verbetes) continuam a ser aqueles que estão no interior do dicionário. A seleção desses conceitos silencia outros conceitos possíveis, nos guiando a pensar que o silêncio constitutivo é fundamental para que as palavras de um determinado sítio significante possam emergir de acordo com a formação discursiva da especialidade que é dominante no prefácio que analisamos.

Seguindo nossa análise para o recorte discursivo 3 (RD3), podemos notar mais uma contradição posta no prefácio do *Dicionário Filosófico*:

Pouco, então, nos resta dizer, porque são os conceitos que importam aqui, como eles foram utilizados pelos filósofos e como alguns deles estão ligados a seus criadores de modo indelével. E que fique claro que não se trata de uma história do passado, mas de um registro presente e sempre aberto para o futuro, já que os conceitos estão em um devir permanente, que só cessará se o homem parar de pensar.

Ao admitir a abertura para a polissemia no prefácio, através da posição-sujeito dicionarista se instala uma contradição, uma vez que, como já dito, os dicionários tem essa função de apresentar o sentido “verdadeiro”, “literal”, “estabilizado” impedindo essa abertura para outros sentidos e outras interpretações. Antes de desenvolver questões sobre o discurso, sabemos também que o próprio Michel Pêcheux era um filósofo, que circulava por outras áreas do conhecimento, e podemos perceber que sua formação perpassava suas formulações sobre discurso, sujeito e ideologia, ou seja, não há como se separar de uma posição. Mesmo ocupando a posição-sujeito de dicionarista, Regina Schopke, ao apresentar o *Dicionário Filosófico* ainda possui marcas da sua posição de filósofa, que segue produzindo

sentidos. Assim, podemos dizer que a autora do *Dicionário Filosófico*, ao tomar a posição-sujeito dicionarista, também reproduz sentidos que advêm da sua posição anterior como filósofa e historiadora.

Compreendemos que a posição-sujeito dicionarista está inscrita em uma formação discursiva da especialidade que busca esse efeito de completude, ao mesmo tempo em que sua contradição emerge ao admitir que “nem todos os conceitos filosóficos” estão postos no dicionário. De acordo com Pêcheux (2014) e Orlandi (2015), entendemos por formação discursiva aquilo que pode e deve ser dito em uma conjuntura sócio-histórica dada, e desse modo, o que é dito por quem ocupa a posição-sujeito dicionarista representa, no discurso, as formações ideológicas, e é a ideologia que produz os efeitos de sentido.

Para um efeito de conclusão...

O prefaciamento do dicionário e sua capa, funcionam como um observatório do discurso que suscita diversas leituras pelo viés histórico-discursivo. Até mesmo a nomeação de um dicionário produz sentidos, uma vez que “Dicionário de Filosofia” não produz os mesmos sentidos que “*Dicionário Filosófico*”, como colocamos ao longo do texto. O presente artigo buscou desconstruir as evidências sobre a posição-sujeito no prefácio do Dicionário Filosófico, considerando a opacidade para compreender o funcionamento das contradições e deslizos, para de fato, expor os efeitos de sentido que derivam do que está posto no instrumento estudado.

Compreendemos que o silêncio, como constitutivo da posição-sujeito dicionarista, produz sentidos no interior de uma formação discursiva dominante, materializando no discurso que uma escolha de palavras no

interior de um sítio significante e não outro atesta a presença da ideologia. É a questão da incompletude que emerge quando inúmeras outras palavras (pertencentes a outras FDs nas quais o sujeito dicionarista não está inscrito) são postas em silêncio tornando possível os sentidos outros, em meio a tensão entre polissemia e paráfrase. O silêncio constitutivo tem um papel fundamental no que se refere a posição-sujeito que está inscrita em uma FD da especialidade que determina o que pode e deve ser dito, uma vez que sem o silêncio, não seria possível a incompletude, e sem ela, não há abertura para a polissemia.

No dicionário que analisamos, o considerando em sua especialidade, as palavras na capa silenciam outras palavras, e no interior do instrumento linguístico os conceitos/verbetes escolhidos silenciam outros conceitos que poderiam compor a lista de verbetes do *Dicionário Filosófico*. É essa “falta”, essa “incompletude”, que surge pelas palavras silenciadas que torna possível que a polissemia ocorra, que a produção de efeitos de sentido possa emergir.

A posição-sujeito dicionarista, que tratamos no presente artigo, mostrou-se plena em contradições, uma vez que mesmo no prefácio de um dicionário, o dicionarista convoca os leitores para a reflexão, e não só para consulta, nos mostrando que há um funcionamento mais complexo do que encontramos nos dicionários de língua, por exemplo. Compreendemos que a posição-sujeito dicionarista é fundamental na construção de um dicionário de especialidade, e é a partir da posição-sujeito que ao tomar o silêncio como constitutivo se constroem as evidências e contradições no prefácio. Para concluir, retomamos Pêcheux:

O efeito da forma-sujeito do discurso, é pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos de esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2. Assim, o espaço de reformulação-

paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como o lugar de constituição do que chamamos de imaginário linguístico (corpo verbal). (Pêcheux, p. 165, 2014)

Quando pensamos em um dicionário, seja ele de especialidade ou de língua, o que nos vem a mente é esse “imaginário linguístico”, não pensamos na posição-sujeito dicionarista como aquela que em sua relação com o silêncio constitutivo determina como deve ser construído o dicionário. Os sentidos produzidos pela posição-sujeito dicionarista no prefaciamento da obra emergem de uma formação discursiva dominante no interior da especialidade tratada, a filosofia, que permite que as palavras selecionadas para construir o prefácio sejam aquelas que constituem uma formação discursiva da especialidade, entrando em uma relação de contradição com particularidades da posição-sujeito dicionarista, que busca estabilizar, limitar e colocar os sentidos como literais.

Portanto, no que tange à questão que propomos, de compreender o silêncio como constitutivo da posição-sujeito dicionarista no prefácio do Dicionário filosófico, constatamos que no interior de uma formação discursiva dominante, que é a formação discursiva da especialidade, o silêncio constitutivo possibilita que as palavras sejam selecionadas com o intuito de materializar em forma de evidência a FD a qual pertencem, mesmo em meio a equívocos e contradições.

Referências bibliográficas

- AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- FLORES, Lucas Martins. A militância na/ da produção do conhecimento científico: uma análise discursiva do dicionário da educação do campo. 2019. 193 p. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.
- NUNES, José Horta. Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: FAPERP, 2006.
- SHOPKE, Regina. Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais. São Paulo: Martins Fontes, selo Martins, 2010.
- ORLANDI, Eni. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. RUA, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 9–20, 2015 (1998). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626> Acesso em: 3 de novembro de 2025.
- ORLANDI, Eni. Lexicografia Discursiva. Alfa, São Paulo, v. 44, p. 1-395, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4201/3797>. Acesso em: 2 de novembro de 2025.
- ORLANDI, Eni. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, Eni. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni. Análise de discurso: Princípios & procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- ORLANDI, Eni. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- PETRI, Verli. A emergência da ideologia,

da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: O discurso na contemporaneidade: Materialidades e Fronteiras. Orgs. Indursky, Leandro-Ferreira, Mittmann. 1º Ed. São Carlos, 2009.

PETRI, Verli. Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos. 1. ed. Santa Maria: PPGL editores, 2010.

PETRI, Verli; SILVA, Kelly F. G. Apontamentos sobre produção do conhecimento e prática científica em escritos de Michel Pêcheux. Língua e Instrumentos Linguísticos, Campinas, n. 37, p. jan.-jun., 2016. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao37/edicao37.html>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Submissão: Novembro de 2025

Aceito: Dezembro de 2025.

“O BRASIL PRECISA DE HOMENS COM MAIS TESTOSTERONA!”: NOTAS SOBRE POLÍTICA E VIRILIDADE SOB UM VIÉS DISCURSIVO

Rafael de Souza Bento Fernandes¹
Francisco Vieira da Silva²

Resumo: Sob uma perspectiva materialista do discurso, o estudo analisa as relações entre a política e a virilidade, a partir de enunciados presentes nas redes sociais digitais. De maneira específica, estuda-se o percurso do enunciado “O Brasil precisa de homens com mais testosterona”, proferido pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL/MG), em 2024, e as reverberações parafrásticas no ambiente on-line. A análise pontua que nesse enunciado circulam sentidos da performance masculina desejada no âmbito da extrema direita, atravessados por discursos religiosos, militares e do campo da saúde.

Palavras-chave: Discurso. Virilidade. Política. Extrema direita. Redes sociais.

BRAZIL NEEDS MEN WITH MORE TESTOSTERONE!": NOTES ON POLITICS AND VIRILITY FROM A DISCURSIVE PERSPECTIVE

Abstract: From a materialist perspective of discourse, this study analyzes the relationship between politics and virility, based on statements found on digital social networks. Specifically, it examines the trajectory of the statement "Brazil needs men with more testosterone," uttered by federal deputy Nikolas Ferreira (PL/MG) in 2024, and its paraphrastic reverberations in the online environment. The analysis points out that this statement contains meanings of desired masculine performance within the far-right, intersected by religious, military, and health-related discourses.

Keywords: Discourse. Virility. Politics. Far Right. Social Networks.

1 Pós-doutorado em Letras pela UFPR. Doutorado em Letras pela UEM, com período sanduíche na Universidade de Coimbra (edital PSDE-2016). Professor adjunto de Linguística e Língua Portuguesa da Unespar, campus de Paranaguá. E-mail: rafael.fernandes@unespar.edu.br.

2 Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor efetivo de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus de Caraúbas. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Contradições ideológicas que se desenvolvem através da linearidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm necessariamente entre si processos discursivos na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classe (Pêcheux, 2009, p. 83).

Interpretar sentidos “certos”, “precisos” tem sido, ao longo do tempo, um imbróglio. Afinal, deter a “chave” para a compreensão da verdade tal e qual, despida de qualquer “contaminação” externa, é um sonho filosófico longínquo. Ao longo do século XX, a proposta de uma linguística imanente, cerrada, que ignora o devir do tempo conforme um recorte arbitrário, ampliou o fosso entre a descrição das unidades da língua e a compreensão de fenômenos sociais a ela relacionados.

A década de sessenta do século passado marca, na história das ideias linguísticas, um ponto de inflexão: o social é novamente convocado à análise da “verdade”. Apesar de compreender que a língua é relativamente autônoma em termos morfológicos e sintáticos, essa autonomia é campo de contradição, de luta, de identidade e de inscrição do poder. Nesse movimento, Michel Pêcheux (2009), em crítica à Psicologia Social e à Análise do Conteúdo, constrói, pouco a pouco, sua “teoria não subjetiva da subjetividade”.

Em um primeiro momento, propomos considerações teóricas acerca da teoria materialista do discurso em Pêcheux (2009): o duplo-batimento entre o simbólico e o político. Em um segundo momento, tratamos da análise da sequência discursiva que dá título ao artigo. Argumentamos em prol da tese segundo a qual a corporeidade do homem “viril” está no âmago das discussões político-partidárias do Brasil contemporâneo, reconhecendo, contudo, os limites do estudo.

No capítulo IV da segunda parte do livro “Semântica e Discurso”, Michel Pêcheux (2009), retoma as bases filosófico-epistemológicas da “teoria materialista do discurso”, destacando algumas falhas conceituais das vertentes do idealismo. Por um lado, a tradição filosófica apoia-se na *lógica*, na *universalidade* e no *silogismo*; por outro, a linguística/retórica aposta em propriedades lexicais dos enunciados.

O autor ataca duramente a concepção lógica, apontando suas incoerências, principalmente em relação à “saída” idealista que estabelece a independência do pensamento em relação ao ser: o mito empírico-subjetivista do sujeito concreto. A discussão é sobre quem está no centro do sentido; para o idealismo, o sujeito é autor inequívoco de seu próprio dizer e o movimento parte, portanto, do sujeito até as generalizações (EU que fala, o TU que concorda com o EU, o ELE que concorda com o TU): do “Eu digo que/eu vejo isso” chega-se até enunciados do tipo “Todos sabem disso”.

Por sua vez, o caminho materialista, que toma a ideologia como centro do sentido, faz o percurso inverso: parte da generalização/universalização (“É verdade que”) até chegar aos sujeitos. Assim, o sujeito é um efeito e não a fonte. A interpelação do sujeito se dá de dois modos: pelo recalque inconsciente (referência a Lacan) e pelo assujeitamento ideológico (referência a Althusser). Pesam, na análise, as condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção. Ideologia que, conforme Pêcheux (2009), não é uma ideia pronta e bem acabada, mas uma força material.

Esse duplo atravessamento (ideológico/inconsciente) é a base para o desenvolvimento da teoria materialista dos processos discursivos. Sob essa perspectiva, em Pêcheux (2009), discurso pode ser definido como *efeito de sentido entre locutores*. Não é o sentido em si, concreto

e inerte. É um jogo em que ecoam as condições materiais de existência dos enunciados – as quais deslocam posições, mobilizam sujeitos, trazem à tona, em sua concretude semiológica, fraturas. Tal compreensão investe contra a tese da transparência da linguagem na medida em que as unidades da língua são um espaço do contraditório, e da contradição.

Orlandi (2012) salienta que a análise do discurso “visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significação para e por sujeitos” (Orlandi, 2012, p. 26). Essa compreensão, prossegue a autora, implica explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação. É preciso estar atento a mecanismos da língua que cumprem o propósito de dissimular a ideologia que os constitui.

Pêcheux (2009, p. 151) denomina essa perspectiva dominante de “pré-construído”: um “sempre já aí” da interpelação ideológica que fornece a realidade e o sentido sob a forma da *universalidade*. Esse real bem articulado e evidente, adverte o autor, só existe no interior das formações discursivas (FD) – as quais imprimem nos sujeitos um senso bem constituído de verdade. É como se houvesse uma “feira de ideologias” que, ao interpelar o indivíduo, o constitui em sujeito: fornece-lhe uma verdade acerca das coisas e do mundo, aponta-lhe um caminho, cria nele um processo de identificação, que lhe impõe a ilusão constitutiva de um mundo semanticamente estabilizado.

Consequentemente, os sujeitos (que são sujeitos da ideologia), convocados ao teatro performático da existência, se esquecem que compõem uma “peça”. Esse esquecimento se dá em duas instâncias: o primeiro esquecimento é o de que não somos a origem dos nossos próprios dizeres. Repetimos verdades construídas enunciadas por outras pessoas, haja vista que os enunciados têm um peso histórico em sua composição absolutamente nada original

(Orlandi, 2012, p. 35).

E o segundo esquecimento é da ordem da enunciação: ao falarmos, falamos de uma forma, não de outra. E, ao longo do nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas. Conforme Orlandi (2012, p. 35), este “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento – como se não houvesse distância alguma entre as palavras e as coisas. Como se fosse uma relação natural e direta. Como se a linguagem fosse transparente. É por isso que, segundo Pêcheux (2009), a ideologia fornece a evidência de mundo, o que “todo mundo sabe”. O sujeito, por um processo de interpelação/identificação, que envolve relações sociais e jurídicas, acredita na evidência do eu; crê ser a origem de seu próprio dizer.

A forma-sujeito, assim, é a “cara” do “eu” na superfície do texto. Essa “cara”, denominada também de “Ego-imaginário”, é tanto enganadora, quanto ingênua, na medida em que faz ignorar a complexidade das relações históricas que constituem pouco a pouco lugares sociais que ocupamos. A crítica de Pêcheux (2009) ao idealismo é que ele até chega ao Ego-imaginário, ao evidente, mas não adentra o campo das determinações sociais, das comandas. Dessa forma, não vai além do empírico (do meramente observável).

A dependência constitutiva do “todo complexo das formações ideológicas” é explicada por meio de duas teses: a primeira é que as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam e a segunda é que toda formação discursiva (FD) dissimula essa dependência acima citada. A tese um diz respeito ao processo de interpelação do indivíduo em sujeito (em referência a Althusser) de modo que a palavra, no interior da FD, tem seu sentido “colado”, é transparente. A FD, portanto, é o lugar da constituição do sentido. Já a tese dois diz respeito ao funcionamento da ideologia, que atua através do complexo

das formações ideológicas, fornecendo “a cada sujeito” sua realidade. Esse processo toma a forma de “autonomia”, uma vez que o sujeito não tem acesso conscientemente àquilo que o determina (esquecimento um).

Sendo assim, o sujeito se constitui ao “esquecer” o processo de interpelação e, por sua vez, o processo de interpelação ocorre pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, cujos discursos - e a memória - são reescritos nos dizeres do próprio sujeito por meio de paráfrases. Tudo isso sob a ilusão de “fonte do dizer”. Assim, é no reconhecimento com a FD dominante que o sujeito se “esquece” das determinações que o colocam no lugar que ele ocupa - este é um efeito da exterioridade, do real-ideológico-discursivo. Em certo sentido, tomar uma posição é assujeitar-se. Além dessa determinação, o sujeito-falante sofre um segundo esquecimento: “se esquece” de que ele seleciona, no interior da formação discursiva que o domina, formas e sequências de enunciados em relações de paráfrase – “só poderia ser dito assim!”.

Ao constituir um dispositivo de interpretação, é preciso estar atento aos mecanismos que atravessam os dizeres, compreendendo o como e o porquê de sua constituição à luz das condições sociais e históricas de sua produção, afinal: a ideologia dissimula sua existência. A perspectiva discursiva abandona, portanto, a tese de uma subjetividade criadora que enunciaria, alguém do tempo, a verdade tal e qual. Procura compreender, ao contrário, as redes intrincadas que, no âmbito da ideologia, fornecem uma evidência de realidade – presas, contudo, a filiações ideológicas – as quais estão atravessadas por tantos outros discursos, também contraditórios entre si.

Quando se vê, quando se nomeia um objeto, conseqüentemente, não se tem acesso a propriedades inequívocas, mas a uma ordem simbólica que, em um plano social e histórico,

insere o objeto nas dinâmicas da nossa existência. O discurso é uma forma de mediação entre os sujeitos e o mundo natural: “o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (Orlandi, 2012, p.15).

O processo de mediação não acontece em uma instância metafísica como a “alma” ou o “espírito do tempo”. Acontece na materialidade das relações sociais. Na concretude dos elementos linguísticos. Para Pêcheux (2009), a *língua é a base comum dos processos discursivos*. E todo processo discursivo, por seu turno, *se inscreve em uma relação ideológica de classes*. De outra forma: toda compreensão acerca do mundo é capturada no interior de formações discursivas que cumprem o papel de suprir evidência do real.

Simultaneamente, no gesto de leitura ancorado em Pêcheux (2009), tratamos do *político*, em sentido amplo, com referência a jogos de poder e dominação no âmbito das formações discursivas, e do *simbólico* com vista ao fato de que não temos acesso a um mundo natural e científico despido de impressões, opiniões, sentimentos – ou, em resumo, subjetividades.

No caso da análise que aqui se desenha, enfatizamos o pré-construído sobre os papéis de gênero, que produzem, como efeito discursivo, a hipervirilidade no campo das discussões político-partidárias. À sequência, tratamos da sequência discursiva que dá título ao estudo, procurando delinear um gesto de leitura sobre como a virilidade ressoa memórias acerca das potencialidades do corpo do homem viril, moral e capaz.

3 Hiperviriliadade e Política: um gesto de análise

Em cima de um trio elétrico, em ato pró-Bolsonaro, no dia 21 de abril de 2024, o deputado Nikolas Ferreira (Dep. Fed./ PL/MG-

2023-2027), anunciou ao público:

SD1: Este país não precisa de mais projetos de lei, este país não precisa mais de emenda. Este país precisa de homens com testosterona. É isso que esse país precisa. E eu tenho certeza que é o que esses dois homens [Jair Bolsonaro e Silas Malafaia] representam (Rio de Janeiro, Abril de 2024).³

Essa declaração foi ao final de sua fala. As pessoas, a maioria trajada com a camisa da seleção brasileira de futebol, o aplaudiram veementemente. A mídia tradicional repercutiu amplamente o trecho. Esse corte, em especial, foi pauta do dia nas redes sociais de grande circulação, como o *Instagram*, o *TikTok* e o *X* (antigo *Twitter*). Não se trata de circunstanciar uma voz de grande alcance e circulação, mas de compreender como a sequência discursiva (SD1) engendra um imaginário sobre a virilidade.

As condições de produção imediatas são uma beligerante batalha política entre o que se poderia definir, de forma lacunar, como esquerda (pró-Lula) e extrema direita brasileira (pró-Bolsonaro). Essa direita, da qual Nikolas é uma voz, é atravessada por um discurso religioso pentecostal investido pela procura obstinada de uma tradição há muito perdida, quase inalcançável, de bons valores corrompidos pelo tempo, por lutas sociais. Como enfatizam Nascimento e Braga (2021, p. 359), trata-se de “exemplos de virilidade que sugere a coragem que disponibiliza à salvaguarda do povo, a força que combate o inimigo da nação, a honradez que se contrapõe à afetação”.

3 O vídeo, com o trecho em análise, pode ser encontrado no endereço eletrônico. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ALsCN8ryjqkhttps://youtu.be/ALsCN8ryjqk>. Acesso em nov. 2025. A SD1 é elemento em destaque na reportagem do portal do Estadão. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/brasil-precisa-de-mais-testosterona-diz-nikolas-ferreira-em-a-to-pro-bolsonaro-no-rio/>. Acesso em nov. 2025.

As unidades da língua são a base para processos discursivos – por excelência, ideológicos. “Este país” marca, logo ao início, uma abstração. A pátria, a nação, maior do que todos, convoca os seus constituintes à proteção. É como se o Brasil – terra mãe – conclamasse os seus para defesa de um ataque insidioso e mordaz em curso. A guerra é, afinal, um elemento-chave cuja memória remete às noções de masculinidade e virilidade. Essa batalha em curso (moral, espiritual) coloca tudo em suspenso: “projetos de lei” não são necessários caso tenhamos homens valorosos que possam nos guiar e proteger.

“Este país precisa” é uma fórmula que remete a lugares de memória em contexto de guerra fria. “I want you for U.S. Army” com o desenho da personagem “Tio Sam” tornou-se um ícone cultural. A mesma força é invocada em anúncio da Biotônico Fontoura, de 1931: “O Brasil quer gente forte”, analisado anteriormente (Fernandes, 2019), como estratégia biopolítica que engendra o corpo do soldado a um ideal de corpo masculino: forte, capaz, que provém proteção e sustento. Duas facetas simbólicas que amparam a subjetividade “homem com agá maiúsculo”, ou “homem de verdade”.

Ademais, na pretensa transparência do discurso, ressoa a figura de um messias que salvará a todos. O debate de ideias, a coletividade das opiniões, a representação no parlamento, a multiplicidade que caracterizaria a produção de novos projetos de lei tem valor irrisório ante a santidade – nesse caso compartilhada: Malafaia e Bolsonaro. Nesse jogo lógico de encadeações sintáticas, entra em cena a expressão com valor adjetivo restritivo: “com testosterona”.

O termo faz reverberar sentidos: desponta como elementos dos saberes médicos que migra ao debate moral, onde é apropriado como espécie de propriedade que conduziria à virilidade (aqui tomada como virtude). Esse processo metafórico fez com que a ciência

tentasse restaurar a masculinidade perdida ao longo do século XX (Carol, 2013) e tem sido, fora do debate eminentemente científico, alcinha de valor nas discussões sobre os “tradicionais” papéis de gênero.

Tais papéis são um pré-construído, um sempre-já-aí: verdades sociais tão firmemente assentadas que dissimulam pela ideologia sua constituição. Homens são homens por natureza e propósito: fortes e capazes – caso tenham atributos de masculinidade. A transparência da linguagem fornece a evidência de mundo no âmbito da FD. O apelo à testosterona revela ainda um desejo de fazer renascer uma espécie de elemento tido como natural do homem que foi se perdendo pelas mudanças nos padrões tradicionais de gênero.

Em termos de memória, cumpre destacar que até o século XIX, acreditava-se que era no sangue que estava a supremacia do homem. O nascimento da endocrinologia e, conseqüentemente, do paradigma hormonal deslocou a definição de masculinidade para a testosterona (em substituição ao esperma) como agente de virilização (Carol, 2013). Parafraseando Carol (2013, p. 45), a ciência foi tentada a atribuir à testosterona efeitos sobre o comportamento, em particular sobre a agressividade, considerada até então qualidade especificamente masculina no cenário evolucionista. A medicina, nesse ínterim, comprometeu-se em restaurar a virilidade perdida ou acentuá-la com transplantes de glândulas endócrinas de animais (como cachorros e bois) com o objetivo de combater a feminização, homossexualidade e a disfunção erétil⁴.

Entre 1916 e 1921, o médico austríaco Eugen Steinach, pioneiro da opoterapia, pautando-se na premissa de que o déficit de hormônio masculino é causa dos problemas de

identidade sexual, realizou transplantes cruzados entre cobaias macho e fêmea para descrever que, após a operação, os dois animais adotaram comportamentos sexuais próprios ao outro sexo. Outros médicos avançaram com tratamento em humanos e relataram “resultados promissores” (Carol, 2013, p. 72).

Mais do que isso, na construção desse arquivo de virilidade, o adjetivo em análise apela também à força na guerra. “Morrer pela pátria é construção medieval, sacralização extrema do serviço à nação, cuja sedimentação permanece incompleta até os dias de hoje” (Izecksohn, 2013, p. 267). A condição masculina, para Izecksohn (2013), parece ser particularmente sensível a imagens bélicas que se encontram nas raízes do patriotismo e do nacionalismo, muitas vezes decantadas em hinos e monumentos em referência à virilidade nacional.

Há uma estreita relação entre utilidade, docilidade dos corpos disciplinados às normas que regem princípios nocionais de virilidade. De outra forma: proteção e belicosidade são atributos que historicamente se confundem com a noção de homem viril. No que se refere à experiência nazifascista de guerra e virilidade, para citar outro exemplo, Chapoutot (2013) constata que “os combatentes fracos são os duros, e o anonimato performativo das mulheres da sua vida contribui para purificar a sua identidade de qualquer ambigüidade: o feminino não participa do seu mundo e a exclusão assume aqui a forma do recalque ou da recusa” (Chapoutot, 2013, p. 337).

São deslizes sintáticos em uma quase-estrutura de língua: O Brasil [como abstração] não precisa de X, precisa de Y; Y é testosterona [homens viris]; Y são Malafaia e Bolsonaro. Esses lugares, esses nódulos, estão inscritos em processos históricos e ideológicos, apesar da aparente transparência com que são elencados e ancorados na superfície do enunciado.

4 Essa retomada histórica consta, com maior profundidade, em Fernandes (2019).

A questão tem como base o corpo (viril), o qual reverbera sentidos. No dia 23 de outubro de 2025, Ferreira envolveu-se em outra discussão nas redes sociais, motivado pelo pretense desafio entre qual dos homens teria mais testosterona: se ele ou Jones Manoel (SD 2). Ao que respondeu:

SD2 e SD3



Fig. 1 e 2. SD2. Fonte: Revista Fórum e Portal Último Segundo.⁵

Vale destacar que Jones Manoel é um comunicador e educador popular cujas enunciações em âmbito digital se inscrevem na

⁵ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2025/10/23/nikolas-diz-que-peito-de-jones-manoel-e-feio-em-discusso-sobre-masculinidade-190439.html>. Acesso em 13 nov. 2025; <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2025-10-24/nikolas-ironiza-corpo-jones-manoel-reage-vai-trabalha.html>. Acesso em 13 nov. 2025.

formação discursiva anti-Bolsonaro, que tem ganhado muita notoriedade por suas habilidades no debate público. Jones rebateu o deputado no X, acusando Ferreira de não trabalhar. Nikolas prossegue a celeuma enfatizando o peito do adversário: da primeira vez com a expressão “teta feia”, da segunda com uma foto-montagem em que Jones aparece com seios femininos. A discussão é compartilhada e comentada por uma legião de internautas. Para Moreira (2021, p. 7), “[...] a força física, a atitude viril e outras demonstrações típicas da masculinidade hegemônica são instrumentalidades como atrativos políticos”.

As matérias de jornal enfatizaram, nas notícias, o corpo de Jones Manoel a que Nikolas faz referência, salientando, visualmente, os traços de virilidade do torso desnudo. Há que se observar que o debate político, conforme evidência material (SD1, SD2 e SD3), está inscrito no corpo, na carne, nos contornos somáticos dos músculos (do braço e do peito), os quais atestariam absolutamente tudo o que os eleitores precisariam saber. No cerne desse fazer político (em sentido partidário, restrito), está a abstração, o esvaziamento, e redução do debate à misoginia como efeito discursivo. Quanto mais masculinidade, mais “testosterona”, mais próximos ao Brasil que queremos. Seios femininos (“teta feia”), sob essa envergadura lógica, são um elemento difamatório.

É importante considerar que a fala do deputado (a SD1) foi preparada e orquestrada para servir como um pequeno corte a ser compartilhado em redes sociais. Esse pequeno espaço de promoção pessoal requer da linguagem o máximo de efeito no mínimo de corpo verbal possível. A abstração “Este país precisa de homens com testosterona” conclama um séquito de replicadores digitais que profetizam um dizer messiânico, chamado a uma guerra moral – tal é o atravessamento do discurso religioso. Assim, “testosterona”, nesse engendro simbólico, torna-

se sinônimo de homens bons e capazes. Prova de que as unidades linguísticas, os espaços que as palavras ocupam nas frases, os mecanismos de encaixe e de articulação são espaço do discurso. Além disso, mostra-se que a FD é lugar de tensão e não apenas de segurança (Indursky, 2007).

Reiteramos: a FD dissimula, por sua própria constituição, as determinações ideológicas, os movimentos da histórica que regem as relações sociais, apostando em efeitos de identidade e de poder. Nikolas enuncia; Jones rebate. Apesar desses dizeres circunscreverem materialmente na singularidade das vozes a que personalizam, a análise atravessa o mito da subjetividade criadora para questionar as contingências materiais que suportam a existência de um impasse discursivo: salvará a todos um gestor que seja homem suficiente para fazê-lo. O investimento de sucesso invoca uma memória sobre as potencialidades do corpo do homem musculoso, santo, cheio de testosterona, preparado ao trabalho.

Desse modo, a maquinaria discursiva não toma como “fonte” as vozes que sustentam os discursos. Os sujeitos, em cena, são, sob a ótica pecheuxtiana, efeitos. O machismo, a homofobia, a misoginia atravessam a produção desses dizeres e são recortadas em determinadas posições do jogo social que fazem com que reverberem os sentidos – os quais retiram seus efeitos das condições de produção.

A ideologia, enfim, regula o olhar para o corpo masculino e os emblemas de virilidade (braço, peito, testosterona) recortando da história o que lhe importa como evidência de real: uma ilusão constitutiva que fala aos inscritos em uma dada FD. Mais do que isso: que chama à atuação em prol da defesa de uma perspectiva eleitoral – uma guerra moral do nós contra eles (Rocha, 2024) que requer homens com muita testosterona no front de batalha.

Considerações finais

Em 2019, quando do depósito da tese de doutorado, propusemos uma compreensão sobre como a subjetividade do homem com agê maiúsculo ganhava corpo e voz no âmbito das mídias, tanto analógicas (em propagandas), como digitais (à época, em páginas da rede social *Facebook*). Na análise, identificamos três práticas discursivo-midiáticas sobre as quais nos detivemos: treinamento físico, sustento e cortejo (Fernandes, 2019).

Pouco a pouco, com a ascensão de políticos que se identificam com a assim chamada “extrema direita” brasileira (termo naturalmente opaco, senão à luz das condições de produção), a noção de hipervirilidade sedimentou-se como uma pedra angular para promoção de boas habilidades de gestão ou de representação pública: quanto mais performance de masculinidade, mais preparado estaria o candidato aos cargos da República.

Esse preceito, carregado de um valor preso às supostas tradições do passado (sob essa orientação: absolutas, corretas), reforça relações ideológicas nada sutis acerca de um projeto deliberado de exclusão de todo signo que possa vir a ser lido como feminino e, portanto, fraco, despido de valor. Em “O Brasil precisa de homens com mais testosterona”, reverberam sentidos da performance masculina, atravessados por outros discursos religiosos (o messias que salvará a todos), militares (o forte apelo ao patriotismo, como abstração) e até certo ponto médicos (da opoterapia, pseudociência com propósito de adequação do sexos).

Pêcheux (2009), em sua teoria materialista do discurso, salienta que as contradições ideológicas se desenvolvem através da linearidade da língua, constituídas por relações contraditórias em que se mantêm relações ideológicas de classe. As ideologias, dispersas e sedimentadas em posições chamadas

de formações discursivas, fornecem aos sujeitos a ilusão constitutiva da verdade: um poderoso engendro para formação de enunciados que (re) produzem efeitos identitários.

Ideologias não são, sob essa compreensão, um espectro, mas estão inscritas em uma materialidade significativa que lhe dá sustentação: são os mecanismos sintáticos do enunciado que nos permitem compreender as lacunas, os desvios, os “rituais que falham” na orientação de um mundo dicotômico em que o valor político não reside em propostas, mas em abstrações pouco precisas – características da FD em análise.

Ao nomear a FD em análise de “extrema direita brasileira” incorremos em alguns riscos, dentre os quais o de homogeneizar as forças ideológicas em um cenário de profunda complexidade e contradição. Referimo-nos especificamente às condições materiais de existência que investem na abstração e corporeidade do homem viril com capacidades messiânicas de salvar os seus de uma guerra moral, parte de um palco de discussões, que ganha vez e voz nos embates políticos das primeiras décadas do século XXI: um debate desenvolvido para a hipervisibilidade das mídias digitais, voltada à tradição como ponto de apoio (ou ao menos um imaginário de tradição), respaldado na corporeidade dicotômica (homem viril, mulher bonita) como critério valorativo.

Será preciso tempo para olhar esses fenômenos com distanciamento histórico maior do que o que se apresenta no horizonte. Até o momento, conforme uma análise possível, consideramos válida a tese segundo a qual a virilidade está no âmago do discurso político-partidário do Brasil contemporâneo. Nesse xadrez político, espaço por excelência da contradição, operam a segregação, o messianismo e a compreensão restrita e perigosa sobre o que vem a ser o papel do legislativo, o papel do agente público e o papel do homem.

O simbólico e o político estão, assim, em um embate constante no problema da determinação que, como salienta Pêcheux (2009), excede o universo da sintaxe e adentra a complexidade social.

Referências bibliográficas

CAROL, Anne. A virilidade diante da medicina. In: CORBAIN, Alain [et al]. História da Virilidade – 3. A virilidade em crise? Trad. Noeli Correria [et al]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (p. 35-81).

CHAPOUTOT, Johann. Virilidade fascista. In: História da Virilidade – 3. A virilidade em crise? Trad. Noeli Correria [et al]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (p. 335-363).

FERNANDES, Rafael de Souza Bento. Práticas discursivo-midiáticas sobre a corporalidade na construção do “homem Homem”: regimes de normalização e de exclusão. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2019.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 163-172.

IZEKSOHN, Vitor. Quando era perigoso ser homem. Recrutamento compulsório, condição masculina e classificação social no Brasil. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (orgs.). História dos homens no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2013 (p. 267-297).

LIMA, João Pedro. Nikolas ironiza corpo de Jones Manoel, que reage: “Vai trabalhar”. Último segundo, 24 out. 2025. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2025-10-24/>

nikolas-ironiza-corpo-jones-manoel-reage-vai-trabalha.html. Acesso em: 13 nov. 2025.

MOREIRA, Lucas. Masculinidade genealógica e o “viking” do capitólio: reflexões sobre virilidade e política. *Novos Debates*, v. 7, n. 1, 2021. Disponível em: <https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/article/view/181>. Acesso em: 14 nov. 2025.

NASCIMENTO, Myllena Araújo do; BRAGA, Amanda Batista. O homem viril em evidência: o funcionamento do dispositivo da virilidade em memes da direita alternativa brasileira. *Caderno de Letras, Pelotas*, n. 41, p. 347-360, set-dez. 2021.

ORLANDI, Eni Puccineli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi (org.). 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ROCHA, João Cezar de Castro. Retórica do ódio e a pólis pós-política. In: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). *O discurso e as emoções: medo, ódio, vergonha e outros afetos*. São Paulo: Parábola, 2024. p. 94-110.

RODRIGUES, Henrique. Nikolas diz que peito de Jones Manoel é “feio” em discussão sobre masculinidade. *Fórum*, São Paulo, 23 out. 2025. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2025/10/23/nikolas-diz-que-peito-de-jones-manoel-e-feio-em-discusso-sobre-masculinidade-190439.html>. Acesso em: 13 nov. 2025.

Submissão: Novembro de 2025

Aceite: Dezembro de 2025

MICHEL PÊCHEUX: DO MATERIALISMO HISTÓRICO À ANÁLISE DO DISCURSO EM LES VÉRITÉS DE LA PALICE (1975) E NO (ENCONTRO DO) PROJETO TEORIA-IDEOLOGIA (1982)

Lucas Nascimento¹

Resumo: O objetivo central desta pesquisa é analisar como Pêcheux se aproxima da teoria althusseriana. A questão é: Como Michel Pêcheux formula a AD e constitui uma teoria analítica com influências e deslocamentos em relação a Althusser em suas grandes produções como a obra *Les Vérités de la Palice* e (o Encontro do) Projeto Teoria-Ideologia? Os resultados demonstram que a ideologia para Pêcheux é de filiação a Althusser pela sua operação ser como prática material, uma vez que a luta de classes é o princípio de organização das estruturas sociais e das formações discursivas. As considerações apontam a reprodução da dominação e a reprodução-transformação das relações de produção pelas condições ideológicas como materialmente funções dos Aparelhos Ideológicos de Estado, mas, sobretudo, da ousadia de pensar e de se revoltar, quando especificamente se tem a desidentificação como gesto político e de autoria criativa, permitindo ao sujeito produzir rupturas como prática transformadora. A pesquisa (re)comemora a produção de conhecimentos e a atualidade da obra *Les Vérités de la Palice* (1975) e do (encontro do) Projeto Teoria-Ideologia (1982) de Michel Pêcheux.

Palavras-chave: Pêcheux. Materialismo histórico. Análise do discurso. Ideologia. Discurso.

MICHEL PÊCHEUX: FROM HISTORICAL MATERIALISM TO DISCOURSE ANALYSIS IN LES VÉRITÉS DE LA PALICE (1975) AND NO (MEETING OF THE) THEORY-IDEOLOGY PROJECT (1982)

Abstract: The main objective of this research is to analyze how Pêcheux approaches Althusserian theory. The question is: *How does Michel Pêcheux formulate AD and constitute an analytical theory with influences and shifts in relation to Althusser in his major works such as Les Vérités de la Palice and (the Meeting of the) Theory-Ideology Project?* The results show that, for Pêcheux, ideology is aligned with Althusser because its operation functions as a material practice, since the class struggle is the principle organizing social structures and discursive formations. The considerations point to the reproduction of domination and the reproduction-transformation of the relations of production through ideological conditions as materially functions of the State Ideological Apparatuses, but above all, to the boldness to think and to rebel, when specifically one has disidentification as a political and creative authorship gesture, allowing the subject to produce ruptures as a transformative

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ E-mail: drlucasdonascimento@gmail.com

practice. The research (re)celebrates the production of knowledge and the relevance of Michel Pêcheux's work *Les Vérités de la Palice* (1975) and the (meeting) Theory-Ideology Project (1982).

Keywords: Public policies. Interpretation. Language order. Language organization.

Considerações iniciais

Como Marx dizia, até uma criança sabe que se uma formação social não reproduz as condições da produção ao mesmo tempo que produz não conseguirá sobreviver um ano que seja². A condição última da produção é portanto a reprodução das condições da produção. (Louis Althusser, 1970, p. 9)

Uma vez mais, nossas condições de produção, aqui, são para investigar a posição de Pêcheux e sua leitura do materialismo histórico³ para a produção do conhecimento em Análise do Discurso (AD). Diante de tal desafio, buscamos em alguns textos de Pêcheux como a ideologia atravessa materialmente o discurso e marca sua relação intrínseca. A influência da concepção althusseriana de ideologia como uma estrutura material impõe sentidos e significações favorece sua articulação com o conceito de formações discursivas de modo a indiciar subjetivações, como “a forma-sujeito no discurso” e “a forma-sujeito do discurso na apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e da política do proletariado”, conforme encontramos em partes de *Les Vérités de la Palice*. No campo da Análise do Discurso, essa abordagem implica uma leitura de algumas convergências e deslocamentos feitos por Pêcheux em relação a Althusser⁴. Essas construções no panorama filosófico e teórico permeiam a constituição da ideologia no discurso, de acordo com a parte III – Discurso e ideologia(s), de *Les Vérités de la Palice*.

Nossos objetivos são: (1) conhecer e entender (i.) alguns pontos da formulação e constituição da AD; (ii.) a concepção de História; (iii.) e a crítica estruturalista que Pêcheux se aproxima; (iv.) entender o funcionamento do pseudônimo Thomas Herbert como plano teórico estratégico por Michel Pêcheux para a provocação nas abordagens dominantes; (2) buscar nas três teses de Althusser algumas influências envolvidas nos conceitos de ideologia e discurso para Pêcheux; (3) investigar e evidenciar algumas convergências e deslocamentos pontuais feitos por Pêcheux em relação a Althusser, para esclarecermos a apropriação desses pontos no campo do próprio

2 Carta a Kugelman, 11-7-1868, *Lettres sur le 1^{er} Capital*, Ed. Sociales, p. 229.

3 O materialismo histórico é uma teoria que tem por objetivo analisar a história, a sociedade e a economia, a partir das condições materiais, afirmando que a base material (estrutura) determina a organização social, política e cultural (superestrutura). Foi realizado pelos fundadores Karl Marx e Friedrich Engels. A teoria propõe que a história avança através da luta de classes, impulsionada pelas contradições inerentes aos modos de produção e à forma como a sociedade organiza a produção de bens para satisfazer suas necessidades.

4 Louis Althusser recebeu influência de Marx e Engels. Foi influenciado pelo estruturalismo. Seu objetivo principal foi centrar-se em como a ideologia funciona como um sistema de representações que forma e deforma a realidade social de maneira a garantir a reprodução das relações de produção capitalistas. Althusser se distancia do economicismo. Isso é visto em especial nos AIEs (Aparelhos Ideológicos do Estado), que operam por meios (“não violentos”) da escola e da família geralmente para estabelecer a ideologia dominante e formar (ou ensinar) o sujeito. Os AIEs operam através da ideologia, tendo a escola como o mais importante deles nas sociedades capitalistas, ao contrário dos Aparelhos Repressivos de Estado como o exército, a polícia, entre outros.

materialismo histórico para a produção em *Les Vérités de la Palice* (1975) e nos textos de Pêcheux dos idos 1980 (especialmente o da conferência na Alemanha em 1982). Esses objetivos são motivados pela questão de pesquisa: Como Michel Pêcheux formula a AD e constitui uma teoria analítica com influências e deslocamentos em relação a Althusser em suas grandes produções como a obra *Les Vérités de la Palice* e o Projeto Teoria-Ideologia? Para realizarmos tal ousadia, o texto está organizado do seguinte modo: em *Thomas Herbert/Michel Pêcheux – A formulação/constituição da Análise do Discurso e seu pensamento inquietante*, apresentamos o pensamento de Michel Pêcheux como inquietante pelas questões a respeito do Materialismo Histórico, a respeito da ideologia e (da materialidade) do discurso, a citar duas, para o filósofo investigar as complexas relações entre discurso e ideologia. Na França, do Materialismo Histórico, sua influência é do intelectual Althusser para a produção do conhecimento de uma teoria interdisciplinar do discurso, que, além das influências basilares do Materialismo Histórico e da Linguística, busca na Psicanálise a compreensão do sujeito constituído pelo inconsciente e consciente, cuja ruptura se dá pela até então defesa de um sujeito pleno, consciente e livre, controlador de sua intencionalidade. No Brasil, a recepção de suas ideias foi decisiva para a consolidação da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, influenciando profundamente os estudos da linguagem no país.

O leitor encontrará a relação entre Thomas Herbert e Michel Pêcheux como fundamental na formulação da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, uma vez que essa tomada de posição se baseou no contexto político e ideológico de perseguições acadêmicas, de maneira que Thomas Herbert era o pseudônimo de Michel Pêcheux em seus primeiros escritos. Antes de institucionalizar a teoria em seu nome, os textos assinados por Herbert são considerados a fase

pré-fundadora da AD. Nesses, Herbert-Pêcheux inicia o esboço das bases epistemológicas que amparam seu projeto teórico a ser desenvolvido.

Para a compreensão do solo epistemológico althusseriano tão influente a Pêcheux, em *As três teses de Althusser e sua análise crítica das estruturas ideológicas e sociais*, pontuamos que Louis Althusser como filósofo marxista destacado desenvolveu uma análise crítica das estruturas ideológicas e sociais, o que traz seu reconhecimento no ensaio “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”, em 1970, publicado em alemão na coleção *Positionen*. Nesta publicação, as principais teses sobre a ideologia são: (1) A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; (2) A ideologia tem uma existência material, concretizada nos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs); e, (3) A ideologia interpela os indivíduos, constituindo-os como sujeito.

Por fim, em “*Problemas das Pesquisas em Ideologia*” (*Projeto Ideologia-Teoria de Pêcheux*, 1982) e “*Ousar pensar e ousar se revoltar*” (*Pêcheux*, 1982), traçamos um percurso de alguns pontos de reavaliação de Pêcheux sobre as relações entre a teoria marxista, a ideologia stalinista, a ideologia proletária, no interior do conjunto do processo de interpelação ideológica, de disputas ideológicas e de contradição interna da ideologia. Isso pelo fato teórico de que “a luta ideológica de classes é um elemento”.

Trazemos também a ênfase de Pêcheux (1984) sobre as duas referências teóricas, a saber, o materialismo histórico e a teoria freudiana do inconsciente, “circulando entre essas duas referências fundamentais e conjugando seus efeitos com relação ao problema da ideologia, acima de tudo pelas “soluções” que aí se encontram imediatamente invalidadas” (*Pêcheux*, [1984]2014, p. 2). Para isso, buscamos exemplos de análises do próprio autor em sua conferência na Alemanha em 1982 e em sua

obra *Les Vérités de La Palice*, de janeiro de 1975.

A nossa filiação é na Análise do Discurso materialista. O corpus é composto por exemplos, entre outros, da conferência de Michel Pêcheux pronunciada no Encontro⁵ “Problemas das Pesquisas em Ideologia” do projeto Ideologia-Teoria, ocorrido em fevereiro de 1982. Esses exemplos estão correlacionados com a obra de homenagem: Michel Pêcheux. *Les Vérités de la Palice* – Linguistique, Sémantique, Philosophie. Édition en Anglais, 1975.

A seguir, vamos discorrer sobre pontos da formulação da AD na França e alguns desdobramentos teórico-analíticos.

Thomas Herbert/Michel Pêcheux – A formulação/constituição da Análise do Discurso e seu pensamento inquietante

Michel Pêcheux (1938-1983) inscreve-se no entremeio dos campos do Materialismo Histórico e da Psicanálise (Freudo-Lacaniana) como um pensador que deslocou os limites da Análise do discurso, ao evidenciar sua estruturação pela ideologia e sua compreensão pelo sujeito de natureza psicanalítica, posição que o faz para se distanciar da fenomenologia de Lévi-Strauss, por exemplo. Esse entendimento amplia a compreensão do deslocamento teórico proposto por Marx e Saussure, pois permite perceber como a ideologia se presentifica nas práticas discursivas, influenciando as relações entre formações ideológicas, formações imaginárias e formações discursivas – apresentadas em *Les Vérités de la Palice*, por Michel Pêcheux.

Em 1966, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux publicou o artigo “Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale”, seguido, em 1968, pelo texto “Remarques

pour une théorie générale des idéologies”. Esses textos apresentam uma crítica contundente ao estado teórico das Ciências Sociais, ao focar especialmente na Psicologia Social. No entanto, em 1967 e 1968, Pêcheux publicou dois artigos diretamente relacionados à Análise do Discurso, área que se tornaria sua principal linha de pesquisa. O primeiro artigo foi publicado no *Bulletin du Centre d'Études et de Recherches Psychotechniques* (CERP) e o segundo, na *Psychologie Française*. Apesar de parecerem, à primeira vista, desconectados, esses textos possuem uma relação intrínseca, uma vez que a Análise do Discurso de Pêcheux se insere dentro de uma estratégia maior de transformação das Ciências Sociais. Ao se utilizar de um pseudônimo e de uma abordagem distanciada, Pêcheux visava proteger sua carreira acadêmica e, ao mesmo tempo, articular um campo de estudo que, embora fosse radical, estivesse de acordo com as condições acadêmicas da época (Henry, 1977).

No cerne da obra de Pêcheux, uma das principais influências é o Materialismo Histórico, conforme a releitura de Louis Althusser a partir de sua interpretação de Karl Marx. Ao renovar o materialismo histórico, Althusser introduziu conceitos-chave que permitiram a Pêcheux avançar em uma nova forma de Análise do Discurso. Pêcheux se utilizou desses conceitos para propor que a ideologia não era algo superficial, mas uma parte constitutiva das relações sociais e das estruturas de poder (Montag, 1999; 2013). A Análise do Discurso, nesse sentido, passa a ser vista como um campo que não só reflete, mas também constitui a realidade social e histórica, alinhando-se com a crítica de Althusser à concepção idealista da história (Montag, 2013). A Psicanálise, formulada por Freud e avançada por Jacques Lacan, também exerce uma forte influência no pensamento de Pêcheux sobre o conceito de sujeito (Pêcheux, 1975b; 1980; 1981a; 1981b; Magalhães, 2017; Nascimento,

5 As comunicações estão em Re- thinking Ideology, Argument-Sonderblatt, 84, Berlin/W, 1983.

2019). Essa influência pode ser conferida na leitura de “Realismo metafísico e empirismo lógico: duas formas de exploração regressiva das ciências pelo idealismo”, da parte I – Linguística, lógica e filosofia da linguagem, de *Les Vérités de la Palice*.

Nessa perspectiva, a concepção lacaniana do inconsciente e a sua teoria da linguagem como estrutura simbólica são fundamentais para a Análise do Discurso de Pêcheux. Em uma nota de rodapé em *Analyse Automatique du Discours* (1969), Pêcheux faz referência a uma “teoria das ideologias” e à “teoria do inconsciente”, mas de maneira a não sobrepor sua teoria do discurso a essas abordagens. Em vez disso, ele propõe que sua Análise do Discurso pode intervir nesse campo, sem substituir as teorias do inconsciente ou da ideologia, mas sim oferecer uma abordagem que considera a linguagem como um espaço de práticas ideológicas e históricas (Henry, 1977).

No contexto do estruturalismo, que dominava o cenário acadêmico nos anos 1960, Pêcheux se aproxima de uma crítica estruturalista, embora ele de fato não seja diretamente um estruturalista. Ele se interessa especialmente por aspectos que não reduzem a linguagem a um simples reflexo da realidade, mas que a veem como uma prática social complexa, imersa em um campo ideológico e simbólico. Essa postura não reducionista em relação à linguagem é uma das principais contribuições de Pêcheux ao campo da Análise do Discurso, ao sugerir que a linguagem é um fenômeno constitutivo das relações sociais e das práticas discursivas. Embora não seja a única base teórica de Pêcheux, no estruturalismo está presente a concepção de que a linguagem deve ser compreendida em suas relações estruturais, não apenas como uma representação de significados pré-determinados, mas como um campo dinâmico e fluido de significações, profundamente imerso no contexto histórico e social (Henry, 1977).

O uso do pseudônimo Thomas Herbert

pode ser entendido como uma estratégia de Pêcheux para ocultar suas orientações teóricas e, por assim dizer, evitar possíveis dificuldades em sua carreira acadêmica. Ao adotar esse nome, Pêcheux disfarçava sua afiliação com teorias que não estavam em conformidade com a Psicologia tradicional da época, como o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Essa estratégia, porém, não deve ser vista como um ato de oportunismo acadêmico, mas como uma decisão política deliberada para preservar sua capacidade de intervir no campo das Ciências Sociais, sem ser imediatamente marginalizado. Ao utilizar o pseudônimo, Pêcheux conseguia articular uma crítica profunda às bases teóricas das Ciências Sociais, principalmente da Psicologia Social, ao mesmo tempo em que preservava sua posição no cenário acadêmico. Sua intenção era provocar uma ruptura nas abordagens dominantes, ao abrir espaço para um novo tipo de Análise do Discurso que incorporasse a teoria Marxista, a Psicanálise e o Estruturalismo de maneira não-reducionista (Henry, 1977).

Na próxima seção, buscamos conhecer as três teses althusserianas fundamentais para a formulação-constituição de conceitos de Michel Pêcheux para a Análise do Discurso francesa. Sendo assim, Althusser como filósofo marxista foi professor e figura influente para a trajetória intelectual de Pêcheux. A apropriação dos conceitos de Althusser permitiu a Pêcheux desenvolver sua teoria sobre a relação entre língua(gem), ideologia e a constituição do sujeito (forma-sujeito e a posição do sujeito no discurso).

A seguir, exploramos as *três teses de Althusser* e sua importância na análise crítica das estruturas ideológicas e sociais, para continuarmos o entendimento de influências de Althusser em Pêcheux.

As três teses de Althusser e sua análise crítica das estruturas ideológicas e sociais

É importante reconhecer que a análise da ideologia e sua relação com a categoria de sujeito não são livres de ambiguidades e desafios. Embora a ideologia estabeleça os sujeitos como sujeitos concretos, a própria noção de sujeito é fundamental para toda a ideologia. Althusser também destaca as limitações de suas próprias teses nesse contexto: “desejaria arriscar-me a propor um primeiro e muito esquemático esboço. As teses que apresentarei não são certamente improvisadas, mas não podem ser sustentadas e comprovadas, isto é, confirmadas ou retificadas, a não ser através de estudos e análises aprofundadas” (Althusser, [1970]2022, p. 90).

A primeira tese – “A ideologia é uma representação da relação imaginária dos sujeitos com suas condições reais de existência” (Althusser, [1970]2022, p. 94) – ressalta um ponto fundamental: na ideologia, não é apenas o mundo real dos sujeitos que é representado, mas sim sua relação com suas condições reais de existência. Esta relação está no cerne de todas as representações ideológicas e constitui o elemento central e imaginário do mundo real.

Retomo aqui uma tese já apresentada: não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os “homens” “se representam” na ideologia; o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica e, portanto, imaginária do mundo real (Althusser, [1970]2022, p. 97).

A ideologia não apenas reflete passivamente as condições objetivas da vida dos sujeitos, mas também a interpreta ativamente nessas condições de acordo com uma série de filtros ideológicos. Ela não é apenas um reflexo passivo da realidade, mas sim um processo ativo

de construção de significado e de interpretação do mundo. Essa compreensão nos permite analisar criticamente as representações ideológicas, questionando não apenas sua veracidade ou precisão, mas também suas motivações, influências e efeitos sobre a forma como os sujeitos percebem e interagem com o mundo ao seu redor. Ao fazê-lo, podemos desvelar as relações de poder subjacentes à produção e reprodução das ideologias, bem como suas implicações para a construção e transformação da sociedade.

Nessa perspectiva, a segunda tese afirma que “A Ideologia tem existência material” (Althusser, [1970]2022, p. 98). Essa tese desafia a concepção tradicional de que a ideologia é meramente um conjunto de ideias abstratas, sugerindo, ao invés disso, que ela se manifesta e se materializa em práticas concretas e instituições tangíveis.

Dito isto, vejamos o que se passa com os indivíduos que vivem na ideologia, isto é, numa representação do mundo determinada (religiosa, moral etc.) cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência, ou seja, em última instância das relações de produção e de classe (ideologia = relação imaginária com as relações reais). Diremos que esta relação imaginária é em si mesma dotada de uma existência material (Althusser, [1970]2022, p. 99 – grifos nosso).

Essencialmente, as práticas sociais e as concepções que os sujeitos têm delas estão intimamente ligadas. Pode-se afirmar que não existe prática sem ideologia e que toda prática, inclusive a científica, é conduzida por meio de uma ideologia. Em todas as esferas das práticas sociais – seja na produção econômica, na ciência, na educação, na arte, no direito, na moral ou na política – os agentes envolvidos estão sujeitos às ideologias correspondentes, muitas vezes sem perceber ou compreender completamente essa influência.

As ideias e representações que constituem a

ideologia têm uma existência material, não ideal. Isso é determinante para entender a natureza da ideologia. Ela se materializa na sociedade no conjunto de objetos simbólicos que constituem as representações sociais. Cada Aparelho Ideológico de Estado encarna uma ideologia. A unidade dessas diferentes ideologias é garantida pela subordinação à ideologia dominante. Ao considerar isso, podemos examinar uma representação do mundo determinada, que decorre de sua relação imaginária com suas próprias condições de existência.

Como bem destaca Althusser, essa relação se encontra, em última instância, determinada por sua posição de classe social.

As ideias desaparecem enquanto tais (enquanto dotadas de uma existência ideal, espiritual), na medida mesma em que se evidenciava que sua existência estava inscrita nos atos das práticas reguladas por rituais definidos em última instância por um aparelho ideológico. O sujeito, portanto, atua enquanto agente do seguinte sistema (enunciado em sua ordem de determinação real): a ideologia existente em um aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais regulares por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença (Althusser, [1970]2022, p. 103).

O sujeito, portanto, desempenha um papel como agente dentro deste sistema, cuja a ideologia presente em um aparelho ideológico material prescreve práticas também materiais, reguladas por rituais concretos. Essas práticas são realizadas nos atos físicos do sujeito, que age conscientemente de acordo com suas crenças. Assim, podemos enunciar duas teses interligadas: “1) só há prática através de e sob uma ideologia; 2) só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (Althusser, [1970]2022, p. 103). A primeira se refere a toda ação que ocorre dentro de uma ideologia específica e é moldada por ela; a segunda, a ideologia só existe em relação ao sujeito e é criada e perpetuada por ele.

A partir dessas teses, Althusser aborda a terceira tese central – “A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (Althusser, [1970]2022, p. 104). A categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo, enfatizamos que a categoria de sujeito não é apenas uma característica intrínseca de toda ideologia, pois a função principal da ideologia é “constituir” indivíduos concretos em sujeitos” (Althusser, [1970]2022, p. 104). É nesse jogo de dupla constituição que reside o funcionamento de toda ideologia.

O processo de constituição do sujeito não é um evento histórico específico, mas sim um estado contínuo de ser. Todos nós somos “sempre-já sujeitos”, o que significa que a categoria do sujeito preexiste a cada um de nós como indivíduos concretos e é uma condição de nossa existência social. A ideologia desempenha um papel fundamental nesse processo, interpelando os indivíduos como sujeitos concretos. Essa interpelação acontece de forma concreta, como quando somos chamados na rua e nós reconhecemos como sujeitos. Assim, o indivíduo é abstrato em relação ao sujeito que ele já é sempre, ocupando sempre o lugar de sujeito em um sistema de referências (Althusser, [1970]2022, p. 48).

Na próxima seção, apresentamos possíveis articulações como influências (diálogos) e distanciamentos (duelos) entre Althusser e Pêcheux. Também vamos trazer as condições de produção de Maio de 68 na França e exemplos citados por Michel Pêcheux em sua conferência na Alemanha, em 1982.

“Problemas das Pesquisas em Ideologia” (Projeto Ideologia-Teoria de Pêcheux, 1982) e “Ousar pensar e ousar se revoltar” (Pêcheux, 1984)

A luta de classes é a chave para

compreender a função do Estado e de seus aparelhos, que operam como mantenedores da opressão e da reprodução das condições de exploração. Esse é o ensinamento fundamental althusseriano! Althusser ([1970]2022, p. 119) destaca que “a ideologia da classe dominante não se torna dominante por graça divina, ou pela simples tomada de poder de Estado. É pelo estabelecimento dos AIE, onde esta ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante”. No entanto, esse processo não ocorre sem resistência, pois os AIE são também palco de embates entre ideologias “antagônicas”. Assim, a luta de classes se manifesta nos AIE como um aspecto mais amplo da disputa ideológica, em que a classe dominada busca afirmar sua posição dentro e contra esses aparelhos. Embora a ideologia dominante se efetive nos AIE, ela os ultrapassa, pois se origina das condições de existência e das experiências das classes em conflito. Dessa forma, a ideologia não nasce dos próprios AIE, mas das relações de força e das contradições inerentes à estrutura social (Althusser, 1970). Um ponto em conexão de Pêcheux com Althusser é a relação luta de classes e ideologia(s). Sem dúvidas, é motivo de influência em seu projeto Ideologia-Teoria (Pêcheux, 1982).

Em sua conferência no Encontro “Problemas das Pesquisas em Ideologia” do projeto Ideologia-Teoria, ocorrido em fevereiro de 1982, na Alemanha, Michel Pêcheux exemplifica as condições de existência da ideologia stalinista e das experiências das classes revolucionárias em conflito na Europa dos anos 1960-1975, que quiseram crer. A forma duradoura foi do populismo do Estado – “O Estado de todo o povo” – defesa como última forma do “Estado de Emergência”, pois “[...] a declaração é ideológica que se apoia no imperativo da sobrevivência [fome e medo], com o qual tudo se justifica” (Pêcheux, 1982). Nesse contexto, as condições de produções opunham ideologia stalinista vs. classes revolucionárias na

Europa (1960-1975), cujo cenário apresentou o stalinismo como versão autoritária e repressiva do marxismo-leninismo, implementada na União Soviética por Josef Stalin entre 1927 e 1953. Sua centralização extrema do poder, bem como a repressão brutal e o culto à personalidade, a “sua” ideologia se diferencia do marxismo-leninismo. Com diferenças em vários aspectos deste, além do totalitarismo e da centralização do poder (poder totalmente centralizado nas mãos de Stalin e do Partido Comunista, com eliminação de qualquer tipo de oposição, tanto dentro quanto fora do partido), a repressão e o terror de Estado (regime sustentado com a perseguição e execução de opositores, expurgos em massa – como o Grande Expurgo, entre 1936 e 1939, e o uso de campos de trabalho forçado (os gulags) para onde milhares de pessoas eram enviadas) são outros aspectos extremistas e centralizadores (Le Goff, 1998). Encontramos mais detalhes em “O marxismo-leninismo transforma a relação forma-sujeito do discurso e a prática política” na parte IV de *Les Vérités de la Palice* (Pêcheux, 1975).

Além disso, contrariamente à ideia de revolução mundial de Leon Trótski, Stalin defendeu a teoria de que o socialismo deveria ser consolidado primeiro na União Soviética antes de se expandir globalmente – “Socialismo em um só país”. No que tange à economia planificada, o Estado passou a controlar todos os setores da economia através dos Planos Quinquenais, que estabeleciam metas de produção para a rápida industrialização, especialmente de bens pesados. Já a coletivização agrícola correspondeu às terras confiscadas dos proprietários privados (os kulaks) e transformadas em fazendas estatais ou coletivas. Implementado à força, esse processo resultou em resistência e grandes fomes [e medos], como o Holodomor na Ucrânia (Hobsbawm, 1995; Le Goff, 1998).

Outro destaque para a ideologia stalinista, como disse Pêcheux (1982), foi que Stalin era

promovido por propaganda intensa e censura como um líder heroico e infalível, essencial para o sucesso da nação – culto à personalidade. Inclusive, críticos apontam que o stalinismo resultou na criação de uma elite burocrática que acumulava privilégios e subvertia o ideal marxista de poder nas mãos do proletariado. Diante disso, o stalinismo causou milhões de mortes por meio de execuções, fome e condições desumanas nos gulags. Após a morte de Stalin, em 1953, a União Soviética iniciou um processo de desestalinização, e a influência da ideologia diminuiu. Mesmo com o colapso da União Soviética, o termo “neo-stalinismo” é usado para descrever a promoção de visões positivas sobre a figura de Stalin e a nostalgia pelo período, principalmente em alguns países pós-soviético, também conhecidos como ex-repúblicas soviéticas.

De acordo com a perspectiva de Michel Pêcheux (1982), a ideologia stalinista se constituiu a partir de duas faces complementares, que visavam a neutralizar as contradições da luta de classes. Uma dessas faces é o *populismo de Estado*, que se manifestou por meio de discursos que apresentam o Estado como representante de todo o povo, ocultando as divisões de classe. Esse era o ponto em que, de fato, fazia com que o povo, as classes revolucionárias em conflito na Europa se manifestassem.

Nesse contexto, o *slogan* “O Estado de todo o povo” foi utilizado na União Soviética para afirmar que as diferenças de classe haviam desaparecido sob o regime socialista. Ao fazer isso, a ideologia stalinista buscou legitimar o poder do Estado e do partido único como a expressão unificada da vontade popular, negando a existência de classes antagônicas.

A segunda face da ideologia stalinista é a do *Estado de Emergência*, que serviu para suprimir as lutas revolucionárias que, no entender de Pêcheux (1982), continuam existindo mesmo sob o socialismo. Para justificar a repressão, essa

vertente ideológica recorre a uma linguagem que denuncia a atuação de “inimigos do povo” ou “agentes estrangeiros”, desviando a atenção das contradições internas e da insatisfação popular (Hobsbawm, 1995; Le Goff, 1998).

Assim, a visão de Pêcheux (1982) sobre a ideologia stalinista pode ser da seguinte forma: (i.) a ideologia stalinista se baseia em duas práticas discursivas: uma que busca a união nacional (“populismo de Estado”) e outra que promove a repressão aos opositores (“Estado de Emergência”); (ii.) essa abordagem ideológica busca mascarar a existência da luta de classes, que, na perspectiva materialista do filósofo, persistia mesmo sob a experiência socialista; (iii.) o populismo de Estado, portanto, se configura como a forma duradoura dessa ideologia, na medida em que tenta construir uma representação do Estado como sendo de “todo o povo”. Essa forma ideológica se mantém enquanto a repressão do Estado de Emergência opera contra aqueles que ousam desafiar a unidade imposta. Esse pensamento analítico de Pêcheux (1982) considera a linguagem e a ideologia como elementos cruciais na (re) produção das relações de poder (Montag, 1999; Read, 2017), cuja materialidade da repressão vs. dos atos revolucionários das classes comprovam que os sujeitos são interpelados pela ideologia e que os discursos são moldados por formações ideológicas que ocultam as contradições sociais, muitas vezes.

Na Europa entre 1960 e 1975 (Hobsbawm, 1995), o conflito revolucionário envolveu a classe operária e o movimento estudantil, cada um com diferentes alas políticas e pautas específicas. A emergência de uma “Nova Esquerda” questionou tanto o sistema capitalista quanto o comunismo soviético, criticando os partidos comunistas tradicionais por sua burocracia e moderação. Especialmente nas nações industrializadas, a classe operária continuava a ser uma força política fundamental, mas seu

perfil e radicalização se alteraram. Os partidos e sindicatos ligados ao comunismo ortodoxo e ao socialismo democrático mantinham uma grande influência na mobilização da classe trabalhadora – afirma Pêcheux (1982). Eles frequentemente buscavam reformas através de canais institucionais e negociações, como a Confederação Geral do Trabalho⁶ na França (Hobsbawm, 1995).

Grupos operários mais radicais surgiram em reação às políticas mais conciliatórias dos partidos tradicionais. Estes grupos criticavam a burocracia sindical e o modelo de “socialismo real” do Bloco Soviético, promovendo uma maior autonomia da classe trabalhadora. Não só na França, Pêcheux nos lembra um exemplo dessa radicalização. O chamado “Outono Quente” na Itália, em 1969, foi um período de grandes greves e protestos que desafiaram o poder patronal e sindical, exigindo melhores salários e condições de trabalho (Gadet; Pêcheux, 1981; Pêcheux, 1982).

Ao emergir como uma força revolucionária importante, o movimento estudantil trazia pautas culturais e de contestação moral que iam além das reivindicações econômicas tradicionais. Os estudantes protestavam contra a autoridade, a moralidade conservadora, a Guerra do Vietnã e o autoritarismo de maneira geral. Eles defendiam maior liberdade individual e coletiva. Inspirada por pensadores como Herbert Marcuse e influenciada por vertentes como o trotskismo, o maoísmo e o anarquismo, a “Nova Esquerda” estudantil questionava a sociedade de consumo e a burocracia política. O auge do movimento estudantil ocorreu em Paris, onde as reivindicações por reformas educacionais se expandiram para uma greve geral massiva, contando com o apoio de milhões de trabalhadores. No entanto, a aliança entre estudantes e operários foi complexa e de curta

duração, revelando tensões e diferentes objetivos (Gadet; Pêcheux, 1981; Auron, 1998; Le Goff, 1998).

Ocorriam intensas tensões ideológicas entre os grupos. A “Nova Esquerda” criticava os partidos comunistas ortodoxos pela sua acomodação ao sistema. Por sua vez, os partidos tradicionais viam os movimentos estudantis como anárquicos e utópicos. As reivindicações dos operários se concentravam em questões econômicas, como salários e melhores condições de trabalho. Já os estudantes priorizavam pautas culturais e políticas mais abrangentes, como liberdade de expressão e a luta contra o conservadorismo. Apesar da potência revolucionária de eventos como Maio de 68, a falta de uma unidade política sólida entre os diferentes grupos revolucionários contribuiu para a desmobilização. No entanto, o período abriu caminho para mudanças sociais e de comportamento duradouras em toda a Europa (Gadet; Pêcheux, 1981; Hobsbawm, 1995; Auron, 1998; Le Goff, 1998).

Em seu texto “Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes”⁷, Michel Pêcheux (1984) afirma que a ideologia, enquanto campo de disputas, não se configura apenas como uma camada superficial sobre a base econômica, mas como uma força material que organiza e reconfigura o pensamento e as reflexões dos sujeitos, atravessando as relações sociais de modo intrínseco e profundo. Ao ser imerso nessa trama ideológica, o sujeito não é portador de uma consciência autêntica ou original, mas é, desde sua formação, um produto de um sistema de significantes que o inscrevem em posições determinadas. A ideologia se torna, assim, um modo de constituição do sujeito, um processo contínuo de subjetivação que não se limita a uma imposição, mas envolve uma aceitação inconsciente das ordens e das normas

6 *Confédération Générale du Travail* (CGT) é uma confederação sindical francesa criada em 23 de setembro de 1895.

7 Este texto foi publicado em alemão como “Zu rebelieren und zu Denken wagen! Ideologien, Widerstände, Klassenkampf” em *KultuRRevolution*, 1984.

que estruturam a vida social.

Nesse ponto, recorremos às palavras de Pêcheux (1975):

[...] Quanto ao sujeito ideológico que o reduplica, ele é interpelado – constituído sob a evidência da constatação que veicula e mascara a “norma” identificadora: “um soldado francês não recua”, significa, portanto, “se você é um verdadeiro soldado francês, o que, de fato, você é, então você não pode/deve recuar”. Desse modo, é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados

(Pêcheux, [1975b]1998, p. 159-160; grifos do autor).

O Aparelho Ideológico de Estado (AIE) atua como um lugar onde essa ideologia se cristaliza e se reatualiza, sempre por meio de práticas que não são meramente impositivas, mas que se tornam internalizadas no cotidiano. “Diremos que o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos “o todo complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, [1975]1998, p. 160). No espaço da escola (Nascimento, 2015), por exemplo, o sujeito não é apenas educado a seguir um determinado papel social, mas também a produzir e reproduzir uma série de significações que lhe são oferecidas, reforçando, ao mesmo tempo, as relações de produção e as formas de alienação – eis políticas de educação e de ensino. A reprodução das relações de produção se dá também por meio desses mecanismos ideológicos, que, longe de serem neutros, estruturam os desejos e os saberes, transformando-os em instrumentos de conformação. No entanto, é necessário sublinhar que existe uma contradição nessa estrutura ideológica.

Ao mesmo tempo que funciona como um campo de reprodução das relações de classe, o AIE também está imerso em um jogo de forças que envolve disputas ideológicas, que não são apenas entre a classe dominante e a classe dominada, mas também entre formas diversas de subjetivação. A ideologia da classe dominante não se impõe de forma direta ou explícita, mas se manifesta nos AIE, que tornam essa ideologia algo naturalizado e absorvido pelo sujeito. O sujeito não apenas consente com a ordem dominante, mas, em grande medida, participa ativamente na sua própria constituição ideológica, internalizando formas de ver e de sentir o mundo que, paradoxalmente, o mantém na condição de alienação (Pêcheux, 1975a; 1984).

Atentamo-nos ao alerta de Pêcheux (1975):

É preciso, porém, para evitar certos mal-entendidos, especificar alguns pontos de alcance mais geral, relacionados à teoria das ideologias, à prática de produção dos conhecimentos e à prática política, sem os quais tudo o que vai se seguir estaria inteiramente “deslocado”.

a) Se estamos destacando “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”, é porque a área da ideologia não é, de modo algum, o *único elemento* dentro do qual se efetuará a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social; isso seria ignorar as determinações econômicas que condicionam “em última instância” essa reprodução/transformação, no próprio interior da produção econômica, fato evocado por Althusser no começo de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos do Estado.

b) Ao falar de “reprodução/transformação”, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de *tudo modo de produção que se baseia numa divisão em classes*, isto é, cujo “princípio” é a luta de classes. Isso significa, em particular, que consideramos errôneo localizar em pontos diferentes, de um lado, o que contribui para a reprodução das relações de produção e, de outro, o que contribui para sua transformação: a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes “passa por” aquilo que L. Althusser chamou os aparelhos ideológicos de Estado. (Pêcheux, [1975c]1998, p. 143-144; grifos do autor).

O papel do sujeito, nesse contexto, é entender que a ideologia não é apenas um

reflexo da realidade material, mas sim uma forma de sua (re)produção e transformação vinculada a divisão das classes. Por conseguinte, a consciência de classe e sua subjetivação não é algo dado, mas algo que deve ser trabalhado, desconstruído e ressignificado. A luta ideológica, portanto, não é uma simples batalha entre dois mundos previamente constituídos, mas uma constante reconfiguração das relações de poder, uma negociação onde o sujeito, constantemente reconstituído pela ideologia, pode também, se for capaz de um trabalho de desidentificação (Pêcheux, 1975b; 1982), criar possibilidades de transformação.

Nesse movimento, a crítica psicanalítica e marxista se entrelaça, pois ambas veem no sujeito não apenas um ser passivo, mas um sujeito alienado e, ao mesmo tempo, criador de suas próprias condições de existência. A luta ideológica, portanto, se dá no plano da subjetividade, mas também na base das relações sociais que produzem essa subjetividade. Não se trata apenas de entender a ideologia como um mecanismo de opressão, mas de perceber sua função na constituição do desejo e na organização da subjetividade, sendo necessário questionar até que ponto a consciência do sujeito pode ser liberada da armadilha da ideologia dominante, sem cair na ilusão de um sujeito que seria totalmente autônomo ou puramente crítico (Gadet; Pêcheux, 1981).

A transformação não ocorre apenas por uma crítica externa à estrutura ideológica, mas por uma reconstrução interna da subjetividade. Esse processo de reconstruir é um trabalho que exige tanto uma compreensão da dialética social, quanto a capacidade de lidar com as contradições internas do sujeito. Não se trata apenas de um reflexo das relações de produção, mas também se trata especialmente de um ser que pode, a partir de sua própria divisão, iniciar processos de mudança.

Uma vez mais, citamos Pêcheux (1975):

O conceito de *Ideologia* em geral aparece, assim, muito especificamente como o meio de designar, no interior do marxismo-leninismo, o fato de que as relações de produção são relações entre “homens”, *no sentido de que não são relações entre coisas, máquinas, animais não-humanos ou anjos; nesse sentido e unicamente nele*: isto é, sem introduzir simultânea, e sub-repticiamente, uma certa idéia de “o homem”, como antinatureza, transcendência, sujeito da história, negação da negação, etc. (Pêcheux, [1975d]1998, p. 151-152; grifos do autor).

A partir dessa ótica, o conceito de *interpelação ideológica* pode ser visto como um mecanismo que não só vincula o indivíduo à ideologia dominante, mas que também, por meio dessa relação, influencia a própria subjetividade. Nesse sentido, a ideologia não atua apenas como uma rede de ideias, mas como um aparato que interage diretamente com o sujeito, criando uma identidade, uma sensação de pertencimento e um lugar social, mas também o mantém cativo dentro das determinações das relações de classe (Montag, 2017; Nir, 2017; Read, 2017).

A expressão “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, de Marx, 1970) indica que a ideologia não apenas influencia o sujeito, mas o constitui como tal. Ela não apenas define o que o sujeito é, mas também o que ele deve ser, no sentido de um sujeito inserido em uma estrutura de poder que impõe as condições e os limites da sua própria subjetividade. Nem sempre impõe, muitas vezes negocia essas condições e limites. Isso se dá, portanto, em um processo de identificação, em que o sujeito aceita e se submete a um “grande sujeito” – uma instância universal que lhe diz como o mundo é e como ele deve agir dentro dele, seja na forma de moral, lei ou saber (Pêcheux, 1975b; 1983; Gadet; Pêcheux, 1981). No entanto, a relação sujeito/Sujeito não é isenta de contradições.

Embora imponha uma evidência absoluta, a ideologia não é totalmente homogênea nem infalível. Como nos mostra o exemplo da Primeira Guerra Mundial, a ideologia pode ser contestada, desconstruída ou, ao menos, transformada. Essa contestação ocorre por meio de um processo de contraidentificação (Pêcheux, 1975b), cujo sujeito começa a perceber as inconsistências e as contradições de sua posição ideológica, como, por exemplo, a desigualdade presente em uma guerra que se justifica pela “igualdade” entre os indivíduos que a enfrentam. No entanto, a contraidentificação não resolve a totalidade da contradição, pois o sujeito, ao resistir à ideologia dominante, ainda permanece preso à sua lógica. A verdadeira ruptura ocorre na desidentificação, tomada de posição subjetiva em que o sujeito é capaz de transformar sua posição dentro da estrutura social, não apenas negando ou aceitando passivamente a ideologia, mas criando, por meio de sua ação política, uma nova configuração de sujeito, mais autônoma e reflexiva (Pêcheux, 1975b; Pêcheux; Gadet; Haroche; Henry, 1982).

Esse processo de desidentificação é crucial, pois é por meio dele que o sujeito pode romper com as determinações ideológicas e construir uma prática revolucionária genuína, que não seja apenas uma subordinação a uma ideia externa ou uma ideia pré-concebida, mas uma prática que emerge de um confronto real com as contradições presentes nas condições materiais de vida. Nesse contexto, a teoria não pode ser entendida como uma mera explicação externa da prática, mas deve ser incorporada na luta, tornando-se um instrumento que permite ao sujeito compreender e transformar as próprias condições de existência.

Por fim, o papel da prática revolucionária, como articulada por Lênin (Harnecker, 1981), consiste justamente em fazer com que o sujeito não apenas compreenda suas contradições, mas que atue sobre elas, rompendo com os

condicionamentos ideológicos que sustentam a ordem capitalista e criando as bases para uma nova ordem, que supere essas limitações e construa uma sociedade mais justa e igualitária. A luta de classes, portanto, não é apenas um confronto de ideias, mas um confronto material que exige a transformação do sujeito e das relações sociais, no sentido de um processo contínuo de emancipação (Pêcheux, 1975a; 1984).

Tanto Althusser quanto Pêcheux entendem a ideologia como uma prática material, mas suas abordagens apresentam nuances e duelos. Ambos consideram que a ideologia não se reduz a uma consciência individual, mas se manifesta em instituições e práticas sociais que interpelam os sujeitos, influenciando suas identidades e subjetividades (Althusser, 1970; Pêcheux, 1975; Gregolin, 2004).

Althusser introduz o conceito de *Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)* e afirma que a ideologia da classe dominante se perpetua, não por uma simples imposição, mas por meio de práticas cotidianas que naturalizam essa ideologia. A ideologia se inscreve na subjetividade do sujeito, que, ao ser interpelado, se reconhece como parte de um determinado sistema ideológico. A luta de classes, nesse contexto, é uma disputa ideológica que ocorre dentro desses aparelhos, sendo também marcada por contradições, pois a classe dominante não impõe sua ideologia de forma absoluta.

Por sua vez, Pêcheux avança na ideia de ideologia ao destacar o papel das *materialidades discursivas*, que são práticas discursivas que não apenas refletem a realidade, mas a constituem e a transformam. Para ele, os discursos não são neutros, mas sim carregados de poder e ideologia. Ele enfatiza a *interpelação ideológica* em que o sujeito não é apenas chamado, mas é constituído como sujeito por meio da ideologia que o individualiza, da individuação ideológica (Read, 2017). Ao partir de Althusser, que trata

os AIE como uma instância fundamental na reprodução da ideologia dominante, Pêcheux (1975) amplia essa análise ao considerar também as *disputas ideológicas* internas, que envolvem não apenas a classe dominante e dominada, mas uma multiplicidade de formas de subjetivação (de natureza psicanalítica, jamais fenomenológica).

A principal diferença entre eles está na maneira como encaram a *contradição interna da ideologia*. Althusser vê essa contradição como um campo de disputa dentro dos AIE, enquanto Pêcheux propõe que a ideologia, além de ser reprodutora das relações de poder, também está em constante transformação, com a possibilidade de um sujeito desidentificado criar possibilidades de transformação política e subjetiva. Eis a *condições ideológicas da reprodução/ transformação das relações de produção* (Pêcheux, [1975]1988, p. 143).

Enquanto Althusser foca na ideologia como uma estrutura que naturaliza as relações de classe, Pêcheux avança ao mostrar que, dentro dessa estrutura, há uma *dinâmica de disputa e transformação*, em que o sujeito pode desconstruir a ideologia e criar práticas revolucionárias. Ambos os teóricos, no entanto, compartilham a ideia de que a ideologia é central para a constituição do sujeito e das relações sociais. Também compartilham a afirmação de que a luta ideológica é fundamental para a transformação das condições sociais e materiais.

Vejamos outro exemplo em que Pêcheux (1982) cita em sua conferência no Encontro “Problemas das Pesquisas em Ideologia” do projeto Ideologia-Teoria.

A frase “não existe um caminho militar para o socialismo”⁸, oferece um bom exemplo para a função da ambiguidade no discurso político. Essa frase tem relação tanto com o fato histórico, que – substancialmente e até hoje – existiram apenas caminhos militares “para o

socialismo”, e com o fato político que esses caminhos militares não levam ao socialismo. Sob esse ponto de vista – e qualquer que seja a saída do Estado – fica a questão levantada pelo movimento de massa polônes, que coloca em todos os níveis da sociedade o pedido por liberdades democráticas como sendo o problema principal do socialismo “existente”. Esse problema é inseparável de sua questão histórica decisiva, que trata de um possível caminho a rupturas anticapitalistas no interior do núcleo capitalista, que poderia ser acolhido com a sua lógica, sem se deixar colher por elas (como parece ser o caso nas diversas – atualmente em crise – democracias sociais europeias e como já foi o caso dos movimentos socialistas do século 19.). (Pêcheux, 1982 – grifos do autor).

A construção “não existe um caminho militar para o socialismo” é uma frase que oferece bom exemplo para a função da ambiguidade e a contradição interna da ideologia no discurso político, por, ao menos, sentidos de:

- a) “o fato histórico, que – substancialmente e até hoje – *existiram apenas caminhos militares “para o socialismo”*;
- b) “o fato político que *esses caminhos militares não levam ao socialismo*”.

A afirmação “não existe um caminho militar para o socialismo” é objeto de intenso debate e não representa um consenso na teoria e história política. Essa é a materialidade dupla que causa a ambiguidade no discurso pela dinâmica de disputa e transformação, pela falta do consenso. Se há a falta, a presença material é de, ao menos, dois sentidos antagônicos em disputa pelo conflito ideológico no percurso de cada sentido. Exatamente a ambiguidade é prova material das ideologias em conflito, em não consenso, em sentidos opostos. Enquanto alguns teóricos e eventos históricos demonstram a inviabilidade ou o fracasso de uma transição militar, outros defendem que o caminho armado é uma estratégia necessária ou que o socialismo, para se defender, precisa desenvolver suas próprias capacidades militares.

Em um caminho não militar, o percurso de sentidos em construção é: (i.) o socialismo, em princípio, defende o fim das guerras e do

8 [Nota de Pêcheux, 1982]: “Explicação do líder comunista italiano, Pietro Ingrao, por ocasião da violência na Polônia em 1981”.

saque. O uso da força militar é associado ao capitalismo e ao imperialismo, que possuem o monopólio da violência; (ii.) experiências históricas são usadas como exemplo da violência do imperialismo contra projetos socialistas, mas também questionam a viabilidade de uma transição unicamente pacífica; (iii.) influenciados pelos horrores da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, alguns marxistas desenvolveram uma visão pacifista e utópica do socialismo; (iv.) mesmo com discursos sociais, governos militares são frequentemente autoritários e têm mais semelhanças com regimes ditatoriais do que com o socialismo democrático; (v.) com o desenvolvimento de partidos políticos e o crescimento do movimento operário, alternativas não militares foram historicamente propostas e seguidas como estratégia de acumulação de forças para o socialismo.

No caminho militar, o percurso de sentidos em construção é: (i.) o socialismo e a guerra estão interligados historicamente; (ii.) como a russa e a chinesa, muitas revoluções socialistas ocorreram em contextos de guerra (a transição para o socialismo é frequentemente atacada e sabotada, justificando a necessidade de defesa militar); (iii.) a existência de um poder militar imperialista global exige que experiências socialistas desenvolvam sistemas de defesa para se protegerem contra agressões estrangeiras; (iv.) existe um debate dentro do marxismo sobre a estratégia militar para a revolução, que envolve discussões sobre a guerra de guerrilha e o desenvolvimento de um exército regular para enfrentar o poder do Estado capitalista; (v.) a modernização militar é vista por alguns como uma questão existencial para os países socialistas, tanto para a defesa quanto para a industrialização.

O debate hoje sobre o caminho militar para o socialismo continua polarizado e ambíguo (por vezes) com a pauta de: o papel do Estado, a democracia e a organização das massas para a

revolução, embora a violência, a luta armada e a defesa do socialismo serem questões presentes e complexas, particularmente em relações de condições históricas e políticas de cada país e do contexto global, mundial. Sendo assim, a polarização é a própria disputa ideológica!

Por isso, a declaração de Pêcheux (1982) de que “o pedido por liberdades democráticas como sendo o problema principal do socialismo “existente” é “problema [...] inseparável de sua questão histórica decisiva, que trata de um possível caminho a *rupturas anticapitalistas no interior do núcleo capitalista*” (grifo do autor). O ponto central da ambiguidade é materialidade das ideologias em disputas, portanto, antagônicas em seus percursos de construção de sentidos. Em oposição, os sentidos divergem pela não acolhida com a sua lógica. O autor cita, então, “o caso nas diversas – atualmente em crise – democracias sociais europeias e como já foi o caso dos movimentos socialistas do século 19”.

Os “frágeis processos de mudança na França”, iniciados em maio de 1981, ditos por Pêcheux (1982), referem-se principalmente às reformas promovidas pelo governo do presidente socialista François Mitterrand. As mudanças foram vistas como frágeis devido a uma série de fatores, incluindo um contexto econômico desfavorável e a posterior necessidade de recuar em muitas das políticas iniciais. A vitória desse socialista permite a fissura no domínio da direita e dos gaullistas na Quinta República – há, então, a dinâmica de disputas e o caminho possível para transformação.

É exatamente em meio à crise econômica internacional que se seguiu à crise do petróleo, afetando o *Welfare State* (Estado de bem-estar social) francês, em que ocorreu a vitória socialista. Assim, a esquerda ao poder gera expectativas de transformação entre uma ruptura com as políticas econômicas anteriores e com as estruturas sociais sufocantes. Só que as principais atitudes governamentais de Mitterrand – já no

início de seu mandato – causaram instabilidade econômica que, por conseguinte, trazem a fragilidade e, de certo modo, a insustentabilidade a longo prazo. François Mitterrand é interpelado ideologicamente pelas disputas ideológicas e pela contradição interna da ideologia.

Essas atitudes foram, por exemplo: nacionalizar diversos bancos e grandes empresas em setores siderúrgicos, de armamento e farmacêutico, em linha com a teoria socialista clássica – o que, posteriormente, precisou privatizar novamente essas empresas (na chamada “coabitação” com a direita); implementação de reformas sociais, como o aumento do salário-mínimo e benefícios sociais para aposentados e desempregados, o que, visto inicialmente como estímulo econômico, acaba gerando pressão sobre as finanças públicas. Algumas atitudes vistas como positivas foram: a jornada de trabalho semanal reduzida para 39 horas e adicionada a quinta semana de férias pagas, inclusive a reforma administrativa realizada de modo a transferir mais poder para as regiões e municípios (Hobsbawm, 1995; Auron, 1998; Le Goff, 1998).

A fragilidade das reformas socialistas ficou evidente a partir de 1983, quando o governo de Mitterrand foi obrigado a mudar sua política econômica para conter a inflação e o déficit da balança de pagamentos. Esse recuo (contradição interna da ideologia) ou conhecidamente “guinada para a austeridade” é o ápice: de fato, o governo abandonou as políticas keynesianas de estímulo e adotou medidas mais liberais para estabilizar a economia, além, é claro, a partir de 1986, com a eleição de uma maioria de direita para a Assembleia Nacional, o governo passou por um período chamado de “coabitação”, de maneira que o primeiro-ministro Jacques Chirac privatizou muitas das empresas que haviam sido nacionalizadas. Apesar da reversão de algumas atitudes políticas, as reformas de Mitterrand deixaram bom legado, em especial nas áreas

social e de descentralização (Hobsbawm, 1995; Auron, 1998; Le Goff, 1998).

Diante disso, podemos entender a sequência de Pêcheux (1982) em sua conferência e o rumo de seu projeto Ideologia-Teoria:

Sob essa perspectiva, os frágeis processos de mudança iniciados na França desde maio de 1981 formam uma experiência única, cujo destino está atrelado a sua capacidade de se associar às pretensões existentes na Europa e no Terceiro Mundo de se soltar e libertar da lógica dos Blocos⁹. Em consequência disso, o Ocidente ainda exerce um poder sobre o Norte (como espaço das tecnologias e das democracias parlamentaristas), enquanto que o Oriente não interrompe o processo de aproximação com o Sul (considerando-as regiões com recursos de matéria prima e de energia, que em Estado de Emergência – alimentar e militar – são administrados sob natureza política muito diferenciados). (Pêcheux, 1982).

A referência de Pêcheux é para a política externa francesa iniciada em maio de 1981, fruto da eleição e vitória de François Mitterrand, vitória do Partido Socialista, da chegada da esquerda ao poder na França após 23 anos. Sua presidência fica marcadamente pelas reformas sociais significativas no plano interno, como a nacionalização de bancos e indústrias, a abolição da pena de morte e a redução da idade de aposentadoria. Essa nova abordagem buscava uma posição mais independente no cenário internacional, pela interpelação ideológica de desvincular-se, até certo ponto, da lógica polarizada da Guerra Fria entre os blocos capitalista (liderado pelos EUA) e comunista (liderado pela URSS). Diante disso, a posse de Mitterrand ocorreu em um período de forte tensão entre os blocos, agravada pela crise dos mísseis da OTAN¹⁰ (Organização do Tratado

9 [Nota de Pêcheux, 1982]: “Nessa lógica dos Blocos, a União Soviética ainda trabalha como garantia, certificado e condição da “Passagem para o Socialismo”. O Partido Comunista italiano rompeu claramente com essa representação histórica, quando foi dito: “A influência do Outubro 1917 está terminada”.

10 Também chamada de Aliança Atlântica. É uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlân-

do Atlântico Norte) e do Pacto de Varsóvia; portanto, o contexto é de tensão da Guerra Fria. Mitterrand venceu a eleição com a direita dividida (contradição interna da ideologia), aproveitando o momento para implementar suas políticas de esquerda e buscar uma nova identidade para a França na política externa (Hobsbawn, 1995; Auron, 1998; Le Goff, 1998; Elias, 2001; 2011).

Seu governo buscou um caminho próprio, ao equilibrar a aliança com o Ocidente com uma política mais próxima dos países do Terceiro Mundo. A França de Mitterrand tentou se diferenciar, em certa medida, dos outros países ricos, criticando a exigência de pagamento de dívidas dos países em desenvolvimento e buscando maior aproximação com essas nações. Embora a França fosse parte do bloco ocidental, Mitterrand procurou ter uma voz independente, questionando a lógica binária da Guerra Fria. Essa atitude política, no entanto, era delicada, pois a França ainda dependia de suas alianças ocidentais para se proteger (Hobsbawn, 1995; Auron, 1998; Le Goff, 1998; Elias, 2001; 2011).

É nesse cenário histórico-político que os *frágeis processos de mudança* [foram] *iniciados na França desde maio de 1981*. Dito por Pêcheux (1982), seu discurso historiciza uma dependência: o sucesso ou o fracasso dessa nova política francesa dependia de sua capacidade de se alinhar com as aspirações de outros países, tanto as da Europa quanto as do Terceiro Mundo, que desejavam mais autonomia em relação aos dois grandes blocos. A França, nesse sentido, se propunha como um modelo de nação que conseguia seguir seu próprio caminho, sem ser totalmente subjugada pela lógica bipolar. No entanto, a política externa francesa nos anos 80 enfrentou críticas, de parte de analistas que apontam o intervencionismo em algumas regiões, como na África, por continuarem de forma neocolonial. A fragilidade

tico Norte, assinado em 4 de abril de 1949, que constitui um sistema de defesa coletiva.

e a complexidade dessa experiência se tornaram evidentes ao longo da década.

Considerações Finais

Pêcheux realizou sua leitura do Materialismo Histórico para a construção de conceitos como: ‘ideologia’, ‘discurso’, ‘materialidade discursiva’. Tanto em *Les Vérités de la Palice* – Linguistique, Sémantique, Philosophie (1975) e nos seus posteriores textos, caso de sua conferência em 1982, vimos Pêcheux compreender a formulação teórica de Althusser a respeito da ideologia, por exemplo, para aquela estrutura material que impõe sentidos e significações, impulsionar teoria-análise dessas significações em articulações com as formações discursivas e nas subjetivações emergidas, caso, por exemplo, da ideologia stalinista vs. ideologia proletária francesa, ou do que faz um soldado francês ser dele um soldado francês – ditos por Pêcheux (1975a; 1982).

No campo da Análise do Discurso, vimos que os exemplos recorridos, aqui, implicam leituras psicanalíticas da materialidade ideológica em discursiva, em que o discurso se apresenta como alienante e fundante do sujeito, de modo que as análises oferecem articulações do inconsciente do sujeito de uma formação discursiva e da ideologia que o filia enquanto sujeito do dizer e do desejo. Dessa maneira, nossa pesquisa evidenciou algumas convergências e deslocamentos pontuais feitos por Pêcheux em relação a Althusser. Pontualmente, por exemplo, vimos a recuperação das condições de produção históricas marcadamente em detalhes por feixes de sentidos ideológicos já-existentes, antes mesmo de Stalin ou Mitterrand estarem nas posições que ocuparam.

Assim, nossa questão percorreu caminhos delineados no intuito de traçarmos algumas vias significativas produzidas para a

formulação de uma nova abordagem – a Análise do Discurso que integra Teoria Marxista, Linguística e Psicanálise para refletirmos sobre a produção de Michel Pêcheux em *Les Vérités de La Palice* (1975a) e no seu Projeto Teoria-Ideologia (1982). De nosso modo, a discussão acentuou o posicionamento do materialismo histórico e da análise do discurso para os conceitos fundamentais ‘ideologia’, ‘discurso’, ‘materialidade’ – o que possibilitou pontuarmos influências e deslocamentos de Althusser em Pêcheux. Logo, as contribuições, aqui, têm em vista seus funcionamentos nos procedimentos teóricos e analíticos da metodologia da AD (Pêcheux, 1983; Nascimento, 2014; 2016; 2017).

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. [1970]. Aparentes Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.
- AURON, Yair. *Les Juifs D'Extreme Gaúche* em Mai 68. Paris, Albin Michel, 1998.
- ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: uma história dos costumes. Tradução por Ruy Jungmann, revisão e apresentação por Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. [1981]. *La Langue Introuvable*. Paris: Maspero, 1981.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. [1981]. A Língua Inatingível: o discurso na história da linguística. Tradução de Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.
- HARNECKER, Marta. *Conceitos Elementares do Materialismo Histórico*. São Paulo: Global, 1981.
- HENRY, Paul. [1977]. *A Ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Unicamp, 2014.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LE GOFF, Jean-Pierre. *Mai 68, Um Héritage Impossível*. Paris, La Découverte, 1998.
- MAGALHÃES, Belmira Rita da Costa. “Diálogo (im)possível entre as concepções de sujeito em Althusser, Pêcheux e Marx”. In: ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria; GARCIA, Dantielli Assumpção. (Orgs.). *Ler Althusser Hoje*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2017. pp. 17-29.
- MONTAG, Warren. *Bodies, Masses, Power: Spinoza and His Contemporaries*. London, New York: Verso, 1999.
- MONTAG, Warren. *Althusser and His Contemporaries: Philosophy's Perpetual War*. Duke University Press, Durham and London, 2013.
- MONTAG, Warren. Althusser's Empty Signifier: What is the Meaning of the Word “Interpellation”? *Mediations – Journal of the Marxist Literary Group, Chicago (USA)*, vol. 30, n. 2, pp. 63-70, 2017. Disponível em: [Mediations30_2_08.pdf](#) Acesso em: 20 mar. 2025.
- NASCIMENTO, Lucas. *Modos de Procedimentos Teóricos e Analíticos nas Pesquisas em Análise do Discurso da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Porto (UP)*. *Revista Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), vol. 43, n. 3, pp. 1190-1206, 2014. Disponível

em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/516/417> Acesso em: 20 mar. 2025.

NASCIMENTO, Lucas. *Análise do Discurso e Ensino: políticas de produção, mídia e saberes do professor de português em formação*. Alemanha: NEA Editores, 2015.

NASCIMENTO, Lucas. “A escrita da Análise do Discurso e as políticas de produção escrita”. In: NASCIMENTO, Lucas; MEDEIROS, Breno Wilson Leite. (Orgs.). *Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: heranças, métodos, objetos*. Alemanha: NEA Editores, 2016. pp. 125-153.

NASCIMENTO, Lucas. *Leitura, Objeto e Escrita Sensorial: a formação do analista do discurso*. Revista Linguística Rio, UFRJ, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 1, pp. 1-23, 2017. Disponível em: https://www.linguisticario.letas.ufrj.br/uploads/7/0/5/2/7052840/lr31_lucasn.pdf Acesso em: 20 mar. 2025.

NASCIMENTO, Lucas. “Sobre Michel Pêcheux”. In: NASCIMENTO, Lucas. (Org.). *PRESENÇAS DE MICHEL PÊCHEUX: da Análise do Discurso ao Ensino*. Campinas: Mercado de Letras, 2019. pp. 285-290. (Coleção Análise do Discurso e Ensino – Apoio CNPq).

NASCIMENTO, Lucas; KANTORSKI, Graziela; WEISHEIMER, Nilson. Michel Pêcheux: materialidade discursiva, interpelação do sujeito e luta de classes. *Conexão Letras*, Dossiê: Les Vérités de La Palice: 50 anos, UFRGS, Porto Alegre, vol. 33, 2025, pp. 1-30. Disponível em: *Revista Conexão Letras*

NIR, Oded. *Althusser, or The System. Mediations – Journal of the Marxist Literary Group*, Chicago (USA), vol. 30, n. 2, pp. 71-75, 2017. Disponível em: *Althusser, or The System | Mediations | Journal of the Marxist Literary Group* Acesso em: 28 mar. 2025.

PÊCHEUX, Michel. [1975a]. *Les Vérités de la Palice – Linguistique, Sémantique, Philosophie*. Édition en Anglais, 1975. [Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel. [1975a]. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.]

PÊCHEUX, Michel. [1975b]. “A Forma-Sujeito do Discurso”. In: PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. pp. 159-185.

PÊCHEUX, Michel. [1975c]. “Sobre as condições ideológicas da reprodução-transformação das relações de produção”. In: PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. pp. 143-150.

PÊCHEUX, Michel. [1975d]. “Ideologia, interpelação, efeito “Münchhausen”. In: PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. pp. 151-158.

PÊCHEUX, Michel ; PÊCHEUX, Michel ; CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie. [1980]. « Actes du Colloque Matérialités Discursives ». Université Paris X – Nanterre, 24-26 avril 1980. In: PÊCHEUX, Michel; CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie. (Orgs). *Matérialités Discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. [Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel et all. *Materialidades Discursivas*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Debora Massmann, et all. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.]

PÊCHEUX, Michel. [1981a]. « Questions initiales ». In: PÊCHEUX, Michel; CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie. *Matérialités Discursives*. Lille: Presses

Universitaires de Lille, 1981. pp. 11-12.

Submissão: novembro de 2025

PÊCHEUX, Michel. [1981b]. « Ouverture du colloque ». In: PÊCHEUX, Michel; CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie. *Matérialités Discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. pp. 15-18.

Aceite: dezembro de 2025.

PÊCHEUX, Michel. [1982]. Conferência pronunciada no Encontro “Problemas das Pesquisas em Ideologia” do projeto Teoria-Ideologia. *Re-Thinking Ideology, Argument-Sonderblatt*, 84, Berlin/W, Alemanha, 1983.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise; HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul. [1982]. “Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia”. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. pp. 55-71.

PÊCHEUX, Michel. [1983]. « Discourse: structure or event? – Actes du Colloque Marxism and Interpretation of Culture: Limits, Frontiers, Boundaries ». L’Université Urbana-Champaign, 8-12 juillet 1983. In: PÊCHEUX, Michel. *L’inquietude du Discours. Textes choisis et présentés par Denise Maldidier*. Paris: Éditions des Cendres, 1990, pp. 303-323.

PÊCHEUX, Michel. [1984]. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. *Décalages*, volume 1, issue 4, article 15, 2014. pp. 1-23. Tradução de Peter Schöttler. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15> Acesso em: 01 jan. 2025.

READ, Jason. Ideology as Individuation, Individuating Ideology. *Mediations – Journal of the Marxist Literary Group*, Chicago (USA), vol. 30, n. 2, pp. 77-84, 2017. Disponível em: Ideology as Individuation, Individuating Ideology | Mediations | Journal of the Marxist Literary Group Acesso em: 20 jan. 2025.

DISCURSIVIDADES ARTÍSTICAS NA LUTA DE CLASSES: PROCESSOS DISCURSIVOS

Nádia Régia Neckel¹

Resumo: Este texto parte das formulações dos capítulos finais de “Semântica e Discurso”, cuja propostas deste dossiê é prestar homenagem aos 50 anos desta obra. Busco, na esteira das formulações de Michel Pêcheux, compreender os gestos artísticos como operadores de fissuras no social e modos de resistência. A partir da teoria materialista dos processos discursivos discuto a constituição dos sujeitos e dos sentidos na luta ideológica, tomando as discursividades artísticas como um espaço privilegiado de leitura. A luta de classes, sempre assimétrica, se manifesta na estrutura desigual das formações ideológicas, marcadas pela contradição entre reprodução e transformação. Nesse contexto, a experiência artística opera como um campo de resistência, desestabilizando o “Efeito-Sujeito (centração-origem-sentido)” (Pêcheux, 1997, p.193) e criando deslocamentos que fissuram as formações discursivas dominantes. A relação entre arte e ideologia se insere no debate sobre a produção do conhecimento, e, como diz Pêcheux (1997, p.198), todo discurso científico mantém uma relação inescapável com ideologias teóricas, afastando a possibilidade de uma verdade pura e autônoma. O discurso artístico (Neckel, 2004), por sua vez, nunca reivindicou para si essa pretensão de verdade, o que lhe confere um papel singular na produção de conhecimento. Em sua dimensão metafórica e metonímica, a arte torna visíveis as fraturas do social, operando deslocamentos que tensionam os modos de constituição dos sujeitos e dos sentidos. A experiência estética, inscritas nas condições ideológicas de seu tempo, constituem-se em um espaço de leitura e reelaboração do político. Se, como ensina Pêcheux, a prática teórica é também uma prática política e a interpelação ideológica se dá na imbricação entre aparelhos ideológicos e repressivos do Estado, acentua-se que a censura às artes e ao corpo é um sintoma recorrente em contextos de ascensão de posições ditatoriais e um movimento estratégico de dominação. No Brasil, a análise do discurso tem ampliado a compreensão das materialidades discursivas, reconhecendo no discurso artístico um lugar de problematização das relações ideológicas e para a construção de outras formas de resistência.

Palavras-chave: Discurso Artístico. Prática Política. Processos discursivos. Resistência.

DISCOURSIVITÉS ARTISTIQUES DANS LA LUTTE DES CLASSES : PROCESSUS DISCURSIFS

Abstract: Ce texte prend pour point de départ les formulations des chapitres finaux de « Sémantique et Discours », dont ce dossier propose de commémorer le 50e anniversaire. Dans le sillage des thèses de Michel Pêcheux, nous cherchons à comprendre les gestes artistiques comme des opérateurs de

¹ Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2010), tendo feito sanduíche na Universidad de Buenos Aires, Argentina em 2008. Atualmente é docente permanente da Universidade do Sul de Santa Catarina no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. E-mail: nregia75@gmail.com

fissuras dans le social et des modalités de résistance. Depuis dans la théorie matérialiste des processus discursifs, nous discutons la constitution des sujets et des sens dans la lutte idéologique, en prenant les discursivités artistiques comme un espace de lecture privilégié. La lutte des classes, toujours asymétrique, se manifeste dans la structure inégale des formations idéologiques, marquée par la contradiction entre reproduction et transformation. Dans ce contexte, l'expérience artistique opère comme un champ de résistance, déstabilisant l'« Effet-Sujet (centration-origine-sens) » (Pêcheux, 1997, p. 193) et créant des déplacements qui fissurent les formations discursives dominantes. La relation entre art et idéologie s'inscrit dans le débat sur la production de connaissance; comme l'affirme Pêcheux (1997, p. 198), tout discours scientifique maintient un rapport inéluctable avec les idéologies théoriques, écartant la possibilité d'une vérité pure et autonome. Le discours artistique (Neckel, 2004), quant à lui, n'a jamais revendiqué cette prétention à la vérité, ce qui lui confère un rôle singulier dans la production de connaissance. Dans sa dimension métaphorique et métonymique, l'art rend visibles les fractures du social, opérant des déplacements qui mettent en tension les modalités de constitution des sujets et des sens. L'expérience esthétique, inscrite dans les conditions idéologiques de son temps, se constitue en un espace de lecture et de réélaboration du politique. Si, comme l'enseigne Pêcheux, la pratique théorique est aussi une pratique politique et que l'interpellation idéologique s'effectue dans l'imbrication entre appareils idéologiques et répressifs d'État, il faut souligner que la censure exercée sur les arts et le corps est un symptôme récurrent dans les contextes de montée des positions dictatoriales et un mouvement stratégique de domination. Au Brésil, l'Analyse du Discours a élargi la compréhension des matérialités discursives, reconnaissant dans le discours artistique un lieu de problématisation des relations idéologiques et un levier pour la construction d'autres formes de résistance.

Mots-clés: Discours Artistique. Pratique Politique. Processus discursifs. Résistance.

Iniciando a Conversa...

A partir da teoria materialista dos processos discursivos de Michel Pêcheux, este trabalho discute a constituição dos sujeitos e dos sentidos na luta ideológica, tomando as discursividades artísticas como um espaço privilegiado de leitura.

Ao pensar com Michel Pêcheux que a luta de classes, sempre assimétrica, se manifesta na estrutura desigual das formações ideológicas, marcadas pela contradição entre reprodução e transformação me coloco a tarefa de ler as produções artísticas atravessadas por tais determinações. Nesse contexto, a experiência artística opera como um campo de resistência, desestabilizando o “Efeito-Sujeito (centração-origem-sentido)” (Pêcheux, 1997, p.193) e criando deslocamentos que fissuram as formações discursivas dominantes. Lugares de interpretação que questionam “a velha visão elitista que pretende que as classes dominadas não inventam jamais nada, porque elas estão muito absorvidas pelas lógicas do cotidiano” (Pêcheux, 2006, p. 53).

Falar de sujeito enquanto uma posição na perspectiva materialista da análise de discurso é, romper epistemologicamente com as perspectivas comunicacionais da linguagem e assumir que são os processos discursivos que colocam em “jogo” tais posições e que são as formações imaginárias que sustentam tal arquitetura. Ou seja, para a teoria materialista as relações de produção (modos de produção) e a luta de classes tecem processos discursivos a partir do funcionamento da forma-

sujeito e das condições de produção distinguindo aí, nas palavras de Pêcheux, “um duplo sistema de referência, para a prática científica e para a prática política” (1997, p. 189) e como ele bem enfatiza não há produção de conhecimento apartada da história da luta de classes (ibid. p. 190).

É premente ressaltar que ao pensar em produção do conhecimento recorro a outra formulação pecheutiana que diz que o “traço poético” não é o “domingo do pensamento” (2006, p. 53), a inteligência política e teórica não são propriedades das discursividades logicamente estabilizadas. São os pontos de deriva possíveis que interessam à AD como lugares de interpretação.

Tenho pensado na consequência teórico-política, para nós analistas de discurso, de assumir a afirmação de pensadores indígenas como Ailton Krenak (2021), Kaká Wera (2015): ou Geni Nuñez (2023) a respeito do “reflorestamento de imaginários”.

A partir das formulações de Michel Pêcheux podemos compreender os processos discursivos tanto na prática científica, quanto na, e talvez, principalmente, na prática política. Entendo, com este autor, que o “efeito de conhecimento” é coincidente com o “efeito de sentido inscrito no funcionamento de uma formação discursiva” (1997, b., p.192-193).

É preciso retomá-lo aqui, mesmo sendo uma citação bastante longa é necessária para garantir nosso gesto de leitura:

Nessas condições, porque continuar a falar de corte e de descontinuidade epistemológicos? Por uma razão essencial, cuja explicação não poderia ser fornecida enquanto a análise da forma-sujeito não tivesse disso introduzida: apoiando-nos sobre o que precede, diremos, pois, que o próprio dos conhecimentos (empíricos, descritivos, etc.) que precedem o corte em um campo epistemológico dado é que eles permanecem inscritos na forma-sujeito, isto é, que eles existem sob a forma de um sentido evidente para os sujeitos- seu suporte históricos -, através das transformações histórica que

afetam esse sentido. O que resulta disso no que se refere à discursividade é que o efeito de conhecimento coincide, nessas condições, com um efeito de sentido inscrito no funcionamento de uma formação discursiva, isto é, como se viu, o sistema das reformulações, paráfrases e sinonímias que a constitui. (...) (Pêcheux, 1997, b. p.192-193)

Pêcheux continua o texto pontuando que o processo histórico necessariamente se marca por cortes, segundo ele, “o momento histórico do corte que inaugura uma ciência dada é acompanhado necessariamente e um questionamento da forma-sujeito e da evidência do sentido que nela se acha incluída. (1997 b, p.193).

Sendo consequente com tal formulação é que questiono: em que medida podemos pensar o “reflorestamento de imaginários” e os rearranjos das “formações imaginárias” nas práticas teórico-políticas na contemporaneidade? O lugar das produções artísticas seriam um lugar acertado para essa tarefa, considerando-o como um lugar de discursividades “não logicamente estabilizadas”? Considerando todos os acontecimentos sociais e ambientais pelos quais estamos passando, questiono se não estaríamos em um “momento histórico de corte”? Necessário corte?

Cabe ressaltar e reiterar que longe de serem estas questões norteadoras de um trabalho acadêmico, o que faço é operar no eco da luta-contra colonial e, o que estou propondo, são de fato questões suleadoras do pensamento em pretensa ação de “reflorestamento de imaginários”. Penso que isso é ser consequente com o pensamento de Pêcheux que insistiu em dizer que discurso não é só campo de luta, mas pelo que se luta. Afinal: “a objetividade material da instância ideológica e caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do ‘todo complexo com o dominante’ das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução\transformação que constitui a luta

ideológica de classes” (Pêcheux, 1997, p.147).

Discursividades artísticas dissipando dicotomias hierárquicas e suleando o pensamento

A relação entre arte e ideologia se insere no debate sobre a produção do conhecimento, e, como diz Pêcheux (1997, p.198), todo discurso científico mantém uma relação inescapável com ideologias teóricas, afastando a possibilidade de uma verdade pura e autônoma.

O discurso artístico, por sua vez, nunca reivindicou para si uma pretensão de verdade tão comum às discursividades logicamente estabilizadas, o que lhe confere um papel singular como lugar de interpretação e formulação na produção de conhecimento. Em sua dimensão metafórica e metonímica, a arte torna visíveis as fraturas do social, operando deslocamentos que tensionam os modos de constituição dos sujeitos e dos sentidos.

As experiências estéticas, sobretudo as práticas artísticas do ativismo² contemporâneo, enquanto lugar de interpretação, inscritas nas condições ideológicas de seu tempo, constituem-se, portanto, em espaços de leituras e reelaboração do político, uma vez que se colocam à margem dos regimes de verdade pretensão pelo científico, tal como instituído na modernidade.

2 O termo Ativismo vem da intersecção entre arte, cultura e luta política. Não se trata de algo novo, os movimentos do dadaísmo e surrealismo já trilharam esse caminho por meio dos seus manifestos. Em 1929 Marinetti já nos dizia em seu Manifesto Futurista “Debes combatir con encarnizamiento estos tres enemigos irreductibles y corruptores del arte: la imitación, la prudencia y el dinero, que se resumen en uno solo: la cobardía. Cobardía ante los ejemplos admirables y ante las fórmulas consagradas. Cobardía ante la necesidad de amor y ante el temor de la miseria.” (in: Settimelli 2007, p.93). Na contemporaneidade estas lutas no campo da arte se atualizam, sobretudo na tentativa de percorrer outras discursividades que não as hegemônicas.

Se, como ensina Pêcheux, a prática teórica é também uma prática política e a interpelação ideológica se dá na imbricação entre aparelhos ideológicos e repressivos do Estado, acentua-se que a censura às artes e ao corpo é um sintoma recorrente em contextos de ascensão de posições ditatoriais e um movimento estratégico de dominação. Assim, o lugar das discursividades artísticas podem ser também um campo de construção de imaginários, campo de disputas e domínios daqueles que detém os meios de produção.

Compreendo então que o lugar das formações imaginárias sustenta as discursividades artísticas como um lugar de tensionamento do jogo de imagens (de/nestas projeções) e, consequentemente, dos sujeitos em “sua” tomada de posição. Ressalto que não estou falando aqui de imaginário na perspectiva do sujeito psicanalítico lacaniano, e sim, da perspectiva materialista discursiva que me permitiu pensar a noção de Projeções sensíveis (Neckel 2010), um sensível determinado na dobra inconsciente/ideologia que se marca nos modos de leitura/interpretação da e nas discursividades artísticas.

No Brasil, a análise do discurso tem ampliado a compreensão das materialidades discursivas, desde a primeira geração de analistas de discurso a multiplicidade do corpus de pesquisa foi alargando a noção de textualidade e sendo consequente com a noção de materialidade. Avançamos na trilha aberta por Pêcheux, fomos em busca da imagem, dos símbolos indígenas, da voz, do silêncio, da tecnologia, do cinema e das artes. Trabalhamos com uma disciplina viva, uma disciplina de interpretação. E, como nos diz Orlandi (1999): “Somos condenados a significar!”

Reconheço no discurso artístico (Neckel, 2004), um lugar de problematização das relações ideológicas e para a construção de outras formas de resistência.

Recorto agora três registros distintos de produções artísticas em diferentes tempos que me permitem, mesmo que brevemente, mostrar um pouco deste tensionamento:

1) A primeira, um registro fotográfico feito no Musée d'Orsay em janeiro deste ano de uma escultura que me chamou atenção, num primeiro momento, pelo tensionamento de sentidos cheios e mãos vazias de um menino e seu óculos de “realidade aumentada”. Ao contornar a escultura ao fundo (ou à frente) outra se faz ver: uma escultura do século XIX, “As quatro partes do mundo segurando a esfera terrestre”. Ou, “As quatro Ninfas” de Jean Carpeaux.

2) O segundo registro, é uma fotografia dos anos 70 do Fotógrafo Bahiano Luciano Andrade e que na década de 90 virou símbolo da luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes. O cenário do registro também é uma escultura de um chafariz do século XIX. A imagem uma criança que dorme nos braços de uma “Mãe de Pedra”.

3) O terceiro registro, um fragmento de um vídeo-performace de Emerson Uyra que circula no youtube “Manaus a cidade Selva”, no momento em que ele performar refere-se às esculturas “O homem primitivo e o homem moderno” de 1964, do escultor Geraldo Florêncio de Carvalho encomenda pela Secretaria de Educação e Cultura. O enquadramento recortado do vídeo temos em primeiro plano a imagem de Uyra com sua máscara de conchas, sementes e palhas comentando os diferentes trajetos que as esculturas já fizeram pela cidade. Entre Uyra e as esculturas, uma grade.

Trata-se de três registros em momentos históricos distintos, mas que tocam diretamente em pensar a posição-sujeito do discurso. Se sujeito, para a análise do discurso é o que resulta de um processo de interpelação, a captura dessas imagens, não se marcam apenas por um recorte do olhar daqueles que as registraram, mas sobretudo daquilo que atravessam os sujeitos na e pela captura simbólica.

Posição-sujeito como rastro e marca das negociações entre inconsciente, linguagem, história e ideologia. Como bem nos lembra Orlandi: “A questão do sujeito e do sentido na linguagem é uma questão que faz intervir a filosofia e as ciências das formações sociais, sendo a questão do simbólico uma questão aberta, uma questão de interpretação” ([2004] 2020, p.29). Mas não qualquer interpretação, trata-se antes de tudo de um gesto de leitura material, ou seja, que considera a materialidade de sujeitos em sentidos. Sujeito enquanto forma-sujeito histórica (capital) e sentidos enquanto forma-material, como bem formulou a autora. Orlandi ressalta ainda que “não há sentido sem interpretação, e a interpretação é um excelente observatório para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos, em um processo em que intervém o imaginário e que se desenvolve em determinadas situações sociais” (Orlandi, 2020, p 152).



Registro fotográfico no Musée D'ORSAY jan. 2025

Escultura: Elmgreen & Dragset, *This Is How We Play Together*, Fig 4, 2023, bronze, lacquer, 57-1/16" x 22-7/16" x 22-1/16" (144.9 cm x 57 cm x 56 cm) © Elmgreen & Dragset



Fotografia de Luciano Andrade ³"Mãe de Pedra": Imagem mostra menino em situação de rua dormindo no colo de uma estátua. Foto foi premiada e virou símbolo da luta pelos direitos das crianças e adolescentes na década de 1990.

Chafariz do Terreiro de Jesus⁴. Centro Histórico. Salvador.BA. anos 70

3 Falecido em 2021. "Luciano atuou como cinegrafista na década de 70 e trabalhou com cinema 35mm. Dedicou-se à fotografia jornalística nos veículos A TARDE, onde foi editor de fotografia (2006/2007) e Tribuna da Bahia, além das principais redações do país: Folha de São Paulo, Isto é, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, Veja, Carta Capital. Recebeu os prêmios fotográficos Abril(1983), Nikon e Esso (ambos em 1985). Em 2009, lançou o banco de imagens Photobahia." Fonte: <https://abi-bahia.org.br/fotojornalismo-baiano-perde-o-talento-de-luciano-andrade/> acesso em 10 abr. 2025

4 Chafariz, inaugurado em dezembro de 1856, parte do primeiro sistema de água encanada do Brasil. As esculturas neoclássicas, em ferro fundido, representam rios que banham a Bahia. Esse modelo de chafariz foi premiado na Exposição Universal de Paris, de 1855. Fonte: <http://www.bahia-turismo.com/salvador/centro-historico/terreiro-jesus.htm> acesso em 10 abr 2025



Imagem da Performance Cidade Selva de Emerson Uyra

Transcrição do áudio: (...) “*você conhece a história do homem primitivo e homem moderno; São esculturas encomendadas pelo governo em 1964 com o golpe militar. Ignorava-se tudo a todo custo. Mais uma vez, parece cobrir a memória em nome de uma identidade nacional, era mais apagamento indígena. Lá estavam as esculturas na praça da Saudade, depois de viajarem muitas vezes: porto, praça... e agora paço municipal. Dizem que o homem pré-histórico, significa a Amazônia primitiva que olha para o seu futuro, o homem moderno. Este homem moderno quando foi colocado segurava um globo que simbolizava a conquista da terra e apontava a conquista do espaço. É engraçado e triste! Mas o globo se perdeu com tantos remanejos da escultura. O globo está se perdendo, enquanto moderno, só se aponta para um futuro que não existe. Mas de fato não anda como o Mundo Originário e Ancestral*” (...)

Tenho sempre insistido, artista e analista produzem gestos materiais de interpretação dos acontecimentos históricos e sociais, o primeiro pelo dispositivo sensível e o segundo pelo dispositivo teórico (Neckel, 2004) e sempre é bom marcar que tais dispositivos são determinados pela ideologia, ou, dito de outro modo, as formações imaginárias e as formações ideológicas é que forjam tais posições-sujeitos do discurso.

Ainda sobre interpretação Michel Pêcheux nos ensina que

A posição de trabalho que aqui evoco em referência à análise de discurso não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos e filiação e das condições de felicidade ou de infelicidade eventuais⁵. Ela supõe somente que, através das descrições regulares e montagens discursivas, se possa detectar momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados (Pêcheux, 2006, p. 57)

É nesta esteira que penso o Discurso Artístico em seu funcionamento de leitura e efeito de leitura das fraturas do social e da luta de classe, gênero e racialidade, atravessadas por tecnologias (cada uma a seu tempo) adensando as estruturas de dominação e, consequentemente produzindo lugares possíveis de resistência, penso que seja disso que nos falam os recortes retomados neste texto.

Ainda com Pêcheux: “todo o processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias” (1997, a., p.85). De quais possíveis (des)arranjo-rearranjo destas formações que tais formulações artísticas parecem tensionar? Do lugar das projeções sensíveis é possível marcar que o processo de identificação do sujeito do discurso em uma formação discursiva que não se dá jamais de forma plena?

Retomando Pêcheux e seu questionamento a respeito se haveria “a possibilidade de uma espécie de pedagogia da ruptura das identificações imaginárias em que o sujeito se encontra, logo a possibilidade de uma interpelação às avessas atuando na prática política do proletariado” (Pêcheux, 1997b., p.298-299), considerando aí o “mecanismo ideológico”, o “apagamento (esquecimento)” e a “memoração teórica”, ou ainda, dito de outro modo, toda prática discursiva é lugar de tensionamento e agitação de filiações sócio-histórica-ideológica.

⁵ Relativo a acontecimentos.

O que o recorte destes três registros me provoca a ler é justamente a não resolução da luta entre o idealismo e o materialismo, os lugares marcados dos saberes do colonizado e do colonizador e a força acachapante do capital e na sua promessa ludibriante de dominar o mundo quando ao final e ao cabo deixa o sujeito de mãos vazias ao mesmo tempo em que provoca o efeito de realidade aumentada de tudo caber.

Abrindo escutas... ou o que chamam de considerações finais

Assim, este trabalho, a partir das formulações de Michel Pêcheux em “Semântica e Discurso”, buscou/busca compreender os gestos artísticos como operadores de fissuras no social e modos de resistência operando sob os efeitos de sentido de um possível “reflorestamento de imaginários”. Gestos teóricos e políticos que, de algum modo, quebram, cortam epistemologias pautadas nas dicotomias e binarismos que não nos permitem avançar. Algo que estava sempre nas posições assumidas por Michel Pêcheux quando insistira que fazer teoria é fazer política. Em suas palavras:

Intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido pelo fogo de um trabalho crítico, que, muito provavelmente, acabará por destruir a cidadela da “Tríplice Aliança” coo tal, embora haja, ao mesmo tempo, a possibilidade de que, por essa via, algo novo venha a nascer – contra o fogo incinerador que só produz fumaça. Essa tomada de partido obriga a discernir as posições no campo de batalha filosófica, precisam urgentemente se abandonadas daquelas posições que, mais do que nunca, é importante ocupar e defender, sob a condição de que sejam ocupadas e defendidas de *um modo diferente*⁶. (Pêcheux, 2006, p. 294)

Isso é deixar marcado que precisamos avançar e saber como realizarmos cortes e abrir-se às escutas teóricas necessárias. E por isso venho propondo abrir-nos à outras formulações que nos fazem acordar para a urgência de pensarmos

de modo diferente, como, por exemplo, quando Geni Nuñez autora indígena nos aponta que: “Um ponto central do pensamento e da luta anticolonial é reconhecer os efeitos nocivos do binarismo, por sem reconhecê-los não há como repará-los. A lógica binária nos impede de compreender a interconexão entre mente e corpo, razão e emoção, natureza e cultura e assim por diante”. (2023, p.118).

Não reconhecer estes saberes que vem de outras epistemologias, ou melhor dizendo, cosmogonias, não seria fazer novamente um idealismo de um jeito parafrástico? Como diria Krenak (2021), monocultura é imposição de uma única visão de mundo, encontrando aquilo que Michel Pêcheux tanto criticou a respeito de um mundo semanticamente normatizado e estabilizado.

A AD Franco-Brasileira em gestos de leituras das materialidades discursivas em sua polissemia, avançou sobremaneira em muitas formulações dos dispositivos teórico-analíticos da imagem, da voz, do silêncio... quanto a este último, me refiro, sobretudo, ao livro de Orlandi Formas do Silêncio que, nas palavras de Maizière, é um livro que dança. Ao citar Eni e Francine não pretendo desviar o foco desta discussão, nem ferir a paternidade da AD, longe disso. O que pretendo é jogar luz igualmente sobre as maternidades da AD e lembrar com Denise Maldidier que a AD é uma “teoria de comunas” e assim dar vazão ao intento de sular o pensamento fazendo da prática teórica também uma prática política como já nos ensinou o Pai.

E, por isso mesmo a emergência de pensar os efeitos dessa forma-sujeito histórica no século XXI em seus tantos atravessamentos de (in)determinações.

Esta é uma questão de luta teórica e luta de classe, gênero e racialidade como tantos de nós, analistas de discurso brasileiros, temos insistido. É preciso corte histórico e epistemológico

6 Grifos do autor

para tentar compreender questões que nos são fundamentais:

Quando o “globo se perdeu” ;

Qual corpo busca o colo dessa mãe de pedra incapaz da proteção; Proteção essa que foi historicamente instituída pelo patriarcalismo como base do estado moderno. Estado que prometeu a ordem, o progresso e a conquista do espaço. Que fez do extermínio do que chama de “homem primitivo”, do sem alma... sua principal ação de dominação.

A escultura de Carpeux já nos dizia de um globo vazado, um globo que se perde facilmente em regimes de dominação.

Os que não estão de mãos vazias, contraditoriamente, são as Ninfas de Bronze, a Mãe de Pedra e o Homem Primitivo, esculturas que marcam, dizem da resistência no campo de luta, dizem do real que se tem nas mãos e a impossibilidade de uma realidade aumentada que carrega apenas sua efemeridade a se desfazer na próxima imagem, que em sua saturação nos deixa de mãos vazias...

São, as ninfas, a criança que dorme e o homem primitivo que sustentam e olham para a equivocidade do seu tempo, tal como “o imbecil e olha do dedo”. É preciso que se olhe o dedo! Atentamente!

“Os procedimentos de montagem e as construções” (Pêcheux, 1999, p. 54) eis o comprometimento com a materialidade discursiva, empreendimento último de nosso empreiteiro.

A empreitada que análise de discurso brasileira se impôs: Construir dispositivos teórico-analíticos para compreender diferentes materialidades significantes (Lagazzi, 2009), diferentes funcionamentos discursivos produzidos nos processos de paráfrase e polissemia (Orlandi, 1983), do lugar da decolonialidade dos

símbolos indígenas (Clemente de Souza 1994). Até chegarmos nos modos de textualização (Gallo, 2001) e na escritoralidade nos espaços enunciativos informatizados pensados por Gallo (2011). Tais formulações científico-políticas é que sustentam a possibilidade desse meu recorte no comprometimento que toda prática teórica é também prática política.

E a prática política de reflorestamento de imaginários e suleamento do conhecimento encontra na análise de discurso materialista franco-brasileira sua condição de possibilidade. Pois, e mais uma vez retomo Pêcheux, quando ele faz duras críticas ao idealismo de nos mostra que não há produção de conhecimento apartada da história da luta de classes.

Referências bibliográficas

GALLO, Solange Leda — “Autoria: questão enunciativa ou discursiva?”, publicado na Revista Linguagem em (Dis)curso, vol. 1, n. 2, jan./jun. de 2001.

GALLO, Solange Leda Da escrita à escritoralidade: um percurso em direção ao autor ONLINE. In: RODRIGUES E.A.; SANTOS, G. L. dos; CASTELO BRANCO, L. K. A. Análise de discurso no Brasil: Pensando o impressado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, Editora RG, 2011.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo na memória. O Discurso na Contemporaneidade: materialidades e fronteiras. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L.; MITTMANN, Solange (org.). São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.

LAGAZZI, Suzy. Paráfrases da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco. In: FLORES, Giovana; GALLO, Solange; LAGAZZI, Suzy; NECKEL, Nádia; PFEIFFER, Cláudia.; ZOPPI-FONTANA,

- Mónica (org.). *Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. Campinas: Pontes, 2015. v. 1. p. 177-189.
- KRENAK, Ailton; CAMPOS, Yussef. *Lugares de origem*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- MALDIDIER, Denise *A inquietação do discurso – (Re)Ler Michel Pêcheux Hoje*. Trad. Eni Orlandi. Campinas. Ed. Pontes, 2003.
- NECKEL, Nádia R. M. *Tessitura e Tecedura: movimentos de compreensão do discurso artístico no audiovisual*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. 239 p.
- NÚÑEZ, Geni. *Descolonizando os afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- ORLANDI Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Orlandi, Eni P. [2004] *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.
- PÊCHEUX, Michel ([1969] *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997 a.
- PÊCHEUX, Michel. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (Trad. Eni Orlandi [et.al] 3ª Edição Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997b.
- PÊCHEUX, Michel. *Leitura e Memória: Projeto de Pesquisa*. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2015 [1980].
- PÊCHEUX, Michel. *Papel da Memória*. In: ARCHARD [ET AL] *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas. Ed. Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. 4ª Ed. Campinas. Ed. Pontes, [1988] 2006.
- SETTIMELLI, Luigi *Futurismo: manifestos y textos*. 1ª ed. Buenos Aires Quadrata, 2007.
- Uyra, Emernon “O homem primitivo e o homem moderno” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GxHTnxu4Oi0&t=234s> acesso em 10 de abril 2025.
- SOUZA, Tânia Conceição Clemente de. *Discurso e oralidade: um estudo em língua indígena*. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. 398p.
- Werá Jecupé, Kaká. *A Terra dos Mil Povos: História Indígena do Brasil contada por um índio*. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2015.

Submissão; novembro de 2025

Aceite: Dezembro de 2025.

QUAIS CORPOS DESEJA A CRÍTICA LITERÁRIA BRASILEIRA? – ANTONIO CANDIDO, ANÁLISE DE DISCURSO E A PERSONAGEM DO ROMANCE

Jacob dos Santos Biziak¹

Resumo: Este trabalho articula Análise de Discurso de Pêcheux (1988) e Orlandi (2012) com estudos literários. Neste caso, trata-se de, a partir de análise discursiva sobre o funcionamento enunciativo (Guimarães, 2018) de “A personagem do romance”, de Antonio Candido (2002), destacar e compreender sequências discursivas sobre como “corpo” e “personagem” comparecem nas reflexões de um ensaio que possui circulação extremamente considerável nos espaços acadêmico-universitários brasileiros e cujos funcionamentos materiais constituem acontecimento na história das ideias dos estudos literários brasileiros. Nesse sentido, pensar quais efeitos funcionam sobre “corpo” e “personagem” no ensaio de Candido é nosso objetivo principal – tomando a corporeidade como uma performatividade (Butler, 2003) que, na luta de classes, não pode ser separada da interpelação (Althusser, 1978, 1996).

Palavras-chave: Antonio Candido. Corpo. Personagem. Análise de discurso materialista. Sujeito.

WHICH BODIES DO BRAZILIAN LITERARY CRITICIANS DESIRES? – ANTONIO CANDIDO, DISCOURSE ANALYSIS AND THE CHARACTER OF THE NOVEL

Abstract: This work articulates discourse analysis by Pêcheux (1988) and Orlandi (2012) with literary studies. In this case, it involves, based on a discursive analysis of the enunciative functioning (Guimarães, 2018) of “The Character in the Novel,” by Antonio Candido (2002), highlighting and understanding discursive sequences about how “body” and “character” appear in the reflections of an essay that has an extremely considerable circulation in Brazilian academic-university spaces and whose material functions constitute an event in the history of ideas in Brazilian literary studies. In this sense, considering what effects operate on “body” and “character” in Candido's essay is our main objective – taking corporeality as a performativity (Butler, 2003) that, in the class struggle, cannot be separated from interpellation (Althusser, 1978, 1996).

Keywords: Antonio Candido. Body. Character. Materialist discourse analysis. Subject.

1 Doutorado em Estudos Literários (UNESP – Araraquara), docente no curso de Letras do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus de Sertãozinho. E-mail: jacob.biziak@ifsp.edu.br

Um corpo humano!
Às vezes, eu olhando o próprio corpo
Estremecia de terror ao vê-lo
Assim na realidade, tão carnal.
Encarnação do mistério, tão próximo
Misteriosidade e transcendente
Apontar-se-(me) em mim do negro e fundo
Mistério do universo.
(Fernando Pessoa)²

Introdução – Quais corpos?

Este trabalho alinha-se a outros (BIZIAK, 2021, 2022), articulando análise de discurso de Pêcheux (1988) e Orlandi (2012) com estudos literários, especialmente a historicidade das ideias sobre literatura em espaços acadêmicos brasileiros. Um dos grandes propósitos é construir um entremeio entre análise literária e de discurso materialista, de maneira a proporcionar atualizações em ambos os campos de produção de leituras e saberes. No caso deste trabalho, trata-se de, a partir de análise discursiva sobre o funcionamento enunciativo (Guimarães, 2018) de “A personagem do romance”, de Antonio Candido (2002), destacar e compreender sequências discursivas sobre como “corpo” e “personagem” comparecem nas reflexões de um ensaio que possui circulação extremamente considerável nos espaços acadêmico-universitários brasileiros e que produz leituras posteriores sobre a instância de personagens na ficção romanesca. Nisso, deve-se incluir a consideração de que, tomando-se a obra de Antonio Candido como um todo, há enunciações e enunciados que movimentam sentidos a respeito da (im)possibilidade de se articular sociedade e literatura, mas de forma a não objetivar a temática das obras, mas sua “forma”. A hipótese é pensar quais funcionamentos materiais são praticados sobre

corpos (d)e personagens em um ensaio que constitui acontecimento na história das ideias dos estudos literários brasileiros³. Nesse sentido, pensar quais efeitos funcionam sobre “corpo” e “personagem” no ensaio de Candido é nosso objetivo principal – tomando a corporeidade como uma performatividade (Butler, 2003) que, na luta de classes, não pode ser separada da interpelação (Althusser, 1978, 1996).⁴

Pode-se dizer que uma das recepções mais declaradas e aceitas, nos cursos e nas práticas de estudos literários brasileiros, da obra de Antonio Candido é sua proposta específica sobre associações entre crítica literária e sociologia. No entanto, vale lembrar que não é possível tomar estas duas práticas institucionais (acadêmicas) de/sobre o saber como homogêneas, estáveis e/ou unitárias. Por isso, no trabalho de leitura dos textos de Candido, urge levar em conta quais concepções epistemológicas sobre literatura e sociedade/sociologia estão sendo mobilizadas e colocadas em funcionamento pela enunciação⁵

3 Para sustentar a proposta de tomar este ensaio como acontecimento (PÊCHEUX, 2006) pela articulação específica mencionada e defendida sobre Antonio Candido entre forma literária e sociedade (ainda que em uma perspectiva idealista-humanista, conforme veremos): tendo em vista as condições de produção do artigo (1963, em espaço acadêmico brasileiro), ele oferecia alternativa que desestabilizava regularizações ora baseadas na exclusividade da abordagem formal, ora na exclusividade da abordagem psicológica ou sociológica. Logo, o ensaio colaborou para que uma nova série de regularidades se tornasse possível na memória sobre/de estudos literários no Brasil. Isso se confirma, também, pela presença repetida tanto em ementas de disciplinas universitárias quanto em lista de leituras obrigatórias de programas de pós-graduação do país.

4 Sobre a articulação teórico-epistemológica entre Butler, Althusser e Pêcheux, ler BIZIAK, Jacob dos Santos; FONTANA, M. G. Z. Alice Yura, TRANSforma: gênero, abjeção, performatividade e performance. Diálogos Pertinentes: Revista Científica de Letras, v. 17, p. 134-159, 2021.

5 Baseando-me em Eduardo Guimarães (2018), compreendo **enunciação** não como a fala de uma pessoa ou indivíduo, mas como acontecimento produzido pelo funcionamento da língua nos **espaços de enunciação**. Estes, por sua vez, são onde os sujeitos falantes da língua são agenciados, politicamente também – eles dizem a par-

2 Fausto - Tragédia Subjectiva. (Texto estabelecido por Teresa Sobral Cunha. Prefácio de Eduardo Lourenço.) Lisboa: Presença, 1988.

dos ensaios e artigos críticos. No nosso caso, importa estabelecer isso não de antemão à leitura, mas por meio da tomada desta pelo método discursivo supracitado. Sendo assim, é tomando a leitura como trabalho na divisão social de sentidos⁶, que busco analisar não quais concepções são mobilizadas, mas como produzem determinados efeitos de sentidos e não outros. Especificamente neste capítulo, proponho-me compreender como efeitos sobre “corpos” são construídos na enunciação de “A personagem do romance” (Candido, 2002).

tir de uma divisão de lugares de enunciação nas cenas enunciativas. A significação, então, não é anterior, mas se produz na enunciação; ou seja, é realizada por um sujeito, posicionado socialmente, com um material específico de linguagem, cujas sequências podem ser reconhecidas/reconhecíveis por outro falante.

- 6 O espaço, como dissemos acima, é concebido como o enquadramento de todos os fenômenos. Nele inscreve-se a relação entre o público e o privado, cuja base mais visível está nessa relação casa/rua. Esta relação faz parte de um sistema, o capitalista, regido pelo jurídico e administrado por um Estado que, como dissemos, organiza os processos de individualização dos sujeitos, simbolizando as relações de poder segundo um sistema de diferenças às quais são atribuídos sentidos diferentes, que são declinados segundo valores: o melhor, o pior, o rico, o pobre, o superior, o inferior, o que tem a existência garantida e o que não deve existir etc. Essas divisões, porque são regidas pelo político, têm uma direção, são hierarquizadas. A sociedade capitalista em seu funcionamento contemporâneo é uma sociedade que vai além da exclusão, ela funciona pela segregação (coloca para fora da sociedade, e, quem está fora, não existe, não é levado em conta). Estes seus valores, por sua vez, são praticados pela sociedade que, enquanto sociedade de um sistema capitalista, é estruturalmente dividida e administrada pelo Estado que se sustenta no aparato e ideologia jurídicos. Assim, tanto as posições sujeito como os sentidos que eles produzem são função dessa divisão. A mesma palavra não significa a mesma coisa para o patrão e para o empregado, para o índio e para o ocidental, para o homem, para a mulher e assim por diante. A linguagem não é, pois, transparente, assim como a história também não o é. Tampouco o sujeito. No entanto, vivemos na ilusão da evidência. Quando produzimos um sentido ele nos parece evidente. Mas não é. Tanto não é que pode significar diferentemente para diferentes posições sujeitos. É deste equívoco que se alimentam as relações sociais. Acreditamos estar produzindo os mesmos sentidos quando dizemos as mesmas palavras (ORLANDI, 2011, p. 696-697)

De saída, então, é fundamental definir como tomo “corpo” neste percurso que ora se inicia. Para isso, compreendo ser necessário um cuidado com algumas pontes teóricas. Sendo assim, vamos a elas. Jacques Lacan (1979, 1985a), em seus dois primeiros seminários, debruça-se especialmente sobre o conceito de imaginário. Isso desenvolve-se na direção de (re)pensar o lugar do “eu” nas práticas psicanalíticas: este não pode ser sustentado como unidade, a não ser como uma imagem precária que precisa ser reiterada e reconhecida por uma instância que garantiria a legitimidade dos sentidos e do desejo para o sujeito que fala, o Outro. No entanto, esta mesma instância, tomada como “garantia dos sentidos” para o/pelo sujeito, o ultrapassa e atravessa, em um movimento dialético sem síntese. Ou seja, o “eu” funciona enquanto uma imagem que não pertence ao sujeito que fala, mas em direção a um O/outro que o convoca a ser e a integrar uma estrutura simbólica na qual os valores funcionam e são produzidos, ainda que o sujeito os tome como “desde sempre lá”. Assim, o sujeito emerge na/pela fala como uma imagem de “eu” necessariamente corporificada e demandada por uma exigência de unidade que não lhe pertence e que está em outro lugar: isso fala lá desde sempre. Em outras palavras, ainda que a percepção do corpo seja fragmentada, despedaçada, há um o/Outro que convoca a ser sujeito imaginariamente inteiro, dotado de um corpo necessariamente erógeno e gendrado.

Estas reflexões iniciais de Lacan, em seu terceiro seminário (1985b), desenvolver-se-ão na relação com o conceito de simbólico. Ingressar no campo das linguagens não é um ato volitivo, mas uma exigência para que haja sujeito na demanda de desejo de um outro (este, por seu turno, prótese do Outro, onipotente garantidor dos sentidos, que comparece em diversas imagens institucionais, como mãe, patrão, professor, líder religioso etc). Se há sujeito, é por uma exigência de uma instância paradoxalmente para além dele e nele, via

assujeitamento. Ao mesmo tempo, isso significa comparecer em/por uma forma material – uma linguagem – que não lhe pertence e cujas supostas regras precisam ser aprendidas. Na (re)produção do sujeito, portanto, há o paradoxo de, por um lado, este ser constitutivamente dividido entre o trabalho de se apresentar como uma unidade que responde às convocações de um outro para “ser” e, por outro lado, sustentar uma imagem de unidade para que o corpo não se despedace diante das demandas de existência que não são dele: existe-se, mas em condições que escapam e que não são conhecidas em sua totalidade. Em outras palavras, sustentar um corpo não é uma intencionalidade, mas um trabalho de responder a exigências de unidade e estabilidade que são impossíveis. Nessa direção, um narrador descrever corpos de personagens é processo não de **apresentar** realidades estáveis e externas à língua, mas de **sustentar** uma demanda por certas formas de realidade que funcionem nos enunciados formulados e colocados em circulação, e não fora deles. Paradoxalmente, o êxito e a falha de seus funcionamentos acontecem como se pudessem ser referidos a algo que lhes está fora e atua sempre de outro lugar, garantindo a referência e a validade.

As propostas de Jacques Lacan estão alinhadas ao que, a meu ver, constitui a maior radicalidade da psicanálise, o inconsciente, o qual não se confunde com o desconhecido, mas como algo (“isso” que existe em outro lugar e, daí, pensa) esquecido por meio do trabalho repressivo simbólico. As posições simbólicas, nas mais diversas instituições, atuam de maneira tal que, para o sujeito emergir, ele precisa acreditar estar identificado a elas (“ser estas posições”): no entanto, isso se dá nas condições demandadas por um aparato simbólico tomado, imaginariamente, como rígido, unitário e estável, garantindo, inclusive, imagens de corpos que devem ser associadas a determinadas posições simbólicas.

O grande salto de Louis Althusser (1996) está em construir uma analogia entre este funcionamento do inconsciente (como se fosse linguagem) e o da ideologia: ambos teriam em comum o trabalho de fazerem os sujeitos existirem como se o fizessem por si próprios.

não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os ‘homens’ ‘se representam’ na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica, e portanto imaginária do mundo real (ALTHUSSER, 1996, p. 154).

Assim, Althusser constrói uma leitura sobre o vir a ser dos sujeitos sem desconsiderar as proposições lacanianas, mas, por outro lado, as considerando como não podendo ser relacionadas a um vir a ser universal dos sujeitos, e sim como trabalho que acontece em condições de produção específicas existentes no aparelho de Estado. Sendo assim, proposições lacanianas sobre sujeito são lidas em relação a bases fundamentais do materialismo histórico marxista, como é o caso da ideologia. O sujeito comparece como demanda alheia a ele – ainda que se tome como imagem de um “eu” – mas em instituições que não existem em outras condições que não sejam as do Estado de Direito Capitalista, e cuja função é a reprodução das relações de produção. Entra em cena a interpelação, pela qual o sujeito é convocado a identificar-se à forma-sujeito capitalista de direitos em suas mais diferentes manifestações:

Sugerimos então que a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos interpelação, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí!” (ALTHUSSER, 1996, p. 96, grifos do autor).

Pode-se compreender a interpelação não como experiência dramática ou cênica de ser chamado por um outro, mas como convocação à identificação (em um processo de subjetivação) sem a qual não há sujeito e que se realiza na luta de classes (re)produzida nos diferentes aparelhos ideológicos, de maneira que estes não existem enquanto neutros, mas como sustentando e antecipando posições possíveis (imaginárias e simbólicas) para que haja (im)possibilidades de/para sujeitos emergirem (a sua materialidade). Soma-se a isso uma outra questão que não pode ser desconsiderada: não há interpelação que não seja processo gendrado e que produza efeitos materiais de corpos. Isso se dá porque os aparelhos ideológicos funcionam a partir de e mantendo posições e funções simbólicas que, pelas relações entre si, produzem, entre outros, efeitos de gêneros, sexualidades e, logo, corpos (desejáveis, abjetos etc). Sendo assim, sustentar um sujeito que fala é considerar que há efeitos de sentidos de/sobre corpos que funcionam pela prática de enunciação e na formulação de enunciados, ainda que não explícita e intencionalmente (na verdade, em nenhum momento se trata disso):

Compreendemos o gênero como uma construção discursiva, efeito de um processo de interpelação complexo e contraditório. Assim, pensamos as identificações de gênero articuladas com outras identificações nos processos de subjetivação, quando vozes/corpos historicamente silenciados ou interditados entram em cena. Pensamos aqui na emergência de discursos nos quais os indivíduos são tomados como alvo de um processo de subjetivação gerando, ao mesmo tempo, um saber e um modo de falar sobre si. Neste sentido, abordamos o debate atual sobre a construção e legitimação social e histórica de “lugares de fala” como uma questão teórica que incide no funcionamento dos processos de constituição do sujeito do discurso. (...) **defendemos a necessidade de se pensar no funcionamento da interpelação ideológica como um processo sempre-jendrado, ou seja, que sofre a sobredeterminação de identificações simbólicas de gênero e sexualidade.** Em termos discursivos, esta compreensão nos leva a discutir teoricamente a complexidade dos processos de identificação que configuram as posições-sujeito no discurso, na sua relação constitutiva com as condições de produção, a memória discursiva, a enunciação e o corpo.

Para a análise de discurso a qual nos filiamos é a figura da interpelação ideológica que nos permite entender os processos de identificação que constituem o sujeito do discurso, a partir de sua inscrição no simbólico e na

história. Processos de identificação que se caracterizam como um movimento contraditório de reconhecimento/desconhecimento do sujeito em relação às determinações do inconsciente e da ideologia que o constituem, materializadas nos processos discursivos (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 64, destaque nosso).

A partir disso, entendo como possível a articulação com Judith Butler (2003), quando esta menciona gênero, sexualidade e corpo como efeitos de uma performatividade. Isso implica que não se trata de realidades pré-existentes ao sujeito, mas que acontecem concomitantemente a este, por meio do imaginário de se estar repetindo modelos e/ou ideais “estáveis”: só há identificação porque algo é tomado como referência que já está valorada e significada em outro lugar, o qual interpela o sujeito em um processo que lhe possibilita identificações via despossessão de si, já que o sujeito não se pertence, mas a um outro perdido, a uma outra cena esquecida (BUTLER, 2015). Logo, a performatividade de corpos acontece inevitável e concomitantemente à emergência de (im) possibilidades de sujeito: dizer que um sujeito vir a ser é possível é sustentar que um efeito de sentido para corpo trabalha mediante condições de produção que, por sua vez, (re)produzem a luta de classes⁷. Por fim, declarar que corpos possuem materialidade não se relaciona com o que pode ser visto concretamente (anatomicamente), mas com o fato de que o olhar não se dá por um reconhecimento neutro de formas, mas que isso (haver e buscar reconhecimento), por si só, já é um trabalho que se dá em condições de (re) produção que não são neutras, mas respondendo a demandas de identificação do Aparelho de Estado tomadas como óbvias mediante a ação da ideologia e do inconsciente.

7 A luta de classes é fato não considerado por Butler em sua leitura de Althusser (BUTLER, 2015). No entanto, compreendo que isso compromete severamente a base epistemológica do materialismo histórico marxista com que o filósofo dialoga. Sobre isso, novamente menciono o trabalho de Jacob dos Santos Biziak e Mônica Zoppi-Fontana como mais detalhado a respeito de tal problemática (2021).

Nesse sentido, na constituição de memórias e de memoráveis (pré-construídos e quebras de regularizações), uma enunciação reconhecida como acadêmica funciona movimentando imagens de sujeitos e corpos que, muitas vezes, trabalham produzindo diferenças e divisões sociais, por exemplo, em relação à enunciação, as quais, comumente, não são reconhecidas (lidas) como acadêmicas, mas como periféricas. Sendo assim, minha pergunta de análise é: em que medida o capítulo de Antonio Candido (2002) sobre personagens do romance faz funcionar sentidos para corpos destas? Além disso, não seria a própria enunciação do artigo tornada possível a partir de uma corporeidade que lhe é tomada como “inerente”? Se esta for deslocada e colocada em outra rede de memória, como os efeitos de sentidos se movimentam histórica e socialmente na compreensão dos corpos em/de personagens romanescos? É por conta destas questões formuladas que a teoria e o método da análise de discurso indicados compõem neste meu escrito: assim, intenciono analisar e compreender construções de famílias parafrásticas na/pela enunciação do texto de Candido (2002), objetivando respostas (ou outras perguntas melhores).

Desejos da/na crítica literária brasileira

Leda Tenório da Motta (2002) lembra-nos que Antonio Candido tem parte considerável do início de suas atividades como crítico literário (década de 40) ligado à revista *Clima*. Esta, por diferença em relação à *Noigrandes*, publica textualidades que privilegiam abordagens sociais diversas sobre artes, estética etc. Ainda assim, conforme, por seu turno, entende Roberto Schwarz (1987), é na década de 70 que Candido, de fato, com a publicação de textos como “Dialética da malandragem” (1993), empreende trabalhos de leitura de literatura não só articulando esta como sistema e forma com estudos sociológicos, mas

também alinhará estes com certa compreensão tida como marxista. No entanto, segundo Luiz Costa Lima também aponta (1992), a obra de Candido – por exemplo, a partir de *Formação da literatura brasileira* – alinha-se a concepções epistemológicas da antropologia. Tendo em vista que este processo de construção da obra de Candido é, em sua maioria, anterior ao maio de 1968 e as rupturas epistemológicas deste, notadamente em relação às compreensões hegelianas da obra de Marx (ALTHUSSER, 2015), acredito ser oportuno analisar em que medida e sob quais bases a relação entre literatura e sociedade é elaborada no que diz respeito a uma proposta de metodologia e tipologia de estudo das personagens do romance. A partir desta questão norteadora, lanço sequências enunciativas escolhidas tendo em vista o método de eleger enunciados decisivos a partir de minha pergunta de pesquisa, procedendo a uma descrição e análise do funcionamento por meio de categorias enunciativas e discursivas (GUIMARÃES, 2018, p. 76).

Sendo assim, vejamos segmento do primeiro parágrafo do ensaio “A personagem do romance”, de Antonio Candido:

É uma **impressão praticamente indissolúvel**: quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nas personagens; quando pensamos nestas, pensamos simultaneamente **na vida que vivem**, nos problemas em que se enredam, **na linha do seu destino** — traçada conforme uma certa duração temporal, referida a **determinadas condições de ambiente**. O enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, **os intuítos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam** (2002, p.53, destaques nossos).

Nesta sequência enunciativa, o termo em sublinhado (“personagens”) aponta, pela articulação construída com os demais, qual é a preocupação do ensaio que se inicia. A partir disso, em negrito, desdobram-se enunciados que se referem ao anterior, “personagens”: “impressão (...) indissolúvel”, “vida que vivem”, “linha

de seu destino”. Estas associações permitem sustentar uma visada sobre a personagem não só como fundamental ao enredo, mas como aproximada a efeitos de sentidos sobre indivíduos dotados de vida e destino, humanizados. Em seguida, personagem e enredo são tomados como fundamentais para “expressar” “valores”, “visão da vida” em “determinadas condições de ambiente”. Tais articulações enunciativas⁸, e na ordem em que são feitas, permitem compreender uma aproximação defendida e argumentada pela enunciação do ensaio, logo de início, entre personagem e indivíduos, a ponto de mencionar uma indissociabilidade entre eles, logo entre o interior e o exterior ao romance. Ou seja, os enunciados estão formulados segundo uma integração construída que posiciona uma relação sobre romance e vida: um “exprime” o outro. Assim, compreendo que a enunciação ocorre em um espaço enunciativo (ou seja, posicionada de maneira específica) sobre, parafrasticamente, literatura e sociedade. No entanto, esta comparece, enquanto efeito, associada a enunciados como “destino”. Cabe, portanto, continuarmos apontando segmentos para compreender como isso continua a ser sustentado.

Por exemplo, a seguir, destaco dois outros

8 São as articulações/integrações entre enunciados e partes integrantes destes que permitem o funcionamento dos efeitos de sentidos por meio do processamento de enunciações (GUIMARÃES, 2018, p. 113). Portanto, os sentidos não existem nem soltos e nem anteriormente/independentemente ao texto, mas somente nas articulações dos enunciados (como o ensaio de Candido sugere, ao enunciar uma associação entre personagem e um suposto mundo externo à obra, marcando uma divisão binária interno/externo que, paradoxalmente, comparece como batente misturada). Nessa perspectiva, a compreensão não se pode dar por palavras, mas na materialidade em que estas comparecem integradas a outras, constituindo enunciados; ou seja, agenciadas por uma enunciação posicionada na divisão social do real. No caso deste nosso trabalho, pensamos esta divisão social do real que não pode ser dissociado da luta de classes nas relações de (re) produção entre superestrutura (na qual, se inclui o aparelho de estado universitário e escolar, por exemplo) e a infraestrutura.

segmentos enunciativos que comparecem logo depois do anterior:

Portanto, os três elementos centrais dum desenvolvimento novelístico (o enredo e a personagem, que representam a sua matéria; as “ideias”, **que representam o seu significado**, — e que são no conjunto elaborados pela técnica), estes três elementos só existem intimamente ligados, inseparáveis, nos romances bens realizados (2002, p.54, destaques nossos).

Quando abordamos **o conhecimento direto das pessoas**, um dos dados fundamentais do problema é o contraste entre **a continuidade relativa da percepção física** (em que fundamos o nosso conhecimento) e **a descontinuidade da percepção**, digamos, espiritual, que parece frequentemente romper a unidade antes apreendida. No ser uno que a vista ou o contato nos apresenta, **a convivência espiritual** mostra uma variedade de modos-de-ser, de **qualidades por vezes contraditórias** (2002, p.55, destaques nossos).

Nestes, a associação entre personagem de romance e “pessoas” é repetida e, portanto, confirmada. Mais que isso, “personagem” e “pessoas” são tomadas como equivalentes em uma perspectiva marcada pela “percepção” e “convivência espiritual” e na qual “ideias (...) representam (...) significado”. Logo, “representação” é tomada em uma relação direta, podemos dizer até “transparente”, entre “vida” e “obra”, “personagem” e “espírito”, “corpo” e “percepção física”. Por meio dessas associações elaboradas pela enunciação, a concepção de sujeito confunde-se com a de pessoa, indivíduo e até espírito (bem ao gosto humanista-hegeliano).

Temos dois processos acontecendo: articulação (integração) e reescrituração (GUIMARÃES, 2018, p. 94). Os enunciados, posicionados socialmente por meio da atividade da enunciação (locutor-x, segundo a proposta de Eduardo Guimarães, na obra aqui referenciada), colocam palavras no lugar de outras palavras como se elas pudessem ser articuladas “naturalmente” entre si e, também, substituídas entre si, como se pudessem dizer uma mesma realidade à espera de “representação”, no caso, verbal. Por meio desta análise, balizo-me a afirmar que, em “A personagem do romance” (2002), “personagem” é tomada como “representação” de/para “pessoa”. Esta, por sua vez, é tomada como “percepção

física” e “convivência espiritual”; logo, corpo e espírito comparecem associados e diferenciados pela enunciação.

A primeira ideia que nos vem, quando refletimos sobre isso, é a de que tal fato ocorre porque não somos capazes de abranger a personalidade do outro com a mesma unidade com que somos capazes de abranger a sua configuração externa. E concluímos, talvez, que esta diferença é devida a uma diferença de natureza dos próprios objetos da nossa percepção. De fato, — pensamos — **o primeiro tipo de conhecimento se dirige a um domínio finito, que coincide com a superfície do corpo; enquanto o segundo tipo se dirige a um domínio infinito, pois a sua natureza é oculta à exploração de qualquer sentido e não pode, em consequência, ser aprendida numa integridade que essencialmente não possui.** Daí concluímos que a noção **a respeito de um ser, elaborada por outro ser, é sempre incompleta, em relação à percepção física inicial. E que o conhecimento dos seres é fragmentário** (2002, p.55, destaques nossos).

Aqui, “o conhecimento dos seres é fragmentado”. Isso é defendido opondo-se “corpo” (reescriturado enquanto “percepção física” e “superfície”, “domínio finito”) e “personalidade” (enunciado reescriturado por outros: “domínio infinito”, “oculta”). Além disso, a partir da oposição levantada, anteriormente, entre “corpo” e “espírito”, compreendo que, aqui, este comparece como reescriturado por “personalidade”, de forma que esta, seria, além de tudo, marcada pelo enunciado “oculta”. Assim, sustenta-se e confirma-se o binarismo fundador para a concepção de personagem no ensaio: corpo (superfície)/espírito (agora, também, personalidade); de forma que aquele pode ser “domínio finito”, este, “infinito”. Mais que isso, é a “natureza” da “personalidade” que fundamenta a enunciação para defender que “o conhecimento dos seres é fragmentário”. Percebe-se, então, que “seres” (“representados” por “personagens” no romance) são fragmentários não por causa do corpo (o qual se confunde com uma superfície corporal), mas da personalidade e do espírito, os quais não podem ser conhecidos por inteiro, já que não há acesso direto a eles como, segundo as articulações da enunciação, há ao corpo/superfície. Novamente,

acredito confirmar-se uma base epistemológica humanista, até metafísica, sustentando a argumentação empreendida pela enunciação do ensaio. Desconsidera-se o funcionamento, até agora, das formações sociais e de outros elementos caros ao marxismo (ao qual Candido já foi associado, como lembrei anteriormente neste trabalho), como ideologia. Entendo que, sim, há um processo argumentativo da enunciação que está construindo uma associação entre forma romanesca e o “mundo exterior” como método nos/dos estudos literários brasileiros. No entanto, “mundo exterior” é reescriturado, até agora, a partir de fundamentos humanistas e não materialistas. Isso estende-se à compreensão de/para “corpo”.

A força das grandes personagens vem do fato de que o sentimento que temos da sua complexidade é máximo; mas isso, devido à unidade, **à simplificação estrutural que o romancista lhe deu.** Graças aos recursos de caracterização (isto é, os elementos que o romancista utiliza para descrever e definir a personagem, de maneira a que ela possa dar a **impressão de vida, configurando-se ante o leitor**), **graças a tais recursos, o romancista é capaz de dar a impressão de um ser ilimitado, contraditório, infinito na sua riqueza;** mas nós apreendemos, sobrevoamos essa riqueza, **temos a personagem como um todo coeso ante a nossa imaginação.** Portanto, **a compreensão que nos vem do romance, sendo estabelecida de uma vez por todas, é muito mais precisa do que a que nos vem da existência.** Daí podermos dizer que **a personagem é mais lógica, embora não mais simples, do que o ser vivo** (2002, p.59, destaques nossos).

Nas sequências enunciativas destacadas na citação acima, personagem e “ser vivo” (reescritura de/para “existência”) são articulados de forma, agora, a se defender diferenciação entre ambos. “Personagem”, “configurando-se ante ao leitor”, compareceria como mais “ilimitado”, “infinito”, “coeso” e “precisa” do que a “impressão” “que nos vem da existência”. Por deslocamento metonímico proporcionado pelas articulações dos/entre os enunciados, do “ser” (“fragmentário” em sua “natureza” de “personalidade”) passa-se à “existência”, de forma que esta é sustentada enquanto

comparecendo por “impressão” menos “precisa” do que a que se manifestaria “diante do leitor”. A argumentação torna-se frágil à medida em que não desenvolve como se daria o processo de algo vir a se “configurar” (enunciado e verbo derivado de “figura(r)”, metaforizando efeitos como “imagem”/“impressão” enquanto “superfície”, já que os enunciados anteriores permitem tal associação). Por conta disso, cria-se um efeito de relação como que transparente, mesmo direta, do leitor com a personagem, desconsiderando o trabalho social e material da leitura. Resultaria desta ausência de sustentação a conclusão de que a personagem seria mais “lógica” que o “ser vivo”? Compreendo que sim. Além disso, a articulação entre “corpo” e “personagem” persevera sendo reescriturada como limitada à superfície (efeito corroborado pela associação com verbos como “configurar”) enquanto “caracterização”. Logo, entendo que “ver” e “ler” são tomados enquanto atividade direta de contato com uma realidade tomada como estável, a personagem. Nesse sentido, impossibilitam-se questionamentos sobre corpo e gênero, por exemplo, que não estejam relacionados ao anatômico, ao que pode ser visto em sua inteireza imaginária, a qual é demandada por uma instância que escapa não só ao autor, mas ao leitor e à própria imagem em sua captura simbólica (LAGAZZI, 2021). Até o momento, então, o ensaio de Candido não permite uma abordagem do corpo de personagens enquanto materialidades que escapam ao olhar, já que não é óbvia ou evidente. No trabalho de leitura de um corpo no romance, por exemplo, segundo nossa defesa inicial, comparecem questões inclusive sobre a quem pertenceria tal corporeidade: ao leitor, ao autor, à personagem ou a um movimento entre estes, intervalar, que aponta para um outro lugar onde tudo começa, mas sem origens determináveis.

A enunciação acontece, por um lado, defendendo que nem só o formal e nem somente o externo (social, antropológico) são suficientes

ao estudo da personagem, mas uma articulação entre ambos. Há tal desestabilização em relação à memória sobre estudos literários na academia brasileira (até então, com ênfases excludentes e não conciliatórias entre forma e sociedade). Porém, por limitar corpo à superfície, por exemplo, há dificuldade em avançar em questões como a problematização do trabalho de divisão de sentidos no social e, assim, de leitura. Segundo a enunciação (funcionando em sucessivas articulações e reescrituras), fica o efeito de que “superfície” (corporal) pode ser “uma unidade”, independentemente da leitura em suas diversas possibilidades e condições de produção. Além disso, repetem-se, sintomaticamente, separações binárias entre interno/externo, corpo/espírito (personalidade), limitado/ilimitado, lógico/ilógico, personagem/vida (existência). Estes pares (tomados como se fossem oposições pela enunciação) permitem compreender que o ensaio sequestra o corpo para a ordem do estabilizado, visível, unitário e, mais que isso, aquilo que pode induzir o leitor a uma interpretação “mais lógica, embora não mais simples, do que o ser vivo” é. Vejamos como isso configura sintoma que sustenta (social, histórica e ideologicamente) a posição enunciativa:

Quando se teve noção mais clara do mistério dos seres, acima referido, renunciou-se ao mesmo tempo, em psicologia literária, a uma geografia precisa dos caracteres; e vários escritores tentaram, justamente, conferir às suas personagens uma natureza aberta, sem limites. Mas volta sempre o conceito enunciado há pouco: essa natureza é uma estrutura limitada, obtida não pela admissão caótica dum sem-número de elementos, mas pela **escolha** de alguns elementos, **organizados** segundo uma **certa lógica de composição**, que cria a **ilusão do ilimitado**. Assim, numa pequena tela, o pintor pode comunicar o sentimento dum espaço sem barreiras (2002, p.64, destaques nossos).

Neste ponto tocamos numa das **funções capitais da ficção**, que é a de nos dar **um conhecimento mais completo, mais coerente do que o conhecimento decepcionante e fragmentário que temos dos seres**. Mais ainda: de **poder comunicar-nos este conhecimento**. De fato, dada a circunstância de ser o criador da realidade que apresenta, o romancista, como o artista em geral, domina-a, delimita-a, mostra-a de modo coerente, e nos comunica esta realidade como **um tipo de conhecimento que, em consequência, é muito mais coeso e completo (portanto mais satisfatório) do que o conhecimento fragmentário ou a falta de**

No segundo trecho, atento à articulação construída entre “um conhecimento mais completo, mais coerente” e “funções capitais da ficção”. De início, o enunciado “ficção” é tomado parafrasticamente para “romance”, o que só pode ser feito a partir de uma desconsideração da historicidade de sentidos para ficção, de forma a não se confundir esta enquanto sinônimo para romance (GALLAGHER, 2009). Em seguida, justamente por efetuar uma separação (possibilitada discursivamente pelo movimento dos sentidos na memória e na história) entre corpo e existência/personalidade, a enunciação argumenta que uma das “funções capitais” do romance/da ficção é “dar” “conhecimento mais completo, (...) coerente” do que o “decepcionamente e fragmentário que temos dos seres”, já que estes possuiriam, por “natureza” (e retroagindo nas articulações enunciativas, algumas delas citadas e analisadas aqui) algo que não se oferece todo, o “espírito”; enquanto o corpo, sim. Logo, há no romance e na personagem um “conhecimento real” que não haveria sem “atormento” “nas relações com as pessoas”. A relação entre corpo e personagem poderia ser caracterizada, então, mais diretamente do que a entre personalidade e personagem, ainda que o romance permita uma “organização” que não haveria na “vida”/“existência”. Além de tudo, a “composição” do romance pode “comunicar” uma “coerência” e uma “completude” que não é possível na vida.

Por meio dessas articulações, é possível compreender a posição enunciativa: politicamente, ela parece tomar uma perspectiva sobre língua (enquanto comunicação e “configuração ante o leitor”), mas também sobre literatura (afinal, os romances, generalizadamente, “comunicam coerências”). Justamente, aqui, ratifico a epistemologia

humanista da argumentação sobre a prática social da literatura e da língua. Ela não dá conta do romance (enquanto unidade de composição), e nem poderia, ainda que o enunciador lance uso de elementos linguísticos (repetições como verbos no presente do indicativo; pessoas do discurso manipuladas para não se associarem à primeira pessoa do singular, mas a algo mais universal, oral sustentado no “ele”, ora no “nós”, ora no sujeito indeterminado) que produzem efeitos de afastamento em relação ao leitor, de abordagem direta de uma realidade; ou seja, escolhas para processar, criar, fazer funcionar uma cena enunciativa acadêmica, de pesquisa universitária do/no Brasil e na língua falada nele.

Estabelecidas as características da personagem fictícia, surge um problema que Forster reconhece e aborda de maneira difusa, sem formulação clara, e é o seguinte: a personagem deve dar a impressão de que vive, de que é como um ser vivo. Para tanto, **deve lembrar um ser vivo**, isto é, **manter certas relações com a realidade do mundo**, participando de um universo de ação e de sensibilidade que se possa equiparar ao que conhecemos na vida. Poderia então a personagem ser transplantada da realidade, para que o autor atingisse este alvo? Por outras palavras, pode-se copiar no romance um ser vivo e, assim, aproveitar integralmente a sua realidade? Não, em sentido absoluto. Primeiro, porque é impossível, como vimos, captar a totalidade do modo de ser duma pessoa, ou sequer conhece-la; segundo, porque neste caso se dispensaria a criação artística; terceiro, porque, mesmo se fosse possível, **uma cópia dessas não permitiria aquele conhecimento específico, diferente e mais completo**, que é a razão de ser, a justificativa e o encanto da ficção (2002, p.64-65, itálico do autor, demais destaques nossos).

Novamente (sintomaticamente), o personagem é tomado como elemento da composição romanesca que deve representar “um ser vivo” em “certas relações com a realidade do mundo”. O uso de “certas” já estabelece uma circunscrição de possibilidades, abrindo-se à polissemia e ao equívoco: corretas; determinadas; somente algumas; específicas. Vou além: sugere-se que somente algumas relações levam ao que o enunciador defende como “aquele conhecimento específico, diferente e mais completo, que

é a razão de ser, a justificativa e o encanto da ficção”. Novamente, a personagem do romance é tomada como mais coerente do que seres vivos: tal coerência e “lógica” são sustentadas, entre outros posicionamentos, pela materialidade com que “corpo” é tomado, “superfície”. No entanto, há um processo histórico e ideológico de um corpo vir a ser tomado como superfície e não como fragmentado, assim como a enunciação defende significar “espírito” e “existência”. Definitivamente, há um pensamento sintomal, indiciário, que segrega corpo e espírito/existência, o que é possibilitado por regularidades que não são “da realidade”, mas de formações discursivas⁹ que (im)possibilitam o dizer da enunciação.

No fragmento a seguir, os enunciados destacados em negrito reescreveram as articulações analisadas por mim no parágrafo anterior:

Por isso, **quando toma um modelo na realidade, o autor sempre acrescenta a ele, no plano psicológico, a sua incógnita pessoal, graças à qual procura revelar a incógnita da pessoa copiada.** Noutras palavras, o autor é obrigado a construir uma explicação que não corresponde ao mistério da pessoa viva, mas que é **uma interpretação deste mistério;** interpretação que elabora com a **sua capacidade de clarividência e com a onisciência do criador, soberanamente exercida** (2002, p. 65, *italico do autor, demais destaques nossos*).

Acrescenta-se à análise deste trecho que os últimos enunciados destacados por negrito e sublinhado parafraseiam “autor”, localizando socialmente como a enunciação se posiciona em relação a este conceito. Atente-se ainda a como ela acontece tomando “autor” como evidência de “sua capacidade de clarividência” e “onisciência do criador, soberanamente exercida”. Logo, não se toma autoria como função enunciativa que trabalha produzindo efeitos de unidade

(na textualidade) a partir da heterogeneidade (discursiva) (ORLANDI, 2012, p. 82). Mais uma vez, o caráter material é ignorado a partir do reconhecimento de uma perspectiva humanista, inclusive associando “autor” e “ser vivo”. Inclusive, é tomando autoria como trabalho e processo que não podemos a compreender destacada das relações de produção reproduzidas nas formações sociais em condições específicas.

O ensaio constitui prática de autoria enquanto função que produz efeito de unidade que permita ao texto um reconhecimento enquanto acadêmico, científico. Isso inclui uma identificação ao que aparelhos do Estado (como a universidade, agências de fomento etc) interpelam como “científico”. Assim, o trabalho de autoria do ensaio elabora e repete uma concepção de corpo enquanto superfície, mas não sob qualquer relação com o Estado, mas assujeitado, forçado a se relacionar com este para existir (no caso, não comparecendo uma perspectiva para corpo além do visível, perceptível por meio do contato imagético com a superfície). A análise discursiva, até o momento, compreende autor e autoria como onde há maior apagamento do sujeito e maior injunção ao dizer institucionalizado e padronizado (ORLANDI, 2012, p. 104).

No ensaio, ainda encontramos sequências em que afirmam-se/defendem-se “uma realidade matriz”/“a realidade básica” e “origem das personagens”. Mas, novamente, isso é realizado sem nenhuma consideração da materialidade das condições de produção de um romance, mantendo o trabalho de autoria do texto de *Candido*. Reforço, então, que a questão não é com qual “realidade” a do romance se relaciona, mas que desconsidera o papel do sujeito nesse procedimento discursivo, seja como função autor ou leitor na interpretação e compreensão de personagens e seus corpos:

9 “Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc)” (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Neste caso, deveríamos reconhecer que, de maneira geral, só há um tipo eficaz de personagem, a inventada; mas que esta invenção mantém vínculos necessários com **uma realidade matriz**, seja a realidade individual do romancista, seja a do mundo que o cerca; e que a **realidade básica** pode aparecer mais ou menos elaborada, transformada, modificada, segundo a concepção do escritor, a sua tendência estética, as suas possibilidades criadoras (2002, p. 69, destaques nossos).

E é justamente esta circunstância que nos leva a constatar que o problema (que estamos debatendo) **da origem das personagens é interessante para o estudo da técnica de caracterização, e para o estudo da relação entre criação e realidade**, isto é, para a própria natureza da ficção; **mas é secundário para a solução do problema fundamental da crítica, ou seja, a interpretação e a análise valorativa de cada romance concreto** (2002, p.70, destaques nossos).

Esta observação nos faz passar ao aspecto porventura decisivo do problema: o da coerência interna. De fato, afirmar que a **natureza da personagem depende da concepção e das intenções do autor**, é sugerir que a observação da realidade só comunica **o sentimento da verdade**, no romance, quando todos os elementos deste estão ajustados entre si de maneira adequada. Poderíamos, então, dizer que **a verdade da personagem** não depende apenas, nem sobretudo, da relação de origem com a vida, com modelos propostos pela observação, interior ou exterior, direta ou indireta, presente ou passada. Depende, antes do mais, **da função que exerce na estrutura do romance**, de modo a concluirmos que é mais um problema de organização interna que de equivalência à realidade exterior (2002, p.75, destaques nossos).

Ao final deste último trecho, reafirma-se a posição de que o estudo literário deve priorizar a “organização interna” do romance e não sua “equivalência à realidade exterior”. No entanto, isso é fragilizado à medida em que não sustenta, antes, o que é essa realidade exterior, comparecendo discursiva e contraditoriamente, uma outra concepção para o trabalho de autoria de um romance e de composição de personagens nele: interno e externo permanecem segmentados um em relação ao outro, ao mesmo tempo em que são insistentemente associados (ora pela comparação, ora pela diferenciação). Como da “criação”, afinal, se chega à “realidade”; de qual “realidade” afinal se trata (do romance, da vida, dos seres, das personagens, de todos)? Isso é argumentado pela enunciação, enfim, sem tomar a questão do sujeito como fundamental para a produção de sentidos e de corpos (já que estes não são anteriores ao sujeito, muito menos

superfícies prontas e/ou unidades estáveis a serem tomadas por intenções do autor).

Cada traço adquire sentido em função de outro, de tal modo que a verossimilhança, o sentimento da realidade, depende, sob este aspecto, da **unificação do fragmentário pela organização do contexto**. Esta organização é o elemento decisivo da verdade dos seres fictícios, o princípio que lhes infunde vida, calor e os faz parecer mais coesos, mais apreensíveis e atuantes do que os próprios seres vivos (2002, p.79-80, destaques nossos).

Por fim, neste último recorte, enuncia-se que o romance organiza cada “traço” (incluindo personagens), unificando o fragmentário. Disso depende a verossimilhança, a qual é reescriturada como “o sentimento da realidade”; logo, uma perspectiva humanista sobre a realidade entre forma da obra literária (no caso, o romance, notadamente sua personagem) e exterioridade.

Dar o que não se tem, um final

Por alguns anos, acreditei haver um silenciamento a respeito do corpo na abordagem de “A personagem do romance” (CANDIDO, 2012), na direção de que isso parecia, a mim, deslocar para a exclusão da questão no texto de Candido. Nesta oportunidade, podendo retornar ao trabalho de leitura, vejo que não: há corpo ali, da personagem e do enunciador. Isso quer dizer que o trabalho da enunciação, por meio da análise de enunciados colocados em relação de articulação e reescrituração, sofre a interpelação ideológica no processo de identificação a posições-sujeito e sofre a sobredeterminação de identificações a uma corporeidade. Logo, os efeitos para/de corpo na/da personagem do romance, no texto de Candido (2022), são consequência da identificação da enunciação deste (em toda a sua complexidade) a uma posição-sujeito (que não existe sem uma inscrição simbólica sobre/de

corpo, gênero, sexualidade, etnia etc.). Quero afirmar, com isso, que há uma história das ideias dos estudos literários no Brasil enquanto busca por reconhecimento como saber acadêmico, universitário. Para isso, é necessário funcionar em um espaço de enunciação (acadêmico-científico) para produzir cenas enunciativas (como as do ensaio) em que o dizer seja possibilitado: processo esse, portanto, de assujeitamento ao Estado (nas suas instituições) e suas possibilidades de identificação à forma-sujeito. Assim, praticar direitos de reconhecimento enquanto saber acadêmico e/ou universitário e/ou científico significa ser interpelado, convocado a determinadas possibilidades de identificações.

Na historicidade da constituição de um dizer no espaço acadêmico-universitário brasileiro, as inscrições simbólicas de reconhecimento e desconhecimento são marcadas por lugares de enunciação específicos (e que demandam efeito de unidade para o sujeito que diz) de gênero (com hegemonia masculina), sexualidade (com hegemonia hetero), etnia (com hegemonia branca). Ou seja, pensar em sujeitos acadêmicos e cientistas inclui ser agenciado, de algumas e diversas formas, por tais lugares sociais de dizer (ZOPPI-FONTANA, 1999; GUIMARÃES, 2018): não há indivíduo falante no texto, mas enunciador agenciado. Isso foi comparecendo nas análises; de forma que, mesmo uma tentativa de construção de uma enunciação crítica, que tente uma prática de contraidentificação, precisa necessariamente ser efeito de um processo de subjetivação e de interpelação ideológica atravessada pela forma-sujeito capitalista de direitos, já que é no (e mesmo contra o) Estado que tais dizeres deverão funcionar.

Com tudo isso, não é minha demanda desconsiderar o ensaio de Candido (2012), de maneira alguma. O objetivo central – a partir de minha pergunta de análise – é reconhecer processos de constituição da enunciação no

texto para, a partir disso, tentar possibilitar outras desestabilizações sobre o lugar do corpo da personagem nos estudos literários. Sendo assim, nas condições de produção em que Antonio Candido produziu “A personagem do romance”, a proposta era fundamentar uma perspectiva de estudo literário que colocasse em diálogo produtivo e não excludente teorias sobre forma e sobre sociedade: isso é fundamental no trabalho de leitura da obra de Candido como um todo. No entanto, ainda que alguns defendam uma aproximação do autor com proposições marxistas, entendo que isso é muito problemático, já que percebo o funcionamento de uma epistemologia humanista, acentuadamente hegeliana ainda, que possibilita a enunciação do ensaio articular enunciados e estabelecer famílias parafrásticas entre eles; ou seja, inscrever simbolicamente, fazendo funcionar determinados efeitos sobre literatura, língua e, conseqüentemente, corpo, e não outros. Temos, aí, a divisão social dos sentidos, o político.

Louis Althusser (2015) pontua que o jovem Marx tem seus escritos ainda sob muitos efeitos da prática filosófica, teórica e histórica hegeliana. Aqui, a influência da ideia de “espírito” como inerente ao humano é marcadamente idealista-humanista. Isso será alterado quando se consolidar a dialética materialista, o que acarretará deslocamento de sentidos em diversos conceitos, como o de ideologia. Assim, a sociedade não é um processo evolutivo conforme a capacidade racional se desenvolve; mas um efeito das lutas de classes para que as relações de produção se mantenham e sejam reproduzidas. É importante lembrar isso porque o texto de Candido, se de alguma parece alinhado a Marx, seria a este de um primeiro momento, “jovem”; e não à leitura althusseriana sobre o desenvolvimento da epistemologia marxista enquanto materialismo histórico. Mais que isso: ainda que o ensaio, em suas condições específicas de produção,

sobre a personagem no/do romance perturbe as regularidades de enunciação da/na crítica literária brasileira, são (re)produzidos sentidos sobre corpo que mantêm certas posições sociais estabilizadas. É o que ocorre quando se toma “corpo” como possível de ser reescrito como “superfície”, “percepção física”. Tal compreensão permanece repetindo-se, como sintoma que é da materialização da ideologia e do inconsciente, por exemplo, quando, na educação básica, ensina-se a diferença entre descrição física e psicológica no trabalho de leitura e produção de narrativas. Como vemos, tal ênfase em tal separação pode não ser (perigosamente) didática exclusivamente, mas reprodutora de relações de produção em que “corpo e personalidade” funcionam como se pudessem parafrasear “externo e interno”, “limitado e ilimitado”, “físico e psicológico” e assim por diante. Aliás, da posição epistemológica, teórica e política de onde falo, estranho pensar em um corpo que não seja “psicológico” e que possa ser tomado somente como exterioridade ou superfície física.

Sendo assim, em “A personagem do romance” (CANDIDO, 2012), há movimentos contraditórios de identificação, resultados do processo de subjetivação para que haja enunciação, cuja materialidade se lê e compreende nas escolhas linguísticas que fazem operar o simbólico e o imaginário. Desconsiderar isso ou não ser capaz de se levar em conta implica reproduzir posições sociais já estabilizadas na memória e na luta de classes sobre corpos, existências e literaturas. Na historicidade de trabalhar os estudos literários como científicos, dizemos agenciados, o que quer que seja, por lugares de enunciação que estão inscritos em instituições do Estado. De forma que, para criticar e, de alguma maneira, superar, é necessário primeiramente estar sob alguma identificação a tais posições-sujeito. É importante reconhecermos esse processo de funcionamento para que nos apropriemos do ensaio de Antonio Candido capazes de (re)

considerar em que medida, de fato, conseguimos (re)significar lugares de enunciação. No real do discurso, talvez seja esse o desejo que insiste em não se realizar para que os estudos literários acadêmicos se mantenham (im)possíveis.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. Resposta a John Lewis. Posições 1. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In: ŽIŽEK, S. (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. Por Marx. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

BIZIAK, Jacob dos Santos. O trabalho de leitura de literatura na educação básica brasileira: interpretação e compreensão entre o jurídico, o econômico e o político. Cadernos De Estudos Linguísticos, v. 66, p. 1-16, 2022.

_____. QUAL O LUGAR PARA AS IDEIAS? ROBERTO SCHWARZ VIA LOUIS

ALTHUSSER, UM GESTO DE LEITURA. In: Giovanna Benedetto Flores, Solange Maria Leda Gallo, Nádia Régia Maffi Neckel, Andréia S. Daltoé, Juliana da Silveira, Solange Mittmann, Suzy Lagazzi, Claudia Pfeiffer e Mônica Zoppi-Fontana. (Org.). Discurso, Cultura e Mídia: pesquisas em rede - Volume 4. 1ed. Campinas: Pontes, 2021, v. 4, p. 279-299.

_____; FONTANA, M. G. Z. Alice Yura, TRANSforma: gênero, abjeção, performatividade e performance. Diálogos Pertinentes: Revista Científica de Letras, v. 17, p. 134-159, 2021.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero:

feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: _____ et al. A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 51-80.

_____. Dialética da malandragem. In: _____. O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 19-54.

_____. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880). Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007b.

GALLAGHER, Catherine. Ficção. In: MORETTI, Franco (Org.). O Romance 1: a cultura do romance. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica: enunciação e sentido. Campinas: Pontes, 2018.

LACAN, J. O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1979.

_____. O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985a.

_____. O seminário, livro 3: As psicoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985b.

LAGAZZI, Suzy. A imagem em sua potência de captura simbólica. Fórum Linguístico, v. 18, n. especial, p. 5890-5902, 2021.

LIMA, Luiz Costa. Concepção de história literária na “Formação”. In: D’INCAO, Maria Angela; SCARABÔTOLO, Eloísa Faria (Org.). Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido. São Paulo: Companhia das Letras; Instituto Moreira Salles, 1992, p. 153-

169.

MOTTA, Leda Tenório da. Sobre a crítica literária brasileira do último meio século. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e Leitura. Cortez: São Paulo, 2012.

_____. A casa e a rua: uma relação político-social. Educação e Realidade, v. 36, p. 693-703, 2011.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: UNICAMP, 1988.

_____. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006, p. 17.

SCHWARZ, Roberto. A originalidade da crítica de Antonio Candido. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 32, p. 31-46, mar. 1992.

_____. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: _____. Que horas são? São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 129-155.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Lugares de enunciação e discurso. Leitura, [S. l.], v. 1, n. 23, p. 15-24, 2019.

_____. “Lugar de fala”: Enunciação, Subjetivação, Resistência. Conexão Letras - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 12, n. 18, p. 68-71, 2017.

Submissão: novembro de 2025

Aceite: Dezembro de 2025

NO ESPAÇO DE MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS (EX-ESMA): O MUSEU DA DITADURA ARGENTINA

Maria Cleci Venturini¹

Verli Petri²

Resumo: Mobilizamos, neste artigo, as duas teses propostas por Pêcheux ([1975], 1997), quais sejam: a) o sentido não existe em si mesmo de forma literal e b) a dissimulação das FD's se dá pelo efeito de transparência da linguagem, em sua submissão ao 'todo complexo com dominante' e pelo funcionamento da memória. Tomamos como arquivo "O Espaço de Memória e Direitos humanos (EX-ESMA) e como recorte, dentro desse arquivo "O Sítio Museu – ESMA. Buscamos responder as seguintes questões: 1) Como em um espaço de formação de oficiais se desenvolveram práticas de detenção, tortura e extermínio?; 2) Como o Museu é discursivizado, instaurando efeitos de sentido do sem-sentido em visitantes, sustentando-se como espaço do indizível, do impossível de dizer? Tudo indica que a memória que ressoa em (dis)curso nesse Museu Sítio de Memória ESMA encontra ancoragem na história, que compõe a narratividade de visitas guiadas, ressoando o período ditatorial, entretanto o Museu que funciona dentro desse espaço não é nomeado/ designado de Museu da Ditadura, produzindo efeitos pelo que se diz e pelo que não se diz.

Palavras-chave: Sítio Museo. História. Memória. Metáforas. Extermínio.

IN THE SPACE OF MEMORY AND HUMAN RIGHTS (FORMER ESMA): THE MUSEUM OF THE ARGENTINE DICTATORSHIP

Abstract: In this article, we mobilize the two theses proposed by Pêcheux ([1975], 1997), namely: (a) meaning does not exist in itself in a literal or transparent form; and (b) the dissimulation of discursive formations occurs through the effect of transparency of language, in its submission to the "complex whole with a dominant," as well as through the functioning of memory. Our archive is the Space of Memory and Human Rights (former ESMA), and, within this archive, we focus on the Site Museum – ESMA. We seek to address the following questions: (1) How did practices of detention, torture, and extermination develop within a space originally dedicated to the training of military officers? (2) How is the Museum discursively constituted so as to produce effects of meaning through non-sense for its visitors, sustaining itself as a space of the unspeakable, of what is impossible to say? The analysis suggests that the memory that resonates in (dis)course within this Museum of Memory Site is anchored in history, which structures the narrative of guided visits and evokes the dictatorial period. However, the Museum that operates within this space is not named

1 Doutora em Letras (UFSM), docente nos programas de pós-graduação da UNICENTRO e UFPR. Bolsista Produtividade da Fundação Araucária – PR. E-mail: mariacleciventurini@gmail.com

2 Doutora em Letras (UFRGS), professora titular da UFSM. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: verli.petri72@gmail.com

or designated as a Museum of the Dictatorship, thus producing effects of meaning through what is said and, equally, through what remains unsaid.

Keywords: Site Museum. History. Memory. Metaphors. Extermination.

Entremeando teoria e análises: questões iniciais

Prestamos uma homenagem a um autor cuja capacidade crítica produziu a tematização do histórico, do social, do ideológico, em um domínio de conhecimento em que esses assuntos são, desde algum tempo, colocados meticulosamente de lado para não atrapalhar o conhecimento sedentário e seu aliado mais próximo, o des-conhecimento (Orlandi, 1988, em “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio - “Nota à edição Brasileira”).³

A epígrafe com que iniciamos a nossa participação no Dossiê Especial “Les Vérites de La Palice, 50 anos depois”, ancora e legitima nossas posições, dentro das delimitações propostas para este texto, demandando que se aponte movimentos discursivos sobre espaços de memória, direitos humanos e museu. Nessa direção, há que se destacar o protagonismo de Eni Puccinelli Orlandi na fundação da Análise de Discurso (AD), tal como a praticamos, no Brasil. Foi ela quem nos trouxe a obra de Michel Pêcheux e quando o homenageamos, ressoa como memória por/em muitos discursos as releituras, os avanços, a formação de pesquisadores, enfim, a AD, designada de brasileira.

No que tange à nossa participação e às nossas pesquisas, que tomam o museu como objeto de estudo⁴, nos surpreendeu conhecer um espaço tão diferenciado na capital argentina. É preciso ter coragem para enfrentar as dores de um povo “guardadas” num espaço de memória para que não se repita. Da mesma forma que Orlandi nos fala de Pêcheux e demonstra que a sua teoria perpassa e constitui efeitos de coragem por ‘incursionar’ “pela tematização do histórico, do social, do ideológico em um domínio do conhecimento em que esses assuntos são [...] colocados meticulosamente de lado para não atrapalhar o conhecimento sedentário e seu aliado mais próximo, o des-conhecimento”.

No Espaço de Memória e Direitos Humanos (Ex-Esma), funcionam trinta e nove lugares em sua estruturação, incluindo monumentos que contribuem para a leitura do Espaço de Memória, dando visibilidade ao modo como ele abarca acontecimentos que não são somente da ditadura Argentina, mas também ligados a pautas relacionadas aos direitos humanos. Destacamos o espaço 17, nomeado de Espaço Cultural Nuestros hijos (ECuNHi) y anexo – Asociación Madres de Plaza de Mayo e, também, os espaços 25 e 26 Casa por la Identidade/abuelas de Plaza de Mayo, que se constituem como resultados da ditadura e ‘conversam’ com nossas análises sobre o *Museu Sítio de Memória ESMA*.

3 A epígrafe foi retirada da edição brasileira de “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, de 1997, da Nota à edição brasileira, em que destaca no título “Uma questão de coragem: a coragem da questão”, em que ressoa o percurso de Pêcheux, que reviu constantemente a teoria, sendo, conforme Maldidier (2003, 15) “o homem dos andaimes suspensos, de que fala desde 1966 Thomas Herbert [...]”

4 Maria Cleci Venturini se destaca no cenário nacional desde antes do seu percurso de doutoramento (início do século XXI); Verli Petri tem feito incursões sobre esse tema nos últimos anos.

As questões que nos interpelam em torno do Museu, em tela, são muitas, mas destacamos as seguintes: 1) Como em um espaço de formação de oficiais se desenvolveram práticas de detenção, tortura e extermínio?; 2) Como o Museu é discursivizado, instaurando efeitos de sentido do sem-sentido em visitantes, sustentando-se como espaço do indizível, do impossível de dizer? Vamos trabalhar com textos-imagem⁵, capturados quando de nossa visita e enunciados que compõem essas materialidades.

Para fins de organização, trazemos Pêcheux ([1975], 1997), discutindo alguns pontos de “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, rememorando/comemorando a sua atualidade 50 anos depois na Análise de Discurso e em nossos trabalhos. Por fim, apresentamos um primeiro movimento de análise a partir dos recortes realizados no Espaço Histórico, Núcleo do antigo Centro Clandestino de Detenção, Tortura e Extermínio. Recortamos textos-imagem que nos convocam a colocar em suspenso a configuração desse espaço, tomando o Museu Sítio de Memória as nomeações/designações a partir das placas indicativas de lugares de memória; tratamos sobre o ‘voo de la muerte’ e o eufemismo da morte, a partir da palavra *translado* e das redes de memória que ela convoca e, por fim, o *Museu Sítio da Memória ESMA* como espaço de perguntas, cujas respostas são elaboradas a cada visita, construindo uma história, que é tida como a julgadora dos acontecimentos históricos (Venturini, 2020, p. 17).

Em torno desse Espaço, sublinhamos o funcionamento de práticas que não se inscrevem na mesma ordem do discurso da ditadura (a detenção, a tortura e o extermínio) e a formação de oficiais que se desenvolvia na Escola de Guerra

Naval, indicando o antagonismo, que consiste em forças contrárias que indicam que há, pelo menos, duas formações discursivas em disputa nessas materialidades, colocando em um mesmo discurso forças que se embatem, tensionando-se, podendo-se compreender o modo como o sujeito é interpelado pela ideologia e se inscreve em formações discursivas, funcionando como efeitos paradoxais em um mesmo discurso que se parte/esfaca-se. Como consequência disso, temos a suspensão das atividades educacionais e a efetivação da Escola como espaço de tortura e morte, durante longos anos (1976-1983). A dor, o horror, a morte são elementos que impregnaram um espaço que foi de convivência e aprendizagem por quase 50 anos, por isso a transformação em espaço de memória e de defesa dos direitos humanos é tão importante e nos toca tanto durante a visita. A seguir, delineamos as questões teóricas em causa; após, os gestos analíticos de três textos-imagens.

Mobilizando Pêcheux como base para ler/interpretar/compreender o Museu Sítio de Memória Esma

[...] os museus cumprem uma função social, política e histórica, significando pelo que é visível, pelos silêncios, por não-ditos, pelas rupturas, pelos equívocos e pelas saturações dadas por seus acervos e, também, pelo modo como as memórias são organizadas e ressoam por eles/ neles, de acordo com os lugares de observação (Venturini, 2023, p. 246).

Os museus são lugares públicos e não estão isentos do funcionamento da ideologia e da memória que os atualizam, enquanto espaços que produzem conhecimento e, apesar de muitas vezes serem considerados ‘apenas’ como um espaço que ‘guarda’ objetos, memórias e preservam patrimônios, destacamos que eles se abrem para a interpretação e para leituras que encaminham para o novo, para o polissêmico (Orlandi, 2004). Nas análises, pensamos os silêncios, os não-ditos, as rupturas

5 Venturini (2024) pensa a imagem como texto, tendo em vista a sua inscrição em discursos, tendo em conta a sua constituição por redes de memória, por silêncios, apagamentos e, também, porque a sua interpretação decorre de sujeitos, dentro de determinadas condições de produção.

e os tensionamentos dos discursos que circulam nesses espaços, que estão recorrentemente “projetando futuros e, nesse ‘projetar’ conjugam saberes de diferentes ordens”. (Venturini, 2023, p. 254).

É preciso dizer que em, nossas pesquisas sobre Museus, pensamos esses espaços em (dis)curso, que “significam para além da história e do patrimônio” (Venturini, 2022, p. 14). A par disso, articulamos nossas reflexões no que a teoria de Pêcheux ([1975], 1997) nos diz, considerando que os avanços decorrem do que apontou o fundador da teoria do discurso materialista, quando articulou “em um mesmo espaço teórico, a Linguística e a Semântica e, como um avanço teórico, um terceiro termo: a Filosofia” (Venturini; Petri 2019, p. 17).

A sustentação dessa articulação se deve ao chamamento da Linguística para fora dos seus domínios – já pontuado por Saussure – considerando (Pêcheux [1975], 1997, p. 90-91) que “esses mecanismos linguísticos constituíam também o pano de fundo de uma reflexão “filosófica”. Com isso, possibilita que o linguista os acompanhe “através das questões da referência, da determinação e da enunciação” (idem, p. 91), vendo ao mesmo tempo que os fenômenos linguísticos e os lugares de questões filosóficas “pertencem à região de articulação da Linguística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos, que, por sua vez, é parte da ciência das formações sociais [...]”.

É assim que o fundador da teoria materialista do discurso destaca que a língua é a mesma para os sujeitos em distintas filiações ideológicas, mas o modo como os sujeitos mobilizam o acontecimento altera-se, pois, na perspectiva discursiva, o analista vai ‘desmontando’ regularidades e repetições, instaurando a opacidade. Conforme Pêcheux ([1983], 1999, p. 53), seria o “correspondente ao ponto de divisão do mesmo e da metáfora”. Na esteira de Pêcheux ([1975], 1997, p.

159-160, grifos do autor), destacamos que a ideologia, “através do ‘hábito’ e do ‘uso, está designando, ao mesmo tempo, ‘o que é e o que não deve ser’ e isso se dá, às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação da norma e que funcionam como um dispositivo de ‘retomada do jogo”.

Em relação à língua, Orlandi (2002, p. 18-19) defende a dispersão de sentidos e o sujeito, sinalizando ser esta a condição do discurso, mas o funcionamento como unidade, que é um efeito ideológico, como construção do imaginário discursivo, defende que tanto “a dispersão quanto a ilusão de unidade são constitutivas” e suas reflexões, assim como as de Pêcheux, tomam a língua em sua base material, como uma necessidade de concebê-la enquanto estrutura, como “pré-requisito indispensável para pensar os processos discursivos”. Orlandi (2002, p. 19) faz observações sobre estas questões, considerando o funcionamento da ideologia, destacando que “ela não funciona como um mecanismo fechado (e sem falhas) nem a língua como sistema homogêneo” (Orlandi, 2002, p. 19).

Junto às discussões sobre o funcionamento de uma base linguística e de processos discursivos, Pêcheux discute sobre a norma identificadora, sobre os desvios e sobre a ilusão da transparência da linguagem para sublinhar que a ideologia instaura evidências da homogeneidade da linguagem e que essas evidências “mascaram o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (Pêcheux, [1975, (1997, p. 160)]. Esse funcionamento é explicado por meio de suas teses:

1) o sentido das palavras não existe “em si mesmo”, reforçando “as posições ideológicas que estão em ‘jogo no processo sócio-histórico” (idem), referendando que o sentido depende das filiações ideológicas e das tomadas de posição do sujeito. Para sustentar essa tese, Pêcheux discute o funcionamento das formações

ideológicas e da formação discursiva, do que se entende que as noções se implicam e se reclamam, demandando discussões acerca dos desdobramentos do sujeito, das modalidades de identificação do sujeito (Pêcheux, [1975], (1997, p. 214- 231)⁶, da resistência, do que decorrem as torções, as formações imaginárias, o discurso se constituindo a partir de uma base linguística e de processos discursivos;

2) “Toda formação discursiva ‘dissimula’ pela transparência do sentido que nela se constitui sua dependência com respeito ao ‘todo com dominante’ das formações discursivas, intrincado complexo das formações ideológicas” (Pêcheux [1975], 1997, p. 162). Nessa tese, o teórico propõe designar o todo complexo com dominante de interdiscurso das formações discursivas (a memória do dizer, o Sujeito com ‘s’ maiúsculo), que também “se submete à lei de desigualdade-subordinação” e “caracteriza o complexo das formações ideológicas” (idem, p. 162). Discute, também, o funcionamento da memória pelo pré-construído que irrompe no intradiscurso – como “algo que fala (ça parte) sempre em outro lugar e independente [...] sob a dominação do complexo das formações ideológicas”. Trata-se do “(‘sempre-já’ aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade – ‘o mundo das coisas’)” (idem, p. 214).

As duas teses que atravessam e constituem a teoria materialista são relevantes e constituem efeitos nesse estudo por tratarem, respectivamente do sentido e sua não-literalidade e do modo como nas formações discursivas ocorre a dissimulação da dependência ao todo com dominante, destacando a não-transparência da linguagem, priorizando sobremaneira o funcionamento da memória. Sob essa diretriz, o Museo Sitio da Memoria ESMA é um objeto complexo, perpassado por possibilidades de

interpretação.

As duas teses e as noções que resultam delas são o arcabouço teórico deste texto. Nessa direção, trazemos Venturini ([2009], 2024) para destacar o pré-construído e o intradiscurso como categorias do interdiscurso, pensando-o junto com Petri (2004, p. 42) como um lugar porque “todos os sentidos estão lá, mas só vão significar quando convocados com uma determinada formação discursiva”. Assim, o pré-construído funciona no eixo da formulação pelas filiações ideológicas do sujeito, constituindo-se como “uma construção anterior e exterior ao sujeito da enunciação, [...] dessa forma, materializam-se, no fio do discurso, as formações ideológicas, como aquilo que ‘fala antes’ e legitima o discurso, constituindo o aparente ‘consenso’ em relação ao dizer e ao saber” Venturini, [2009], 2024, p. 121).

Os pré-construídos⁷ irrompem no fio do discurso como se sempre estivessem em presença, significando como uma objetividade material do interdiscurso, instaurado por duas formas de discrepância, quais sejam: efeito de encadeamento do pré-construído e a articulação ou efeito transversal determinado pela ‘estrutura do interdiscurso’, articulando e sustentando todas as possibilidades de dizer.

Sobre o Museu Sítio da Memória – ESMA na perspectiva discursiva

A ciência, ao colocar em suspenso o que está documentado em museus, assenta-se em questões teóricas, propondo interpretações possíveis do conhecimento histórico, científico e das teorias mobilizadas. Desse modo, o conhecimento científico mobilizado na organização e na estruturação de museus, na passagem para o conhecimento escolar, é pedagogizado de modo a dar espaço ao reconhecimento dos saberes em circulação

7 Sublinhamos que Pêcheux ([1975], 1997) vai retomando as noções, mostrando os seus funcionamentos, estabelecendo redes, destacando as retomadas e as implicações. Essa mesma noção retorna em relação aos desdobramentos do sujeito, às modalidades de identificação (pp. 214-231), antecipando noções como acontecimento discursivo e resistência.

6 https://www.espaciomemoria.ar/descargas/Diptico_PORTUGUES.pdf, acesso em novembro de 2025.

O trabalho que temos realizado sobre museus (espaços de memória e memoriais)⁸ e a tomada desses espaços em (dis)curso, constitui-se como um risco à medida que não podemos nos isentar da história e nem ‘teorizar’ a museologia, que é, como bem sabemos, um domínio do conhecimento com seus pressupostos teóricos e metodológicos próprios, dando concretude ao trabalho da memória, do patrimônio e de outras questões, visando à preservação, ancorada por uma dimensão social, institucional e política. De acordo com Poulot (2013, p. 17), o museu funciona como “qualquer estabelecimento permanente, administrado no interesse geral, com o objetivo de conservar, estudar, valorizar por diversos meios”.

Como instituição, o museu agrega a educação, a arte, a ciência e a técnica, e, como analistas, consideramos as discursividades, destacando os efeitos de sentidos para analisar os diferentes espaços de memória. O que não podemos perder de vista é a nossa filiação teórica e os nossos objetivos e o fazemos de forma análoga ao linguista que toma a língua como seu objeto, mas atendendo à sua especificidade, descreve-a e não ‘dita’ normatiza ou “dita” regras, pois essa é a função do gramático. Quando analisamos museus, memoriais e espaços de memória buscamos os efeitos de sentido sobre questões relevantes para cada formação social, dentro de projetos de gestão, que envolvem sujeitos e suas tomadas de posição, resultantes da interpelação ideológica e do atravessamento do inconsciente.

Na perspectiva discursiva, como pesquisadores e investidos dessa condição, pensamos o museu como corpo político e o fazemos analisando as materialidades não em

sua literalidade, como se os sentidos estivessem sempre-já lá. Para isso, retornamos a Pêcheux ([1975], 1997) retomando teoricamente as teses em torno do sentido e da dissimulação de dependência da formação discursiva ao todo complexo com dominante. As duas teses nos permitem trabalhar com o funcionamento da memória, colocando em suspenso o modo como ela retorna em (dis)curso, a partir da língua como sistema e de processos discursivos. Mobilizamos em nossas discussões o efeito metafórico e a metáfora, em que funcionam o real e o simbólico, em que o espaço de memória significa como corpo-político que significa pela presença-ausência. Com isso, ressoa o projeto de gestão e os direcionamentos decorrentes dele, o qual ocorre a passagem de textualidades de análise a objeto discursivo, perdendo, assim, a objetividade e o sentido em uma única dimensão, tendo em vista que, conforme Pêcheux ([1975], 1997), os discursos decorrem de sujeitos, sempre atravessados pelo ideológico.

Para este texto, tomamos como objeto discursivo o *Espaço de memória e direitos Humanos (Ex-ESMA)*⁹ e o nosso recorte incide sobre o Museo Sítio de Memoria ESMA, referindo ao já destacado espaço de detenção, tortura e extermínio, tombado pela UNESCO como Sítio Del Patrimônio Mundial. Em visita dirigida por um guia-historiador, realizada em junho de 2025, vimos que as questões históricas e de memória sustentam esse espaço, trazendo acontecimentos, monumentos e peças memoriais para dar a ver a ditadura no museu. Um dos destaques está para o avião, que levava os prisioneiros para o “voo da morte”¹⁰.

9 Disponível em: <https://ippdh.mercosur.int/o-museu-do-sitio-de-memoria-esma-e-patrimonio-mundial/?lang=pt-br>, acesso em 1º de dezembro de 2025.

10 Os “voos de la muerte” consistiam em práticas em que aviões das Forças Armadas argentinas jogavam pessoas, a maioria delas vivas, ao Rio da Prata ou ao mar, depois de dopá-las. Foi um dos planos de extermínio levado a cabo durante o regime militar argentino. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56969227>, acesso em 09 novembro de 2025

8 Venturini ([2009], 2024; 2017; 2019; 2020; 2020a; 2022; 2023, 2024a; 2024b); Venturini e Petri (2024); Petri (2023); Petri e Venturini, (2022); Krummel e Petri, (2020); Munhoz, Petri e Branco, (2017).

O *Museu Sítio de Memoria ESMA* poderia ser discursivizado a partir de distintas tomadas de posição, pois é o analista, que diante do arquivo determina o direcionamento das análises. Essa determinação não se deve a uma escolha pessoal, mas do projeto de criação do espaço, de sua estrutura e, da questão de pesquisa que ele suscita como “coisas a saber” (Pêcheux, 2002) diante do arquivo, pensando nas repetibilidades e no fato novo que pode ressoar dele. O nosso *corpus* é o espaço que funciona como um museu sítio de memória, dentre do *Espaço de Memoria e Direitos Humanos (Ex-ESMA)*, que ocupa 17 hectares de edificações, no qual ressoa o período da ditadura na Argentina.

Realizando movimentos analíticos

Iniciamos o percurso analítico, destacando as nomeações, que encaminham para as designações desse espaço, entendendo a partir de Guimarães (2003) que nomear significa dar existência a espaços, sujeitos ou acontecimentos. Já a designação¹¹ constitui-se por redes de memória, indicando relações de sentidos para o nomeado, neste texto, para o Espaço de Memória e Direitos Humanos (Ex-ESMA). Para isso, trazemos as três placas que constituem o texto-imagem 01, tomando-as como monumentos, por indicarem um percurso de funcionamento desse espaço. Vale sublinhar que A Escuela de Mecánica de La Armada (ESMA) funcionou como escola entre 1938 e 1976, só depois se transforma em Centro Clandestino de Extermínio, que esteve ativo de 1976 a 1983, funcionando no espaço destinado à formação de oficiais superiores, especificamente

ao Estado-Maior da Marinha Naval e, na contemporaneidade, configura-se como espaço de resistência e de luta, abrangendo lutas sociais, políticas e econômicas argentinas, destacando, especialmente, grupos minorizados¹².

Placas¹³ de identificação e demarcação do Espaço de Memória e Direitos Humanos



Texto-imagem 1 – arquivo pessoal de Maria Cleci Venturini, capturado em junho de 2025.

Chamou a nossa atenção, durante a visita guiada com foco na história, que toda a narratividade (Orlandi, 2017) apresentada aos visitantes tem como fio condutor o período

11 Venturini desenvolve com Apoio da Fundação Araucária/PR (Edital Pesquisa Básica e Aplicada – CP 23/2024) o projeto “As palavras no trapacear da língua e funcionamento do equívoco e de deslizamentos”, em que discute como o nomear e o designar como modos de ‘trapacear’ a língua, sinalizando para espaços de memória que as nomeações/designações convocam e ‘fazem trabalhar’, conforme Pêcheux (2002).

12 O que trazemos para o texto como parte das condições de produção, encontram-se disponíveis no site, no link a seguir, acessado em 05 de dezembro de 2025: https://www.espaciomemoria.ar/descargas/Diptico_PORTUGUES.pdf

13 Tomamos as placas como textos-imagem, entendendo que elas se constituem pela memória que ressoa a partir de sujeitos e por discursos que circularam antes e retornam preenchendo ‘furos’, relevantes para a leitura do espaço e, também, das condições de produção no tempo presente, funcionando na contemporaneidade e no tempo pretérito, como constitutivo.

ditatorial que ocorreu entre 1976 a 1983. Mesmo assim, como se pode ver no texto-imagem 1, nas três placas de identificação, não há referência à ditadura, mas a práticas que lá se desenvolveram, o que se inscreve como repetibilidade é a identificação do espaço como Ex-Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio, sinalizado o funcionamento da Escola de Mecânica Armada – ESMA¹⁴.

As memórias e discursos que ressoam, constituindo cada textualidade como discursividade instauram efeitos de sentidos relevantes para a análise discursiva do espaço de memória, constituindo redes de memória e encaminhando para diferentes domínios na formação social, provocando uma agitação

[...] nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por sua infelicidade’ [...] (Pêcheux, [1983], 2002, p. 56).

Na primeira placa, há informações sobre o decreto de criação da instituição, a data, quem assinou o documento - a presidenta da época - essas informações simulam a transparência da linguagem, esquecendo a impossibilidade de ‘fechar’ a interpretação, de saturar o discurso, apagando seus efeitos, dentre eles o de filiar-se à resistência e à denúncia. Trata-se de um monumento histórico nacional e essa informação se restringe a acontecimentos da Argentina, indicado no fio do discurso pelo adjetivo ‘nacional’ que liga o monumento ao acontecimento que ele rememora/comemora.

14 O site do Espaço de Memória e Direitos Humanos, de acordo com o site, insere na cultura do “Nunca Mais”, dando a dimensão da violência que ocorreu naquele período. <https://ippdh.mercosur.int/o-museu-do-sitio-de-memoria-esma-e-patrimonio-mundial/?lang=pt-br>, acesso em 01 de dezembro de 2025.

A placa traz mais informações sobre o espaço, referindo que se trata de um Ex- Centro de Detenção, de tortura e de extermínio e que era o Cassino dos Oficiais. Essa última referência encaminha para efeitos de sentidos de clandestinidade, pois se trata de um espaço mais fechado, no qual os alunos da Escola Naval não tinham livre acesso.

O número do Decreto - 1333/05 - o nome de Cristina Fernández de Kirchner (Presidenta da Nación) e a palavra nacional simulam a saturação do discurso, como se fosse possível tudo dizer, como se as ‘coisas a saber’, estivessem todas aí. Esse efeito de saturação não é indiferente aos sentidos, referendando, em consonância com a primeira tese de Pêcheux (1997), que a placa nomeia e dá visibilidade aos espaços, como indicação, mas a passagem à designação se dá pelas redes de memória que se constituem, sustentadas pelas filiações dos sujeitos – curadores e visitantes - pelos pré-construídos em torno do que retorna quando se diz Centro de Detenção, Tortura e Extermínio e quando se lê que foi uma ‘Escuela’ de Mecánica Armada (ESMA). Não são as nomeações que fazem do espaço um Monumento Nacional, mas os funcionamentos dos pré-construídos no eixo da formulação pela articulação e pelos discursos transversos. A segunda tese de Pêcheux (1997) funciona pela dissimulação de transparência ao ‘todo complexo com dominante’, como se o discurso fosse isento da memória que retorna e de discursos que circularam antes em outros lugares. É a dissimulação é de que se trata ‘apenas’ de um lugar.

A placa que identifica o espaço como *Patrimônio Cultural Del Mercosur* traz informações que funcionam discursivamente como determinantes do que seja esse espaço e do seu alcance. Além disso, destaca que “La Ministra y Ministros de Cultura del MERCOSUR inscriben el “Museo Sítio de Memoria ESMA” – Ex-Centro Clandestino

de Detención, Tortura y Exterminio, da “Ciudad Autónoma de Buenos Aires, República Argentina na lista de Patrimônio Cultural del Mercosur”. As indicações sobre a materialidade na linearidade do discurso são nomeações. A passagem à designação do espaço se sustenta não só pela assinatura dos três ministros e pelo nome dos espaços, mas também pela legitimidade constituída, retornando a co-participação desses países na luta e na resistência à ditadura, ressoando um “Nunca Mais”. A parceria e a inclusão dos demais países, os quais também passaram por um período de ditadura militar, bastante similar, mas não igual, pode ressoar como um compromisso de paz, que se sustenta no espaço que a América Latina ocupa frente a países que dominam a política, a economia e a sustentabilidade internacional.

O “casino” que inicialmente funcionava como um lugar de permanência dos oficiais, passa a ser espaço de detenção de prisioneiros submetidos a todos os tipos de sofrimentos. Em nossa visita, vimos que nesse espaço, na contemporaneidade, não há marcas do tempo da “Escuela”, há materialidades que nos remetem ao período de exceção pelos funcionamentos da memória como interdiscurso, pelos efeitos de pré-construídos que possibilitam compreender o que é um cassino e o que é uma ‘Escuela’. No (dis)curso, esse já-significado como se estivesse em ‘presença’, mesmo na ausência, materializa-se pela articulação, trazendo as identificações do que foi o espaço, enquanto ex-centro clandestino e o que acontecia no lugar (detenção, tortura e extermínio) funcionam como discurso transversal. Vemos atravessarem-se os domínios do ensino (o que constitui uma escola e quais os princípios e determinações que a sustentam); da hierarquia militar (oficiais separados dos recrutas, tendo um lugar especial) e o político (sujeitos, sendo presos e torturados à revelia da justiça).

Por fim, na composição do texto-imagem

1, há repetição do que aparece quando o espaço é nomeado *Monumento Histórico Nacional*, incluindo o movimento que essa nomeação engendra na passagem à designação e, também, quando indica que se trata de Patrimônio Cultural Del Mercosur. A nomeação *Museo Sitio de Memoria ESMA*, que constitui este texto-imagem, além da repetibilidade destaca que o Museu foi tombado como patrimônio da Humanidade pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e que ele está associado e dá visibilidade à repressão ilegal que foi praticada e coordenada pelas ditaduras da América Latina. Sobre essa referência a ser tombado pela UNESCO como patrimônio mundial destacamos que a responsabilidade da Argentina fica minimizada, por ter acontecido também com outros países. Com isso se apaga que nesse país houve uma ditadura violenta, podendo-se trazer, também os “voos da morte”, uma referência importante que se encontra no reconhecido Cassino dos Oficiais, onde ficavam os prisioneiros.

Ainda, em relação ao texto-imagem 1, chamamos a atenção que, apesar de ressoar e de estar presente nas práticas do período da Ditadura, essa nomeação não aparece nas placas, mas no site¹⁵ está destacado que o *Museo Sitio da Memória ESMA* “é a prova do terrorismo do estado e a prova judicial nos casos de crimes contra a humanidade” e na continuidade referencia o local de funcionamento do Museo, sublinhando que ficava no antigo cassino dos oficiais. Além dessas referências no site é destacada a presença de movimentos sociais e políticos nesse espaço e como memória ressoa a Argentina como exemplo de resistência, por ter levado a julgamento os torturadores de pessoas e os defensores da ditadura. Um dos efeitos de sentido indica que a resistência faz parte do povo argentino e as indicações dessa prática

15 Disponível em <https://ippdh.mercosur.int/o-museu-do-sitio-de-memoria-esma-e-patrimonio-mundial/?lang=pt-br>, acesso em novembro de 2025. É salutar que o site seja acessado para aprofundamento das informações.

encontram-se não só como memória, mas como luta constante observadas nos movimentos sociais: dos estudos, dos operários, das mães e avós da Praça de Maio, para citar alguns.

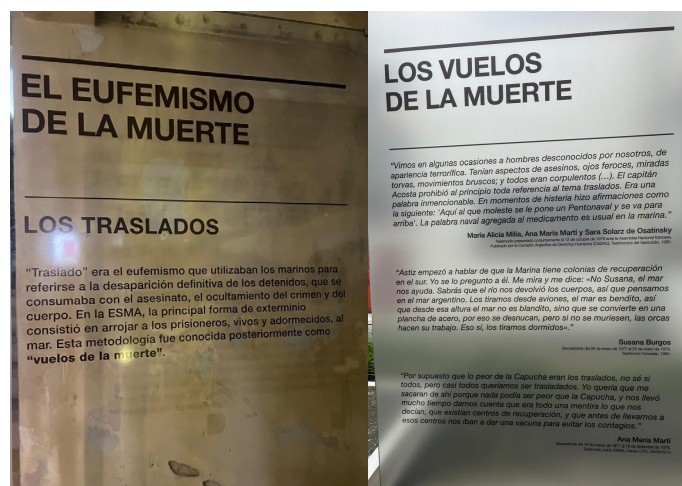
Em relação às placas, como materialidades discursivas, ressoa a reiteração, em todas elas, de que se trata da Ex-ESMA e em relação a essa reiteração identificamos o antagonismo, funcionando em um acontecimento histórico em que detenção, tortura e extermínio é um caminho que ‘anda’ em paralelo com outro caminho – o da produção do conhecimento, o da vida que flui, o do progresso, o da ciência. Trazemos a metáfora do caminho, pensando no movimento político das ditaduras, no qual a violência, o desmando e o extermínio ‘andam’ concomitantemente com a educação, um dos direitos essenciais da humanidade. Os dois caminhos ‘andam’ em paralelo e não se encontram. Pêcheux ([1975], 1997, p. 160) trabalha a metáfora em relação ao sentido.

Sobre o traslado e as metáforas no discurso sobre morte e extermínio

Importa destacar, ainda que brevemente, a presença de um objeto de tamanho grande no espaço ao ar livre: um antigo avião militar. Tal objeto chama a atenção dos visitantes e é apresentado pelo guia como a materialidade, a prova concreta de que os voos da morte aconteciam e eram considerados de grande eficácia, pois os corpos torturados e mortos desapareciam em alto mar, onde eram despejados como “sacos de batatas”. Havia um cuidado muito especial de que não restasse nada que identificasse as vítimas, pois em caso de algum corpo ou parte dele ser levado pela correnteza até terras uruguaias não haveria como responsabilizar as forças repressoras argentinas pelas atrocidades cometidas.

Da presença deste objeto, que nos tocou profundamente, vamos recuperar dois textos-

imagens para uma rápida reflexão, conforme segue:



Textos-imagem 2 e 3 – arquivo pessoal de Maria Cleci Venturini

Reunimos os dois textos-imagem para a visualização conjunta, posto que o primeiro traz dois testemunhos, de onde destacamos a presença da palavra “traslado”; e a segunda, quando há um esforço em definir “traslado”. Uma reflexão sobre a palavra e seu funcionamento neste espaço em estudo pode contribuir para a compreensão das duas teses elencadas na proposta deste texto, quais sejam: a) o sentido não existe em si mesmo de forma literal e b) a dissimulação das FD’s se dá pelo efeito de transparência da linguagem, em sua submissão ao ‘todo complexo com dominante’ e pelo funcionamento da memória.

A palavra traslado comparece no Dicionário de Língua Espanhola da Real Academia de Espanha logo na primeira acepção vai remeter aos sentidos de transporte, conforme segue: “Traslado: Del lat. translātus, part. pas. de transfere. 'Transferir, trasladar'. m. Acción y efecto de trasladar.” No espaço de apresentação de palavras sinónimas, abrem-se possibilidades de sentidos figurados, ampliando as possibilidades de abertura para o simbólico (Orlandi, 2004), conforme segue: “Sin.: cambio, desplazamiento, locomoción, transporte, acarreo, trasiego, mudanza, porte, flujo, viaje1, migración, emigración, trasvase.”¹⁶

16 Disponível em <https://dle.rae.es/traslado?m=form>, acesso em 19.12.2025.

Destaca-se aqui a palavra “viaje” que remete à nota 1, conduzindo o consulente, pelo efeito “palavra-puxa-palavra” (Petri, 2018; 2025), ao verbete “viaje” com a primeira acepção, conforme segue: “Del occit. o cat. viatge. m. Acción y efecto de viajar. Sin.: escapada, visita, excursión, paseo, odisea, aventura, expedición, gira, peregrinación¹⁷.” Essa acepção indica direção de sentidos de execução da ação de viajar, mas os sinônimos, mais uma vez, abrem um leque de sentidos que nos interessa explicitar aqui, posto que o traslado era uma viagem sem volta: odisseia, com todas as dificuldades que uma odisseia¹⁸ engendra.

Por tudo isso, reafirmamos o funcionamento das teses de Pêcheux, quando ele nos diz que não existe um sentido literal para uma palavra, este sentido depende das relações da palavra com sua exterioridade constitutiva, num dado momento histórico e sob dadas condições de produção. Neste caso, a palavra traslado vai ser “proibida” (texto-imagem 2), por significar diferente do que está posto numa definição dicionarística ou de uso mais corriqueiro, trata-se da agregação de sentidos outros à história da palavra (Petri, 2018; 2024; no prelo). Já no texto-imagem 3, deparamo-nos com um esforço de definição da palavra traslado, justamente porque os sentidos em circulação não dão mais conta dos efeitos que ela produz numa realidade específica e social que é a ditadura. O não dizer morte, assassinato ou desaparecimento exige uma outra escolha lexical, ainda não marcada de sangue e horror, mas que parcialmente recobre o “sítio de significância” (Orlandi, 2004) que remete à viagem, à odisseia, à morte (ainda que via eufemismo). De fato, uma palavra pela outra não é sinônimo, implica transformação de sentidos, indicando “efeitos metafóricos” (Pêcheux, [1975] 1997), e, nesse

caso, dizer “traslado” é dizer morte, assassinato e horror. Mais uma vez nos deparamos com o funcionamento da primeira tese aqui elencada, pois além de não haver um sentido literal para a palavra, passamos a compreender que há sempre possibilidades de dizer o mesmo de outro modo, que os sentidos sempre podem ser outros (Orlandi, 2004).

A segunda tese engendra uma especificidade maior porque temos de levar em conta os saberes de diferentes FDs em circulação nesse espaço discursivo, o que pode e não pode ser dito, bem como o que deve e o que não deve ser dito. Dizer morte é criminalizar os atos ali cometidos, isso interessaria para quem? Há “um todo complexo com dominante” em funcionamento, estabelecendo relações entre o que pode e deve ser uma escola de formação de oficiais militares argentinos, e o que não pode ser. Certamente não poderia ser dito como um espaço de tortura e morte. O espaço físico é um elemento constitutivo dos sentidos dominantes, ele também colabora com a dissimulação dos efeitos ideológicos, pois não haveria uma “antecipação” no nível do imaginário de que uma escola poderia ser um espaço de tortura e de extermínio. A memória funciona para sustentar sentidos já dados, quando todos sabem o que é uma escola, por exemplo. No entanto, a memória não pode garantir que os contra-discursos não emergem. Aí se estabelece a tensão entre diferentes tomadas de posição de sujeitos no discurso e a ideologia determina de que lado da “trincheira” cada sujeito está, expondo as contradições e até os antagonismos já identificados

Considerações finais

É sempre essencial retornar ao livro “Les vérités de La Palice”, de Michel Pêcheux. Neste caso para recordar/comemorar o seu cinquentenário e demonstrar como ressoa em

17 Disponível em <https://dle.rae.es/viaje#bim8Lvvh>, acesso em 19.12.2025.

18 Considerando aqui que para odisseia vamos encontrar o sinônimo de “penalidade”, cf. em <https://dle.rae.es/odisea?m=form>, acesso em 19.12.2025.

nós e funciona para as análises. Neste artigo, buscamos explorar, ainda que de modo parcial, o arquivo de textos-imagem que Maria Cleci Venturini capturou em visita que as autoras fizeram ao Espaço de Memória e Direitos Humanos, em Buenos Aires, na Argentina, no ano de 2025. O objetivo inicial da visita era “encontrar” o Museu da Ditadura argentina, mas esse nome não consta em nenhum lugar, nenhum site... O Museu Sítio da Memória guarda parte desta história mas não é nomeado como ditadura, isso nos intrigou e nos moveu na direção destas análises que apresentamos aqui. Ao chegarmos lá para a visita nos deparamos com uma ex-escola, isso também nos impactou. Tais fatos nos conduziram a perguntar: 1) Como em um espaço de formação de oficiais se desenvolveram práticas de detenção, tortura e extermínio?; 2) Como o Museu é discursivizado, instaurando efeitos de sentido do sem-sentido em visitantes, sustentando-se como espaço do indizível, do impossível de dizer? Ao final dessa reflexão não chegamos a respostas completas ou definitivas para as perguntas iniciais, mas certamente apontamos possíveis gestos de interpretação a partir da mobilização do dispositivo teórico e analítico da AD. Nossa expectativa é de seguir explorando esse corpus e seguir agregando sentidos ao que já temos como parcial e provisório, o que poderá provocar também outros pesquisadores a investir nesse campo tão pleno em sentidos.

Como nossas análises indicam a memória que ressoa em (dis)curso nesse Museu Sítio da Memória e encontra ancoragem na história, que compõe a narratividade de visitas guiadas, ressoando o período ditatorial, entretanto o Museu que funciona dentro desse espaço não é nomeado/designado de Museu da Ditadura, produzindo efeitos pelo que se diz e pelo que não se diz. Ao final de nossa reflexão outra questão se coloca: como esse nome Museu Sítio da Memória funciona? Seria um nome bastante indeterminado, pois poderia guardar qualquer

memória. Neste caso guarda parte da memória da Ditadura Argentina.

Ao analisarmos o funcionamento da palavra "traslado" sem remeter ao sentido corrente no dicionário demonstramos que há relações de sentidos com transporte, mas há também a proibição de sua pronúncia, como uma tomada de consciência de um sujeito que determina que ao se dizer traslado se está dizendo (ainda que sem dizer): morte, assassinato e desaparecimento.

Podemos dizer que esse lugar de memória, por nós visitado, constitui-se como um dos espaços de grande interesse e diz respeito a um capítulo sangrento da história da Argentina, ressoando gritos de horror de uma ditadura particular (a Argentina), mas também a memória da ditadura, a grande, nos países da América Latina. Importa destacar, ainda, que a visita a esse espaço inicia com a história mais concreta do período ditatorial, dando um percurso de crescente tensão, pois as marcas do horror estão por toda parte, e termina em uma sala com a apresentação de um importante documentário que mostra fragmentos do julgamento dos torturadores, explicitando as condenações, assim como o destino dos que, por algum motivo, não foram a julgamento. Assistir a esse documentário, em 2025, nos leva a refletir como o povo argentino lidou com as atrocidades cometidas na ditadura, um modo tão diferente da do povo brasileiro, pois lá não houve anistia, nem haverá, já no Brasil sabemos que houve anistia e que a democracia está sempre sendo posta à prova. O que referimos que há nessas placas, iniciando pela primeira, indica condições de produção do discurso, constituindo-se como possibilidade de ler/interpretar/compreender a textualidade (Orlandi, 2004). De fato, tomamos a posição-sujeito de brasileiras, ora nos identificamos com as histórias lá contadas, ora estranhando os modos como a nação vizinha resistiu e fez justiça.

Referências bibliográficas

- COURTINE, Jean-Jacques. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Trad. Freda Indursky. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO, Maria Cristina Ferreira. Os múltiplos territórios da Análise de Discurso. Sagra Luzzato, Porto Alegre, 1999, p. 14-22.
- GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. Letras, (26), 2003, p. 53–62. <https://doi.org/10.5902/2176148511880>.
- KRUMMEL, E. A. ; PETRI, Verli . Entre aspas: dos gritos...das gotas d'água...navegando por um percurso memorial. In: Maria Cleci Venturini; Gesualda de Lourdes Santos Rasia. (Org.). Museus, Arquivos e Discursos: funcionamentos e efeitos da Língua, da Memória e da História. 1ed.Campinas - SP: Pontes Editores, 2020, v. 1, p. 37-61.
- MALDIDIER, Denise. A Inquietação do Discurso: (re)ler Pêcheux hoje. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.
- MUNHOZ, J. M. L. ; PETRI, Verli ; BRANCO, N. História, memória e gestos de interpretação: uma experiência linguística e discursiva no interior do museu de Cádiz. In: Maria Cleci Venturini. (Org.). Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso. 1ed.Campinas - SP: Pontes Editores, 2017, v. 1, p. 25-49.
- ORLANDI, Eni. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 5ª. Ed, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.
- ORLANDI, Eni. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, SP: Pontes Editores, 2004.
- PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. Trad. Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre [et. al]. O papel da memória. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999, p. 49-57.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi [et. al], 3 ed, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. Discurso: estrutura ou acontecimento. 3. Ed. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983], 2002.
- PETRI, Verli. O funcionamento das remissões: três movimentos produzindo efeitos de sentidos no interior de instrumentos linguísticos. In: PFEIFFER, Claudia Castellanos; CARVALHO, Fabiola Gomide Baquero; SARIAN, Maristela Cury. (Orgs.). Afetos e efeitos em torno de Mariza Vieira da Silva. Cáceres: Editora UNEMAT, 2025, p. 185-203.
- PETRI, Verli. Ensaio sobre deslocamentos produzidos pela passagem do “gesto de leitura” à elaboração de um instrumento linguístico. Revista Scripta, Belo Horizonte, v. 28, n. 63, p. 47- 67, 2024. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/33238>. Acesso em: 21 set. 2025.
- PETRI, Verli. Algumas reflexões sobre o Pajubá/Bajubá: de linguajar popular a museu. In: Maria Cleci Venturini; Marilda Aparecida Lachowski. (Org.). Museus, memoriais e arquivos: a língua na história. 1ed.Campinas - SP: Pontes Editores, 2023, v. 1, p. 19-34.
- PETRI, Verli. “História de palavras” na história das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. Revista Conexão Letras, Porto Alegre, v. 13, n. 19, p. 47-58, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/85032/49004>. Acesso em: 21 set. 2025.
- PETRI, Verli. Histórias das palavras: ensaio sobre o trabalho teórico e analítico. In: TEIXEIRA e SILVA, Roberval; MEDEIROS,

Vanise; MARCEL, Phellipe. Formação de pesquisadoras/es: na heterogeneidade do trabalho teórico-analítico em estudos da linguagem (No prelo).

PETRI, Verli. 2004. Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2004).

PETRI, Verli; VENTURINI, M. C. O museu do Isolamento: algumas reflexões sobre o tempo presente. In: Amanda Scherer; Dantielli Assumpção Garcia; Fábio Ramos Barbosa Filho; Lauro Baldini; Lucília Maria Abrahão Sousa. (Org.). Restos de horror. 1ed. Campinas - SP: Pontes Editores, 2022, v. 1, p. 275-291.

POULOT, Dominique. Museu e Museologia. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção Ensaio Geral).

VENTURINI, Maria Cleci, PETRI, Verli. Algumas reflexões sobre o trabalho teórico de Michel Pêcheux: 50 anos após a publicação da AAD-69. In: GARCIA, Dantielli; SOARES, Alexandre Ferrari. (Org.) De 1969 A 2019: Um percurso da/na Análise de Discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019, pp. 11-25.

VENTURINI, Maria Cleci. A história e as polêmicas do/o político. In: PETRI, Verli [et all], (Org.) Dicionários em análise: palavra, Língua, Discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 15-35.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus em (dis)curso na/por uma história de 'Nunca Acabar'. In: VENTURINI, Maria Cleci; RASIA, Gesualda dos Santos. Museus, arquivos e discursos: funcionamentos e efeitos da Língua, da memória e da História. Campinas?SP: Pontes Editores, 2020a, p. 21-36.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus e memoriais em (dis)curso para além da História e do Patrimônio. Diálogos Pertinentes- Revista Científica de Letras, 2022, p. 8-21. <https://doi.org/10.26843/dp.v18i2.3818>

VENTURINI, Maria Cleci. A produção do conhecimento em museus: um estudo preliminar sobre o Museu do Holocausto. In: VENTURINI, Maria Cleci, LACHOVSKI, Marilda. Museus, memoriais e arquivos: a língua a história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023, p. 245-266. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023, p. 235-157.

VENTURINI, Maria Cleci. Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração. A. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2024.

VENTURINI, Maria Cleci. Museu-Jardim, o corpo-ausente e a visibilidade do corpo-documento na cidade-museu. In: SANTOS, Mariana; LACHOVSKI, Marilda. Entre equívocos e deslocamentos: a língua e literatura em movimento. Campinas/SP: Pontes Editores, 2024a, p. 135-152.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus, memoriais e lugares de memória: o testemunho como corpo. In: VITORIANO-GONÇALVES, Luana; VENTURINI, Maria Cleci (Orgs.) Perspectivas teórico-práticas: diversidade cultural, histórica e memorial. São Carlos; Pedro & João, 2025, p. 144-164.

VENTURINI, M. C.; PETRI, Verli. A narratividade do holocausto em dois espaços de memória. In: Mariani, Bethania; Rodrigues, Andréa; Dias, Juciele; Fragoso, Élcio. (Org.). A Linguagem e seu funcionamento: 40 anos... e mais. 1ed. Rio de Janeiro - RJ: Edições Makunaima, 2024, v. 1, p. 236-254.

Submissão: dezembro de 2025

Aceite: dezembro de 2025

SEMÂNTICA E DISCURSO DE MICHEL PÊCHEUX MEIO SÉCULO DEPOIS: O LEGADO TEÓRICO POLÍTICO DO MATERIALISMO HISTÓRICO EM TEMPOS DE EMERGÊNCIA SOCIOAMBIENTAL

Maurício Beck¹

Resumo: Este artigo revisita as três modalidades discursivas de funcionamento subjetivo de Pêcheux — identificação, contraidentificação e desidentificação — articulando-as às crises do marxismo-leninismo e às autocríticas posteriores do próprio autor. Argumenta-se como a aposta na pedagogia revolucionária da vanguarda pode levar a impasses teórico-políticos que obscurecem/iluminam o funcionamento contraditório e material do assujeitamento. A partir de Althusser, Lacan, Žižek, Sloterdijk e críticas recentes ao “formalismo signifiicante”, o texto propõe repensar a desidentificação não como posição estabilizada e individualizada, mas como relativo à agência das massas e passível de equívocos. Argumenta-se ainda que a resistência não é apenas discursiva, mas abrange a materialidade corpórea, “a vida resiste”, abrindo caminho para integrar materialidades vivas, entropia diante da emergência socioambiental.

Palavras-chave: Modalidades Discursivas de Funcionamento Subjetivo. Materialismo Espinozista. Formalismo do Significante. Emergência Climática.

MICHEL PÊCHEUX'S LANGUAGE, SEMANTICS AND IDEOLOGY HALF A CENTURY LATER: THE THEORETICAL-POLITICAL LEGACY OF HISTORICAL MATERIALISM IN TIMES OF SOCIO-ENVIRONMENTAL EMERGENCY

Abstract: This article revisits Pêcheux's three discursive modalities of subjective functioning — identification, counter-identification, and disidentification — articulating them with the crises of Marxism-Leninism and the author's subsequent self-critiques. It argues that the emphasis on the revolutionary pedagogy of the vanguard can lead to theoretical-political impasses that simultaneously obscure and illuminate the contradictory and material functioning of subjection. Drawing on Althusser, Lacan, Žižek, Sloterdijk, and recent critiques of “significant formalism,” the text proposes rethinking disidentification not as a stabilized and individualized position, but as related to the agency of the masses and prone to misunderstandings. It further argues that resistance is not only discursive but encompasses organic materiality — “life resists” — paving the way to integrate living materialities and entropy in the face of the socio-environmental emergency.

Keywords: Discursive Modalities of Subjective Functioning. Spinozist Materialism. Significant Formalism. Climate Emergency.

1 Doutor em Letras (UFS). Pesquisador pós-doc, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: mauricio.beck.dr@gmail.com

Preâmbulos acerta das três modalidades discursivas

Les Vérités de la Palice (1975), ou *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2014), do filósofo francês Michel Pêcheux, completa cinquenta anos de sua publicação sem perder a potência de suspender evidências, desestabilizar certezas arraigadas e provocar leituras instigantes a cada revisitação de suas páginas. A proposta deste texto é, em um primeiro momento, retomar algumas das leituras que já elaborei e publiquei sobre a obra, acrescentando-lhes novos questionamentos, avanços, inversões e inflexões. Em um segundo momento, o objetivo se torna mais ousado: lançar uma série de interrogações sobre as retificações que o próprio Pêcheux fez ao livro de 1975 e sobre sua aproximação com certas teses lacanianas ou, mais especificamente, com o que Gabriel Tupinambá (2024) denominou de “ideologia lacianiana”. Trata-se de levar a língua aonde o dente dói: investigar as dificuldades de concatenar o materialismo espinozista, com o qual Pêcheux abertamente se engaja em 1975, ao formalismo subjacente à tese milleriana da lógica do significante, desdobramento de posições adotadas por Lacan em um determinado momento de sua trajetória. O enfoque será, portanto, nas contribuições de cunho mais diretamente político-ideológicas da teoria materialista do discurso. Acredito que tais contribuições e os desdobramentos que elas tiveram no pensamento autocrítico do filósofo tem um potencial que extrapola o ofício da análise de discurso, pois conversa com o pensamento contemporâneo acerca de nossa formação social capitalista atualmente sitiada pela emergência climática.

Em nosso artigo (Beck, Scherer, 2008), *As modalidades discursivas de funcionamento subjetivo e o legado marxista-leninista*, partimos da teoria das três modalidades discursivas, elaborada por Michel Pêcheux (1975) a partir das teorizações

de Althusser, para estabelecer um diálogo com a tradição marxista-leninista. Nosso objetivo foi mostrar como a Análise de Discurso, em um de seus textos fundadores, buscou articular uma teoria materialista da linguagem com as soluções e os impasses teórico-políticos da luta de classes. Nesse percurso, argumentamos que a primeira modalidade, a do “bom sujeito”, correlata à identificação inconsciente com a ideologia dominante, funcionaria de modo análogo à adesão à ideologia burguesa tal como pensada por Lênin.

Avançamos, então, para a segunda modalidade, a do “mau sujeito” ou do contradiscurso, que associamos ao conceito leninista de “ideologia espontânea do proletariado”. Nela, o sujeito se rebelaria contra as evidências que o determinam, mas sua revolta permanece inscrita no interior do campo discursivo dominante, sendo incapaz de forjar, por si só, uma alternativa revolucionária consistente. A terceira modalidade, a do sujeito feio (conforme a designação que adotei em minha tese de doutorado) por sua vez, era indício, para nós, da tentativa teórica de Pêcheux de formular uma potencial superação dos efeitos de evidência da ideologia dominante: a “desidentificação” operaria por meio de uma pedagogia da ruptura, que fusionaria a teoria científica à prática política através de um dispositivo partidário de vanguarda, na acepção leninista do termo.

No entanto, constatamos em nossa investigação que a terceira modalidade revelou-se falha, tanto conceitual quanto historicamente. Acompanhamos a autocrítica de Pêcheux, que percebeu a simetria problemática entre o “sujeito materialista” da desidentificação e o sujeito pleno da ideologia, uma ilusão que negava a instância do inconsciente. Paralelamente, observamos como a crise do Partido Comunista Francês, criticada por Althusser, expôs na prática as limitações do modelo de partido fortaleza e

as falhas da chamada pedagogia revolucionária. Com efeito, no final dos anos 1970, Louis Althusser buscou intervir no debate político por meio de artigos publicados em abril daquele ano. O filósofo dirigiu suas críticas à liderança do Partido Comunista Francês (PCF), focando em dois problemas centrais: a tendência em adotar uma postura política alinhada com o parlamentarismo burguês e a estrutura organizacional excessivamente hierárquica e militarizada. Diante da censura imposta pela cúpula do partido, que barrou a publicação de seus textos no jornal *L'Humanité*, Althusser optou por veicular uma série de artigos no *Le Monde*. Esses textos seriam posteriormente reunidos no livro *Ce que ne peut plus durer dans le parti communiste*.

Nessa obra, Althusser argumenta que tanto a tendência parlamentarista quanto a estrutura militarizada serviam para perpetuar o poder exclusivo da direção sobre a base militante. Ele descreve a hierarquia militar como uma estrutura vertical, na qual a comunicação flui por uma única via ascendente: de uma célula para uma seção, depois para uma federação e, finalmente, para o comitê central. Esse sistema, segundo ele, institui um mecanismo de controle e vigilância, transformando os militantes em meros soldados que recebem ordens inquestionáveis dos quadros partidários. Essa organização inviabiliza qualquer cooperação ou diálogo direto entre as células, impedindo uma articulação mais horizontal dentro do partido. O efeito disso é a crença de que a "linha justa" só pode vir de cima, e a teoria do materialismo histórico acaba restrita à vanguarda, como se fosse propriedade exclusiva dos dirigentes.

Em oposição a essa abordagem vanguardista, Althusser aponta que, nas décadas de 1960 e 1970, as bases do partido e movimentos à margem da luta de classes (como jovens e mulheres) passaram a realizar suas próprias análises da conjuntura. Ele caracteriza o PCF

da época como uma fortaleza inexpugnável, cujo objetivo era se proteger de forças fora de seu controle, como os movimentos estudantis e "pequeno-burgueses" que não estavam sob a direção do partido durante os eventos de Maio de 1968. Diante dos levantes e da greve geral daquele ano, a estratégia defensiva do partido o colocou na retaguarda dos acontecimentos históricos.

Tendo em conta a dupla falha, teórica e política, argumentamos que se operou um recuo na Análise do Discurso, que deslocou seu eixo de investigação da revolução para as resistências cotidianas e para o sujeito cindido da psicanálise. Esse movimento coincidiu com o chamado "inverno político" para a esquerda francesa. Por fim, concluímos que a tarefa que se colocava para nós, enquanto analistas do discurso, não é a de resgatar um projeto revolucionário infalível, mas a de analisar como os movimentos sociais contemporâneos reelaboram, no discurso, as tensões e os impasses desse legado. Retomar criticamente a teoria do marxismo-leninismo em nossa própria teoria significa compreender como suas falhas e seus *insights* ainda ecoam nas lutas atuais, sem a pretensão de oferecer uma panaceia teórica, mas com o compromisso de interpretar os complexos processos de resistência-revolta-revolução no nosso tempo histórico.

A dominação ideológica e os impasses da pedagogia revolucionária

Antes de avançar mais no meu próprio percurso, gostaria de mencionar o texto *Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes* de Michel Pêcheux (2014b), publicado em *KultuRRevolution*, em 1984. Endereçado aos marxistas alemães, esse texto retoma a obra de 1975, como podemos verificar pela citação abaixo, permitindo aprofundar e tensionar a interpretação das três modalidades discursivas

que orientaram nossa análise.

Eu já havia tido, em 1975, a oportunidade de desenvolver, a partir desse estudo, certas perspectivas teóricas, às quais aqui farei explicitamente referência, tanto para expor aos leitores alemães as posições às quais eu continuo me subscrevendo, quanto para formular algumas retificações críticas, concernentes essencialmente a certos efeitos "teoristas". Veremos que este trabalho conduz a uma reavaliação das relações entre a teoria marxista e o que se convencionou chamar de ideologia proletária, no interior do conjunto do processo revolucionário, do qual a luta ideológica de classes é um elemento. (Pêcheux, 2014b, p.1)

Considero que este texto pecheuxtiano enfatiza que, na perspectiva do processo de reprodução/transformação histórica, as três modalidades não devem ser compreendidas como estágios psicológicos ou graus de consciência, mas como efeitos estruturais da relação sujeito/Sujeito no interior da luta ideológica de classes. Tal como Pêcheux afirma, a interpelação ideológica não se reduz a uma operação local, mas constitui simultaneamente um processo de assujeitamento e um ponto permanente de contradição.

Pêcheux retoma a primeira modalidade, correspondente ao “bom sujeito”, caracterizaria a coincidência entre o sujeito interpelado e o Grande Sujeito, realizando a adesão plena às evidências construídas pela ideologia dominante. O autor descreve essa coincidência como a forma pela qual “os sujeitos caminham sozinhos”, reproduzindo espontaneamente as relações de produção sem necessidade de coerção direta. Esse mecanismo fornece base materialista à nossa aproximação entre o “bom sujeito” e a adesão à ideologia burguesa tal como discutida por Lênin: trata-se, em ambos os casos, de um processo estrutural, sustentado pelo funcionamento desigual e subordinado dos aparelhos ideológicos de Estado, e não de um simples alinhamento voluntário.

A segunda modalidade, a do “mau sujeito”,

expressaria a ruptura parcial da coincidência entre sujeito e Sujeito, mas permanece capturada no interior do campo ideológico dominante. É nesse sentido que Pêcheux analisa o pacifismo da Primeira Guerra como inversão literal dos termos burgueses, onde a revolta opera “contra” a ideologia apenas para reproduzir sua estrutura. Essa descrição confirma nossa aproximação entre a contraidentificação e a “ideologia espontânea” em Lênin: trata-se de um gesto de rejeição legítimo, porém insuficiente para ultrapassar os limites estruturais do discurso dominante. A contestação, assim, não se transforma automaticamente em ruptura revolucionária.

É na terceira modalidade, a da desidentificação, que se concentra o ponto de maior convergência e também de maior tensão entre nossa análise e a reflexão tardia de Pêcheux.

Para especificar esse efeito de ruptura ideológica (distinto da literalidade e da inversão da contraidentificação), que integra o efeito da prática revolucionária proletária e a teoria marxista, propus o termo desidentificação como terceira modalidade ideológica, afetando a relação sujeito/Sujeito. Não se trata, de maneira alguma, de uma “síntese” do tipo hegeliana que vem reconciliar dois momentos anteriores concebidos como a afirmação (identificação) e a negação (contraidentificação). Também não se trata de uma impossível dessubjetivação do sujeito, mas de uma transformação da forma-sujeito sob o efeito desse acontecimento sem precedente na história, que constitui a fusão tendencial das práticas revolucionárias do movimento operário com a teoria científica da luta de classes. (Pêcheux, 2014b, p.10)

Em seu texto de 1975, o autor buscou formular a desidentificação como resultado da fusão tendencial entre teoria científica e prática política, agenciada pela pedagogia revolucionária do partido de vanguarda. Contudo, na autocrítica desenvolvida no texto aqui analisado, Pêcheux mostra que essa formulação sustentava uma simetria problemática entre o sujeito materialista da ruptura e o sujeito pleno da ideologia dominante. A exterioridade da teoria à ideologia, que servia de apoio para esse modelo, revela-se insustentável, pois corre o risco de

reintroduzir a figura do mestre pedagógico que conduziria as massas ao esclarecimento, reproduzindo a lógica que pretendia superar. Com efeito, Pêcheux se pergunta:

Como conceber a ruptura transformadora que afeta, assim, a forma-sujeito na prática proletária, tomada na História como "processo sem sujeito nem fim", sem fundamentar, em definitivo, essa ruptura no fato teórico, pelo qual o sujeito se encontra ausente como tal de todo discurso científico? Como evitar, então, uma subordinação da prática política à teoria, na qual a exterioridade teórica dos conceitos da ciência da história apareceriam, finalmente, como a causa da ruptura ideológica proletária? (Pêcheux, 2014b, p.10)

Nessa clareira, aberta pela autocítica, a desidentificação, longe de poder ser administrada ou ensinada, só poderia existir como efeito contraditório de práticas (não exclusivamente as teóricas) que desestabilizam o campo das evidências dominantes. Diante da dupla falha, teórico, no nível da formulação do sujeito desidentificado; e político, na crise das estratégias vanguardistas dos partidos eurocomunistas, operou-se um deslocamento significativo na teoria da Análise do Discurso. A ênfase deixa de recair sobre a promessa de uma ruptura centralizada e passa a se concentrar na materialidade das falhas, lapsos e contradições que atravessam a interpelação ideológica. Em lugar de uma trajetória teleológica revolucionária, emerge a atenção às resistências cotidianas, às ambivalências do sujeito cindido e às formas múltiplas de contestação que não se deixam reduzir ao eixo Estado/partido. Esse movimento coincide com aquilo que identificamos como um “inverno político” da esquerda francesa.

Ao retomarmos criticamente a terceira modalidade discursiva, a desidentificação, torna-se necessário examinar seu núcleo conceitual mais problemático: a centralidade atribuída ao primado da teoria e ao papel da vanguarda como mediadora entre ciência e prática revolucionária. Essa problemática, já apontada por Pêcheux em

sua autocrítica, revela-se inseparável de uma série de tensões epistemológicas, políticas e ontológicas que atravessam tanto o marxismo-leninismo quanto a Análise do Discurso.

Quando a teoria científica é elevada à instância capaz de “corrigir” a ideologia espontânea do proletariado, ela se converte numa espécie de Estado em pensamento, uma instância que concentra a “verdade” da revolução e que, por isso, tende a reproduzir a divisão social do trabalho político: uns teorizam, outros executam. A pedagogia da vanguarda, nesse contexto, aparece como prolongamento do aparelho estatal, mimetizando a lógica que pretende superar. A crítica ao empirismo e ao espontaneísmo, embora acertada quando identifica limites na ideologia espontânea (o “mau sujeito”), corre o risco de reinstalar uma obediência à Ideia ou à Teoria.

Esse impasse é inseparável da própria forma pela qual Pêcheux conceitua a desidentificação. Se ela é vinculada à teoria como instrumento da revolução vindoura, corre-se o risco de postular um sujeito-pleno-de-revolta, figura que, segundo o autor, não apenas é impossível, mas simetricamente equivalente ao “bom sujeito” que caminha sozinho. Em contraste, Pêcheux, irá doravante conceituar a desidentificação como inscrita no processo revolucionário (de massas)

Se aceitamos designar pelo termo “des-identificação” o que, no processo da revolução proletária, constitui a forma ideológica da tendência ao não-Estado, podemos dizer que o aparelho de Estado proletário, enquanto ele mesmo essa realidade contraditória, tendendo “não só a se perpetuar e a se reforçar, mas também a definir progressivamente, em razão de sua forma” (E. Balibar), funciona ideologicamente à des-identificação e ataca, por aí, os processos de divisão-representação-delegação que fundam o Estado de direito. (Pêcheux, 2014b, p.19)

Para Pêcheux, as massas proletárias são da ordem do irrepresentável, pois não elas não consituiriam um corpo. Ademais, afirmar

que a interpelação proletária funciona pela contradição significa que os indivíduos são capturados no interior da própria contradição que os constitui, sem que possam se identificar com um "eu-sujeito" proletário – figura essa impossível. Isso também implica que esse processo é, por natureza, interminável, sendo constantemente obrigado a recomeçar do ponto onde aparentemente terminou. Para o filósofo, não existe e não pode existir uma interpelação proletária "pura", pois a contradição está sempre se suturando, na tentativa justamente de realizar esse impossível.

Em outras palavras, é possível dizer que a equivocidade de diferentes materialidades atravessa tanto a política quanto a linguagem e impede qualquer estabilização plena da revolta-revolução. A desidentificação, vista por esse ângulo, não é um ponto de chegada nem uma identidade revolucionária, mas o efeito de práticas que desarranjam os lugares estabilizados do mando e da obediência, da divisão social do trabalho, inclusive o autoproclamado revolucionário.

Essa perspectiva reforça, enfim, a necessidade de compreender ao processo de resistência-revolta-revolução como fenômeno sujeito ao descontínuo, ao equívoco. Longe de constituírem um sujeito absoluto, elas produzem aberturas parciais, deslocamentos posicionais e reconfigurações locais dos aparelhos ideológicos. Integrar essas dimensões ao quadro teórico da Análise do Discurso significa recusar tanto um espontaneísmo empirista quanto um vanguardismo teoricista. Com isso, não estou afirmando que a teoria materialista não seja necessária para a realização de análises concretas de situações concretas, mas que não há garantias de que a compreensão das condições objetivas para a transformação sócio-histórica caminha no mesmo passo e ao mesmo tempo com as condições subjetivas de transformação da Forma Sujeito.

Haveria uma quarta ou muitas outras modalidades discursivas?

Partindo da teoria materialista do discurso de Michel Pêcheux, que articula a linguística estruturalista, a psicanálise e a teoria da ideologia de Althusser, nosso artigo (Beck, Marcel, 2012) "O sujeito e seus modos" investiga as formas de inscrição do sujeito nas formações discursivas. Um aspecto crucial desenvolvido pelos autores é a ideia de que esse funcionamento especular não opera por uma identificação plena e perfeita, mas necessariamente por um hiato entre os sujeitos e o Sujeito. Esse afastamento é o que garante a eficácia do mecanismo, pois mantém o sujeito em um estado de desejo e tentativa constante, porém inalcançável, de se igualar ao ideal. O exemplo do sujeito cristão, que deve aspirar a Cristo mas jamais pode pretender se igualar a ele sob pena de blasfêmia, ilustra perfeitamente como a ideologia se sustenta nessa distância necessária.

A transição para a Forma Sujeito Moderna, (pré)teorizada com base em Feuerbach e Max Stirner, modifica, mas não suprime, essa lógica de assujeitamento. Feuerbach, ao argumentar que Deus é uma projeção da essência do homem para fora de si, desloca o lugar do Sujeito universal. No entanto, como critica Stirner, essa internalização da essência suprema no "Homem" não liberta o indivíduo; pelo contrário, ele agora se torna a "morada" superlotada desse novo ideal. A forma-sujeito deixa de ser predominantemente religiosa para se tornar o "Homem livre e autônomo" da modernidade capitalista, mas o hiato persiste. O sujeito é agora interpelado como "deus de si mesmo", porém permanece assujeitado a essa forma idealizada de humanidade, que ele deve constantemente buscar, mas nunca pode realizar plenamente, internalizando assim a própria sujeição.

Nesse contexto, o artigo detalha as modalidades de funcionamento subjetivo

propostas por Pêcheux. A identificação ("bom sujeito") ocorre quando o sujeito consente livremente com o Sujeito, mas mesmo aqui o hiato se manifesta, por exemplo, na humildade cristã que impede a igualação plena. A contradientificação ("mau sujeito") é um distanciamento limitado que, ao criticar o Sujeito sem romper com o terreno da evidência ideológica, muitas vezes acaba por reforçar o sistema que pretende questionar, mantendo-se dentro dos limites do hiato. A problemática desidentificação ("feio sujeito"), por sua vez, visaria uma ruptura radical.

Para além delas, nós incorporamos a noção de superidentificação de Žižek, que atua de maneira singular perante o hiato: em vez de buscar preenchê-lo ou dele se afastar, ela o exacerba até o ponto do grotesco, extrapolando os imperativos do Sujeito de tal forma que expõe suas contradições e obscenidades, suspendendo sua eficácia. Diferente da desidentificação, a superidentificação ocorre quando o sujeito leva os imperativos da ideologia ao pé da letra, de forma excessiva, obscena ou grotesca. Esse excesso, ao extrapolar a norma, expõe a contradição e o núcleo de gozo (sinthoma) inerentes ao sistema, suspendendo sua eficácia simbólica. Por fim, o artigo avança a teoria pecheuxtiana ao complexificar o leque de modalidades subjetivas, demonstrando que a relação sujeito-Sujeito envolve distintos vetores de deslocamento e que a superidentificação pode se configurar como uma posição discursiva potente ao desafiar as evidências das formações discursivas dominantes.

Entre Teoria, Estado e cinismo

Em síntese, a reavaliação da desidentificação em Pêcheux(1978), articulada ao debate sobre reprodução/transformação ideológica, é indício de uma tensão estrutural no interior das tradições marxista-leninista

e pecheuxtiana: a expectativa de que a teoria possa ocupar o lugar da falta na política. Ao ser investida como princípio ordenador da prática revolucionária, a teoria tende a se converter, como já sugerimos, num Estado em pensamento, uma instância de autoridade que organiza o campo da luta a partir de uma posição supostamente exterior às determinações ideológicas. Essa operação reintroduz, sob forma epistemológica, a hierarquia que declara combater, restabelecendo a divisão social do trabalho revolucionário: a teoria pensa; as massas executam; a vanguarda administra a distância entre ambas. O resultado é que a teoria, ao tentar suturar essa defasagem, produz precisamente aquilo que pretendia evitar: uma nova forma de autoridade, uma nova abstração que exige obediência e que organiza a insurreição segundo a lógica de uma Ideia.

Neste momento, a contribuição de Sloterdijk (2012) se torna profícua. O sujeito cínico não é o ingênuo preso à evidência ideológica, mas aquele que já antecipou a crítica e, mesmo assim, continua a reproduzir o funcionamento ideológico que denuncia. Não se trata de falta de teoria, mas de excesso: a crítica tornou-se parte do próprio ritual ideológico. Essa constatação desloca a confiança na crítica como operador automático de transformação e revela o limite interno da desidentificação. A crítica torna-se, então, um dispositivo neutro ou mesmo funcional ao capital, como Sloterdijk observa: o sujeito que tudo sabe continua a fazer o que sempre fez, protegido por uma ironia defensiva que neutraliza qualquer aposta transformadora. Esse cinismo não é um desvio individual, mas forma contemporânea de assujeitamento, um modo pelo qual a teoria pode ser absorvida como ornamento, mantendo incólume o núcleo de interesses materiais e as alianças de classe que organizam a vida social².

2 Talvez possamos afirmar que muito do atual negacionismo climático opera de modo cínico: "Sabemos que o planeta colapsa, mas continuamos" — enquanto forma ideológica própria do capitalismo fóssil.

Essa perspectiva incide diretamente na problemática da “extinção” do Estado no mundo socialista. Se a teoria opera como Estado em pensamento, e se o cinismo neutraliza sua força disruptiva, então o horizonte revolucionário corre o risco de oscilar entre quietismo (a espera esclarecida pelo momento objetivo adequado) e voluntarismo (a ação guiada pela convicção de um sujeito esclarecido e uno). Em ambos os casos, perde-se de vista a equivocidade ou a opacidade da vida social. Um projeto de supressão plena da opacidade do social esbarraria no que, de acordo com Rouanet (2004), envolve uma dupla utopia. No plano social, existe o ideal de uma sociedade completamente transparente para si mesma. Esse objetivo é utópico porque tal transparência total nunca será alcançada; no entanto, a psicanálise, em sua dimensão coletiva, não pode abrir mão desse ideal. Rouanet lembra que Freud, em *O Mal-Estar na Cultura*, também alimentou a esperança de que, um dia, a humanidade pudesse superar mecanismos de defesa como o recalque – um recurso imaturo de fuga – e que a sociedade pudesse ser governada pelo *Logos*, ou seja, pela razão. Nesse cenário, o controle social e a gestão das pulsões seriam realizados por meio de uma organização racional da sociedade. Essa visão é realizável? Para Rouanet é evidente que não. Assim, temos duas utopias: a de um psiquismo transparente para si mesmo (no plano individual) e a de uma sociedade regida integralmente pela razão (no plano social). Ambas são inalcançáveis, mas também seriam ideais dos quais não podemos desistir. São dois ideais inatingíveis, porém irrenunciáveis, uma vez que abrir mão deles significaria ou perpetuar uma “razão cativa” (como Rouanet alertou em 1985) ou aceitar de modo conformista – ainda que crítico – uma “razão cínica” (conceito de Sloterdijk, 2012).

É preciso reconhecer que mesmo uma teoria que postula a opacidade do sujeito e da história, como as de Althusser ou Pêcheux, não escapa desse impasse do “inatingível

irrenunciável”. Pelo contrário, ela o expõe, colocando-o em confronto como um mal-estar teórico: se o propósito da teoria é iluminar a opacidade que ela própria afirma existir, então esse ato de revelar o que está encoberto constitui justamente o “irrenunciável” – o conhecimento do objeto opaco. Dessa forma, a transparência completa do laço social se configura como o ideal inatingível, porém irrenunciável, de um projeto teórico e analítico que busca explicar o funcionamento da ideologia e sua intrincada relação com o discurso.

Essas opacidade e equivocidade impedem que a revolta se apresente como modalidade estabilizada. Longe de caminhar, o sujeito dividido tropeça; longe de convergir com a revolta contra a exploração, produz desvios, falhas e deslocamentos que não se deixam capturar por nenhum programa teórico. O cinismo moderno, nesse quadro, não é apenas obstáculo, mas sintoma: ele revela o esgotamento das vias pedagógicas e das teorias que pretenderam ocupar o lugar do Sujeito pleno. A revolta emerge, então, não como realização de uma consciência teórica, mas como efeito de desencontro entre condições objetivas e subjetivas, um acontecimento passível de equívoco, uma irrupção que não coincide consigo mesma e que não pode ser garantida nem pela crítica nem pela vanguarda.

Essa leitura não desautoriza a teoria, mas desloca seu papel: ela não pode mais reivindicar a função de luminar da revolução, tampouco a posição de suplemento moral da resistência. Seu lugar é outro: interpretar a dinâmica contraditória pela qual resistências, revoltas e revoluções se entrecruzam com práticas cínicas, falhas ideológicas e equívocos ontológicos. É nesse terreno instável que a análise do discurso pode reencontrar sua força: não como tribunal da consciência, mas como ferramenta para pensar as formas múltiplas e contraditórias pelas quais a transformação se torna possível.

O modelo da vanguarda, encarregada de portar a ciência e conduzir o proletariado para além de sua “ideologia espontânea”, inscreve uma assimetria entre saber e prática, ou entre práticas teóricas e práticas políticas, que transforma o primado da teoria em primado da autoridade. A pedagogia revolucionária, cuja promessa era operar a passagem da “revolta espontânea” à “revolução organizada”, acaba produzindo efeitos paradoxais: converte a crítica do Estado em uma forma de Estado teórico e reinscreve o sujeito político na obediência à Teoria. É nesse ponto que a crítica de Sloterdijk (2012) ao cinismo moderno se torna fecunda: o militante, como o burocrata, sabe exatamente o que faz, reconhece o caráter ritualizado das palavras de ordem e das estruturas que o governam e, ainda assim, as repete. Essa cisão entre saber e acreditar, característica do “cinismo esclarecido”, ilumina a dificuldade da terceira modalidade pecheuxtiana: a desidentificação não se realiza porque o sujeito já sabe que não há um “Grande Outro revolucionário” plenamente consistente, mas continua a agir como se houvesse.

Só há causa daquilo que falha na teoria: remontemos da lógica do significante ao materialismo espinozista.

Partindo de uma perspectiva alinhada ao anti-humanismo teórico de Louis Althusser (2002), Pêcheux (2014a, p. 138) em *Semântica e Discurso*, argumentou que o paradoxal conceito de Ideologia permitiria conceber: "o homem" como 'animal ideológico', isto é, pensar sua especificidade enquanto parte da natureza, no sentido espinosano do termo: a história é um imenso sistema natural-humano, em movimento, cujo motor é a luta de classes." Esta concepção espinozista, que fundamenta radicalmente a posição de Pêcheux, caracteriza-se pela adoção do princípio de imanência formulado por Espinosa em oposição a qualquer forma de transcendência. Na filosofia espinosana, expressa na fórmula *Deus sive Natura*

(Deus ou seja a Natureza), não há lugar para um reino separado do mundo material - tudo o que existe constitui expressão imanente de uma única substância. Desta premissa decorre que o animal humano não pode ser concebido como uma "ilha de transcendência" no seio da natureza, mas sim como modo finito desta única realidade, inteiramente submetido às suas leis gerais. É este embasamento ontológico que permite a Pêcheux, na esteira de Althusser, recusar a noção do humano como contranatureza ou ser de transcendência.

A compreensão da natureza como sistema dinâmico e produtivo - como *natura naturans* (natureza naturante) - leva à concepção da história como "imenso sistema natural-humano" em movimento permanente. As formações sociais, relações de produção, lutas políticas e instâncias ideológicas não representam, nesta perspectiva, epifenômenos de uma consciência humana autônoma, mas sim processos naturais entendidos em seu sentido mais amplo e produtivo. A história humana revela-se, assim, como o processo através do qual a natureza atinge tal complexidade que passa a gerar contradições sociais como uma de suas formas específicas de movimento. Desta visão decorre necessariamente a recusa do "sujeito da história" enquanto agente livre e consciente que dirigiria o processo histórico a partir de suas intenções - o que chamamos de indivíduo ou sujeito representa, na verdade, ponto de interseção de múltiplas causas naturais, sociais e passionais. O anti-humanismo teórico althusseriano, que Pêcheux incorpora, surge como consequência direta desta compreensão: o homem não é sujeito, mas é assujeitado por estruturas que o precedem e determinam, sendo a ideologia o mecanismo natural-humano específico através do qual os indivíduos são constituídos como "sujeitos" que vivem imaginariamente sua relação com as condições reais de existência.

Um dos desdobramentos da obra teórica

de 1975 se deu na forma de autocrítica de Pêcheux, anexada à tradução inglesa para *Semântica em Discurso*, e intitulada *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*. Após todo um trabalho de retificação e ajustamento de suas elaborações teóricas de 3 anos antes, Pêcheux menciona a arqueogenealogia de Michel Foucault, tecendo um elogio consistente e uma crítica contundente uma vez que, em sua avaliação, haveria avanços na compreensão dos mecanismos de interpelação ideológica e de violência repressiva, ao mesmo tempo, persistiriam obscurecimentos quanto aos mecanismos da resistência e da revolta.

Com respeito a essa questão, certas análises de Michel Foucault fornecem a possibilidade de retificar a distinção althusseriana entre interpelação ideológica e violência repressiva, colocando à mostra o processo de individualização-normativização no qual diferentes formas de violência do Estado assujeitam os corpos e asseguram materialmente a submissão dos dominados — mas com a condição expressa de retificar o próprio Foucault sobre um ponto essencial, a saber, seu embaraço com respeito à psicanálise e ao marxismo: desmontando pacientemente as múltiplas engrenagens pelas quais se realizam o levantamento e a arregimentação dos indivíduos, os dispositivos materiais que asseguram seu funcionamento e as disciplinas de normativização que codificam seu exercício, Foucault traz uma contribuição importante para as lutas revolucionárias de nosso tempo, mas, simultaneamente, ele a torna obscura, ficando inapreensíveis os pontos de resistência e as bases da revolta de classe. Farei a hipótese de que esse obscurecimento se dá pela impossibilidade, do ponto de vista estritamente foucaultiano, de operar uma distinção coerente e consequente entre os processos de assujeitamento material dos indivíduos humanos e os processos de domesticação animal. Esse biologismo larvado, que ele partilha, em todo desconhecimento de causa, com diversas correntes do funcionalismo tecnocrático, torna, consequentemente, a revolta totalmente impensável, pois, assim como não poderia haver ‘revolução dos bichos’, também não poderia haver extorsão do sobre-trabalho ou de linguagem no que se convencionou chamar de reino animal. (Pêcheux, 2014a, p. 279)

A hipótese de Pêcheux, portanto, para explicar a suposta impossibilidade de a pesquisa foucaultiana apreender as bases da revolta e os pontos de resistência, reside na indistinção que ela estabelece entre o assujeitamento material do animal humano (o “reino humano”?) e a domesticação de animais não humanos

(do reduzido número de espécies passíveis de domesticação). E Pêcheux articulará tal limitação ao embaraço (que também poderia ser traduzido como foraclusão) com a psicanálise e o marxismo, próprio às pesquisas foucaultianas. Com efeito, para Pêcheux, não haveria “revolução dos bichos” (conforme a tradução brasileira, *révolte des bêtes*, na versão francesa, Pêcheux (1990) ou *revolt of the beasts*, segundo a versão inglesa do texto, Pêcheux (1982), porque não há extorsão de sobretrabalho de animais não humanos, ou de linguagem no que é teologicamente designado de reino animal. De modo que, visando um distanciamento do que chamou de biologismo larvado de Foucault, Pêcheux mobiliza dois postulados oriundos de teses do marxismo e da psicanálise, a saber:

“Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história.” (Pêcheux, 2014, p. 279). E acrescenta: “E se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrito no simbólico.” (Pêcheux, 2014, p. 279).

Não resta dúvida de que a vinculação entre linguagem e divisão do sujeito remete à teoria psicanalítica³. Gostaria de me deter

3 Em uma perspectiva mais contemporânea, a filósofa Alenka Zupančič (2023), a psicanálise lacaniana oferece uma releitura contundente sobre a “animalidade” humana, alinhando-se à perspectiva nietzschiana que compreende o humano como um animal inacabado e domado. Diferentemente de uma visão que opõe um suposto “animal pleno” a uma humanidade elevada, Lacan propõe que não há no ser humano um nível zero animal autos-sustentável ou um funcionamento orgânico harmonioso. Pelo contrário, o humano é marcado por uma falha ou inacabamento constitutivo, no qual o “mais” — manifestado na pulsão e no gozo (*jouissance*) — ocupa o lugar de um “menos”, ou seja, de uma incompletude fundamental. Nessa abordagem, a pulsão e o gozo não representam um excesso que nos distancia da animalidade, mas expressam justamente essa condição de ser que não funciona como “deveria”. O humano, como ser de pulsão, não é uma exceção à natureza, e sim o ponto em que a própria impossibilidade ou impasse inerente ao natural se torna

com mais atenção sobre essa segunda tese que, no interior da teoria materialista do discurso, funciona como um postulado. Para desenvolvê-la, é necessário apresentar a crítica de Gabriel Tupinambá (2024) à ideologia lacaniana. É importante frisar, desde já, que se trata de uma crítica interna, uma vez que o autor está vinculado à própria tradição lacaniana. Nesse aspecto, sua postura assemelha-se à supracitada autocrítica de Pêcheux, também impulsionada pela necessidade de retificar a teoria para combater os efeitos do ideológico na esfera teórica, na clínica e nas organizações psicanalíticas. Ademais, Tupinambá recupera as concepções epistemológicas de base bachelardiana e althusseriana, partindo do princípio de que a ideologia espontânea da prática teórica emerge da generalização de conhecimentos científicos restritos a um determinado domínio. No caso da psicanálise lacaniana, ele retoma as reflexões de Lacan anteriores à apropriação da linguística estrutural, período em que o psicanalista francês compreendia o *setting* clínico como um espaço artificial, “espaço real que está apartado da realidade” (Tupinambá, 2024, p. 67).

Ou seja, o consultório funcionaria como um campo experimental, no qual a fala dos analisandos estaria liberada da obrigação de relatar algo factual sobre o mundo. E é precisamente nesse sentido que a experiência do inconsciente poderia emergir pela via da livre associação. No entanto, a partir de 1953, com a apropriação da noção de significante da linguística estrutural, Lacan teria se distanciado da leitura da clínica como um espaço artificial e, portanto, de exceção e passado a compreender toda e qualquer fala como determinada pela lógica da cadeia significante inconsciente, “Para a nova teoria metapsicológica de Lacan, o ‘significante mais o inconsciente’ emerge

visível e se articula. Dessa forma, Zupančič dialetiza radicalmente as noções de animalidade e natureza, rejeitando qualquer reducionismo biológico e aproximando-se de uma compreensão dialética da Natureza, tal como sugerida por Althusser (2002).

como o campo capaz de dar conta da origem da significação em geral.” (Tupinambá, 2024, p. 79) Trata-se, para Tupinambá, de uma extrapolação e generalização que estaria na base do que ele chamou de ideologia lacaniana, em que o objeto da linguística por exemplo, estaria subsumido ao continente da psicanálise, “absorvendo o domínio da linguística em uma teoria da fala ainda *mais geral*” (Tupinambá, 2024, p. 66). Para o autor, quando o lacanismo é transformado em doutrina sobre o sujeito humano, o significante deixa de ser operador clínico e passa a funcionar como princípio ontológico transcendental, reinstalando aquilo que pretendia combater. A teoria, assim, é deslocada da contingência de sua prática para o lugar de Sujeito. Com efeito,

Se o significante não é um conceito regional, mas um conceito geral, aplicável a toda interação falada e a toda situação em que há seres falantes, independentemente de quaisquer restrições artificiais, então o objeto da psicanálise está em questão por toda parte – e, portanto, estamos em posição de afirmar que, se um campo de pensamento não trata do sujeito da experiência psicanalítica, não é porque ele não produz as condições para sua constituição, mas, antes, porque ele ativamente as foracluiu, negando “inconscientemente” essa dimensão onipresente da vida humana. Quando Miller reivindica que a lógica do significante desenvolvida por Lacan é capaz de reconhecer o núcleo impensado das leis do pensamento operantes até mesmo nos níveis lógicos mais abstratos e puramente lógicos do discurso, ele apenas está levando tal estratégia até sua conclusão

“lógica”. (Tupinambá, 2024, p 80)

O argumento de Tupinambá acima é de que, se o significante, no sentido lacaniano do termo, é um conceito geral, aplicável a toda situação de fala, então qualquer campo de conhecimento que desconsiderasse a cisão do sujeito e a primazia do significante o faria por via de uma forclusão. Por um lado, esta é precisamente a crítica de Pêcheux ao embaraço/forclusão de Foucault para com a descoberta do inconsciente pela psicanálise. Por outro, o postulado da divisão do sujeito inscrito no simbólico seria condição sem a qual a revolta seria impensável para o animal humano.

Pêcheux, desse modo, toma a linguagem ou o simbólico, a partir da leitura lacaniana, como um demarcador de fronteiras entre o humano e o não humano, reinstaurando inadvertidamente traços do excepcionalismo humano. Da clínica como um campo singular, espaço de experimentação com o significante livre do imperativo do relato, para a condição universal do ser falante (capaz de revolta) no reino do humano: eis um risco real de generalização ideológica, via adesão a aspectos presentes ou latentes no formalismo logicista, que Tupinambá menciona na leitura consequente de Miller⁴ das contradições emergentes pela apropriação da linguística estrutural efetivada por Lacan na década de 1950.

É pertinente mencionar que uma busca de um demarcador de excepcionalidade entre animais humanos e não humanos diverge das considerações de Freud (2010) quando este escreveu sobre as feridas narcísicas⁵. Por outro lado, o próprio Freud também buscou investigar, na psicopatologia da vida cotidiana e nos chistes que circulam na vida social indícios de sua descoberta, extrapolando, desse modo, o campo da experiência clínica propriamente dita. Com isso, quero argumentar que a aproximação com as chamadas formações do inconsciente que Pêcheux faz no anexo 3 continua consistente e profícua. Entretanto, a resistência inconsciente,

4 Importante mencionar que a tese de Miller é ambiciosa, pois entendia que a lógica do significante constituiria um discurso suficientemente amplo para pairar acima dos continentes do marxismo e da psicanálise. Esta é uma tese formalista que Pêcheux não adere e chega a questionar, uma vez que a especificidade de cada continente impediria qualquer fusão entre elas em uma teoria da revolta, na leitura materialista de Pêcheux (2014).

5 Somente quando se torna um adulto ela [a criança] se acha a tal ponto afastada dos animais que insulta seres humanos com o nome de um animal. [...] Todos nós sabemos que há pouco mais de meio século as pesquisas de Charles Darwin, de seus colaboradores e precursores, puseram fim a essa presunção do ser humano. O homem não é algo diferente nem melhor que os animais; é ele próprio de origem animal, mais aparentado a algumas espécies, mais distante de outras. (Freud, 2010, p.245-246)

conceituada pelo filósofo francês, seria uma categoria ligada exclusivamente à linguagem ou à estrutura de classes? Ou ela possui uma base na materialidade viva e corpórea incontornável. Um exemplo concreto disso é o testemunho de um intelectual empregado na montadora Citroën, que Pêcheux (1990, p. 269) cita para ilustrar o impossível do assujeitamento perfeito, das falhas do ritual, na "origem não-detectável da resistência e da revolta". Para trazer o trecho na íntegra, retomo a versão em francês, citada por Pêcheux (1990, p. 269)

Tentation de la mort. Mais la vie se rebiffe et résiste. L'organisme résiste. Les muscles résistent. Les nerfs résistent. Quelque chose, dans le corps et dans la tête, s'arcoute contre la répétition et le néant. La vie: un geste plus rapide, un bras qui retombe à contretemps, un pas plus lent, une bouffée d'irrégularité, un faux mouvement, la "remontée", le "coulage" [...]⁶.

Pêcheux mobiliza fragmentos da narrativa autobiográfica como exemplo concreto da impossibilidade de um assujeitamento perfeito. Esse trecho, que aparece como nota de rodapé, ilustra como as falhas nos rituais ideológicos revelam uma origem indetectável da resistência, onde lapsos e atos falhos vencem momentaneamente a interpelação ideológica. Sem discordar dessa análise, destaquei (Beck, 2024) um aspecto que tende a ser relegado a segundo plano: os enunciados que se referem especificamente à materialidade viva. A descrição de que "a vida cintila e resiste. O organismo resiste. Os músculos resistem. Os nervos resistem" é índice de uma resistência

6 Eis a versão em inglês seguida de minha tradução. Death tempts you. But life flickers and resists. The organism resists. The muscles resist. The nerves resist. Something in the body and in the head braces up to fight against the repetition and the emptiness. Life: a faster movement, a burst of irregularity, a mistake, a "speed-up", a "slow-down" [...] (Pêcheux, 1982, p. 218). [A morte te tenta. Mas a vida cintila e resiste. O organismo resiste. Os músculos resistem. Os nervos resistem. Algo no corpo e na cabeça se fortalece para lutar contra a repetição e o vazio. Vida: um movimento mais rápido, uma explosão de irregularidade, um erro, uma "aceleração", uma "desaceleração"].

orgânica à mecanização do trabalho. Advogo que, se assumimos a leitura dialetizante da vida, da natureza, da animalidade e a especificidade (não a excepcionalidade) do animal ideológico como parte da natureza, não podemos mais nos apartar de um suposto "domínio da Natureza como província contra-unificada" (Viveiros de Castro, 2012, s.p.). A vida cintila e resiste, nervos e músculos resistem à mecanização do trabalho serial, a materialidade viva é (também) equívoca.

Em tempos de emergência climática, Viveiros de Castro (2023, p. 24) advoga que os "mil nomes de Gaia" não devem ser vistos como sinônimos de uma única entidade. O antropólogo contesta a imagem de Gaia como um Objeto definido e externo, no qual estaríamos contidos, mas do qual poderíamos nos distanciar, graças a um suposto status de exceção da humanidade como Sujeito. Pelo contrário, o autor defende que Gaia é uma relação mútua de constituição com todos os seus habitantes, não possuindo, portanto, interioridade ou exterioridade. Além disso, para Viveiros de Castro (2023), a dinâmica entrópica de nosso momento histórico revela que o Sistema-Terra está se transformando mais rapidamente do que as estruturas do tecnocapitalismo global ou das "relações sociais que comandam o emprego da força de trabalho" (Althusser, 2002, p. 65). Essa disparidade, possivelmente inédita em nossa história, transforma a crença em nossa excepcionalidade, outrora uma vantagem, em uma espécie de nova "ferida narcísica". Algo incontornável e inadiável.

Retomar Espinosa e o espinosismo de Althusser e Pêcheux é, nessa perspectiva, repor a imanência no centro da teoria: não há dois domínios (natureza e cultura, organismo e linguagem), mas apenas uma única substância que produz, em diferentes níveis de complexidade, diferentes modos de expressão. A divisão subjetiva não é um luxo metafísico

do humano, mas o modo pelo qual a vida, em sua materialidade equívoca, falha em coincidir consigo mesma. Zupančič já o observou com precisão: o gozo não é aquilo que nos eleva acima do animal, mas o índice de que também não funcionamos "como deveríamos", de que o natural não é jamais um sistema harmonioso e autossuficiente. A falha não é transcendência: é uma propriedade imanente dos modos finitos. Ao reinscrever o sujeito dividido como efeito material e não como marca ontológica, desfaz-se o privilégio antropológico implícito no estruturalismo linguístico quando tomado como ontologia.

Dizer que "a vida resiste" não é metáfora: é reconhecer que a própria natureza, concebida espinosamente, é campo de forças contraditórias, falhas, dissonâncias, efeitos de duração e potência que não se deixam reduzir ao cálculo. Nesse sentido, pensar insurgências para além do animal humano não significa atribuir agência moral à floresta ou ao clima, mas compreender que o capitalismo extrativista, essa formação discursivo-material que captura corpos e territórios, encontra limites que são simultaneamente naturais e ideológicos. A luta de classes, reconfigurada em escala terrestre, não desaparece; ela se reinscreve na colisão entre formas de vida e formas de produção. Meio século depois, a obra de Pêcheux, obra densa, ousada, falha, rebelde, vive e pulsa entre nós.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. A querela do humanismo II. Crítica marxista, n. 14, Campinas, 2002. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo85artigo3.pdf. Acesso em 07 set 2023.

ALTHUSSER, Louis. Lo que no puede durar en el Partido Comunista. Tradução de Pedro Vilanova Trías. Siglo XXI de España Ed., 1978.

BECK, Maurício; SCHERER, Amanda. As Modalidades discursivas de funcionamento subjetivo e o legado marxista-leninista. *Letras (UFSM)*, v. 37, p. 169-183, 2008.

BECK, Maurício; MARCEL, Phellipe. O sujeito e seus modos - identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. *Revista Leitura*, v. 2, p. 135-162, 2012 Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/1152>

BECK, Maurício. Sobre reprodução/ transformação: o (dis)funcionamento ideológico e seus efeitos políticos. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMAN, Solange (Org.). *Análise de Discurso: dos fundamentos aos desdobramentos - 30 anos de Michel Pêcheux*. 1ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015, v., p. 67-79.

BECK, Maurício. Sobre o animal ideológico: discurso, direito e entropia no antropoceno. In: Cláudia Jotto Kawachi-Furlan; Amanda Heiderich Marchon; Pedro Henrique Witches; Gesieny Laurett Neves Damasceno; Roberto Perobelli [. (Org.). *Estudos Linguísticos e Direitos Humanos: língua, sociedade e educação*. Vol. 4.. 1ed. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2024, v. 4, p. 247-267.

FREUD, Sigmund. Uma dificuldade da psicanálise. [1917] in FREUD, Sigmund. *Obras Completas*, Volume 14. História de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos"): Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Tradução e notas de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *Language, Semantics and Ideology: Stating the Obvious*. Translated by Harbans Nagpal. The Macmillan Press Ltd: London, 1982.

PÊCHEUX, M. Il n'y a de cause que de ce qui cloche (1978) in PÊCHEUX, M. *L'Inquiétude du Discours*. Textes de Michel Pêcheux. Choisis

et présentés par Denise Maldidier. Éditions des Cendres: Paris, 1990. PÊCHEUX, M. *Language, Semantics and Ideology: Stating the Obvious*. Translated by Harbans Nagpal. The Macmillan Press Ltd: London, 1982.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et. al. 5 ed. Campinas- SP: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. Tradução de Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. *Décalages*: Vol. 1: n. 4, 2014b.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Dupla Utopia Psicanalítica*. *Percursos*, n. 33, 1 sem. 2004. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/percurso/main/pes33/33Entrev.htm>. Acesso em: 03 mar.2019.

ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão cativa*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SLOTERDIJK, Peter. (2012) *Crítica da Razão Cínica*. Tradução de Marco Casanova, Paulo Soethe, Pedro Costa Rego, Maurício Mendoça Cardozo e Ricardo Hiendlmayer. São Paulo: Estação Liberdade.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A noção de espécie em antropologia. Reportagem a Eduardo Viveiros de Castro, 16 out. 2012, por Álvaro Fernández Bravo. Disponível em: www.academia.edu/9964305/A_no%C3%A7%C3%A3o_de_esp%C3%A9cie_em_antropologia. Acesso em: 05 ago. 2021.

ZUPANČIČ, A. O que é sexo? Tradução de Rafale Bozzola. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

Submissão: Dezembro de 2025.

Aceite: Dezembro de 2025

“E MAIS NÃO DISSE”: RAÇA, CRIMINALIDADE E NAÇÃO NOS DEPOIMENTOS DO CASO FERMINA (PELOTAS, 1854)

Marilene Aparecida Lemos¹

Resumo: Este artigo problematiza o processo-crime de 1854 relativo à liberdade da “preta Fermina”, na fronteira Brasil-Uruguai, à luz da Análise de Discurso de Pêcheux. Analisa como expressões jurídicas oitocentistas, recorrentes nos depoimentos de testemunhas (negociantes, um proprietário e um solicitador de Pelotas), produzem efeitos de sentido que legitimam posições-sujeito e instituem fronteiras sociais. A análise evidencia que a qualificação das testemunhas, articulada à legislação da época, naturaliza uma autoridade enunciativa vinculada à elite econômica local, em oposição à figura da mulher negra como objeto de disputa, contribuindo para a compreensão das relações entre raça, escravidão e formação dos Estados nacionais.

Palavras-chave: Fronteira Brasil-Uruguai. Discurso jurídico. Escravidão. Efeitos de sentido.

"AND SAID NO MORE": RACE, CRIMINALITY, AND THE NATION IN THE DEPOSITIONS OF THE FERMINA CASE (PELOTAS, 1854)

Abstract: This article examines the 1854 criminal case concerning the freedom of the “preta Fermina” at the Brazil–Uruguay border in light of Pêcheux’s Discourse Analysis. It analyzes how nineteenth-century legal expressions recurrent in witness statements (given by merchants, a landowner, and a solicitor from Pelotas) produce meaning effects that legitimize subject positions and establish social boundaries. The analysis shows how the witnesses’ social qualifications, articulated within the period’s legal framework, naturalize an enunciative authority tied to the local economic elite, positioning it in opposition to the Black woman, who is constructed merely as the object of dispute, contributing to the understanding of the relations between race, slavery, and the formation of nation-states.

Keywords: Brazil–Uruguay border. Legal discourse. Slavery. Meaning effects.

1 Pós-doutoranda no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (Declave), do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a supervisão do Prof. Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho. Docente colaboradora no Programa de Pós-graduação stricto sensu em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó. Docente aposentada do curso de graduação em Letras: Português e Espanhol – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Realeza. E-mail: marilene.lemos@uffs.edu.br, orcid.org/0000-0001-8390-9823.

Introdução

A organização deste dossiê, que celebra os 50 anos da publicação de *Les vérités de La Palice*, convida-me a revisitar essa obra e honra-me por integrar esta homenagem. Minha contribuição retoma uma teorização que venho desenvolvendo sobre a fronteira, fundamentada na Análise de Discurso (AD) e voltada para a fronteira entre Brasil e Uruguai. A pesquisa baseia-se na análise de documentos, em especial processos-crime produzidos entre a abolição da escravidão no Uruguai (1842) e a abolição da escravidão no Brasil (1888). Para tanto, os conceitos desenvolvidos por Pêcheux são fundamentais para o modo como abordo esse material, sobretudo no que diz respeito à produção de efeitos de sentido que sustentam as práticas jurídicas oitocentistas.

Como formula Pêcheux,

Um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui. A produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, na medida em que, entre outras determinações, o sujeito é “produzido como causa de si” na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso (Pêcheux, 1995 [1975], p. 261).

A discussão aqui proposta tem como ponto de partida o processo-crime nº 413, de 1854, referente à localidade de Pelotas e ao subfundo Tribunal do Júri, no qual constam os *Autos para indagações sobre a liberdade da preta Fermina*. Esses documentos integram o projeto *Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu*, elaborado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), sob a coordenação de Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva (CORAG, 2010).

A partir desse projeto, localizei o processo-crime no catálogo digital – conforme

apresentado no Quadro 1 – e, posteriormente, acessei o acervo documental do APERS. O processo está relacionado ao crime de “reduzir à escravidão a pessoa livre, que se achar em posse da sua liberdade”, conforme o art. 179 da Lei de 16 de dezembro de 1830, conhecida como Código Criminal do Império do Brasil.

Quadro 1

Ano: 1854 – Processo nº: 413

Vítima: **Fermina**, solteira, preta, crioula, lavadeira.

Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.

Descrição: Fermina alega ser liberta no tempo que residiu em Montevideu, sendo capturada em Uruguiana como escrava fugida no dia 25 de julho. João Baptista de Oliveira afirma que Fermina foi sua escrava de nome Laura, comprada por 200\$.

Conclusão: Improcedente.

Fonte: Departamento de Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (2010, p. 200).

Assim, para o presente estudo, foram selecionados os depoimentos das quatro testemunhas do referido processo, visando avançar na seguinte questão: como, pelo discurso jurídico oitocentista, os dizeres sobre raça, criminalidade e escravidão se vinculam à produção de fronteiras entre sujeitos, espaços e línguas, no caso Fermina?

Início pela apresentação da transcrição paleográfica² dos depoimentos, que constituem o material de análise deste artigo. Nessa documentação, detenho-me especialmente nas expressões jurídicas recorrentes e nas formas de qualificação das testemunhas.

Depoimentos das testemunhas³

2 Para este trabalho de transcrição, foi fundamental ter participado do curso *Paleografia instrumental: exercícios de leitura de manuscritos*, ministrado por Phablo Roberto Marchis Fachin e Regina Jorge Villela Haury (USP, 2024). Além disso, a transcrição foi realizada seguindo as normas propostas por Cambraia, Cunha e Megale (1999, p. 23-26).

3 Optou-se por apresentar os trechos dos depoimentos em

Primeira testemunha

Joaquim Antonio de Carvalho Amarante natural de Portugal idade trinta e seis annos casado negociante morador nesta cidade testemunha jurada pelo Delegado prometteo diser a verdade e ao custume nada perguntado sobre a vinda da crioulla Fermina para esta Cidade disse que sabe por sciencia certa ter João Baptista de Oliveira comprado uma crioulla de Francisco José da Silva estando fugida a muitos annos e estando nesta Cidade Anisio José Maria da Palma disera em Casa d'elle testemunha a aquelle Baptista andava em sua Estancia uma crioulla que desia ser Cativa em Pelotas quando ele [?] [?] [?] sinais que [?] [?] a aquelle Baptista [?] [?] que havia comprado - passado tempos consto-lhe [?] que aquelle Baptista tinha mandado buscar aquella preta porem chegando ella Baptista verificou não ser apropriada que havia comprado e apôs em casa de Francisco Luis Ribeiro pedindo-lhe vise se era escrava de alguem outro ou que se fosse livre que a deixasse seguir para onde lhe parecesse e mais não disse - Fis atestemunha a intimação da ley, e dou fé, e lido seo depoimento assina com o Sr. Delegado, Jeremias Alberto Fróes o escrevi - Cunha Joaquim Anto de Carvo Amarante

Segunda testemunha

Francisco Luis Ribeiro natural de Portugal idade trinta etres annos casado negociante morador nesta Cidade testemunha jurada pelo Delegado,

parágrafos justificados, visando a uma melhor fluidez de leitura. Ressalta-se que, na transcrição paleográfica original, foram respeitadas as convenções gráficas do documento, incluindo a ausência de parágrafos, a pontuação irregular e a disposição contínua do texto, conforme características da escrita oitocentista. As lacunas e/ou trechos incompreensíveis estão indicados por [?] no texto transcrito. Destaca-se que as alterações formais adotadas para a apresentação não comprometem o conteúdo dos depoimentos, mantendo-se fielmente a grafia, o léxico e a estrutura sintática originais.

prometteo diser a verdade e ao custume nada perguntado perguntado sobre avinda dapreta Fermina para esta cidade - disse que tendo João Baptista de Oliveira comprado de um fulano desta Cidade Francisco por alcunha Careca uma preta que a annos lhe andava fugida e tendo noticia que na Uruguaiana andava uma que pelos sinais lhe parecia amesma que havia comprado amandou buscar e chegando ella nesta Cidade logo aquelle Baptista verificou não ser a sua e a depositou em casa d'elle testemunha afim de saber se ella pertencia a alguem desta Cidade ou que sendo livre a mandasse para onde lhe [?], e mais não disse - Fis atestemunha a intimação da lei dou fé - lido seo depoimento o assina com o Delegado eu Jeremias Alberto Fróes o escrevi - Cunha Francisco Luis Ribeiro

Terceira testemunha

Francisco José da Silva natural de Santa Catharina idade setenta e dois annos solteiro, proprietario morador nesta Cidade testemunha jurada pelo Sr. Delegado prometteo diser a verdade e ao custume nada perguntado sobre avinda dapreta Fermina para esta Cidade disse que atempos vendeo a João Baptista de Oliveira uma escrava de nome Laura crioulla desta Cidade que lhe andava fugida a desenove annos, e de ahi a algum tempo aquelle Baptista lhe mandou apresentar uma crioulla perguntam-lhe se era aquella mesma que lhe havia vendido ao que elle testemunha respondeo que não era pois que mostrada a esta a suas escravas irmãos da dita Laura⁴ logo estas disserão que não era a sua irmã e mais não disse - Fis atestemunha a intimação da lei dou fé - lido seo depoimento assina com o Delegado Jeremias Alberto Fróes Escrivão o escrevi - Cunha Francisco José da Silva

4 A referência a Laura é mantida como parte da documentação consultada, mas não integrará as análises desenvolvidas neste artigo.

Manoel Cardoso de Sousa natural de Portugal casado idade sessenta e quatro annos sollicitador morador nesta Cidade testemunha jurada pelo Sr. Delegado prometteo diser a verdade e ao costume nada perguntado sobre a vinda da preta Fermina para esta Cidade disse que sabe que João Baptista de Oliveira comprou de Francisco por alcunha Careca uma crioulla que a annos anda fugida, eque tendo informações que dita crioulla estava na Uruguaiana amandou buscar e chegando esta vio elle Baptista não ser a sua que elle nem conhecia porem apresentou a aquelle Francisco que logo disse não ser amesma que tinha vendido a preta de que Baptista alargou de mão - Fis atestemunha aintimação a que sugere o artigo 294 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842 dou fé - tido lido seo depoimento o assina com o Sr. Delegado e eu Jeremias Alberto Fróes Escrivão o escrevi - Cunha
Manoel Cardoso de Souza

Tendo apresentado as transcrições paleográficas dos depoimentos das testemunhas – o que considero um avanço importante nesta etapa da pesquisa –, passo agora à seção dedicada à descrição e à análise do material.

“E mais não disse”

De início, aponto algumas expressões jurídicas recorrentes nos depoimentos das testemunhas, dentre as quais se destacam: *testemunha jurada pelo Sr. Delegado, prometteo diser a verdade, ao costume nada, emais não disse, fiz atestemunha a intimação da lei (conforme o artigo 294 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842), dou fé, lido seo depoimento e assina com o Sr. Delegado, o escrevi.*

Como teoriza Pêcheux (1995 [1975], p. 161),

[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não

tem um sentido que lhe seria “próprio”, ‘vinculado a sua literalidade’. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

É nessa perspectiva que, neste artigo, retomo a proposta de Bicalho (2013), buscando inscrever essas expressões rituais no quadro materialista da Análise de Discurso de filiação pecheutiana e compreender como tais repetições se inscrevem na memória discursiva, produzindo efeitos de sentido que legitimam determinadas posições-sujeito no processo-crime.

Bicalho (2013), a partir da perspectiva da linguística textual de base coseriana, analisa partículas discursivas jurídicas em um processo criminal do século XIX da cidade de Pombal-PB. Com base em um corpus transcrito, a autora mapeia as ocorrências dessas partículas e investiga sua função no texto, expandindo o conceito de Eugênio Coseriu sobre partículas discursivas. Para isso, propõe uma divisão do conceito em três categorias: partículas jurídicas de iniciação, partículas jurídicas de passagem e partículas jurídicas de finalização.

Os resultados de seu estudo confirmam a hipótese de que essas partículas, empregadas pelos escrivães, remontam ao período de consolidação de leis criminais genuinamente brasileiras, constituindo-se como tradições discursivas jurídicas. A conclusão demonstra que tais partículas são utilizadas pelos escrivães não apenas para direcionar a leitura, mas também para afirmar sua fé pública, isto é, a veracidade do conteúdo por eles escrito ou retextualizado no âmbito da tradição discursiva jurídica.

Bicalho (2013) destaca que, nos *autos de perguntas* que integram o *corpus*, todos começam com o nome do gênero textual, seguido da qualificação do declarante. Em termos jurídicos, a qualificação refere-se à identificação do declarante.

No caso dos *autos de perguntas*, Bicalho (2013, p. 77) destaca que, nos processos criminais, quando as pessoas que depõem não possuem envolvimento com as partes, são denominadas como “testemunhas” ou “testemunhas informantes”.

Essas testemunhas assumiam o compromisso de dizer a verdade sobre tudo o que soubessem a respeito do delito. Para tanto, havia uma particularidade nos processos criminais do século XIX: o rito de juramento. Nesse ritual, a testemunha colocava a mão direita sobre a Bíblia e jurava dizer a verdade. Como destaca Bicalho (2013, p. 99), “o pecado era sinônimo de crime e a culpa era mensurada levando-se em consideração essa premissa”. Assim, “o rito de jurar sobre os *Santos Evangelhos* dava maior veracidade ao que fosse respondido [...], ao mentir, a pessoa estaria não só cometendo um pecado como também o crime de perjúrio” (Bicalho, 2013, p. 99-100).

No material analisado, a expressão *promettere diser a verdade* aparece de forma recorrente. Embora seus efeitos de sentido possam ser relacionados a um compromisso com a verdade, não há referência explícita ao rito de juramento nos registros analisados. Essa ausência produz efeitos, trazendo à tona uma prática que pode variar em sua formalização ou registro nos autos. Ainda que a figura da Bíblia não esteja registrada, os valores morais alinhados à ética cristã, assim como a ênfase na verdade e a criminalização do falso testemunho – funcionando como efeito de pré-construído –, permitem afirmar que o discurso jurídico-religioso continuava a produzir efeitos nas práticas oficiais da época.

É importante destacar que, após o registro de *promettere diser a verdade*, aparece em todos os depoimentos outra expressão: ao *custume* nada. De acordo com Bicalho (2013), trata-se de uma tradição discursiva que remonta a um

período anterior às Ordenações⁵ Portuguesas, entre 1221 e 1285, durante o reinado de Afonso X. Nessa época, um pequeno manual de direito processual previa que, ao interrogar uma testemunha, *nada deveria ser mencionado sobre o delito*, a fim de evitar induzi-la a relatar algo que não soubesse.

Observo, também, que o encerramento dos depoimentos possui um fecho padrão: *fis atestemunha a intimação da lei dou fé – lido seo depoimento o assina com o Delegado eu Jeremias Alberto Fróes o escrevi*, com pequenas variações de redação entre os depoimentos. No entanto, encontrei no depoimento da quarta testemunha, Manoel Cardoso de Sousa, a menção explícita à intimação conforme o *artigo 294 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842*. Trata-se do Regulamento nº 120, que disciplina a execução da parte policial e criminal da Lei n.º 261, de 3 de dezembro de 1841.

O *artigo 294* estabelece o seguinte:

As testemunhas que tiverem deposto no Processo de formação de culpa, ficam obrigadas por espaço de um anno a communicar á Autoridade que formou o mesmo Processo, qualquer mudança de sua residencia, sujeitando-se pela simples omissão a todas as penas do não comparecimento, em conformidade do art. 53 da

Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Para trazer mais informações sobre a intimação, considero pertinente mencionar também o *artigo 295*.

O Escrivão que escrever o depoimento da testemunha a intimará logo que acabe de depôr, para que faça a communicação mencionada no artigo antecedente, debaixo das penas a que se refere, e portará por fé esta intimação no fim do mesmo depoimento.

5 Segundo Bicalho (2013, p. 17), “Ordenações era o conjunto de leis na esfera civil e penal elaboradas por ordem dos reis da Espanha e Portugal”.

Desse modo, questiono: quem poderia ou não depor como testemunha em um processo criminal? O que a legislação estabelecia a esse respeito? Diante dessas questões, e recuando alguns passos em relação à legislação mencionada anteriormente, apresento alguns artigos do Capítulo VI – Das Provas, do Código de Processo Criminal de 1832⁶, os quais considero relevantes para as questões abordadas neste estudo.

Art. 84. *As testemunhas serão oferecidas pelas partes, ou mandadas chamar pelo Juiz ex-offício.*

Art. 85. As testemunhas serão obrigadas a comparecer no lugar, e tempo, que lhes foi marcado; não podendo eximir-se desta obrigação por privilegio algum.

Art. 86. *As testemunhas devem ser juramentadas conforme a Religião de cada uma*, excepto se forem de tal seita, que prohiba o juramento.

Devem declarar seus nomes, pronomes, idades, profissões, estado, domicilio, ou residencia; se são parentes, em que gráo; amigos, inimigos, ou dependentes de alguma das partes; bem como o mais, que lhe fôr perguntado sobre o objecto.

Art. 87. *A declaração das testemunhas deve ser escripta pelo Escrivão*: o Juiz a assignará com a testemunha, que a tiver feito. Perante o Jury se guardará o que está disposto nos arts. 266, e 268.

Se a testemunha não souber escrever, nomeará uma pessoa, que assigne por ella, sendo antes lida a declaração na presença de ambas.

Art. 88. As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si; o Juiz providenciará que umas não saibam, ou não oiçam as declarações das outras, nem as respostas do autor ou réo.

Art. 89. *Não podem ser testemunhas* o ascendente, descendente, marido, ou mulher, parente até o segundo gráo, *o escravo*, e o menor de quatorze annos; mas o Juiz poderá informar-se delles sobre o objecto da queixa, ou denuncia, e reduzir a termo a informação, que será assignada pelos informantes, a quem se não deferirá juramento.

Esta informação terá o credito, que o Juiz entender que lhe deve dar, em attenção ás circumstancias [...] (grifo próprio).

O disposto no *Art. 89* estabelece quem

não pode ser testemunha, ou seja, as exceções: parentes próximos (ascendentes, descendentes, cônjuges e parentes até o segundo grau), escravos e menores de 14 anos. No entanto, o juiz pode ouvi-los informalmente, registrar por escrito as informações fornecidas – que serão assinadas pelos informantes sem juramento – e decidir o valor a ser atribuído a essas declarações.

No caso *Fermina*, o próprio processo gira em torno da definição de sua condição (livre ou escravizada). Se, por um lado, escravos não podiam ser testemunhas, por outro, a formulação do art. 179 (“reduzir à escravidão a pessoa livre”) inscreve a liberdade como objeto de disputa jurídica, acentuando a assimetria entre quem pode falar “sob juramento” e quem é apenas objeto de inquérito. Produz-se, assim, uma fronteira jurídico-ideológica entre sujeitos.

Em síntese, os artigos mencionados acima estabelecem que as testemunhas têm as seguintes obrigações:

- 1) Comparecer no local e horário marcados, sem direito a se recusar;
- 2) Prestar juramento, conforme sua religião, exceto se sua religião ou seita proibir;
- 3) Declarar informações pessoais (nome, idade, profissão, domicílio ou residência etc.) e relações com as partes (parentesco, amizade, inimizade, dependência);
- 4) Depor individualmente.

Além disso, as declarações das testemunhas devem ser escritas e assinadas, com procedimentos especiais para aquelas que não sabem escrever.

É possível observar que a legislação prevê explicitamente a obrigação de prestar juramento, o qual está vinculado à religião, conforme discutido anteriormente. Em outras palavras, as

6 Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil.

testemunhas devem ser juramentadas de acordo com suas convicções religiosas, exceto nos casos em que sua religião ou seita proíba o juramento. Nos depoimentos analisados, não há referências às religiões ou seitas das testemunhas, apenas o registro de que foram juradas pelo *Sr. Delegado*.

E quanto às informações pessoais? Como são mencionados seus nomes, locais de nascimento, idades, estados civis, profissões e locais de residência? Visando uma melhor compreensão, apresento o quadro a seguir.

Quadro 2

Testemunha	Naturalidade	Idade	Estado civil	Profissão	Domicílio
Joaquim Antonio de Carvalho Amarante	"natural de Portugal" "morador nesta Cidade"	36	casado	negociante	Pelotas
Francisco Luis Ribeiro	"natural de Portugal" "morador nesta Cidade"	33	casado	negociante	Pelotas
Francisco José da Silva	"natural de Santa Catharina" "morador nesta Cidade"	72	solteiro	<i>proprietario</i>	Pelotas
Manoel Cardoso de Sousa	"natural de Portugal" "morador nesta Cidade"	64	casado	<i>solleccitador</i>	Pelotas

Fonte: autora, a partir dos depoimentos transcritos.

Primeiramente, destaco que todas as *testemunhas juradas pelo Sr. Delegado* eram domiciliadas em Pelotas. Quanto às suas profissões, Joaquim Antonio de Carvalho Amarante e Francisco Luis Ribeiro eram *negociantes*; Francisco José da Silva, *proprietario*; e Manoel Cardoso de Sousa, *solleccitador*.

Em que condições de produção emergem essas profissões? Para iniciar a reflexão sobre essa questão, recorro a Vargas (2021), historiador da Universidade Federal de Pelotas, que explica que, apesar do crescimento da produção agrícola nas áreas de colonização decorrente da imigração europeia no Rio Grande do Sul, a pecuária e seus derivados foram "o carro-chefe" da economia regional durante quase todo o século XIX. As grandes estâncias da província estavam localizadas na campanha rio-grandense, e a maior parte de sua produção anual era enviada para as charqueadas do litoral, sendo Pelotas o principal núcleo fabril. Parte do gado destinado a Pelotas vinha das fazendas do

norte do Uruguai, muitas delas de propriedade de brasileiros estabelecidos naquele país.

Dessa forma, funcionava, segundo o autor, um circuito que se repetia anualmente: "criação de gado – comércio de tropas – fabricação de charque e couros – exportação marítima". Esse sistema econômico regional gerava impactos significativos na economia, na demografia e na paisagem agrária da fronteira.

Essas formas de inserção econômica e política não são apenas pano de fundo, mas compõem as condições de produção dos depoimentos, de tal modo que a posição-sujeito testemunha se ancora na figura do proprietário ou comerciante, articulado às redes da economia pecuarista fronteiriça.

Como ressalta Vargas (2021, p. 166-167, grifo próprio),

O dinheiro oriundo das transações mercantis em todas as partes dessa cadeia produtiva era parcialmente reinvestido na compra de terras, gado e *escravos* – *esses últimos presentes em todas as etapas mencionadas e indispensáveis para o funcionamento do sistema.*

Como se observa, esse ciclo, marcado pela forte exploração da mão de obra escrava, consolidou "uma elite fronteiriça com interesses econômicos agrários e escravistas" (Vargas, 2021, p. 167), influente tanto na economia quanto na política regional. Os interesses pecuaristas e mercantis, centrados no eixo pecuária-charqueada, não apenas moldaram a economia local, mas também pautaram a política regional e sua relação com o Império. Nessas condições, figuras como estancieiros, charqueadores e comerciantes destacaram-se como atores centrais, atuando de forma articulada nos âmbitos econômico e político.

Devido a interesses e redes de relações, muitos parlamentares, independentemente

de suas vinculações partidárias, aliavam-se aos grandes proprietários de terra. Em outras palavras, a elite política rio-grandense mantinha laços estreitos com as classes mais abastadas da fronteira (Vargas, 2021). Nas palavras do historiador, “Aquela fronteira constituiu-se num espaço de intensas disputas por terra, gado e influência política”.

Dado o exposto, faz sentido que *negociantes e proprietários* domiciliados em Pelotas figurem como testemunhas *juradas pelo Sr. Delegado* no processo-crime em análise neste estudo, explicitando que a cena processual é atravessada por uma hegemonia social que reserva o lugar de dizer autorizado à elite fronteiriça que lucra com o trabalho escravo e com as circulações transfronteiriças de gado e de pessoas.

Quanto à profissão de *sollecitador*, considero importante compreendê-la em conjunto com a figura do *curador*. Assis (2020), em pesquisa que investigou de que modo se constituía o acesso à justiça dos escravizados na província do Maranhão na segunda metade do século XIX, explica, com base em Coelho (1999), a atuação do curador.

No âmbito dessa reflexão, destaco que a função de curador era exercida por diversos tipos de profissionais. Entre eles, estavam os bacharéis em Direito formados em Coimbra, São Paulo ou Olinda/Recife, que atuavam como advogados. Contudo, embora o número de bacharéis tenha aumentado na segunda metade do século XIX, sua presença concentrava-se nos principais centros urbanos do Império, sendo insuficiente para atender às demandas de todo o território brasileiro. Além disso, a legislação imperial não estabelecia requisitos rigorosos para o exercício da advocacia, nem conferia aos bacharéis a exclusividade na profissão. Por isso, era comum que outros profissionais, como advogados provisionados, *solicitadores* e *rábulas* – que possuíam conhecimentos sobretudo práticos

– atuassem como procuradores judiciais (Assis, 2020). De acordo com a hipótese de Coelho (apud Assis, 2020, p. 44-45),

[...] grande parte dos procuradores contratados ou curadores indicados aos escravizados em primeira instância consistia em solicitadores, uma vez que os bacharéis e advogados provisionados seriam profissionais mais escassos e que cobrariam honorários vultuosos. Os solicitadores

seriam, então, os soldados que acompanhariam a massa de cativos nas batalhas pela liberdade no período imperial.

No entanto, Assis (2020, p. 49) destaca que, no interior da província do Maranhão, na segunda metade do século XIX, a escassez de profissionais jurídicos levava a que a função de curador fosse frequentemente atribuída a pessoas comuns, em sua maioria militares.

Retomando o corpus desta pesquisa, o *Auto de perguntas feitas a preta Fermina* menciona que ela estava presente com assistência de seu curador Manoel Cardoso de Sousa⁷, mesmo nome que figura como uma das testemunhas. O fato de ele figurar como curador e testemunha diz algo sobre a configuração do acesso à justiça para uma mulher negra em disputa de liberdade?

Essa composição leva a pensar que a seleção das testemunhas não era aleatória, mas sim um efeito das relações de poder e das estruturas sociais, políticas e econômicas daquelas condições de produção. Em outras palavras, o discurso jurídico-religioso legitimava determinadas posições sociais, definindo quem podia ou não ocupar o lugar de testemunha jurada, demarcando quem estava incluído e quem estava excluído desse espaço de enunciação.

Por fim, cabe destacar que as expressões rituais – “*prometteo diser a verdade, ao custume nada, e mais não disse*”, no processo judicial

⁷ (cf. Lemos, 2025).

nº 413 de 1854 – configuram um modo de enunciação no qual o Estado se institui como instância de fé pública e de legitimação da palavra. Esse funcionamento permite compreender que a posição-sujeito testemunha, socialmente autorizada por sua origem e condição (natural de Portugal, morador nesta cidade), se contrapõe à figura da *crioulla* desta cidade, produzindo fronteiras imaginárias que sustentam a constituição jurídica e nacional do século XIX. Assim, se delineiam as formas pelas quais o discurso jurídico organiza posições de sujeito e produz efeitos de sentido vinculados ao modo imaginário de relacionar-se com a fronteira

Considerações finais

A articulação entre o aporte materialista de Pêcheux e o *arquivo da fronteira* analisado foi importante para avançar na compreensão de como as expressões jurídicas recorrentes nos depoimentos das testemunhas no processo-crime nº 413 (1854) participam da constituição de fronteiras nacionais e da produção de posições-sujeito. Para tanto, a obra *Les vérités de La Palice* foi fundamental, permitindo analisar o modo como se produzem efeitos de sentido que naturalizam a legitimidade de determinadas expressões e sustentam a exclusão de outras.

Tais expressões configuram uma cena enunciativa regulada pelo Estado, na qual a fé pública do escrivão e a legitimidade da testemunha operam como efeitos de tradições discursivas que estabilizam sentidos. As menções sobre naturalidade, profissão e domicílio mostram que tais testemunhas não representam um recorte aleatório da sociedade, mas um grupo socialmente autorizado – negociantes, proprietários e solicitadores, todos homens vinculados à cidade de Pelotas e às redes econômicas da região. Essa configuração é ainda reforçada pelo Código de Processo Criminal de

1832, cujo dispositivo delimita quem pode ou não ocupar o lugar de testemunha jurada.

Essas formulações, somadas ao modo como as testemunhas nomeiam a “*crioulla* desta cidade”, permitem compreender a produção de fronteiras imaginárias entre sujeitos, distinguindo quem detém a palavra legítima e quem aparece como objeto de verificação, reconhecimento ou suspeição. Trata-se de uma fronteira construída no discurso que sustenta a própria organização do processo analisado e reforça um imaginário nacional oitocentista que separa, classifica e institui lugares sociais.

Assim, a leitura desse processo-crime, com foco nos depoimentos das testemunhas, mostrou que a fronteira Brasil-Uruguai, na conjuntura do século XIX, produz-se por meio de práticas jurídicas que delimitam sujeitos, qualificam circulações e instituem diferenças. Esses avanços têm sido possíveis graças ao encontro entre a teoria de discurso de Pêcheux e o referido *arquivo da fronteira*, que está em constante construção, o qual tem permitido articular o debate sobre raça, criminalidade e escravidão à formação dos Estados nacionais. Desse modo, ao evidenciar as operações imaginárias e ideológicas que sustentam o arquivo jurídico da fronteira, este estudo almeja contribuir para ampliar a compreensão das formas pelas quais o Estado nacional se constitui e se legitima no sul do Brasil.

Referências bibliográficas

ASSIS, V. H. S. de. Entre togas e grilhões: o acesso à justiça dos escravizados no Maranhão oitocentista (1860-1888). 170 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Direito – Faculdade de Direito. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

BICALHO, M. A. de O. Eu escrivão a escrevi: análise das partículas discursivas jurídicas de

um processo criminal do século XIX, à luz da linguística textual de base Coseriana. 257 p. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística – PROLING, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BRASIL. Lei imperial de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal do Império. Diário de Leis do Império do Brasil, CLBR 1830. Código Criminal do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil, 1830. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. Código de Processo Criminal de Primeira Instância. Lei de 29 de novembro de 1832. Coleção das Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1832. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm Acesso em: 03 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841. Reforma o Código de Processo Criminal. Coleção das Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1841. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-261-3-dezembro-1841-561116-publicacaooriginal-84515-pl.html> Acesso em: 03 dez. 2025.

BRASIL. Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842. Regula a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841. Coleção das Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1842. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/regula/1824-1899/regulamento-120-31-janeiro-1842-560826-publicacaooriginal-84031-pe.html> Acesso em: 03 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 1888. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3353-13-maio-](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3353-13-maio-1888-533138-publicacaooriginal-16269-pl.html#:~:text=Declara%20extinta%20a%20escravid%C3%A3o%20no%20Brasil)

[1888-533138-publicacaooriginal-16269-pl.html#:~:text=Declara%20extinta%20a%20escravid%C3%A3o%20no%20Brasil](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3353-13-maio-1888-533138-publicacaooriginal-16269-pl.html#:~:text=Declara%20extinta%20a%20escravid%C3%A3o%20no%20Brasil). Acesso em: 17 abr. 2024.

CAMBRAIA, C. N.; CUNHA, A. G.; MEGALE, H. A. Carta de Pero Vaz de Caminha. v. 1. Série Diachronica. São Paulo: Humanitas, 1999.

Departamento de Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu. Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

AUTOR.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Michel Pêcheux. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995 [1975].

URUGUAI. Ley nº 242, de 12 de dezembro de 1842. Centro de Información Oficial, 1842. Disponível em: <http://www.impo.com.uy/armandugon/02/351?carfin=352>. Acesso em: 17 abr. 2024.

VARGAS, J. M. Um perfil da elite política rio-grandense e suas redes de relações com a classe dos grandes proprietários na fronteira sul (1845-1866). In: SCHMITT, Â. M., and WINTER, M. D., eds. Fronteiras na História: atores sociais e historicidade na formação do Brasil Meridional (séculos XVIII – XX) [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2021, pp. 166-190. ISBN: 978-65-86545-63-0. <https://doi.org/10.7476/9786586545623.0008>.

Submissão: Novembro de 2025

Aceite: Dezembro de 2025

PRÁTICA DO CONHECIMENTO, A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A METÁFORA: VOLTANDO AO CAPÍTULO IV DE “SEMÂNTICA E DISCURSO”

Andréia da Silva Daltoé¹

Resumo: Neste trabalho, revisitamos Pêcheux em *Les vérités de La Palice* (1975), *Semântica e Discurso* (1988) no Brasil, trazendo sua contribuição sobre a prática de produção dos conhecimentos e a prática pedagógica para pensar o papel da escola hoje. Por este percurso, buscamos problematizar como tais práticas permitem à escola servir tão bem à dominação ideológica dominante. Como um processo discursivo de resistência, chegamos à questão da metáfora enquanto, palavras de Pêcheux, um “elemento materialista” contra os “processos ideológicos empíricos e especulativos” (1988, p. 132). Para isso, faremos uma discussão sobre a metáfora do ponto de vista discursivo, tomando-a como possibilidade de abertura para os sentidos que podem ser deslocados do efeito de literalidade e provocar novas práticas linguageiras de questionamentos do social.

Palavras-chave: Prática do Conhecimento. Prática Pedagógica. Metáfora.

THE PRACTICE OF KNOWLEDGE, PEDAGOGICAL PRACTICE AND THE METAPHOR: RETURNING TO CHAPTER IV OF *LES VÉRITÉS DE LA PALICE*, 50 YEARS LATER

Abstract: In this paper, we revisit Pêcheux’s *Les Vérités de La Palice* (1975) and *Semantics and Discourse* (1988) in Brazil, drawing on his contributions to the practices of knowledge production and pedagogical practice in order to reflect on the role of the school today. Throughout this discussion, we seek to problematize how such practices enable the school to so effectively serve the dominant ideological order. As a discursive process of resistance, we turn to the question of metaphor as, in Pêcheux’s words, a “materialist element” opposing the “empirical and speculative ideological processes” (1988, p. 132). To this end, we discuss metaphor from a discursive perspective, considering it as a potential opening toward meanings that can be displaced from the effect of literalness, thereby generating new linguistic practices that challenge the social.

Keywords: Practice of Knowledge. Pedagogical Practice. Metaphor.

1 Doutora em Letras pela UFRGS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Líder do Grupo de Pesquisa Relações de Poder, Esquecimento e Memória (Grepem/Unisul). Líder do Coletivo Pró-Educação de Tubarão, SC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8370-6441>. E-mail: andreiadaltoe@gmail.com.

Introdução

Os professores progressistas que trabalham para transformar o currículo de tal modo que ele não reforce os sistemas de dominação nem reflita mais nenhuma parcialidade são, em geral, os indivíduos mais dispostos a correr os riscos acarretados pela pedagogia engajada e a fazer de sua prática de ensino um foco de resistência.

(bell hooks, 2017, p. 36)

Procurando corresponder ao projeto deste importante Dossiê, que tematiza “*Les vérités de la palice*, 50 anos depois”, vou ao Capítulo IV de *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1988), sua tradução no português, para tentar discutir projetos antidemocráticos (Daltoé, 2018, 2019, 2022a), que têm atingido a escola nos últimos tempos mais diretamente, mas que vêm sendo gestados, podemos dizer, desde 2004, quando o Escola Sem Partido aparece pela primeira vez e, principalmente, desde o golpe de 2013. Alguns segmentos da sociedade civil organizada e da política foram derrubando juridicamente alguns deles, mas, como já disse em trabalho anterior, “a gente expulsa estes projetos pela porta e eles voltam pela janela”².

Isso não invalida a luta que permanece necessária, pois, mesmo que estejamos conseguido provar a inconstitucionalidade desses projetos, eles alastraram o medo entre os professores sobre os temas que abordam em sala de aula e alimentaram o ódio contra a escola. Portanto, a questão que os envolve é mais complexa e cobra uma problematização que não só atinge a escola, mas também nossa própria constituição social no sistema capitalista neoliberal.

Voltamos, então, ao Capítulo IV para

2 DALTOÉ, A da S. Empurramos o Escola Sem Partido pela porta e ele volta pela janela: a Lei n 18.637 de SC e a violência da/na/contra escola. Anais do XI SEAD (2023) Escutas do (in)diversível: formação social, ideologia, real. Disponível em: <https://www.discursosead.com.br/simp%-C3%B3sios-xi-sead> Acesso em 11 de nov. de 2025.

pensar os processos discursivos nas ciências e na prática política, tocando a questão da apropriação subjetiva do sujeito a partir da sua relação com a forma-sujeito de uma formação discursiva do capital. Importante situar que, neste Capítulo, Pêcheux estava tratando da relação entre prática científica e prática política como necessária à transformação das relações de produção, em diferentes etapas, “para a tomada do poder político pelos trabalhadores à ocupação-transformação-destruição da ‘máquina do Estado’ na transição socialista para o modo de produção comunista” (1988, p. 207). Sua pergunta era como o marxismo-leninismo, enquanto uma “prática de tipo novo”, transformaria as relações entre estas duas práticas e as consequências discursivas disso.

Esta discussão está bastante determinada pelas elaborações de Althusser, e ambos por Lenin, e poderíamos dizer que datadas, na perspectiva do pós-68 na França e das mudanças radicais que o momento histórico e político prometia. Todavia, como J. Bidet traz no prefácio do livro *Sobre a reprodução* ([1971] 2008, p. 6), passados tantos anos, a reflexão de Althusser “conserva uma singular força de provocação teórica”.

E assim também lemos Pêcheux aqui: como uma provocação teórica ao indagar sobre como a produção do conhecimento se inscreve no processo de reprodução/transformação das relações de produção? E minha pergunta a partir daí seria: enquanto professores e implicados em uma Análise de Discurso materialista, que consequências podemos tirar deste debate para pensar a escola hoje em meio aos ataques que vem sofrendo? O que todo este movimento de ataque à escola pode nos dizer sobre nossa prática pedagógica frente à prática do conhecimento? Por que a escola acaba se tornando um alvo fácil?

Um outro mundo possível (?)

Nesta obra publicada em 1975 na França, Pêcheux buscava subsidiar a classe trabalhadora de uma teoria que ajudasse a prática política da Revolução. E hoje, como poderíamos compreender esta contribuição sem cair numa leitura apressada que considerasse ultrapassado tal debate, endossando toda a denegação que envolve a palavra Revolução? Que envolve uma outra formação social possível?

Safatle (2024), em *Alfabeto das colisões*, se coloca o desafio de responder (sem responder, porque não se trata de elencar soluções), às angústias do tempo presente sobre saídas possíveis para as diferentes e inúmeras crises que vivemos. Num conjunto de verbetes dispostos fora da ordem alfabética, o autor nos interpela a pensar o impensado, tentando dizer que o que precisa ser feito hoje ainda não tem nome, precisa ser pensado. Assim indaga:

[...] não seria exatamente o movimento de deixar os fragmentos de experiência falarem, serem expostos no ponto inicial em que colidem com o pensamento? Não seria reconhecer que as saídas desse processo de crise estão veiculadas ao reconhecimento de que essa é também uma crise do próprio pensamento, da própria escrita? Deixar ressoar fragmentos não por demissão, mas por confiança de que eles são pontos de uma contestação por vir. (2024, p. 11).

Contestação, colapso, colisão... guardemos estas palavras de Safatle, porque parecem encontrar Pêcheux (1988, p. 217), que traz no IV Capítulo as condições de “transformação-deslocamento” da prática do conhecimento e da prática política a partir do processo subjetivo de desidentificação, quando a ideologia não desaparece por completo (nem a forma-sujeito), apenas funciona às avessas num “desarranjo-rearranjo”, palavras do autor (1988, p. 217).

Esta discussão sobre as modalidades de identificação do sujeito, que encontramos

em Semântica e Discurso (1988), nos leva ao texto de 1979, quando Pêcheux dirá que, diante da arte de o Estado anestesiar as resistências, absorver as revoltas no consenso e abortar as revoluções, ouvir o assujeitamento “persiste em fazer falta politicamente” (2011, p. 92).

Ao que pergunto: como podemos pensar “revoluções” no plural e nos inscrever politicamente em nosso trabalho com a prática do conhecimento quando, em muito, parece que continuamos inculcando um ‘*savoir-faire*’ revestido pela ideologia dominante, usando palavras de Althusser (2008, p. 165)? E se pensarmos nestas pequenas revoluções no interior do campo da educação, por onde começaríamos? Poderíamos começar por colocar em relação/tensão sujeito e palavra, sujeito e sentido?

Prática política, prática do conhecimento e a escola

Em minhas pesquisas sobre a noção de metáfora do ponto de vista discursivo desde a tese³ defendida em 2011 na UFRGS, sob a orientação da Profa. Freda Indursky, e recentemente publicada em livro (Daltoé, 2022b), encontro, daí preciso voltar ao Capítulo II, palavras de Pêcheux: a metáfora como um “elemento materialista” contra os “processos ideológicos empíricos e especulativos” (1988, p. 132). Ao que adiciono: contra a espontaneidade do sujeito e do conhecimento “científico puro”. Assim, venho pensando a metáfora neste movimento de desarranjo, de furo, de desconforto, de revolução no campo da palavra.

É deste modo que entendo encontrar a provocação de Pêcheux no Capítulo IV, quando reivindica novas formas de compreensão do mundo fora das evidências que nos tomam (*do sempre foi assim e sempre será*) em sua crítica ao

3 Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/61187>

idealismo espontâneo. O que transformo na seguinte questão: como combater estes projetos que chamo de antidemocráticos se o desmonte/privatização da educação pública segue em curso? Como esperar que a classe trabalhadora saiba das formas de opressão se o conhecimento que ela “adquire” na escola não questiona o sistema de referências da ideologia burguesa, o “sempre-já aí” da ideologia dominante (1988, p. 225).

Pêcheux, para discutir o modo como a prática política ajudaria a prática científica em seu poder revolucionário, vai dizer que só haveria apropriação subjetiva destas duas práticas num deslocamento provocado pelo trabalho de desidentificação, quando os saberes seriam problematizados, questionados, deslocados em relação ao sistema de referência, que é espontâneo, burguês, para então tomar “*o real enquanto ‘necessidade-pensada’*” (1988, p. 221, grifo do autor).

Para Pêcheux, no funcionamento da primeira (“bom-sujeito”) e mesmo da segunda modalidade de identificação (contraidentificação), por mais que o sujeito rejeite os saberes de determinada Formação Discursiva, o funcionamento espontâneo da ideologia burguesa continua determinando os saberes, e o funcionamento espontâneo do proletariado pode, em nome de acordos pacifistas, continuar subordinado à ideologia dominante. Os exemplos nesse sentido são muitos se quiséssemos pensar o hoje: estamos “negociando” menos exploração, ou exploração com alguma “humanidade”, etc.

Por isso, para o autor, não haveria como acontecer a revolução apenas a partir da prática política, já que esta, de forma empírica e espontânea, toma forma sob a dominação da ideologia burguesa, num sistema de referências que trabalha no que o autor trata como “remissão perpétua entre os significantes do conhecimento e os da política” (1988, p. 189).

Por isso, para Pêcheux, como traz em um dos títulos do capítulo IV, “‘Não há ‘discurso científico’ puro” (1988, p. 189), a não ser enquanto efeito dominante a serviço de uma determinada prática política, que tentará sempre aplacar pequenas revoltas, a fim de “mascarar, desfigurar e acobertar a existência concreta do socialismo, tirando sistematicamente partido dos ‘erros’ cometidos em nome do socialismo” (1988, p. 229).

E continua: Não há conhecimento puro e não é o homem quem o produz; é o homem em sociedade e na história (1988, p. 190) a partir das relações de produção, do modo de produção e da luta de classes. Por isso, para Pêcheux, a produção do conhecimento não se daria como uma inovação, uma criação da imaginação humana, mas como efeito de um processo histórico de reprodução/transformação determinado por condições econômicas e não-econômicas.

Isso para dizer que, segundo Pêcheux, “o momento histórico do corte que inaugura uma ciência dada é acompanhado necessariamente de um questionamento da forma-sujeito e da *evidência do sentido* que nela se acha incluída” (1988, p. 193, grifo do autor). Ou seja, coloca em jogo a relação do pensamento com o real, de modo que o que é pensado não seja, como tal, sustentado por um sujeito. Ou seja, uma “tomada de *posição subjetiva não-subjetiva*” (1988, p. 217, grifo do autor).

Pêcheux aqui está tentando compreender o corte que instaura o materialismo histórico, esta ciência nova e revolucionária; um “corte continuado” (1988, p. 199), (expressão que traz de Althusser), considerando a luta sem fim entre o materialismo e o idealismo: uma *tomada de posição materialista*, uma ruptura epistemológica que marca um ‘desarranjo, uma reorganização entre materialismo e idealismo; uma luta que “*não cessa jamais*” (1988, p. 196).

Como um corte continuado, a ciência marxista-leninista da história se daria enquanto luta e não como um “desenvolvimento harmonioso”, que progrediria em linha reta, sem conflito interno, tal como Althusser formula em Resposta a *John Lewis*.

Ou seja, trata-se de uma batalha filosófica que não acontece de um só golpe, de uma vez por todas e nem é para sempre. Haverá sempre a força de uma tomada de posição idealista que recusa “o desenvolvimento do novo continente científico assim aberto, explorando-deformando-apagando seus primeiros resultados para voltar atrás” (Pêcheux, 1988, p. 194).

É nesse sentido que a prática científica tem a ver com a prática pedagógica, que permite à escola servir tão bem à dominação da ideologia dominante, cuja “reprodução das relações de produção ‘subjuga’ sua transformação” (Pêcheux, 1988, p. 146).

Toda a bandeira da neutralidade encabeçada pelo pessoal do Escola Sem Partido, por exemplo, nos faz entender o que Pêcheux disse com: o lugar da política na pedagogia é o lugar da evidência – o apagamento da história: “Uma ‘pedagogia pura’, no sentido de pura exposição-transmissão de conhecimentos” (1988, p. 218). Como já trouxemos em trabalho anterior (Daltoé, 2022a, p. 22), estes projetos antidemocráticos, em comum, colocam-se em defesa da neutralidade do conhecimento científico e da figura do professor, argumentos que, como já alertava o próprio Paulo Freire, são levantados para garantir a defesa de uma classe opressora em seus interesses, sob o discurso de um ensino meramente técnico e despolitizado.

Esta prática pedagógica, porém, não está dissociada do modo como se dá a apropriação subjetiva dos conhecimentos, que se apoia sobre “‘o sentido’ pré-existente [...]” (1988, p. 218): uma “transmissão-reprodução dos conhecimentos”.

Com isso, Pêcheux vai dizer que as chamadas dificuldades dos alunos ou mesmo desigualdade na escola não é “uma fatalidade biopsicológica, nem mesmo um fenômeno sociológico: ela traduz, na verdade, o efeito da luta ideológica das classes sobre o terreno da apropriação social dos conhecimentos” (1988, p. 223). Assim, a

‘incompreensão’ (a dúvida, a resistência e a revolta) daqueles que sentem a escolarização como uma intrusão, um momento desagradável pelo qual têm que passar, etc. (isto é, a grande massa dos explorados do modo de produção capitalista) é um sintoma que traduz ao mesmo tempo a separação objetiva do trabalho manual e do trabalho intelectual nesse modo de produção, e também a resistência espontânea dessa massa a essa penetração-inculcação [...] ‘mau espírito’. (1988, p. 224, grifo do autor).

Todavia, para Pêcheux, aqui ainda estaríamos na segunda modalidade, em que o funcionamento espontâneo da ideologia trabalha sob a “evidência cruelmente absurda, mas plena de sentido” (1988, p. 225). E, ao tentar responder como sair dessa situação, Pêcheux traz a modalidade da desidentificação, não fora da ideologia, mas agindo paradoxalmente com outras modalidades, “capaz de traçar *linhas de demarcação* [...], destruindo certas evidências” (1988, p. 226, grifo do autor).

A questão da metáfora

Para nós, o trabalho com a metáfora parece permitir este desarranjo no conjunto dos saberes “necessários” e ensinados pela escola, considerando o que disse Pêcheux: a metáfora, como trouxemos mais acima, é um dos “elementos materialistas” que podem ser usados contra os “processos ideológicos empíricos e especulativos” (1988, p. 132), levando em consideração a contradição e a luta de classes na prática política e na prática pedagógica.

Lembramos que Pêcheux traz de Lacan:

“uma palavra por outra é a definição da metáfora”. E acrescenta: “mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso” (1988, p. 301). Por pouco que possa parecer, o caminho que fiz até aqui me traz até a potência da metáfora como um funcionamento de abertura para os sentidos que podem ser deslocados do efeito de literalidade, provocando práticas linguageiras que opacifiquem a transparência que nos toma e à qual nos grudamos como alguma garantia de pertença ao mundo das evidências, do óbvio, da verdade, cujo sistema de referência, como já apontamos, é o da classe dominante.

Se, como nos ensina Pêcheux (1988, p. 209), a objetividade materialista do ponto de vista do proletariado se caracteriza discursivamente por tomadas de posição a favor de certas palavras, formulações, expressões, etc. contra outras, acreditamos que o trabalho da/com a metáfora pode permitir “linhas de demarcação’ discursivas”, em lutas por “*formulações equívocas*, nascidas no terreno da ideologia dominante” (1988, p. 211).

Pergunto, então, se, por meio da metáfora, chegaríamos ao que Pêcheux chama de “trabalho do impensado no pensamento [...] de modo que a questão perde literalmente seu sentido, ao passo que vão se formando ‘respostas’ novas a questões que não haviam sido colocadas” (1988, p. 194). E mais: será que isso toca um dos impossíveis de Freud (2020), o impossível de ensinar, já que o ensino parte da aprendizagem da norma, das situações ideais e de princípios da classe dominante e isso não se dá por ensinagem e sim por identificação?

Voltando à provocação de Safatle (2024): “mas e se concluirmos que há um tipo de produção que só ocorre quando falamos fora do senso comum, quando falamos no limite do impronunciável, na superfície da instabilidade, no meio de uma guerra contra a própria gramática que nos constitui?” (2024, p. 21). Ao que oferece alguma saída: é preciso escrever

como até então não se escreveu (2024, p. 20), “extraíndo experiência das sombras da sintaxe” (2024, p. 21). E complementa: “Falta raiva contra nossas formas de conhecer, contra nossas formas de fazer formas, contra nossas formas de agir até agora. Isso não é nem nunca será um esforço de esclarecimento. Isso é um esforço de decomposição” (2024, p. 22).

E termino: se pensarmos que não há mais lugar para a metáfora e seu poder revolucionário no cenário político-global, é porque a linguagem fascista está vencendo. Os fascistas estão grudados numa literalidade que cada dia mais escancara seus interesses de destruição: do planeta, do sujeito, das relações sociais. Não esqueçamos o que nos ensina Althusser e é trazido no Capítulo IV por Pêcheux: “As palavras são também armas [...] O combate filosófico por palavras é uma parte do combate político” (apud PÊCHEUX, 1988, p. 210). E, neste campo de luta em que disputamos sentidos, a plasticidade significativa de que se alimenta a metáfora é ainda uma possibilidade de resistência à norma hegemônica que nos asfixia.

Um fecho e um gesto de análise inicial

Neste texto, procuramos ler o Capítulo IV de Pêcheux e tirar de lá uma reflexão sobre a relação entre a prática do conhecimento e a prática política, de modo a nos ajudar a compreender que todos os ataques lançados à escola, à universidade, à educação como um todo nestes últimos anos nos cobra também um olhar sobre nossa própria prática pedagógica.

Do que Pêcheux traz sobre uma mudança de terreno a partir da qual novos saberes romperiam com saberes anteriores, munindo a classe trabalhadora de condições para novos sistemas de referência, compreendemos o quanto nossa prática em sala de aula vai justamente contra possibilidades de mudanças

se continuamos repetindo conhecimentos sem questioná-los, problematizá-los, “num trabalho anônimo, fastidioso mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva”, como nos traz o autor em *Ler o arquivo hoje* (1997).

Procurando pensar a escola como um “espaço polêmico das maneiras de ler” (Pêcheux, 1997, p. 57, grifo do autor), foi que nos debruçamos sobre a noção de metáfora como “elemento materialista” contra os “processos ideológicos empíricos e especulativos” (Pêcheux, 1988, p. 132). A metáfora como uma pequena chance, que seja, de revolução nos modos de problematizar os conhecimentos com os quais trabalhamos em sala de aula. A metáfora como processo discursivo que permite colocar em questão saberes normatizados, universalizados, que apagam as determinações históricas, econômicas, jurídicas, ideológicas que os constituem, para que novas formas de pensar o mundo sejam possíveis:

[...] processo no qual nomes e expressões se apagam, com a referência ‘evidente’ a seus objetos, enquanto outros nomes e expressões aparecem sob o efeito de certos deslocamentos do campo, de certas intrusões ‘incongruentes’ de elementos ‘lançados’, desligados-caídos de outros lugares, deslocamentos e intrusões que constituem propriamente o trabalho filosófico, no sentido em que, segundo L. Althusser, a filosofia age ‘modificando a posição dos problemas, a relação entre as práticas e seu objeto’. (Pêcheux, 1988, p. 194).

Na tentativa de iniciar um gesto de análise nesse sentido, pensei em trazer a questão da metáfora para a Inteligência Artificial (IA), considerando que muitos professores já a temem como subterfúgio usado pelos alunos para as tarefas “do pensar”, para a prática da escrita. Fui aos chats GPT e Grok, respectivamente, procurando ver o que devolveriam sobre a noção de metáfora:

Uma metáfora é uma figura de linguagem usada para comparar dois elementos diferentes, mas sem usar palavras de comparação explícitas como “como”, “tal qual” ou “parecido com”. Em vez disso, a metáfora transfere o sentido de uma palavra para outra, criando um significado novo e simbólico.

Exemplo:

- “Ele é um leão.”
(Aqui, não quer dizer que o homem é literalmente um leão, mas que ele é corajoso, forte, bravo — características associadas ao animal.)

Figura 1: Consulta ao ChatGPT

Uma metáfora é uma figura de linguagem que faz uma comparação implícita entre duas coisas diferentes, sem usar palavras como “como”, “qual”, “tal qual” ou “parece”. Ela transfere o significado de uma coisa para outra, criando uma imagem ou ideia mais forte e expressiva.

Exemplos simples:

- “O tempo é ouro.”
→ Não quer dizer que o tempo seja literalmente ouro, mas que ele é valioso como o ouro.

Figura 2: Consulta ao Chat Grok.

Como é possível observar, o resultado devolve conceitos que concebem a metáfora a partir da perspectiva retórica, como estratégia argumentativa, como sentido segundo a partir de um que seria o primeiro, etc.. Ou seja, a metáfora, tal como a concebe o senso comum, como figura de linguagem que estabelece a relação entre dois termos a partir de uma relação de semelhança. Os dois chats ficaram nesta abordagem.

Segui com a pesquisa e usei como prompt o conceito de metáfora do ponto de vista discursivo:

O que é metáfora do ponto de vista discursivo?

Do ponto de vista discursivo (ou seja, na análise do discurso, na linguística textual, na semiótica e na retórica contemporânea), a metáfora não é apenas um “enfeite” da linguagem, mas um mecanismo fundamental de construção de sentido, de ideologia e de visão de mundo. Ela deixa de ser vista como uma figura de linguagem isolada e passa a ser entendida como um processo cognitivo e social que estrutura o próprio pensamento e o discurso.

Figura 3: Consulta ao Chat Grok.

Como vemos, embora o conceito mude um pouco e mencione Análise do Discurso inclusive, os autores elencados no restante do resultado da pesquisa são de diferentes perspectivas (Lakoff & Johnson, Maingueneau, Perelman, Fairclough, van Dijk, Charaudeau, etc.) e, nos exemplos, ainda tratam a metáfora a partir das relações de similitude que estabelecem.

Saindo deste tipo de *prompt* que abordava conceito, perguntei diretamente sobre

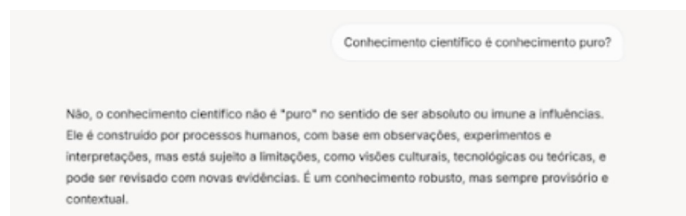


Figura 4: Consulta ao Chat Grok.

Como podemos observar, embora a devolutiva negue que o conhecimento científico seja puro e, portanto, sujeito a interpretações, a IA devolve que, por ser produzido por processos humanos, o conhecimento não está livre de “limitações, visões culturais”, etc. Ou seja, o que tem a ver com limite é o que é do humano e não das determinações sociais, econômicas, políticas, ideológicas, históricas. O homem que produz o saber é o que compromete um conhecimento puro e, se este conhecimento é revisado, será somente a partir de “novas evidências”.

IV, Voltando ao Capítulo
Pêcheux nos dirá que:

é impossível continuar mantendo por mais tempo a ‘evidência’ segundo a qual é o homem, o sujeito, a atividade humana, etc., que produz os conhecimentos científicos [...] não é o Homem que produz os conhecimentos científicos, são os homens em sociedade e na história, isto é, a atividade humana social e histórica. (1988, p. 190).

Como vemos, Pêcheux devolve a atividade humana à produção do conhecimento, mas não como um problema porque imerso a valores, ou cultura. É o sujeito a partir de suas condições de produção que produz os saberes. Como vimos em outro texto (Pêcheux, 1997), se considerado este trabalho como anônimo, continuamos a produzir saberes sem nos perguntar sobre seus fins, o que os aparelhos do poder muito bem sabem tirar proveito.

Continuando, peço então à IA:

Um exemplo clássico e poderoso de metáfora que questiona a ideia de conhecimento científico como “puro”, objetivo ou definitivo é:

“A ciência é um mapa, não o território.”

(Autor mais conhecido: Alfred Korzybski, 1933, mas popularizada por Gregory Bateson e outros)

Figura 5: Consulta ao Chat Grok.

A resposta volta então aos fundamentos de uma abordagem de senso comum da metáfora e incide sobre a relação da ciência com outro significativo por similitude (mapa/território), não produzindo deslocamento de sentido ou mesmo questionando algum conhecimento específico.

Enfim, temos aí um gesto inicial, mas que já aponta para o modo como o trabalho com a metáfora numa perspectiva discursiva, desarranjadora, não parece apre(e)ndido pela máquina. A IA pode até devolver o conceito de metáfora e exemplos de metáfora a partir do senso comum como figura de linguagem, pelas relações de similitude que estabelece, mas não alcança ainda seu poder subversivo, possível a partir de uma prática pedagógica desinstaladora dos modos de ver o mundo que organizam os saberes da classe dominante.

Voltando aos ataques que as escolas têm sofrido por uma classe que a tem demonizado ao mesmo tempo em que vende a privatização da educação pública como saída, precisamos aceitar a provocação de Pêcheux (1997) em nos perguntar se vamos continuar “protegidos” em nossas igrejinhas, acreditando que nosso trabalho não corresponde às forças do poder dominante. Como traz o autor: acreditam “poder ainda por muito tempo escapar à questão de saber para que vocês servem e quem os utiliza?” (1997, p. 61). Ou vamos:

tomar concretamente partido, no nível dos conceitos e dos procedimentos, por este trabalho do pensamento em combate com sua própria memória, que caracteriza a leitura-escritura do arquivo, sob suas diferentes modalidades ideológicas e culturais, contra tudo o que tende hoje a apagar este trabalho. (1997, p. 63-64).

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. Sobre a reprodução. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BELL HOOKS. Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

DALTOÉ, Andréia S. Das ruas às redes sociais: Escola Sem Partido e o Coletivo

Pró-Educação. In: CAMPOS, T. M.; ABRAHÃO E SOUSA, L. M. (Orgs.) Mídias

e movimentos sociais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p.117-135

DALTOÉ, Andréia S.; FERREIRA, Ceila Maria. Ideologia e filiações de sentido no

Escola Sem Partido. Linguagem em (dis)curso (online), v. 19, p. 209-227, 2019.

DALTOÉ, A da S. “Nós somos nós, o resto é o resto”: a tautologia que engendra um projeto de educação para um projeto de país. In: DALTOÉ, A da S.; FLORES, G.; SILVEIRA, J. Marcas da Memória: o que resta da ditadura na educação brasileira? Campinas: Pontes Editores, 2022a.

DALTOÉ, A da S. As metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política. Campinas: Pontes Editores, 2022b.

FREUD, Sigmund. Análise finita e infinita. In: FREUD, Sigmund. Fundamentos da clínica psicanalítica; tradução Claudia Dombusch, 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Editora da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: Gestos de leitura: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: PÊCHEUX, M. Análise de discurso: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editores, 2011.

SAFATLE, Vladimir. Alfabeto das colisões: Filosofia prática em modo crônico. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

Submissão: novembro de 2025

Aceite: Dezembro de 2025.

O PARADOXO DA LINGUAGEM SIMPLES NA BUSCA DE UMA COMUNICAÇÃO SEM FALHAS

Tais da Silva Martins¹
Larissa Montagner Cervo²

Resumo: O artigo dedica-se a compreender a nomeação “linguagem simples” como um fato de linguagem que circula, no âmbito do juridismo, pressupondo uma técnica voltada ao ‘direito de entender’. O corpus da pesquisa volta-se à Lei n. 18.246/2022, que institui a Política Estadual de Linguagem Simples no Estado do Ceará, bem como ao seu respectivo anexo, um prolongamento explicativo da própria publicação oficial. Partindo dos ensinamentos contidos em *Les Vérités de la Palice* a respeito da constituição material do sentido e do modo como tal compreensão se desdobra ao longo do desenvolvimento da teoria materialista do discurso, em que pesem diferentes autores, a pesquisa procura demonstrar que a linguagem simples representa a dissimulação de um mecanismo de controle do Estado para que a interpretação não derive, considerando um imaginário de coincidência entre ordem e organização da língua, necessário aos efeitos de objetividade e transparência.

Palavras-chave: Políticas públicas. Interpretação. Ordem da língua. Organização da língua.

THE PARADOX OF SIMPLE LANGUAGE IN SEARCH OF FLAWLESS COMMUNICATION

Abstract: This article dedicates itself to comprehend the designation “simple language” as a language fact that circulates, in the juridical sphere, presupposing a technique aimed at the “right to understand”. To comprehend the designation and its functioning, the research corpus turns to Law number 18.246/2022, which institutes the State Policy of Simple Language in the direct and indirect administrative bodies of the State of Ceará, as well as its addendum, an explicative prolonging of the official publication. Through the teachings within *Les Vérités de la Palice* regarding the material constitution of sense and the way such comprehension unfolds through the development of the materialist discourse theory, weighting different authors, this research seeks to demonstrate that simple language represents the dissimulation of a State control so that interpretation may not drift, considering an imaginary coincidence between order and organization of language, necessary for the effects of objectivity and transparency.

Keywords: Public policies. Interpretation. Language order. Language organization.

1 Doutorado em Letras na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), professora do Programa de Pós-graduação em Letras e no Curso de Letras, Santa Maria/RS. E-mail. taissmartins1@gmail.com

2 Doutorado em Letras na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), professora do Programa de Pós-graduação em Letras e no Curso de Letras, Santa Maria/RS. E-mail laricervo@gmail.com

Quando a phrase é simples e pura, atravez della penetra directamente a intelligencia ao encontro do pensamento escripto. Mas, se elle se desvia da expressão natural e correcta, forçosamente se ha-de transformar a leitura em tedioso esforço do critica e decifração, a que a redacção das leis não devo expôl-as, se as quer entendidas e obedecidas.
(Rui Barbosa, Parecer sobre a redacção do projecto do Código Civil, 1902)

Das emendas do illustrado senador, umas ha que são justas; outras, injustas e infundadas; algumas, erradas. Umas vezes a construcção da phrase se lhe torna entravada e arrevezada; outras vezes, nas emendas aos artigos, se lhe notam erros manifestos de syntaxe; aqui censura num artigo as mesmas faltas que pouco depois commette; alli redige a emenda, cahindo nas mesmas faltas do artigo censurado. (Ernesto Carneiro Ribeiro, Ligeiras Observações sobre as Emendas do Dr. Ruy Barbosa ao Projeto do Código Civil, 1902)

Introdução

As epígrafes que abrem o presente texto remontam ao início do século XX, momento em que a aprovação e a publicação do projeto do Código Civil brasileiro envolveu uma celeuma sobre linguagem que reverbera ainda hoje na história e na memória do processo de consolidação da identidade nacional pela língua. O projeto do Código Civil foi apresentado ao Congresso em 1900 e imediatamente encaminhado ao Senado, ficando ao encargo do então Senador Rui Barbosa o seu parecer. Dois anos depois, o parecer³ de Rui Barbosa foi apresentado com mais de 500 páginas dedicadas exclusivamente aos problemas de linguagem do projeto, a partir de argumentos que Ilari (2011), em estudo da história da língua portuguesa, afirma estarem amparados em modelos normativos portugueses, e não brasileiros. Para que o debate no Congresso pudesse se restringir ao teor da lei, e não a sua redação, o filólogo Ernesto Carneiro Ribeiro foi convidado a fazer a revisão gramatical do projeto, trabalho este que, no mesmo ano, resultou na publicação de *Ligeiras Observações sobre as Emendas do Dr. Ruy*

*Barbosa ao Projeto do Código Civil*⁴ (Officinas dos Dois Mundos, 1902), um compilado de 103 páginas onde Ribeiro critica veemente, também por razões de linguagem, o parecer de Rui Barbosa⁵.

A referida celeuma interessa à presente pesquisa pelo quanto ilustra a forma como determinadas representações de língua são utilizadas como argumento de políticas de língua voltadas à sustentação da unidade do Estado. Em 1902, início do século XX, o modelo do que seria a “phrase [...] simples e pura”, contrário à “phrase [...] entravada e arrevezada”, já era razão de debate na esfera legislativa em face dos interesses da manutenção da identidade e da representação da língua nacional. Hoje, mais de 100 anos depois, a questão dos modelos de língua admitidos na constituição da cidadania e do Estado continua repercutindo e reinscrevendo discursivamente o imaginário de controle da linguagem no campo das políticas públicas. Longe de consistir em mero modismo ou boas intenções do Estado em relação à linguagem, controlar usos linguísticos, politicamente, impõe-se como um meio de controle da interpretação, logo, do sujeito, o que, na perspectiva do juridismo⁶, significa um devir sempre atual e presente, algo que se espera, ilusoriamente, alcançar e dominar de forma plena.

Neste artigo, considerando-se o exposto,

4 Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/609873>. Acesso em: 28 mar. 2024.

5 Acirrada a polêmica, o debate se estendeu até a publicação da Réplica (1902), por Rui Barbosa, e de A Redacção do Projecto do Código Civil e a Réplica do Dr. Ruy Barbosa (Officinas dos Dois Mundos, 1905), por Ernesto Carneiro Ribeiro. O Código Civil, por sua vez, acabou por ser aprovado somente em 1916.

6 Juridismo, neste artigo, é entendido como “uma das ordens de sentidos que constituem a memória do dizer em nossa sociedade” e que se configura “pela relação entre direitos e deveres logicamente estabilizados, sendo a inscrição social do sujeito constantemente demandada por práticas tensas” (Lagazzi, 2010, p. 75).

3 Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/598846>. Acesso em: 28 mar. 2024.

neste artigo, trazemos à baila a nomeação “linguagem simples” enquanto um fato de linguagem que circula no âmbito do juridismo, pressupondo a existência de um conjunto de técnicas que assegurariam o ‘direito de entender’, melhor dizendo, a leitura de textos oficiais, a despeito das próprias políticas públicas, em termos de legibilidade e transparência. Ainda que, o presente objeto de estudo - a linguagem simples - esteja hoje presente em muitas normativas, posto que circula na forma de ‘movimento’, o artigo se dedicará a compreender o funcionamento da nomeação e de seus efeitos de sentido tomando como corpus a Lei n. 18.246, de 01 de dezembro de 2022, que institui a Política Estadual de Linguagem Simples nos órgãos e nas entidades da administração direta e indireta do Estado do Ceará, bem como o seu respectivo anexo, que consiste em uma espécie de manual de leitura da legislação, um texto que didatiza o que se entende por linguagem simples.

De modo pontual, tomando como fundamento teórico os ensinamentos sempre atuais de Michel Pêcheux (2009) em *Les Vérités de la Palice*, traduzido no Brasil como *Semântica e Discurso*, notadamente aqueles relacionados ao caráter material do sentido, desenvolvemos a pesquisa procurando demonstrar que a linguagem só tem condições de ser qualificada como simples quando reduzida à ideia de instrumento, em uma perspectiva que pressupõe comunicação literal e sem falhas e sujeito com controle do dizer. Nesta linha de trabalho, explorando o modo como as políticas públicas arregimentam a língua para a prática da produção do consenso e da não contradição e considerando-se que, face à relação linguagem e língua, “a língua cria a relação e a linguagem cria a diferença” (Scherer, 2012, p. 158), o artigo contrasta os dizeres do corpo da lei e o anexo enquanto partes significantes do processo de constituição de sentidos e reflete sobre o fato de linguagem em voga como um mecanismo de

controle do Estado para que a interpretação não derive, mecanismo esse que se estrutura a partir de um imaginário de coincidência entre ordem e organização da língua e que expõe um processo de manipulação da língua em termos de uma “obrigação social dissimulada por uma ordem natural, por uma coação política, fazendo-se passar por uma necessidade linguística” (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 30).

O trabalho se justifica pelo nosso interesse de pesquisa que, há algum tempo, tem sido dedicado à reflexão sobre tomadas de posição em torno da língua portuguesa como língua oficial e nacional, considerando, a partir de Orlandi (2010a), que pensar a respeito de discursos políticos - no sentido de que assumem uma direção em detrimento de outras possíveis - requer situarmo-nos onde os sentidos se repartem e considerar diferentes formas ideológicas de estabilização como parte do processo de constituição do sentido. Em se tratando de língua oficial, conforme Zoppi-Fontana (2015, p. 225), isso envolve também reconhecermos que a instituição da língua portuguesa como língua oficial do Brasil “encontra suas raízes históricas em processos de dominação política e econômica e se firma ao longo do tempo por meio de dispositivos legais e institucionais que fornecem o esteio a processos de instrumentação e institucionalização dessa língua”.

Disso decorre, assim, o entendimento de que não há homogeneidade linguística nacional fora da ordem do imaginário, mas, como o sentido não é jamais absoluto, este imaginário precisa ser constantemente revisado, resgatado, trabalhado em suas lacunas e fragilidades, para então ser reafirmado e reapropriado no interior de um universo, valendo-nos da expressão de Pêcheux (2002), de um ‘mundo semanticamente normal’, onde relações e sentidos são naturalizados e os objetos simbólicos são trabalhados de forma dirigida aos resultados esperados. A linguagem simples,

nesse ínterim, é uma entre outras medidas. Nessa direção, faz com que o sujeito experiencie o direito de entender, melhor dizendo, o direito à interpretação no limite de sua posição de inferioridade e submissão em relação ao Estado, a partir de um processo de inclusão às avessas.

1. Do discurso e da constituição de sentidos

No campo discursivo, o ponto fulcral das pesquisas envolve a compreensão de processos e condições de produção da linguagem, a partir do estabelecimento de relações entre a língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer (Orlandi, 2007). Considerando-se este viés teórico e metodológico, a língua enquanto forma não se apresenta como objeto de interesse do pesquisador, e sim o discurso, que se constitui como efeito de sentido entre interlocutores, um objeto sócio-histórico, cuja materialidade é linguística. Para compreender o discurso, é preciso conceber a língua enquanto ordem material significante, relativamente autônoma, e o sujeito como descentrado, não dotado de intencionalidade, como se fosse fonte de origem do dizer e do sentido (Orlandi, 2007).

Em se tratando de constituição do sentido, noção que vamos focalizar neste artigo a despeito da nomeação linguagem simples, é próprio de pesquisas deste campo discursivo interrogarem-se sobre pretensões de transparência e intencionalidade que presidem ilusões referenciais de controle do dizer. Pêcheux (2009) postula que o sentido jamais existe em si mesmo, o que nos indica que o sentido não é colado às palavras e que está sempre em construção, haja vista a incompletude constitutiva da linguagem. Língua e discurso, portanto, articulam-se no processo de constituição de sentidos, mas não funcionam como espelho um do outro: conforme o autor, o sistema da língua pode ser o mesmo para quem quer que seja, o que não se aplica

necessariamente ao discurso. Para Pêcheux, língua é “base comum de processos discursivos diferenciados” (Pêcheux, 2009, p. 88, grifos do autor) e estes, os processos discursivos, por seu turno, correspondem a um “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc, que funcionam entre elementos linguísticos - ‘significantes’ em uma formação discursiva dada” (Pêcheux, 2009, p. 148, grifos do autor). Assim, palavras e expressões idênticas podem significar de forma diferente e palavras diferentes podem significar da mesma forma, tendo em vista que o que determina o sentido é a sua relação com a exterioridade, com as condições de produção e a memória, aqui, entendida como interdiscurso, noção trabalhada pelo autor francês (Pêcheux, 2009) como aquilo que fala antes, em outro lugar e de forma independente, significando que um dado sentido se constitua sempre em relação a outros sentidos.

Frente a esta tomada de posição teórica, assume-se que o discurso não se constitui de forma apartada do sujeito e da história, e que é por esta relação intrínseca que não há sentido que se constitua sem interpretação. Sobretudo, a abertura da linguagem e do simbólico, que Orlandi (2007) formula como que o que abre espaço à interpretação, encaminha-nos para a compreensão de que a língua inscreve-se na história para significar e, por esta sua condição, é capaz de falha, sendo suscetível ao equívoco, entendido neste trabalho não como acidente ou defeito de linguagem, mas como “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (Pêcheux, 2002, p. 51). Aquilo que torna possível o sentido não esperado, o não pretendido, aquele sentido a partir do qual não temos controle e que, portanto, não está preso à organização do sistema linguístico. Assim, mesmo que, no cotidiano de nossas experiências, a relação entre a língua e o sentido nos seja dada como naturalizada e destituída de qualquer determinação histórica, esse efeito assim se constitui tão somente porque a língua é atravessada pela ideologia, que apaga

o caráter material do sentido, dissimulando-o como transparente (Pêcheux, 2009).

Pêcheux (2002, p. 53) afirma que “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”, na medida em que todo enunciado está sujeito ao equívoco, sendo suscetível de tornar-se outro, de derivar metaforicamente, em transferências que se dão por filiações identificadoras do sujeito com a memória, e não como produtos de aprendizagem. Este constructo reafirma a impossibilidade de domínio pleno da linguagem e, conduz, então, o campo discursivo a um conjunto de questões que interrogam-se sobre como diferentes objetos simbólicos produzem sentidos, considerando-se o funcionamento da linguagem a partir de uma relação contraditória formulada por Orlandi (2007) como um jogo entre o mesmo e o diferente: uma relação necessária e constitutiva entre movimentos parafrásticos de repetição, que se assentam na manutenção e estabilidade de sentido, e movimentos polissêmicos, de diferença, deslocamento e ressignificação, que, por seu turno, são também suscetíveis a desestruturar-reestruturar as mesmas redes ou trajetos em que o discurso se inscreve.

2. De políticas públicas e da língua oficial como instrumento de comunicação

Em se tratando de políticas públicas, o que vimos construindo a respeito da constituição do sentido possibilita considerarmos-las como textualizações que se inscrevem na ordem do que é logicamente estabilizado, portanto, do sentido literal. Antes de nos aprofundarmos a respeito delas, é importante, no entanto, situarmos o nosso interesse pelas políticas públicas e por questões a elas vinculadas, a exemplo da linguagem simples. A partir de uma experiência

de construção e manutenção de um arquivo de língua, denominado *Banco de Políticas Públicas sobre Línguas no Brasil* (BPL), temos refletido a respeito da historicidade de línguas no Brasil a partir de discursos produzidos pelo Estado na posição política e jurídica de detentor de poder. O BPL reúne legislações da esfera do poder público nacional, estadual e municipal, que dispõem, entre outras matérias, sobre a língua como objeto simbólico. Por intermédio dele, temos conseguido também aprofundar o estudo a respeito da ilusão referencial da língua como instrumento de comunicação, no sentido da transmissão de informações e da transparência do sentido veiculado, o que temos compreendido enquanto um efeito que insiste em se reinscrever historicamente, que sempre retorna, à medida em que a abertura do simbólico é constitutiva da linguagem. Em outras palavras, é porque não podemos considerar a linguagem como uma questão resolvida, inclusive no campo da Linguística, e porque os sentidos estão sempre em curso que a demanda por diferentes formas de gestão sobre o seu funcionamento se atualiza constantemente, em particular nas instâncias constituídas daquilo que é da ordem do logicamente estabilizado, como é o caso do Estado e de suas instituições.

Para entendermos as políticas públicas do ponto de vista discursivo, partimos da definição de Pfeiffer (2010, p. 85), que as conceitua como “textualizações de modos de interpelação dos sujeitos pela administração jurídica do Estado”, o que nos encaminha a uma perspectiva de responsabilização do sujeito em termos de direitos e deveres, dada a forma-sujeito contemporânea, do sujeito de direito, que se constitui de forma livre e, ao mesmo tempo, submissa. Considerando-se que o espaço social urbano é um espaço de litígios⁸, materialmente

7 Disponível em <https://www.xxxx.br/projetos/pesquisa/bpl>. Acesso em: 15 mar. 2024

8 Lagazzi (2010, p. 75) conceitua o litígio enquanto “um efeito da incontinência do político que se manifesta no social sob a tutela administrativa do jurídico”.

constituído de desigualdades estruturantes, a igualdade torna-se um projeto inalcançável. Assim, para determinar ou garantir direitos e deveres numa perspectiva democrática, as políticas são produzidas fundamentando-se na lógica do consenso, uma noção que Orlandi (2010) explica ser carregada de sentidos de unidade e que, nas condições de produção do juridismo, sustenta o necessário imaginário da vontade de todos, ou pelo menos da maioria, funcionando assim, ideologicamente, como o que é comum e melhor para todos.

As políticas públicas se constituem como espaços privilegiados de produção do consenso pela necessidade de o Estado produzir formas de estabilização do que é desigual, na busca por apaziguar divergências e silenciar conflitos existentes no seio da sociedade civil. Por esta via, elas se constituem como formas de gestão que estão na base da produção, consoante Lagazzi (2010), do imaginário de interesse geral e público, que sustenta o Estado em sua não-contradição, distinguindo-o do sujeito e da sociedade civil em suas particularidades e representações de classe. Nas palavras da autora, pelo trabalho das políticas públicas, “tudo se passa, portanto, como se o Estado, anulando as classes, anulasse com isso a própria contradição, se erigindo como lugar da não-contradição, onde se realiza o ‘bem comum’” (Lagazzi, 2010, p. 79, grifos da autora). Por consequência, as políticas acabam por resultar em reforço da segregação, haja vista que, se as relações sociais não são simétricas, o que propõem também se funda sempre em terreno dissimétrico (Orlandi, 2010).

No tocante à questão da linguagem, a prática de produção do consenso e da não contradição no âmbito das políticas públicas sustenta-se, também, na língua, como instância da linguagem, dimensionada pelo Estado em sentidos universalizantes e de homogeneidade para todos. Estamos tratando, neste aspecto, da

língua oficial que, nas palavras de Zoppi-Fontana (2015, p. 222), é aquela “resultante de uma decisão de Estado que exerce pressão normativa sobre os aparelhos de Estado, notadamente o judiciário e a Escola, impondo essa língua como aquela exigida aos cidadãos na sua relação com a estrutura administrativa estatal”. A língua oficial consiste, conforme a autora, em uma dimensão discursiva da língua, da ordem da memória, que se constitui materialmente por um nome - no nosso caso, a língua portuguesa - e uma grafia, elementos estes que lhe conferem identidade e que possibilitam que ela seja significada enquanto corpo homogêneo e estável, um único para todos os cidadãos. A estes elementos identificadores acrescentamos, ainda, uma representação inequívoca e com teor de completude, sustentada pelos instrumentos linguísticos.⁹

Assim, se a língua oficial constitui-se como um objeto simbólico unificador do Estado do ponto de vista político-social do território, no gesto de formulação das políticas públicas ela é, por consequência, a língua dos atos administrativos e oficiais, o instrumento que dá forma material às textualizações, sendo arregimentada em termos de estabilidade referencial dos sentidos, à medida em que é trabalhada sob a pretensão de que a comunicação entre o Estado e o cidadão se estabeleça imaginariamente sem ruídos, brechas ou incertezas no que compete a direitos e deveres. Para entendermos melhor essa perspectiva, citamos, a seguir, dois segmentos do *Manual de Redação da Presidência da República*, ainda que em caráter meramente ilustrativo, haja

9 Por instrumentos linguísticos entendemos as gramáticas, os dicionários e demais tecnologias de linguagem que se dedicam a descrever línguas, constituindo-se como base do saber metalinguístico. Para esta definição, amparamo-nos em Auroux (1992, p. 69), que define instrumento linguístico da seguinte forma: “do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor

vista a função normativa que esta obra exerce a respeito do uso da língua oficial no âmbito da administração pública federal e da forma como ela é utilizada como parâmetro para a normatização da língua em demais autarquias. Conforme o Manual:

A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e nos expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações; de outro, de sua finalidade. Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos e entidades públicos, o que só é alcançado se, em sua elaboração, for empregada a linguagem adequada (Mendes; Júnior, 2018, p. 16).

Em momento imediatamente posterior a esta definição, o *Manual* afirmará:

Em razão de seu caráter público e de sua finalidade, os atos normativos e os expedientes oficiais requerem o uso do padrão culto do idioma, que acata os preceitos da gramática formal e emprega um léxico compartilhado pelo conjunto dos usuários da língua. O uso do padrão culto é, portanto, imprescindível na redação oficial por estar acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas, regionais; dos modismos vocabulares e das particularidades linguísticas (Mendes; Júnior, 2018, p. 21).

Os segmentos supracitados do *Manual da Redação da Presidência da República* possibilitam-nos depreender que o emprego de uma *linguagem adequada*, de um *determinado nível de linguagem*, é *condição ao caráter público* e à *finalidade* dos atos normativos e dos expedientes oficiais, reafirmando, assim, a contradição que se estabelece entre o que é da ordem do público em detrimento do privado no âmbito do juridismo, o que, recorrendo mais uma vez a Lagazzi (2010), envolve distinguir o Estado em relação à sociedade civil. Por estes sentidos de soberania, a *linguagem adequada* aos atos e expedientes está diretamente relacionada com um *padrão culto*, que, enquanto tal, está *acima*

das diferenças e é referendado por uma norma (vide os *preceitos da gramática formal*) e por um léxico padrão (vide *léxico compartilhado pelo conjunto de usuários da língua*), sustentados pelos instrumentos linguísticos. Disso resulta que a *linguagem adequada*, neste íterim, funciona como argumento de desqualificação de tudo o que não integra a ordem do culto, porquanto estes elementos representem apenas *diferenças, modismos e particularidades*.

Por estas relações de sentido, compreende-se que a *linguagem adequada* aos atos e expedientes, incluindo-se as políticas públicas, é aquela que resulta da sobreposição entre gramática, léxico e língua oficial, tal como uma coincidência que pressupõe uma continuidade ininterrupta entre a própria língua e a redação dos atos oficiais, como se aquela fosse o reflexo da imagem desta em um espelho. Tal continuidade remete-nos a um efeito de ideológico similar que se estabelece na relação entre instrumentos linguísticos e língua: uma imagem de que a língua que falamos é idêntica à própria língua gramaticalizada, muito embora, recuperando Aurox (1992), a solução de continuidade entre metalinguagem e epilinguagem seja historicamente rompida, provavelmente, porque “a linguagem seja um sistema regulado por sua própria imagem” (Aurox, 1992, p. 16). Ora, se os instrumentos linguísticos representam a língua como sistema finito, autorregulado e homogêneo, o que resulta desta representação é um imaginário de um sistema passível de controle e manipulação. Uma língua despida de subjetividades, estilos, diferenças, que, uma vez possível, só não é alcançada por aqueles que não a dominam, o que, no *Manual*, projeta-se como o próprio cidadão.

A negação, no âmbito do juridismo, de tudo o que envolve a língua no curso da experiência e dos processos de subjetivação dos sujeitos, ainda que necessária para que o Estado se signifique enquanto tal em sua hegemonia, é

também um indicativo de que o instrumento ao qual nos referimos significa, no campo das políticas públicas, enquanto mera forma, código, em direção oposta à tomada de posição em relação à língua em seu caráter material, que admite a metáfora enquanto possibilidade de o sentido ser outro e que se constitui pela alteridade, entendida por nós, a partir de Pêcheux (2002, p. 54, grifos do autor), como “o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a este outro linguageiro discursivo” e que possibilita que haja “ligação, identificação, transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar”. Sobretudo, essa redução é necessária para que a objetividade e a clareza se constituam como mecanismos ideológicos que possibilitam ao Estado fundar “sua legitimidade e sua autoridade sobre o cidadão, levando-o a interiorizar a ideia de coerção, ao mesmo tempo em que faz com que ele tome consciência de sua autonomia (de sua responsabilidade, portanto)” (2007, p. 90). À parte deste imaginário, a língua, por si mesma, não tem necessidade de ser objetivada, tampouco qualificada. Por isso, reiteramos Orlandi (2001, p. 104), quando a autora afirma que, “quanto mais certezas, menos possibilidades de falhas: não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito, é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona”.

3. Da linguagem simples como política pública

A Lei n. 18.246, de 01 de dezembro de 2022, que institui a Política Estadual de Linguagem Simples nos órgãos e nas entidades da administração direta e indireta do Estado do Ceará, assumida, neste trabalho, como objeto de análise, propõe a linguagem simples enquanto política de comunicação, no sentido de institucionalizá-la e difundi-la como diretriz no âmbito estadual. Nosso interesse em relação a esta legislação em específico centra-se nos

sentidos significados na nomeação linguagem simples, um fato de linguagem que significa no interior de um processo discursivo que se constitui, como vimos construindo, de sentidos voltados a modos de gestão da língua oficial pelo Estado e suas instituições, sentidos estes que sustentam o imaginário do Estado, como nos diz Pêcheux (2002), como polo privilegiado das coisas-a-saber.

Amparando-nos em Scherer (2012), entendemos que compreender uma nomeação requer compreender como ela produz um imaginário de língua tanto para aqueles que a nomeiam, quanto para aqueles que a utilizam, e que este imaginário se constitui de filiações de sentido, porque o sentido não existe colado às palavras. Assim, iniciamos por nos questionarmos se é possível que a linguagem seja simples? Pelo que vimos construindo, a resposta imediata é não, posto que a complexidade e a incompletude lhe são constitutivas. Porém, isso não significa que o sentido contrário não seja possível de existir e subsidiar historicamente um dado funcionamento discursivo. Afinal, como afirma Orlandi (2007), até mesmo o irrealizado, o sem-sentido, é sentido possível, um devir sócio-histórico.

Se resgatarmos o significado de simples no *Dicionário Michaelis On-line*¹⁰, encontraremos a definição: “Adj. 1 Que não é composto, duplicado, múltiplo nem é desdobrado em pares. [...] 3 Desprovido de ornatos, enfeites ou afetação; [...]. 4 De fácil entendimento [...]”. Por esta perspectiva, simples é um adjetivo que qualifica o que não é complexo ou enfeitado, portanto, ordinário, comum. Já se recuperarmos mais uma vez o *Manual de Redação da Presidência da República* como parâmetro, fazendo-se uma busca da palavra simples como atributo da língua oficial, encontraremos duas ocorrências: a primeira, no interior do atributo Clareza e

10 Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/simples/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Precisão, quando se diz que “Para a obtenção de clareza, sugere-se: a) utilizar palavras e expressões simples, em seu sentido comum, salvo quando o texto versar sobre assunto técnico [...]” (Mendes; Júnior, 2018, p. 17), e a segunda, no interior do atributo Formalidade e Padronização, quando se diz que “a língua culta é contra a pobreza de expressão e não contra a sua simplicidade” (Mendes; Júnior, 2018, p. 21).

De forma análoga às definições do dicionário, o *Manual* trabalha a simplicidade como o sentido ordinário das palavras, considerando-o como o mais comum e recorrente, contrário ao vocabulário especializado e à polissemia, barreiras impostas à clareza e ao entendimento facilitado. O efeito de sentido situa-nos, aqui, frente ao que não precisa de esforço para ser compreendido, tal qual argumenta Rui Barbosa na epígrafe que abre o presente texto, em relação ao Código Civil. Não obstante, o *Manual* dimensiona a simplicidade na perspectiva da língua como repertório, inscrevendo a variedade lexical como um indício de condição da clareza e da transparência dos sentidos, afirmando que a pobreza vocabular gera imprecisão. Ainda que pareça lógico que vocabulário especializado e palavras rebuscadas ou difíceis dificultem a leitura por parte de sujeitos não especializados, é interessante observarmos que as palavras integram o repertório lexical da língua portuguesa, ou seja, elas não estão fora da língua, elas fazem parte dela. No entanto, como, nestas condições de produção, a simplicidade significa como um qualificador da linguagem, um seu atributo, aquilo que é ou não admitido enquanto linguagem simples está relacionado ao uso adequado ou não de cada palavra, o que nos conduz ao domínio do sujeito sobre a linguagem: quem tem maior domínio lexical da língua tem condições de escrever correta e adequadamente; quem não tem domínio lexical falha em razão da falta de clareza e do obscurantismo.

Já em se tratando de linguagem simples

como matéria de política pública, o fato de linguagem inscreve-se no mesmo viés de negação ao que é obscuro e complexo, enquanto mecanismo ideológico de interdição à interpretação, melhor dizendo, de busca pelo sentido literal e pretendido. No entanto, considerando-se que a lei selecionada integra um conjunto amplo de ações e iniciativas¹¹ já em circulação no Brasil e fora dele, incluindo-se, nesse bojo, uma norma técnica internacional, a ISO 24495-1 - *Plain Language*, expedida em 2023 pela *International Organization for Standardization* (ISO). Entendemos que há, no processo discursivo em foco, um movimento de sentidos que parte da simplicidade como mera qualidade da linguagem em direção a uma técnica a ser executada para a garantia da legibilidade dos textos. É por esta perspectiva da técnica que a linguagem simples se vincula ao ‘direito de entender’, uma outra formulação própria aos discursos de inclusão e que, nestas condições de produção em específico, diz-se voltada ao acesso à compreensão das informações emitidas pelos atos e expedientes oficiais, quando, por outro lado, representa um mecanismo de controle da interpretação.

Para compreendermos as relações que se estabelecem no funcionamento da linguagem simples, observaremos como o corpo da lei e

11 A exemplo de: (1) Projeto de Lei n. 6256/19, que Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, de autoria de Erika Kokay - PT/DF e Pedro Augusto Bezerra - PTB/CE; (2) Nota Recomendatória n. 04, de 08 de novembro de 2023, da Associação dos Membros dos Tribunais de Conta do Brasil (ATRICON), que recomenda aos Tribunais de Contas brasileiros a adoção da linguagem simples e do direito visual; (3) Portaria Presidência n. 351, de 4 de dezembro de 2023, que institui o Selo de Linguagem Simples no Conselho Nacional de Justiça – CNJ; (4) Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, publicado em novembro de 2023; (5) Decreto n. 59.067, de 11 de novembro de 2019, que institui o Programa Municipal de Linguagem Simples, no âmbito da Administração Pública Municipal de São Paulo; (6) Rede de Linguagem Simples, uma página online destinada ao compartilhamento de experiências, práticas e capacitações em linguagem simples.

o anexo à lei se conjugam na constituição de sentidos. No corpo da lei, o que se diz sobre linguagem simples pode ser observado a partir dos dois recortes (R) a seguir, que serão assim identificados, seguidos de numeração sequencial, tendo em vista se constituírem como segmentos do corpus de análise.

R1 - O objetivo geral da Política Estadual de Linguagem Simples é estimular, na gestão pública cearense, uma *mudança na cultura* da comunicação administrativa [...] entregando à população *informações claras e compreensíveis*. [grifos nossos]

R2 - A Política Estadual da Linguagem Simples *deve seguir a norma-padrão* da língua portuguesa e o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor*. [grifos nossos]

Em R1, observamos que a linguagem simples pressupõe uma *mudança de cultura* no seio das práticas comunicativas, de forma a transformá-la a partir de *informações claras e compreensíveis*. O discurso, recorte R1 encaminha-nos, nesse sentido, à perspectiva de que algo já posto venha a ser substituído por algo novo, ainda não estabelecido, um devir em uma rotina organizacional e administrativa. Considerando-se discursos a respeito de formas de governança no setor público, podemos associar a *mudança de cultura* a um gesto de inovação¹², um modo de fazer outro, que desnaturaliza velhas práticas e que permite às

instituições modernizarem-se, ‘aproximando-se’ do cidadão. No entanto, se há necessidade de constituição de uma nova conjuntura em um espaço que se estrutura a partir dos preceitos da língua oficial como instrumento de comunicação, em lugar de inovação, o que se tem é mera correção de percurso, resgate do que deveria estar funcionando a partir da ilusão referencial da objetividade e transparência. Por este recorte, vemos, então, o equívoco na constituição do sentido não pretendido, não esperado, no interior de um espaço em que a deriva e a fugidío não são admitidos.

Em R2, por sua vez, observamos a orientação expressa de que a linguagem simples só pode acontecer - *deve seguir* - a partir da *norma-padrão* e do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor*, o que nos remete novamente ao imaginário de língua inscrito nos instrumentos linguísticos e que se espera ser espelhado nas práticas languageiras das políticas públicas. Por este recorte, entende-se que o que não é claro e compreensível é o que não segue a norma-padrão e a ortografia vigente, o que nos coloca no âmbito do erro, do defeito de estilo, daquilo que não está adequado à regra e que se só tem condições plenas de se constituir na ordem do imaginário, em se considerando que a língua significa na relação com os sujeitos que a praticam e que, enquanto instrumento, de acordo com Pêcheux (2009, p. 83, grifos do autor), “permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a *não comunicação*, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, *em primeira instância*, da *comunicação* de um sentido”.

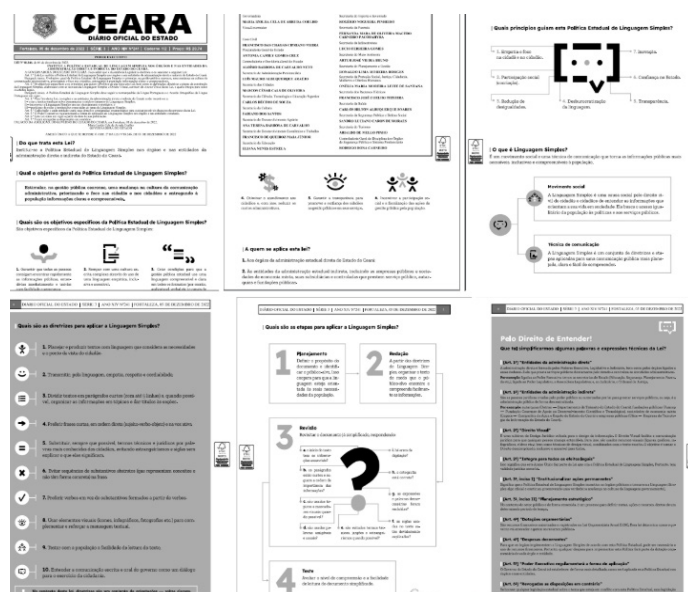
A presunção ao estabelecimento, como devir político, de algo ainda não concretizado, não realizado, face ao anseio pela homogeneidade e não-contradição, projeta a linguagem simples como solução para que o sujeito não falhe na escritura, tampouco derive na leitura, posto que, na forma-sujeito

12 A inscrição da linguagem simples no discurso da inovação no setor público se confirma também pelo fato de que esta legislação é amparada por um laboratório de inovação, o Íris - Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Estado do Ceará, que trabalha e difunde a linguagem simples como uma ação ligada a perspectivas de governança que se propõem desnaturalizar processos administrativos, jurídicos e burocráticos a partir de uma prática que ‘aproxima’ o governo da sociedade, garantindo o esta o ‘direito de entender’. No âmbito federal, encontramos o mesmo direcionamento no La-Bora! gov, laboratório de gestão inovadora vinculado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

de direito, ele é responsabilizado por ambas as práticas. Isso justifica um deslizamento de sentidos que se opera no processo discursivo: uma vez que a simplicidade como qualidade da linguagem é impraticável e não foi alcançada naturalmente, ela é reinscrita no discurso como meta política, para então assumir um estatuto outro. Observe-se, no entanto, que no corpo da lei, pelos recortes apresentados, não há evidências do que seja este estatuto outro, a não ser pela condição de política estadual, o que pressupõe uma dada instrumentalização e um suporte à sua implementação a partir da *norma-padrão* e do *Vocabulário Ortográfico*. A ausência de definição clara e objetiva do que venha a ser precisamente linguagem simples instala, assim, uma contradição, no fio do discurso, que produz o efeito da incompletude, mesmo quando o texto é escrito de forma gramaticalmente correta.

Além desse primeiro indício de contradição, na formulação discursiva, atestando que a vaguidão e o fugidio também são inerentes ao funcionamento da linguagem, vamos agora explorar um outro espaço onde a contradição se instala, qual seja, o encaixe entre o corpo da lei e o anexo. Vejamos a ilustração que segue.

Ilustração 1 - Folhas 1 a 6 da publicação oficial da Política Estadual de Linguagem Simples



Fonte: Página Institucional da Secretaria do Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará.

A partir da Ilustração 1, é possível notarmos que apenas a metade da primeira folha da publicação oficial (no canto superior esquerdo) contém o texto normativo, a legislação propriamente dita. Em todo o restante da publicação, o padrão do texto oficial muda, à medida em que é substituído por formas outras, visuais e gráficas, que se organizam em torno de questionamentos básicos que envolvem a linguagem simples e a própria lei, atestando, assim, sentidos de diferença em relação ao formato corriqueiro de publicações oficiais. Trata-se de fontes diferenciadas do padrão normativo, tamanhos de letras também distintos, cores, quadros, infográficos e um conjunto de informações complementares à lei, que são utilizados para direcionar e controlar o gesto de leitura em torno da matéria legislada.

Tais informações organizam-se a partir de dez títulos principais, ou ainda, seções. Nas seções *Do que trata esta lei?* e *Qual o objetivo geral da linguagem simples?*, a publicação reitera as formulações presentes no corpo da lei e em R1, relacionadas à implementação da Política da Linguagem Simples e à mudança de cultura na comunicação administrativa. Na seção *Quais são os objetivos específicos da Política Estadual de Linguagem Simples?*, são citados 6 objetivos, entre eles, a garantia de que o cidadão encontre as informações de que necessita e o rompimento com uma cultura de “escrita complexa”. Na seção *A quem se aplica esta lei?*, mencionam-se apenas os órgãos da administração estadual direta e as entidades a ele relacionadas. Na seção *Quais princípios guiam esta Política Estadual de Linguagem Simples?*, citam-se empatia e foco no cidadão, participação social, redução de desigualdades, desburocratização, inovação, confiança no Estado e transparência.

Na seção *O que é linguagem simples?*, aborda-se a linguagem simples como movimento social e como técnica de comunicação. Na seção *Quais são as diretrizes para aplicar a linguagem*

simples?, enumeram-se dez atributos necessários à linguagem simples, entre eles, planejamento dos textos, produção de frases curtas, transmissão de respeito e cordialidade por meio da linguagem, entre outros. Na seção *Quais são as etapas para aplicar a linguagem simples?*, estabelecem-se seis etapas necessárias à execução da técnica: planejamento, redação, revisão e testagem do “nível de compreensão” e da leitura do documento. Por fim, na seção *Pelo Direito de Entender - Que tal simplificarmos algumas palavras e expressões técnicas da lei?*, apresentam-se exemplos do que venha a ser a linguagem simples, a partir da definição e exemplificação de expressões usuais às textualidades oficiais.

No nosso gesto de interpretação, o anexo funciona como uma espécie de prolongamento da matéria legislada, que produz o efeito ideológico da facilitação, necessário ao subsídio da transparência na comunicação entre Estado e sujeito. Em outras palavras, o anexo exerce a função de dizer o que envolve a matéria legislada, deixando visível ao sujeito-leitor o que não está dito no corpo da lei, mas sem o qual este mesmo texto não poderia ser compreendido. Na Análise de Discurso, essas asserções que não são explícitas no nível da frase formulam-se enquanto pré-construídos, definidos por Pêcheux como “[...] aquilo que, em uma situação dada, pode ser e entender sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’ (Pêcheux, 2009, p. 158, grifos do autor). Neste corpus em específico, no entanto, o que poderia significar como pré-construído do que está dito em R1 e R2, extraídos do corpo da lei, transforma-se em evidência no anexo, interditando-se, portanto, ao sujeito-leitor, a interpretação de forma absoluta, como se fosse possível delimitar os sítios de significação a que se filia o próprio gesto de construir sentido.

Sob o pretexto de preencher uma lacuna de desconhecimento de tudo o que envolve a lei, por parte do sujeito, ou de uma dada falta de domínio da língua e uma dada

incapacidade de leitura, satura-se a linguagem em sua incompletude constitutiva, resgatando-se, no anexo, aquilo que ‘todo mundo sabe’ ou ‘deveria saber’ sobre linguagem simples, para então dissimular lógica e evidência, quando, por outro lado, está-se somente controlando a deriva da interpretação, a recusa e a revolta. O texto da lei inscreve, o anexo reinscreve, dizendo o mesmo de modo diferente e com recursos gráficos, para que a clareza se estabeleça de forma absoluta e inquestionável, sob o efeito do ‘sentido verdadeiro’, processo este que expõe o equívoco em funcionamento no discurso, à medida em que a linguagem da própria lei sobre linguagem simples precisa ser facilitada, didatizada, desdobrada, traduzida ao sujeito-leitor.

Não podemos deixar de atentar também aos recursos gráficos. A partir de Orlandi (2007, p. 12), sabemos que “a matéria significante - e/ou a sua percepção - afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele”. As variadas linguagens são necessidades históricas e é a partir da materialidade de cada uma delas que buscamos compreender como os sentidos significam. Entretanto, por esta via de funcionamento da língua como instrumento de comunicação¹³, a ideologia apaga a diferença entre uma materialidade e outra - a verbal e a não verbal -, fazendo coincidir o que é dito na lei e o que é dito no anexo, como se fossem uma coisa só. Não se trata de complementaridade ou similitude, e sim de efeito de coincidência, que anula qualquer relação parafrástica ou polissêmica entre o dito normativamente e o que é redito e representado graficamente para facilitação. Encobre-se, assim, o mecanismo persuasivo dos recursos gráficos e do próprio

13 No texto *Efeitos do verbal sobre o não-verbal* (1995), Orlandi pontua que o mito da linguagem como transmissão da informação ou como comunicação é um dos efeitos da determinação histórica do verbal sobre o não-verbal, que reduz o fato de linguagem ao linguístico, e também um dos lugares de sustentação desta redução no senso comum.

anexo, que tem por fundamento apenas a atratividade e o convencimento, e formula-se a imagem do que venha a ser linguagem simples como uma superestrutura que tudo suporta e tudo pode dizer: o fato de linguagem como uma representação abstrata do próprio real da língua.

Para avançarmos um pouco mais, consideremos os recortes R3 e R4 a seguir, extraídos do anexo da lei, mais precisamente, da seção *O que é Linguagem Simples?*, a partir da qual depreende-se a linguagem simples como *movimento social e técnica de comunicação*, momento em que se define o que é linguagem simples no âmbito da publicação normativa.

R3 - Movimento social

A linguagem simples é uma *causa social* pelo *direito* civil de cidadãos e cidadãs *de entender* as informações que orientam a sua vida em sociedade. [...] [negrito do original; itálicos nossos]

R4 - Técnica de comunicação

A linguagem simples é um *conjunto de diretrizes e etapas* aplicadas para uma comunicação pública mais planejada, clara e fácil de compreender. [negrito do original; itálicos nossos]

Enquanto *movimento social*, em R3, aborda-se, no anexo da legislação, a linguagem simples como *causa social* pelo *direito de entender*, indicando-nos, assim, que o direito de entender envolve incluir o que está excluído, segregado. Mais do que isso, trata-se de uma *causa* que transcende os limites do Estado do Ceará, haja vista que movimento significa mobilização, no caso em particular, no sentido de algo a universalizar. Assim, se a língua oficial como instrumento de comunicação já se constitui por seus sentidos universalizantes, a linguagem

simples, contudo, é um *dever*, em processo de construção. Já enquanto *técnica de comunicação*, em R4, aborda-se a linguagem simples como *conjunto de diretrizes e etapas*, indicando-nos, assim, a regularização de um saber que constitui domínio prático, passível de ser transmitido. Tais *diretrizes e etapas* são, então, os fundamentos práticos da técnica a ser difundida enquanto movimento, causa social em direção ao direito de entender.

De modo mais pontual, as *diretrizes e etapas*, que serão explicitadas somente a partir das folhas 4 e 5 da Ilustração 1, nas seções *Quais são as diretrizes para aplicar a linguagem simples?* e *Quais são as etapas para aplicar a linguagem simples?*, incluem preceitos próprios aos atributos da língua oficial (frases curtas, parágrafos curtos, vocabulário simples, etc), significando que há uma estabilidade parafrástica entre os sentidos dicionarizados da palavra simples e a própria simplicidade tal como é difundida pelo *Manual de Redação da Presidência da República*. Entretanto, somam-se a estes preceitos o uso de recursos visuais, o planejamento de escritura e a testagem de leitura e compreensão, além da transmissão, pela linguagem, de empatia, respeito e cordialidade. Considerando que toda técnica pressupõe a existência de elementos objetivos que venham a sustentar e possibilitar a transmissão de um dado saber, os procedimentos listados nos dão indícios de que a linguagem simples significa como um meio a partir do qual se arregimenta a linguagem para o alcance de determinados objetivos, voltados a ela mesma. Nesse processo, apaga-se o seu caráter material, reduzindo-a à mera forma material e prática, tornando-a passível, portanto, de ser objetivada e qualificada aos fins para os quais se propõe: a simplificação como argumento de transparência e objetividade na comunicação.

Por esta via, entendemos que é a técnica de comunicação, portanto, e não a linguagem em si mesma, que é simplificada para ser difundida

como algo de fácil execução e manipulação, muito embora o nome linguagem simples nos remeta, pela ordem da evidência, à linguagem em seu funcionamento. Se a linguagem não é simples, como já afirmamos, é porque ela é incompleta, e o corpus que trazemos à baila nos fornece indícios relevantes a esta constatação. Estamos diante de um processo paradoxo em que o que se denomina como linguagem simples instrumentaliza o Estado para suportar e contornar a própria complexidade da linguagem e a falha da língua como constitutiva de sua ordem simbólica. A linguagem só admite o adjetivo de simples pelo nosso desejo de controle, de exatidão e referência inequívoca com as coisas e com o mundo, a partir de uma língua como superestrutura, que tudo pode e tudo consegue criar e dizer, da forma como pretendemos. Disso decorre o que entendemos como ordem¹⁴ da língua, ou nas palavras de Gadet e Pêcheux (2004, p. 31), “ordem política na língua”, sobreposta com organização: língua reduzida a suporte, sintaxe correta, ortografia correta, sentido único, interpretação negada. A busca do real da língua, em “uma incessante vigilância de tudo o que - alteridade ou diferença interna - arrisca questionar a construção artificial de sua unidade e inverter a rede de suas obrigações (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 31).

Paráfrase do absurdo, as causas do que falha são todas direcionadas ao cidadão: ora, se na formulação dos atos e expedientes oficiais foi assumida a linguagem simples como parâmetro, se foram utilizados recursos gráficos, se a leitura e a compreensão foram testadas, se a linguagem é respeitosa e acolhedora, a não compreensão

representa que o sujeito é, de fato, desqualificado, incapaz, haja vista terem sido oferecidas a ele, ilusoriamente, todas as condições necessárias à leitura do texto. Assim, se ainda houver falha onde é preciso haver apenas decodificação, a causa será o próprio sujeito, em sua baixa escolaridade, em sua falta de conhecimento, em sua ausência de domínio da língua, em sua falta de especialidade. Por intermédio da linguagem simples, o Estado, então, acentua sua autoridade e supremacia, reforçando a condição de inferioridade do sujeito, tratado como mero intérprete e responsável pela sua própria exclusão. Não se trata, portanto, de uma linguagem com novos atributos, por assim dizer, inclusivos, e sim de uma mesma linguagem arregimentada pelo Estado para que ele se constitua como inclusivo, resgatando o sujeito, apesar de sua incapacidade.

Conclusão

Na finalização da obra *Língua Inatingível*, Gadet e Pêcheux (2004) mencionam um texto de R. Geiger, a respeito do tempo lógico, que acreditamos convir adequado à nossa reflexão:

Quando contamos uma história a um camponês, ele ri três vezes. A primeira, quando a contamos. A segunda, quando a explicamos. A terceira, quando ele a entende.

Um burguês, por sua vez, ri duas vezes. A primeira, quando a contamos. A segunda, quando a explicamos. Mas, de qualquer maneira, ele não a entende.

O oficial só ri uma vez, quando a contamos; ele não nos dará tempo de explicá-la, e não estará presente para entendê-la (Reiger apud Gadet; Pêcheux, 2004, p. 2014).

Se um mesmo objeto simbólico é passível de interpretação, esta não é jamais a mesma para diferentes sujeitos. Isso porque a língua não é uma superestrutura totalizante, como se pretende sob o viés da nomeação linguagem simples. O sistema da língua pode até ser o mesmo para

14 Orlandi (2007) conceitua ordem da língua como sistema significante material que, posto em relação com a ordem da história, permite-nos observar o discurso em funcionamento. A ordem da língua é, assim, marcada pela falha. Esta conceituação difere-se substancialmente de organização da língua, desenvolvida também pela autora (2007) como ordenamento, arranjo, combinatória, posição esta em relação à qual intervém o imaginário de completude.

todos, como vimos a partir de Pêcheux (2009), mas o discurso não o é, porque a interpretação é sempre singular e se dá de um lugar na história, mesmo para aqueles que possuem conhecimento e domínio sobre a língua. Para tentar contornar essa deriva, é nas leituras do próprio autor francês que encontramos a afirmação de que “não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de ‘terapêutica da linguagem’ que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados” (Pêcheux, 2010, p. 55, grifos do autor). A linguagem simples enquanto fato de linguagem representa, assim, um movimento de retorno ao sonho da ciência régia, dos universais lógicos, do sentido literal e unívoco para todos.

A linguagem, porém, afirma Orlandi, “mesmo em sua vocação para a unicidade, à discrição, ao completo, não tem como suturar o possível, porque não tem como não conviver com a falta, não tem como não trabalhar (com) o silêncio” (2007, p. 12). Por isso, dedicar-se ao estudo da linguagem simples como fato de linguagem significa, para nós, ultrapassar a negação do político que pressupõe as políticas públicas em seus dizeres normativos e refletir sobre estas textualizações considerando-se possibilidades de deslizos, deslocamentos, rupturas do sentido que estão em circulação nas conjunturas sócio-históricas da atualidade e produzindo consequências. As políticas públicas não são simples, assim como a linguagem não o é. Se não desocupamos o lugar da evidência e da reprodução, ou se somente banalizarmos as políticas públicas a partir do senso comum sobre suas inviabilidades ou discrepâncias em relação ao campo científico e acadêmico, jamais contribuiremos, como pesquisadores da linguagem, para que elas se desloquem direção a transformações no social. Como afirmam Gadet e Pêcheux (2004), quando acreditamos por fim à manipulação, arriscamos reproduzi-la.

Para finalizar, recorreremos à Orlandi, quando esta trata de compromissos da produção do conhecimento:

A análise de discurso é sensível ao fato de que conhecimentos diversificados permitem dimensionar a sociedade na história. Temos então que produzir formas de conhecimento com capacidade de resposta às demandas sociais (tanto em sua representação como participação). Ora, a resposta é para uma sociedade em movimento. Por isso insistimos que temos de ter a capacidade de projetar essas demandas na história para que elas signifiquem (Orlandi, 2010a, p. 14).

Trabalhar com políticas públicas dedicadas à língua, questionando-as, destituindo-as de suas evidências, é uma pauta sempre urgente, porque a produção de conhecimento, a ousadia de pensar e se revoltar, pensando por nós mesmos, tal como nos ensina Pêcheux (2009), é o caminho para que outras possibilidades de sentido possam ser construídas em direção a novas práticas políticas.

Referências bibliográficas

AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992. p. 11-35.

FORTALEZA. Lei n. 18.246, de 01 de dezembro de 2022. Institui a Política Estadual de Linguagem Simples nos órgãos e nas entidades da administração direta e indireta do Estado do Ceará. Fortaleza: Poder Executivo do Governo Estadual do Ceará, [2022]. Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/12/Lei-No-18.246_01122022_Politica-Estadual-Linguagem-Simples.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. A língua inatingível: o discurso na história da linguística. Trad. de Bethania Mariani e Maria

Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004. p. 35-40.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente: a língua que estudamos; a língua que falamos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 213-220.

LAGAZZI, Suzy. O confronto político urbano administrado na instância jurídica. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso. Campinas: RG, 2010. p. 75-85.

MENDES, Gilmar Ferreira; JÚNIOR, Nestor José Foster (coord.). Manual de Redação da Presidência da República. 3. ed. revista e ampliada. Brasília: Casa Civil; Subchefia de Assuntos Jurídicos. [2018]. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. Rua, n. 1, p. 35-47, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638914/6517>. Acesso em: 18 abr. 2024.

_____. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2007.

_____. Apresentação. In: _____. (org.). Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso. Campinas: RG, 2010. p. 05-10.

_____. Formas de conhecimento, informação e políticas públicas. Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 9, n. 17, p. 11-22, 2010a. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/2373>.

Acesso em: 21 abr. 2024.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi et.al. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças L. M. do Amaral. In: ORLANDI, E. P. (org.). Gestos de leitura: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2010. p. 49-59.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. Políticas públicas de ensino. In: ORLANDI, Eni P. (org.). Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso. Campinas: RG, 2010. p. 05-10.

SCHERER, Amanda Eloina. A procura da língua universal: entre a memória e a história. In: ZANDWAIS, Ana (org.). História das Ideias: diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2012. p. 157-174.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Língua oficial e políticas públicas de equidade de gênero. Línguas e Instrumentos Linguísticos, n. 36, p. 221-243, jul.dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao36/edicao36.html>. Acesso em: 19 abr. 2024.

Submissão: Novembro de 2025

Aceite: Dezembro de 2025

SOBRE "OPOSITORES NEUTRALIZADOS" E "NARCOTERRORISTAS": O DISCURSO DO ESTADO E SUAS PRÁTICAS DE NOMEAÇÃO E PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Fabiele Stockmans De Nardi¹
Fabiana Ferreira Nascimento de Souza²

Resumo: Partindo dos escritos de Pêcheux ([1975] 1997), este trabalho toma como corpus o Ofício eletrônico de nº 22857/2025, que versa sobre a “operação de contenção” realizada em 28 de outubro de 2025 em dois complexos de favelas no Rio de Janeiro, com vistas a pensar nos processos de nomeação e sua consequente vinculação com a criação de tipos penais que poderiam resultar na autorização legal para que uma nação estrangeira (EUA) interviesse política, bélica e economicamente no Brasil. Presentes no Ofício eletrônico de nº 22857/2025, os nomes “opositores neutralizados” e “narcoterroristas” fazem parte de uma maquinaria que os faz funcionar como um salvo-conduto por meio do qual se autoriza a perpetuação da violência e da dominação estrangeira no Brasil.

Palavras-chave: Análise do discurso. Nomeação. Opositores neutralizados. Narcoterroristas.

ABOUT "NEUTRALIZED OPPONENTS" AND "NARCOTERRORISTS": THE STATE'S DISCOURSE AND ITS PRACTICES OF NAMING AND PERPETUATING VIOLENCE

Abstract: Based on the writings of Pêcheux ([1975] 1997), this work takes as its corpus Electronic Official Letter No. 22857/2025, which deals with the “containment operation” carried out on October 28, 2025 in two favela complexes in Rio de Janeiro, with a view to reflecting on the naming processes and their consequent link to the creation of criminal offenses that could result in legal authorization for a foreign nation (USA) to intervene politically, militarily and economically in Brazil. Present in Electronic Official Letter No. 22857/2025, the names “neutralized opponents” and “narcoterrorists” are part of a machinery that makes them function as a safe-conduct through which the perpetuation of violence and foreign domination in Brazil is authorized.

Keywords: Discourse analysis. Naming. Neutralized opponents. Narcoterrorists.

- 1 Doutora em Estudos da Linguagem/ Teorias do texto e do Discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Professora Associada I da Universidade Federal de Pernambuco, atuando nos cursos de Graduação, na área de Língua Espanhola, e Pós-graduação em Letras, na área de Linguística. <https://orcid.org/0000-0002-7083-1999> E-mail: fabiele.snardi@ufpe.br
- 2 Doutora em Letras, também pela Universidade Federal de Pernambuco e professora do Instituto Federal de Sergipe. E-mail: fabiana.souza@ifs.edu.br

1. Palavras introdutórias

Ouvimos de Pêcheux ([1969] 1997, p. 77) que “o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima”. Embora tenhamos ciência dessa anterioridade, da repetição descrita por Pêcheux, de que determinado discurso já foi dito mesmo que em outra época e em outro lugar, há notícias que, numa primeira mirada, tomam-nos de assalto:

No quadro acima, trazemos uma amostra da repercussão da “operação de contenção” na mídia brasileira. Apenas como ponto de partida, destacamos duas manchetes:

“Ação policial mais letal no Rio deixa 64 mortos; facção ataca com drones” (FOLHA DE SÃO PAULO).

“Operação contra facção é a mais letal da história do rio; 64 morrem” (O ESTADO DE SÃO PAULO).

Nos principais jornais do Brasil, a notícia de que as polícias civil e militar entraram em território de favela no Rio de Janeiro, mais precisamente nos complexos da Penha e do Alemão, no dia 28 de outubro de 2025, e deixaram 117 pessoas mortas foi nomeada como: *ação policial, operação contra facção, guerra, ação contra o tráfico, megaoperação etc.* Observamos que, no dia seguinte à operação, os jornais estampavam um número de 64 mortos e, mesmo diante desse número muito inferior ao real, já afirmavam que se tratava da ação mais letal já deflagrada no Rio de Janeiro.

A indignação de alguns brasileiros diante de uma operação com tamanha letalidade resultou na ADPF³ 635/RJ, conhecida como “ADPF das Favelas”, que foi ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) a fim de questionar a violência policial em operações no Rio de Janeiro e buscar a redução da letalidade policial.

Em resposta a essa ADPF, o Governador Cláudio Bonfim de Castro e Silva enviou ao relator Ministro Alexandre de Moraes do STF, no

3 ADPF significa Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, uma ação judicial que tem como objetivo garantir a proteção de um direito fundamental da Constituição, seja para evitar ou reparar uma lesão causada por um ato do Poder Público. Trata-se de um instrumento de controle de constitucionalidade, julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que pode ser utilizado contra leis ou atos normativos federais, estaduais ou municipais, inclusive os anteriores à Constituição de 1988.



dia 3 de novembro de 2025, o Ofício eletrônico de nº 22857/2025, que prestou informações e esclarecimentos relativos à Operação Contenção, como foi formalmente nomeada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Foi a partir da divulgação desse ofício que nos deparamos com dois processos de nomeação que nos impactaram, fazendo-nos lembrar de como os nomes importam, de como funcionam enquanto um trabalho da ideologia no simbólico. Afinal, não é fruto do acaso que no Ofício 22857/2025 apareçam recorrentemente as expressões “organizações narcoterroristas” e “perfis narcoterroristas”, para se dirigir ao Comando Vermelho, assim como, seis vezes, a palavra “opositores” – duas dessas ocorrências, na expressão “opositores neutralizados”, fazendo referência aos indivíduos que foram mortos na chacina.

Neste artigo, portanto, retomando os escritos de Pêcheux (1969;1975), especialmente suas considerações sobre a relação entre discurso, condições de produção e formação discursiva, propomo-nos a analisar como funcionam os processos de nomeação destacados no Ofício 22857/2025; ofício de 26 páginas do qual recortamos, como representativas de um funcionamento que se repete no interior do documento, quatro sequências discursivas para análise. Para proceder à leitura desse arquivo, compreendemos a importância de pensar não apenas no discurso como o nosso objeto teórico no qual se entrecruzam questões relativas à língua, ao sujeito e à história, compreendida nas relações de força e de dominação ideológica, como também, mais especificamente, no conceito de formação discursiva.

Importa-nos ainda salientar os modos de dizer os indivíduos mortos na chacina e as organizações criminosas às quais pertencem, por entendermos que focar nesses processos de nomeação nos ajuda a compreender a teia de discursos que se forma sobre o crime

organizado e seus agentes no Brasil. Os nomes nos importam porque os concebemos como unidades da língua e, como tais, eles abrigam contradições ideológicas por se inscreverem em relações ideológicas de classes (PÊCHEUX, [1975] 2009).

2. Sobre as condições de produção

A noção de condições de produção aparece com força em AAD-69 quando Pêcheux ([1969] 2019) define seu objeto, o discurso, pensando-o como efeitos de sentidos entre os pontos A e B, os quais correspondem, na teorização proposta pelo autor, a lugares determinados na estrutura de uma formação social. Seu interesse era, então, empreender um “estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso - que chamaremos daqui em diante suas *condições de produção* - e seu processo de produção” (idem, p. 31), o que o levou a retomar a noção de instituição para afirmar a importância de se compreender que há uma distinção entre “a *função aparente* de uma instituição e seu *funcionamento implícito*” (idem, p. 32).

É para o funcionamento que vai olhar Pêcheux, e para o discurso como parte dos mecanismos de funcionamento dessas instituições. Assim, o trabalho de analisar um discurso implica a compreensão de seu lugar e das relações de força que em torno dele se produzem. Como diz Pêcheux ([1969] 2019, p. 33), ao falar do sujeito que enuncia, muitas vezes, do lugar de porta-voz de um ou outro grupo: “o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não têm o mesmo efeito a partir do lugar que ele ocupa”.

As condições de produção são, portanto, esse mecanismo pelo qual se colocam tanto os protagonistas como o objeto do discurso em seus “lugares” que, em AAD69, Pêcheux vai definir a partir da noção de formações imaginárias, a qual

lhe permite falar da relação entre uma situação e a sua representação no discurso - a posição. Ao pensar a representação, Pêcheux distancia-se da ideia de um puro e simples espelhamento da situação real no processo discursivo, trabalhando pelo viés da transformação, ou seja, daquilo que, passado pelo filtro das formações imaginárias, resulta como um modo específico de o sujeito do discurso se relacionar (e representar) com as situações em termos de posições no discurso.

A noção de condições de produção vai-se mostrar como fundamental para o pensamento de Pêcheux e os desenvolvimentos posteriores da análise do discurso materialista, retornando com muita força em seus escritos e afirmando-se como uma noção que produz fortes efeitos sobre o modo de ler o discurso e seu funcionamento tal qual o concebe a AD. Em *Semântica e Discurso* ([1975] 1997, 143), Pêcheux dedica um capítulo para trabalhar “Sobre as condições ideológicas da reprodução/trans transformação das relações de produção”, trata-se, em suas palavras, de um movimento cujo objetivo é “esclarecer os fundamentos de uma teoria materialista do discurso” e que se faz mediante uma retomada das discussões trazidas por Althusser ([1970] 1985) ao lançar a tese sobre o funcionamento dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE).

Com Althusser, Pêcheux vai afirmar o caráter contraditório de todo modo de produção que se assenta sobre a luta de classes, mostrando que os processos de reprodução/trans transformação são indissociáveis, o que se mostra pelo funcionamento mesmo dos AIE que são, “simultânea e contraditoriamente” (Pêcheux, [1975] 1995, p. 145), o lugar no qual se reproduzem as relações de produção existentes e também aquele no qual se criam as condições de sua transformação. O autor nos leva a pensar sobre a materialidade concreta da ideologia, apontando que:

[...] a objetividade material dessa instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/trans transformação que constitui a luta ideológica de classes. (Pêcheux, [1975] 1995, p. 147).

Pêcheux vincula-se, nesse momento, à tese do assujeitamento ideológico e afirma a categoria de sujeito como constitutiva de toda ideologia. Ao articular uma teoria materialista do discurso à discussão em torno das condições ideológicas da reprodução/trans transformação das relações de produção, vai insistir na importância de se distinguir formação ideológica, ideologia dominante e Ideologia, convocando a que se olhe com atenção para as relações de produção, tomadas por ele como um processo objetivo que é preciso descrever/compreender. Entendemos que Pêcheux avança aqui na caracterização do que implica a noção de condições de produção para uma teoria materialista do discurso ao reafirmar o caráter contraditório das relações de reprodução/trans transformação, e, portanto, do caráter contraditório do funcionamento ideológico, o qual vai buscar compreender ao colocar em relação o conjunto de formações a que é necessário aludir ao se pensar o discurso: formação ideológica, formação discursiva, formação social.

Mas como marcar um ponto de vista materialista sobre o discurso? Para Pêcheux ([1975] 1995, p. 254), isso só se faz se pudermos “explicitar o conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas em jogo numa situação dada, sob a dominação do conjunto das formações ideológicas, tal como a luta de classes determina”. Buscando atender a esse chamado é que pretendemos seguir, mesmo com as limitações do espaço-tempo desta escrita. Vamos, então, apurar o nosso olhar nas condições de produção dos discursos sobre o combate ao crime organizado no Brasil em 2025. O que se repete? O que há de novo?

Quando começamos o texto, lembrando-nos do que disse Pêcheux (“o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima”), estávamos numa encruzilhada entre a dor de uma nova notícia sobre 117 mortes e a posterior compreensão de que tal notícia é mais uma, funciona, quiçá, como um gatilho que nos remete a um passado de dor que acomete corpos matáveis na periferia do Rio de Janeiro.

Os fatos não são novos e os discursos sobre eles, também não. Se nos permitem, traremos um flashback de uma “megaoperação policial” ocorrida entre os meses de maio e junho de 2007, no complexo de favelas do Alemão, cujo saldo foi: 44 mortos e 78 feridos. Naquele momento, já era possível enxergar a política do medo que traz como consequência o desejo da “faxina” a ser feita nas favelas. A faxina do pobre e preto que, por não conseguir inserir-se no dito mercado formal de trabalho, torna-se “soldado” do tráfico de drogas nas favelas das grandes cidades.

Assim, difunde-se na sociedade brasileira (que parece não incluir o preto e pobre dos complexos de favelas) o medo que, segundo Batista (2003, p. 23), funciona como “indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social”. Tudo isso justifica, pois, o entusiasmo das classes médias acuadas em relação a políticas de repressão que aniquilam os moradores de favelas os quais, para nós, funcionam como efeito e não como causa da violência produzida pelas organizações criminosas.

Uma breve (e necessária) pausa: essa política do medo de que falamos é, em nossa compreensão, parte de uma trama muito intrincada de processos históricos pelos quais se vai produzindo, entre outras questões, a segregação dos sujeitos - a interdição de sua circulação nos espaços da cidade, a restrição das oportunidades de acesso à educação e à

cultura, às oportunidades laborais, etc - por meio de diferentes estratégias de exclusão. Não daremos conta dessas questões neste artigo, mas gostaríamos de marcar que olhar para as materialidades em análise é necessariamente compreender que processos históricos muito bem urdidos sustentam os modos de dizer e as práticas de violência que incidem sobre as favelas e os sujeitos que nela habitam. Nos idos dos anos 2000, Zuenir Ventura (2001, p. 349) escreveu: “Não me surpreende que garotos entrem para o tráfico nas favelas. Me surpreende é que tão poucos entrem.”

Também a nós isso surpreende. E a surpresa tem muitas razões: o abandono histórico dessas comunidades pelo Estado, a ausência de políticas efetivas que garantam a mobilidade social, o sem fim de práticas de violência que assolam os moradores da favela cotidianamente, mas para ficar apenas na relação dos sujeitos com o trabalho, surpreende-nos porque as condições laborais a que estão submetidos, historicamente, os sujeitos favelizados, dizem de uma precarização extrema do trabalho (que só vemos recrudesce) que não vem de hoje, e que nega a possibilidade de inserção no dito “mercado formal de trabalho”, empurrando muitos (ou muito poucos, como disse Ventura) a serem “soldado” do tráfico de drogas nas grandes cidades.

Em um de seus escritos, como parte de seus estudos sobre a delinquência e tensionando a forma de compreender esse sujeito e sua (re) existência, Orlandi (2012) lança um olhar sobre os meninos do tráfico, o Falcão. Ao retomar declarações de figuras do alto escalão da polícia carioca, coloca à mostra a relativização da violência e da morte, quando nesse dizer “a sociedade” e “os que serão eliminados” são situados em lados opostos: “alguns serão eliminados, mas a sociedade precisa decidir de que lado está” é o que se lê no recorte trazido pela autora. Pela análise de funcionamentos discursivos como esse

e a partir de uma discussão sobre os processos de individuação dos sujeitos pelo Estado, a autora nos convida a compreender que “o segregado não faz parte da sociedade, por definição: está fora e, estando fora, é não existente. É o resto que se elimina⁴.” (Orlandi, 2012, p. 224). Pela noção de valor capitalista, nos diz Orlandi, a vida desse menino (o Falcão) não vale mais nada e, portanto, “ele pode desaparecer sem deixar rastro”. Efeito perverso de um Estado que falta/falha, abandona e pune.

3. Sobre um relatório e suas formas de nomear

As palavras de Orlandi (2012) fazem eco ao incômodo que nos causou a leitura do Ofício 22857/2025 no qual se procura “justificar” os efeitos da operação policial a que aqui aludimos. Trata-se de um documento no qual está latente uma certa lógica de que pretos e pobres das comunidades são *matáveis*, e assim nada mais oportuno do que lançar mão de um processo de nomeação e da consequente inculcação desses nomes para justificar a sua morte, a sua aniquilação. Por isso voltamos o nosso olhar para o Ofício 22857/2025 que nomeia os mortos da chacina como “opositores neutralizados” reiteradas vezes. Este nome não faz sentido por si só. Ele faz parte de uma teia de tantos outros nomes, de tantos outros discursos que desumanizam os pobres, os pretos, os moradores de favelas, para que as suas mortes sejam naturalizadas.

É importante que observemos as Sequências Discursivas:

SD1: QUADRO

f) Resultados operacionais e vítimas:

⁴ Recortamos aqui apenas parte da discussão proposta pela autora, se vai tratar da noção de resistência a partir da análise dos discursos desses sujeitos (Orlandi, 2008, 2012).

f.1) Opositores neutralizados: 117 (cento e dezessete)

f.2) Policiais vitimados (fatais): 4 (quatro)

f.3) Agentes do Estado feridos: 13 (treze) – 5 (cinco) da SEPOL e 8 (oito) da SEPM

f.4) Civis feridos: 4 (quatro)

f.5) Opositores feridos/presos: 2 (dois)

A SD1, é composta de um quadro explicativo de todas as pessoas que, de alguma forma, foram vitimadas na Operação. É importante observar que o processo de nomeação, que nega a humanidade aos suspeitos/criminosos dos complexos do alemão e da penha, começa a ganhar corpo no título do quadro: “**Resultados operacionais e vítimas**”. A morte de supostos criminosos é nomeada como “Resultados operacionais”, entretanto os supostos criminosos não são nomeados como vítimas. Tal processo começa então a se configurar por oposição: os acusados de serem faccionados mortos, não são vítimas. As vítimas possuem nomes que marcam com precisão seus lugares sociais, elas são: policiais, agentes do Estado e civis.

Nesse sentido é interessante notar, ainda, que o quadro em análise compõe o item 4 do referido ofício, intitulado “Número oficial de mortos, feridos e pessoas detidas”, que inicia com a apresentação do número de pessoas presas/apreendidas. O significante pessoas, no documento, parece não acompanhar mortos e feridos, o que nos levaria a entender que se subentende que todos os mortos e feridos são pessoas, como aquelas que foram presas (mas não são nomeadas como presos e sim como pessoas presas/apreendidas). Cabe, no entanto, observar, como fizemos, que ao referir-se aos supostos criminosos presos, os traços de humanidade que estão vinculados ao significante pessoa não retornam, porque, ao dizer opositores neutralizados, tais traços vão-se esvaindo justamente por aquilo que não se diz.

Resta, portanto, aos mortos, tidos como suspeitos que “apresentaram indícios de participação no tráfico em suas redes sociais” (Ofício 22857/2025), serem nomeados como “opositores neutralizados”. Opositores... aquilo ou aqueles que se opõem (a que/quem?); neutralizados... mortos. Ao separar resultados operacionais e vítimas, situando os ditos opositores no que são os “resultados”, objetifica-se esses indivíduos excluindo-os definitivamente do grupo dos que foram vítimas da violência. Sua morte, significada como neutralização, destitui o corpo morto de toda humanidade, e o classifica na ordem dos objetos descartáveis, o resto que se elimina, de que nos fala Orlandi (2012).

Como já afirmamos antes, essa expressão que dá nome produz um efeito de sentido que desumaniza para matar, que desumaniza para exterminar e tudo isso com a anuência tácita da dita opinião pública. Segundo Fédida (apud TESHAINER, 2011, p. 126), a desumanização “consiste em desqualificar, por meio da linguagem, esse olhar do outro, tornando todo diferente inexistente como humano, como uma vida matável, sacrificável, que não tem nenhuma humanidade. Impossibilitando, assim, qualquer capacidade de identificação”.

Esse discurso que torna *todo* diferente um não-humano funciona através de sua vinculação a uma Formação discursiva - que corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de o sujeito se relacionar com a ideologia vigente (Pêcheux, 2009, p.170). É justamente na FD que os indivíduos são interpelados em sujeitos do seu discurso, o que se dá por meio de sua identificação com a FD que o domina.

Aprendemos com Pêcheux (Pêcheux, [1975] 1995, p. 91 - grifos do autor), que “a língua se apresenta como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados”. Ao fazer referência ao trabalho de Paul Henry, o autor

anuncia a oposição entre base linguística e processo discursivo com vistas a, por um lado, apontar para a autonomia relativa do sistema linguístico e, por outro, afastar a noção de discursividade daquela de fala, tal como a propôs Saussure. Seguindo nessa direção é que vai se encontrar com os trabalhos de Balibar para tratar da relação entre línguas e luta de classes.

[...] diremos que a “indiferença” da língua em relação à luta de classes caracteriza a autonomia relativa do sistema linguístico e, que dissimetricamente, o fato de que as classes não sejam “indiferentes” à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*.

[...] as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si, os “processos discursivos”, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classe. (Pêcheux,

[1975] 1995, p. 92-93 - grifos do autor)

Pêcheux trabalha as noções de indiferença, não-indiferença e utilização a partir dos escritos de Balibar, nos quais se lê que as classes utilizam a língua “de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política”. (Balibar, apud. Pêcheux, [1975] 1995, p. 92). Portanto, ainda que a língua tenha sua autonomia relativa, não são, os sujeitos e suas lutas, indiferentes a ela.

A questão que se coloca para Pêcheux, então, é pensar a base linguística considerando a natureza material do sentido, o que o faz retornar a Frege para, opondo-se a essa razão lógica, pensar com Henry o funcionamento do pré-construído como causa material de um efeito de sentido, marca de uma anterioridade que se mostra, fazendo ver a “discrepância entre dois “domínios do pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos “pré-construído” (Pêcheux, [1975] 1995, p. 99). Sobre o funcionamento do pré-construído se apoia o pensável, diz Pêcheux ([1975] 1995,

p. 125), já que as tomadas de posição do sujeito vão justamente se sustentar sobre o “retorno do saber no pensamento”.

O autor está avançando, em seu trabalho, no sentido de propor uma “teoria da identificação e da eficácia material do imaginário” (nos termos em que o define em AAD69 em relação à noção de formações imaginárias), o que exige, como afirma, considerar as ideologias como “*forças materiais*” e não como “ideias”, do mesmo modo que é preciso se afastar da compreensão de que “elas têm origem *nos sujeitos*, quando na verdade elas *constituem os indivíduos em sujeitos*” (idem, 129 - grifos do autor). É pela aproximação (e não (con)fusão) entre o assujeitamento ideológico e o recalque inconsciente que vai caminhar Pêcheux, apontando para a ligação material entre ambos “no interior do que se poderia designar como o *processo do Significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos de as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção.” (idem, p. 133-134) sobre as quais justamente passa a discorrer, conforme retomamos anteriormente, para marcar que um olhar materialista para o discurso precisa se fazer a partir da explicitação do funcionamento do complexo das formações discursivas. Aqui reside a questão dos sentidos e, com ela, conforme compreendemos, da nomeação e sua força.

O sujeito se constitui, diz Pêcheux ([1975] 1995, p. 153-154), no “tecido de evidência subjetivas” que se produz pelo funcionamento da ideologia e do inconsciente, e com ele se constitui também o sentido. Tais evidências - de que somos sujeitos, de que o sentido é este e não poderia ser outro, de que, enquanto sujeito, sou a origem do que digo, etc - se produzem na “figura da *interpelação*”, pela qual se pode compreender o teatro da consciência: “a “evidência” da identidade oculta que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem estranha

é, contudo, estranhamento familiar.” (idem, p. 155) É por meio desse olhar minucioso para a língua, o sujeito e o sentido, pelo viés do discurso, situando-o em sua relação necessária com a condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção que Pêcheux nos conduz à forma-sujeito do discurso e, com ela, à noção de formação discursiva.

É o caráter material do sentido, em oposição à ilusão de transparência da linguagem, que interessa ao autor fazer ver ao relacioná-lo com “o todo complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, [1975] 1995, p. 160). Para tanto, Pêcheux enuncia duas teses. A primeira delas diz respeito à noção de formação discursiva (FD), que, no interior de uma formação ideológica (FI), determina o que pode e deve ser dito. As FD “representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (idem, p. 161) e é por elas que os sujeitos são “‘interpelados’ em sujeitos-falantes”. Voltamos aqui para a relação entre base linguística e processo discursivo, trabalhada anteriormente, e com ela para o que havia sido designado como “domínio do pensamento”, para encontrar a afirmação de que é na FD que o sentido se constitui, é nas relações que se estabelecem no interior de uma formação discursiva que uma “palavra, expressão ou proposição” ganha sentido, na relação que mantém com outras palavras, expressões ou proposições. A partir de tais considerações é que Pêcheux vai nos dizer que “a expressão processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc, que funcionam entre elementos linguísticos - significantes - em uma formação discursiva dada”. (idem, p. 161).

A segunda tese diz respeito à dependência de uma FD em relação ao “todo complexo com dominante” de formações discursivas. É como interdiscurso que Pêcheux nomeia esse todo complexo, no qual se encontra esse “algo que fala sempre, ‘antes, em outro lugar

e independentemente” (idem, 162), e que vai permitir compreender a relação que uma FD estabelece com outras FD com que se aproxima, distancia, opõe (daí a importância da noção de pré-construído e o efeito de articulação). A noção de FD vai se mostrando, portanto, central no empreendimento teórico de Pêcheux, visto que é também por meio de sua relação com uma FD que o determina que o sujeito é interpelado pela ideologia. A FD é um espaço de reformulação-paráfrase por meio de que se produzem os efeitos de evidência, compreensão que permite a Pêcheux formular a tese dos esquecimentos, pelos quais nos vai dizer da ilusão do sujeito de ser a fonte e origem do seu dizer, e da ilusão da transparência dos sentidos.

Em *Semântica e Discurso*, como procuramos mostrar, Pêcheux vai construindo minuciosamente essa trilha que o leva à FD e, com ela, a pensar no efeito-sujeito e na forma-sujeito, nas tomadas de posição e formas de subjetivação, que dizem do modo como um sujeito se relaciona (por identificação, contra-identificação ou desidentificação) com os saberes de uma FD. Ao trabalhar com a FD é que Pêcheux também nos convida a olhar para a “supremacia do significante sobre o significado [...] a qual se exerce no quadro de uma formação discursiva determinada por seu exterior específico” (Pêcheux, [1975] 1995, p. 176), sem deixar de lembrar que o “verdadeiro ponto de partida, já se sabe, não é o homem, o sujeito, a atividade humana, etc, mas ainda uma vez, as *condições ideológicas da reprodução/ transformação das relações de produção*.” (idem, 180).

E no eterno ir e vir sobre seus próprios escritos é que vamos encontrar, nos anexos de sua obra de 1975, considerações fundamentais para se compreender a noção de FD em sua relação com o processo de interpelação ideológica. Em *Só há causa daquilo que falha* Pêcheux ([1975] 1997, p. 300) olha, sem reservas, para o que,

em suas próprias palavras, falhou em sua obra: “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha”. Ao voltar-se para pensar a interpelação como um ritual em que algo sempre falha, Pêcheux traz para a FD a consideração de sua heterogeneidade, marcando o impossível de se pensar a FD como um todo fechado, e assumindo que se trata de um espaço poroso, marcado pela movência dos processos de identificação. Diz Pêcheux:

Continua, pois, bastante verdadeiro o fato de que “o sentido” é produzido no “*non-sens*” pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido, mas é indispensável acrescentar imediatamente que esse *deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da “forma-sujeito” ideológica identificada com a evidência de um sentido. Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas, enfraquecimentos e brechas, uma palavra por outra é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso [...]. (Pêcheux [1975] 1997, p. 301)

Esse princípio de retificação, subtítulo dado a Pêcheux sobre seu escrito, vai inscrever a resistência como elemento constitutivo de todo processo de dominação, além de chamar a atenção, ao retomar Foucault, para o interesse de se pensar os processos de *individualização-normativização* dos sujeitos pelo Estado.

Orlandi (2012), em trabalho aqui já referido, para trabalhar com a delinquência, nos lembra que a forma-sujeito-histórica que nos domina é a capitalista (e com ela sua noção de valor, que se aplica sobre nossas vidas) e que nessa forma de organização social o Estado “falha em sua função de articulador simbólico e político. E funciona pela falha. [...] Isto é, a falha do estado [...] é estruturante, a meu ver, do sistema capitalista contemporâneo.” (Orlandi, 2012, p. 229). Na falha do Estado a autora vai observar a possibilidade de resistência que marca a práxis desses sujeitos que se individualizam pela falta, na falha do Estado; falta/falha “que contribui para que sejam postos em um processo de segregação”

(idem, 230), mas que contraditoriamente os obriga a resistir, não heroicamente, como costumamos pensar a resistência, mas (re)existir pelas brechas. Em nosso corpus, por outro lado, vamos flagrar um discurso desse mesmo Estado - que falta, que falha - e que na torção dos significantes, não só produz o sujeito como o resto a descartar, mas é capaz disso dizer.

No discurso que desumaniza para autorizar o extermínio, o sujeito que reproduz o discurso da exclusão, da marginalização, identifica-se com uma posição-sujeito fascista no interior de uma FD⁵ de extrema direita, afastando-se, portanto, daquelas que lhe seriam antagônicas. Ao fazer trabalhar, como apontamos, um jogo de palavras em que se separam os nomeáveis, que são as vítimas, e aqueles que não são mais do que “resultados operacionais”, os opositores, vai se constituindo pelo relatório um tecido de evidências, nos termos que Pêcheux, em que a morte de uns e *outros* “vale” de forma muito diversa. No interior dessa FD, o outro com o qual a sociedade (essa que precisa escolher de que lado está) não se identifica é o preto pobre favelizado e supostamente faccionado⁶, aquele que a ela se opõe. É ele que se torna o “matável” o “sacrificável” por não ter sequer nome que o defina como gente. E esse é um trabalho da ideologia.

É importante lembrar o que retomamos até aqui da teorização sobre o sentido a partir de um olhar para as condições de produção e o funcionamento da formação discursiva

5 Estamos pensando aqui, na esteira de Indursky (2020), acerca da relação entre FD e posição-sujeito, considerando, por um lado, a heterogeneidade das formações discursivas para a qual Pêcheux aponta a partir do trabalho com a falha no processo de interpelação, e, por outro, a regularidade de certos discursos que têm se feito presentes na cena política brasileira.

6 Fizemos a opção por trazer o nome “favelizado” por entender que por ele é possível marcar o processo de favelização das grandes cidades, apontando para um movimento pelo qual algo ou alguém faveliza esse sujeito, ou seja, empurra os empobrecidos para territórios que estão à margem dos centros urbanos.

para insistir, uma vez mais, na compreensão do discurso como um aspecto material da ideologia que, por sua vez, é práxis. O discurso da desumanização – que funciona como um salvo conduto para produzir o extermínio dos diferentes – conforma-se, pois, a partir de componentes interligados das formações ideológicas que são as Formações Discursivas, que, “numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 160).

Pelas lições de Pêcheux ([1975] 1997), aprendemos que as palavras, expressões e proposições não têm um sentido a priori e, portanto, sabemos que na FD a que se vincula o discurso que sustenta o ofício em análise, não cabe chacina, massacre e vítimas – para se referir aos supostos traficantes e às operações que os exterminam. Aqui, o que cabe é: megaoperação, Operação policial contra o comando vermelho, opositores neutralizados e criminosos; significantes que, em relação parafrástica, vão produzindo sentidos sobre os sujeitos de que se fala e sobre os espaços que ocupam.

SD 2: Registre-se que, do total de opositores neutralizados (117), foram identificados criminosos de outros estados como Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraíba, Ceará, Maranhão, Amazonas, Pará e Goiás. (grifo nosso)

Na SD 2, o processo de desumanização continua e, dessa vez, a expressão opositores neutralizados torna-se equivalente a criminosos (mortos) como se, pelo fato de existirem ali pessoas que cometeram crimes, sua sentença de morte coubesse de forma justa dentro do nosso ordenamento jurídico. Os opositores neutralizados simbolizam homens e mulheres destituídos de sua humanidade e este nome significa por estar numa rede de tantas outras palavras e expressões que reivindicam uma memória. Na relação parafrástica entre “opositores neutralizados” e “criminosos” que

vai produzindo o regime de repetibilidade pelo qual se diz sobre o extermínio desses sujeitos enquanto ação necessária de neutralização daquilo que é incômodo à sociedade, pulsa a morte no sentido de um já-dito que se insiste em se repetir, pulsa como o “silêncio sobre os nomes que não podem ser ditos”, nos termos de Zoppi-Fontana (1999, p, 214).

Ao olhar para a cidade e a forma de designar seus espaços como um gesto político, a autora vai falar da “produtividade de um processo de designação que através do nome (...) delimita sutil, mas eficazmente, os diversos espaços da cidade”. No caso dos recortes aqui em análise, não há certamente sutileza, mas igualmente um processo eficaz de nomeação capaz de inscrever no discurso da “guerra contra o crime organizado”, a morte como neutralização. E por isso os nomes nos importam, como disse Souza (2021, p. 97-98), retomando os escritos de Pêcheux e Zoppi-Fontana, nos importam porque “abrigam contradições ideológicas por se inscreverem em relações ideológicas de classes”, e por entendermos que

[...] quando se nomeia, produz-se concomitantemente o objeto de referência, “como efeito de evidência pelos gestos de interpretação” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 212), sendo assim, os nomes funcionam como efeitos desses gestos de interpretação que, nos discursos, apontam para a estabilização das relações de referência.

Vamos abrir parênteses aqui para trazer à baila algo que fala antes e em outro lugar, mas que ecoa nos discursos que desumanizam os que foram exterminados em 28 de outubro de 2025. Com nomes como: parasitas, desgraça, piolhos, porcos, ratos, os judeus eram desumanizados e era essa desumanização fortemente propagandeada na sociedade alemã que empurrava os judeus para a morte certa. Não eram apenas animalizados, eram também coisificados: os prisioneiros eram chamados de peças, mercadorias, pedaços e tinham os seus

nomes substituídos por números, constituindo-se assim como uma não-pessoa (TODOROV, 2017).

Da mesma forma que evocamos aqui a memória do holocausto que desumaniza para tornar a morte natural, pois o seu alvo é não-humano, em diversas manifestações de repúdio aos massacres na Penha e no Alemão, seus autores elencam “operações” anteriores em territórios de favela e em presídios, cujas vítimas também são os matáveis.

Convivemos historicamente com chacinas e massacres policiais no Brasil. As Chacinas de Acari, Candelária, Vigário Geral, Jacarezinho, Carandiru, Crimes de Maio, Alcaçuz, Compaj, Operação Verão e Escudo, e agora da Penha e Alemão revelam como a violência de Estado é operada em territórios racializados, a partir da militarização urbana com o discurso de guerra às drogas e ao crime. (Nota do PolCrim - Massacre da Penha e Alemão - 2025)

Afinal, não há como pensar na maior chacina já ocorrida em territórios de favelas no Rio de Janeiro sem que a memória de acontecimentos semelhantes anteriores venha à tona por meio de (não tão) outros discursos. Essa memória, que para a AD não é psicológica e sim histórica, constitui-se, como nos diz Dorneles (2003, p. 44), como um atravessamento do interdiscurso sobre si mesmo, uma vez que funciona determinando o que pode/dever ser dito e está constituído pelo conjunto de saberes de uma FD.

3.1 Sobre um nome que abre *brechas*

Da mesma forma que o processo de nomeação “opositores neutralizados” chama a nossa atenção e convida-nos a ler, à luz da AD materialista, o discurso de guerra às drogas no Brasil e seu funcionamento, “narcoterroristas” desafia-nos a pensar em como os nomes fazem sentido inseridos em condições de produção

muito específicas.

O nome “narcoterroristas” já vinha sendo propagandeado antes de ser deflagrada a Operação Contenção. Várias manchetes de jornais já traziam o nome “narcoterroristas” para designar organizações criminosas na América Latina. Como vemos:

O Hemisfério Ocidental deixou de ser um porto seguro para narcoterroristas que trazem drogas para nossas costas com o objetivo de envenenar os americanos. (BBC News Brasil em Londres, 3 novembro 2025)

Não se trata apenas de traficantes de drogas — são narcoterroristas trazendo morte e destruição às nossas cidades. (ibidem)

Tais enunciados foram produzidos por Pete Hegseth, secretário de Defesa dos EUA, ou Secretário da Guerra, como anunciou o Presidente desse país Donald Trump. O Secretário encabeçou a Operação Lança do Sul (formalmente anunciada em 13 de novembro de 2025), que se apresenta como uma campanha militar e de vigilância dos Estados Unidos e utiliza uma frota híbrida de embarcações com sistemas robóticos e autônomos para detectar e combater redes de tráfico de drogas no Hemisfério Ocidental. Ou seja, os EUA atribuem a si o direito de combater o que eles entendem como Narcoterrorismo em toda a América Latina. Venezuela, Colômbia e México foram os primeiros afetados pela Operação Lança do Sul. Esses países tiveram várias embarcações atacadas e muitos de seus tripulantes mortos. Mas o que isso nos diz sobre o ofício em análise?

Depois da Operação Contenção, vários veículos de comunicação passaram a enfatizar que o Comando Vermelho – principal facção criminosa objeto da operação – era uma organização narcoterrorista. Em 3 de novembro de 2025, a BBC Brasil em Londres já começa a divulgar fragmentos do Ofício 22857/2025, no qual se lê:

"Foram mais de 60 dias de planejamento das polícias Civil e Militar, da Secretaria de Segurança Pública e do Ministério Público. É uma operação do Estado contra narcoterroristas."

Podemos afirmar que narcoterrorismo não é uma categoria de crime autônoma e tipificada no ordenamento jurídico brasileiro. Vemos, porém, que os discursos produzidos por agentes estadunidenses; o aparecimento recorrente desse termo no Ofício 22857/2025; sua repercussão na mídia brasileira fazem parte das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção das quais nos fala Pêcheux ([1975] 2009). A tentativa de inculcar na população o desejo por uma tipificação específica de crime responde a uma necessidade de continuidade na relação de subordinação econômico-social do Brasil aos Estados Unidos.

As SD que analisaremos a seguir, retiradas do Ofício 22857/2025 enviado pelo Governador do Rio de Janeiro ao STF, servem como matéria prima abalizada para sua reprodução na mídia. Isso não é lido por nós como um detalhe e, sim, como parte de uma maquinaria discursiva da qual são elementos os Aparelhos Ideológicos de Estado.

Em seu trabalho, Althusser ([1970] 1985, p. 68) designa “pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (a escola, o sistema jurídico, as mídias etc). A teorização sobre os AIEs foi lida atentamente por Pêcheux que a deslocou para pensar seu funcionamento no discurso, considerando algo que já se colocava como fundamental na compreensão de Althusser, ou seja, o fato de que temos uma pluralidade de AIEs, que esses aparelhos funcionam através ideologia, ainda que também abriguem/sustentem práticas de repressão (“seja ela atenuada, dissimulada

ou mesmo simbólica” (idem, p. 70), e que o dito funcionamento precisa ser compreendido a partir da relação intrínseca e contraditória entre reprodução-transformação sobre a qual já falamos anteriormente ao retomar Pêcheux (1975). Nesse sentido, se a ideologia dominante se faz dominante por meio do funcionamento dos AIE, são, também, os aparelhos ideológicos o lugar de constituição na irrefreável resistência, tal como a temos assumido neste trabalho, de acordo com Pêcheux e Orlandi, que se produz porque algo falha no processo de interpelação dos sujeitos.

A ideologia da classe dominante aqui é realizada principalmente através da instituição de Informação, apoiada no AIE jurídico, que se materializa sob a forma da resposta dada por Cláudio Castro à ADPF das Favelas.

SD 3: Atualmente, os membros do Comando Vermelho ocupam territórios, ameaçam gravemente a população civil, expulsam pessoas de suas casas, limitam a locomoção, extorquem e pilham comerciantes, impedem a prestação de serviços, agridem, estupram e torturam os moradores que resistem às suas práticas. É plenamente possível compará-los a organizações narcoterroristas internacionais. (grifo nosso)

Antes mesmo de citar o Comando Vermelho na SD 3, o autor do texto já havia declarado a necessidade de “contextualizar, ainda que de forma sintética, o porte e a natureza da organização criminosa objeto da *Operação Contenção*.” (Ofício 22758/2025). Essa contextualização aponta para um posicionamento fundamental: Eles afirmam que o CV é uma estruturada organização criminosa nascida do convívio entre presos comuns e presos políticos – principalmente no Presídio de Ilha Grande na década de 1970. Enfatizam ainda que os presos – na vigência da ditadura, já que estamos falando da década de 1970 no Brasil – eram dotados de formação ideológica e organizacional. Ou seja, há uma afirmação de que as origens do CV têm uma vinculação com

os partidos de esquerda brasileiros.

É a essa organização criminosa que, no Ofício 22857/2025, atribui-se o cometimento de todo tipo de crime, desde ameaças até estupro e tortura. Quando Pêcheux (2009, p. 132) nos diz que as “ideologias práticas são práticas de classe”, observamos nesse discurso que, de maneira transversal, o crime que se atribui ao CV é atribuído consequentemente à esquerda que, no Ofício, Cláudio Castro afirma. Isso produz um efeito de sentido que solidifica o posicionamento da direita de que combater o tráfico de drogas é sinônimo de promover a matança dos varejistas pobres da favela e abrir as portas do Brasil para a ingerência norte-americana, mesmo que contra o posicionamento da esquerda brasileira.

A lista de crimes elencados na SD 3 é feita para justificar a equiparação da organização criminosa Comando Vermelho a organizações narcoterroristas internacionais. Ao afirmar que é plenamente possível comparar o CV a organizações narcoterroristas internacionais, vemos a luta ideológica de forma concreta, pois a equivalência do CV a essas organizações funciona como mais uma peça na engrenagem para que se crie a tipificação “narcoterrorismo” na legislação brasileira atual, isso implicaria uma autorização dos EUA para interferir nas questões político-jurídicas e econômicas brasileiras. A legislação antiterrorista prevê a concessão de poderes excepcionais aos Estados: poderes policiais, confisco de bens, coleta de informações e, tudo isso beneficiaria o poderio estadunidense em relação aos demais países da América Latina. É na arena dos discursos que essa peleja se inicia e a população, ávida e temerosa, adere ao discurso do extermínio e da aceitação de “ajuda” estrangeira.

SD 4: A Operação Contenção, deflagrada em 28 de outubro de 2025, nos Complexos da Penha e do Alemão, Zona Norte da Capital, teve por finalidade principal

o cumprimento de 51 (cinquenta e um) mandados de prisão e 145 (cento e quarenta e cinco) mandados de busca e apreensão expedidos pela 42ª Vara Criminal da Capital, no âmbito de investigação envolvendo a organização criminosa Comando Vermelho, atuante no Complexo da Penha. A operação também abarcou o cumprimento de 19 (dezenove) mandados de prisão relativos a foragidos homiziados na região, além de 30 (trinta) mandados expedidos pelo Poder Judiciário do Estado do Pará, totalizando 100 (cem) mandados de prisão a cargo dos agentes públicos, bem como conter o avanço territorial da organização narcoterrorista.

A busca pelo apoio na Justiça brasileira para a chacina nos complexos da Penha e do Alemão – sinalizando uma responsabilidade concorrente – expressa-se por meio do elenco de mandados de prisão e de busca e apreensão que vemos na SD 4. Esses instrumentos são usados, no ofício de Cláudio Castro, como elementos que justificam a invasão aos dois complexos de favelas. Ele cita, em um primeiro momento, o Comando Vermelho como organização criminosa, e, em seguida, num movimento anafórico, produz a retomada do termo “Comando Vermelho” a partir da expressão “organização narcoterrorista”.

A essa altura, no Ofício, tenta-se naturalizar a expressão “organização narcoterrorista”, pois assim a discricionariedade nos casos se mostraria mais elástica, justificando, portanto, a quantidade de mortos e a forma como foram assassinados. É importante lembrar que, a facção “Tren Aragua” da Venezuela foi designada como organização terrorista e, em sequência, os EUA invocaram sobre eles a Lei “Estrangeiros Inimigos” para deportar sumariamente centenas de venezuelanos para El Salvador. Vale salientar ainda que o Ofício de onde recortamos nossas sequências discursivas é uma resposta exigida pelo STF à ADPF das favelas (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental que visa reduzir a letalidade policial e as violações de direitos humanos nas favelas do Rio de Janeiro). Sendo assim, comprovar que as atitudes do CV enquadraram-no na conduta criminosa de terrorismo implicaria a não punição dos a gentes

públicos envolvidos no massacre, assim como a abertura das fronteiras do Brasil para as ações dos EUA.

4. Dos laços que se fecham (provisoriamente)

O discurso é parte dos mecanismos de funcionamento de uma instituição, nos disse Pêcheux, e, portanto, nele se inscrevem as marcas desse funcionamento, e também as tomadas de posição que, como seus porta-vozes, assumem os sujeitos que enunciam. Se podemos compreender que um ofício como o aqui em análise é um fragmento da voz do Estado, esse Estado, então, assume como seu o discurso segundo o qual uns devem viver, e quando morrem são vítimas, e outros merecem morrer, porque coisificados e colocados numa relação de oposição com o próprio Estado e aqueles que dele são sujeitos (a sociedade), viram resultados operacionais. Se importa muito o lugar daquele que diz, como bem sabemos, se importa porque o lugar social que ocupa o sujeito produz seus efeitos não só no discurso, mas daquilo que dele resulta, como pode um documento produzido pelo Estado nomear mortes como neutralização?

Entendemos, com Orlandi (2012) que tal possibilidade advém justamente da lógica que rege nossa formação social capitalista, marcada por séculos de exploração desse espaço e dos sujeitos, especialmente daqueles que, submetidos à violência da escravidão, não acabam nunca de verem se reproduzir os mecanismos de segregação que aniquilam suas vidas. Como disse Pêcheux, não se pode escapar, ao pensar o discurso, de entender que nele se inscrevem as relações de produção e apenas compreendendo seu funcionamento e seus efeitos é possível pensar os processos discursivos e seu funcionamento. Nesse olhar ainda primeiro sobre o ofício, salta aos olhos a violência que se marca na língua, que fere o corpo, que ameaça a vida, que desumaniza.

Numa trama muito bem urdida e que ainda demanda novos mergulhos, esse mesmo discurso se enlaça, segundo nosso olhar, com aquele que tipifica o crime e, com ele, os criminosos, como narcoterroristas, lançando mão desse nome cuja memória remete a dizeres outros que justificam a invasão, a guerra, o extermínio⁷. Seja pelos efeitos que pode produzir no ordenamento jurídico, seja pelos laços que se tecem em torno do significante terroristas em discursos outros, o aparecimento desse nome e a insistência em sua repetição não podem ficar em descanso.

Encerramos nosso escrito no desejo que com ele tenhamos conseguido trazer à tona a atualidade dos escritos de Pêcheux e sua produtividade para se pensar os discursos que nos assaltam no cotidiano de nossas vidas. Por outro lado, assumimos essa leitura como gesto inicial, gesto cheio de falhas e brechas que abrem outras questões, que não necessariamente se prestarão a uma resposta, mas que nos comprometem a puxar os fios de memória que, muitas vezes de forma sutil, insistem em retornar.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. [1970] *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. *Memória, linguagem e história no Festival Nativista*. *Organon*, Porto Alegre, v. 35, 39-48, 2003.

7 Aludimos aqui a uma memória do termo terrorista e seu aparecimento em momentos históricos muito diversos - nas ditaduras latinoamericanas; na “cruzada contra o terror”; nas formas de se dizer a esquerda em diferentes momentos históricos; na relação entre comunistas e terroristas -, que vai nos exigir outros movimentos analíticos, mas que não poderíamos deixar de mencionar.

INDURSKY, Freda. O teatro do grotesco como cenário de desconstrução do Brasil. *Revista da Abralin*, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 365-388, 2020.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

Nota do PolCrim - Massacre da Penha e Alemão - Outubro de 2025. www.ifch.unicamp.br/3/11/2025, disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/noticias/147243>, acesso em: 29/11/2025)

Orlandi, Eni. *Violência e processos de individuação dos sujeitos na contemporaneidade*. In: Sargentini, Vanise; Gregolin, Maria do Rosário (org.). *Análise de discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008.

ORLANDI, Eni. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012, p. 213-234.

PÊCHEUX, Michel. [1975] *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. [1975] *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. [1969] *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Organizadores: Françoise Gadet; Tony Hak. 4 ed. Campinas, SP: editora Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel. [1969] *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2019.

SOUZA, Fabiana Ferreira Nascimento de. *Diz-me como me chamas que te direi quem és: formações discursivas em confronto nos modos de dizer o Camponês e sua luta nos periódicos Liga e Diário de Pernambuco / Fabiana Ferreira Nascimento de Souza*. – Recife, 2021.

TESHAINER, Marcus Cesar Ricci. Desumanização e política - análise da política contemporânea a partir da aproximação de Agamben com a psicanálise/ Marcus Cesar Ricci Teshainer. Tese (Doutorado) - Doutorado em ciências sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 144. 2011.

TODOROV, Tzvetan. Diante do extremo. 1 Ed. São Paulo: Unesp Digital, 2017

VENTURA, Zuenir. A cultura da violência. In. AGUIAR, L. A.; SOBRAL, M. Para entender o Brasil. São Paulo: Alegro, 2001, p. 345-356.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. G. É o nome que faz fronteira. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (org.) Múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 202-215.

Submissão: dezembro de 2025

Aceite: dezembro de 2025